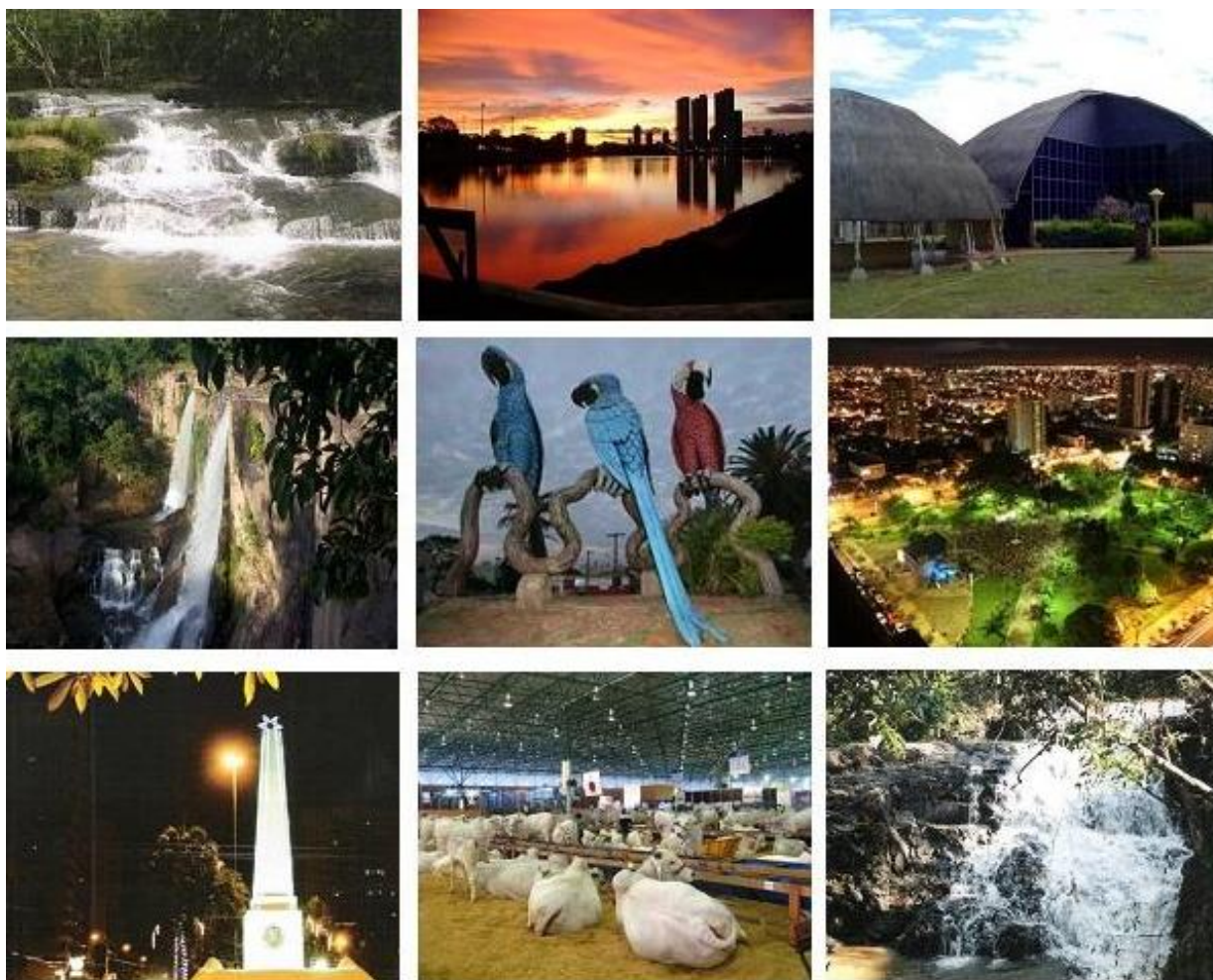


PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS/POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO

RELATÓRIO: ANÁLISE – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS



Ministério do Turismo



Campo Grande, MS
Novembro, 2010

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO
COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL –
PDITS/POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO**

**ANÁLISE – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS
ATIVIDADES TURÍSTICAS**

**Campo Grande, MS
Novembro, 2010**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador

MURILO ZAUITH
Vice - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Secretária

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR

Cláudia Braun de Queiroz Rolim
Coordenador Geral

Janete De Fátima Ferreira Cardoso
Coordenadora Gestora Financeira

Ana Beatriz Paiva Sá Earp
Analista Ambiental

Helio Luis Brun
Especialista em Turismo

Fabio César Gois
Coordenador de Apoio Logístico

Lino De Souza De Lima
**Analista de Desenvolvimento
Socioeconômico**

ENTIDADE EXECUTORA

AGRICON

CONSULTORIA

AGRICON CONSULTORIA SS Ltda.

Rua Joaquim Murtinho, 1000

Itanhangá Park

79003-020

Campo Grande, MS

Brasil

Tel: +55 67 3321 4495

E-mail: agrimon@agrimon.com.br

Site: www.agrimon.com.br

SUMARIO

1. O POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO.	16
2. MERCADO TURÍSTICO	23
2.1. DEMANDA ATUAL	28
2.2. DEMANDA POTENCIAL	52
2.3. OFERTA TURÍSTICA	60
3. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS	99
3.1. REDE VIÁRIA DE ACESSO	99
3.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	112
3.3. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	117
3.4. LIMPEZA URBANA	121
3.5. REDE DE DRENAGEM PLUVIAL	131
3.6. TRANSPORTE URBANO	134
3.7. SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	136
3.8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	139
3.9. SERVIÇOS DE SAÚDE	143
3.10. SEGURANÇA	148
4. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL	159
4.1. IMPACTOS E LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	159
4.2. ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO 165	
4.3. LEGISLAÇÃO - URBANÍSTICA, AMBIENTAL E TURÍSTICA.	174
4.4. INCENTIVOS PARA O INVESTIMENTO TURÍSTICO	185
5. ANÁLISE DOS ASPECTOS SÓCIOAMBIENTAIS	191
5.1. CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA ÁREA TURÍSTICA	191
5.2. IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE QUE JÁ TENHAM SIDO CAUSADOS POR ATIVIDADES TURÍSTICAS	202
5.3. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA	205

	III
5.4. GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PRIVADAS	217
5.5. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE TERRITORIAL	219
5.6. GRAU DE PARTICIPAÇÃO	222
6. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	224
6.1. ANÁLISE DO MACROAMBIENTE	225
6.2. ANÁLISE DO MICROAMBIENTE	232
6.3. LINHAS DE PRODUTOS	233
6.4. ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO	239
6.5. POSIÇÃO ATUAL NO MERCADO TURÍSTICO VERSUS POSICIONAMENTO POTENCIAL 240	
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245
8. ANEXOS	252

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Polo Campo Grande e Região no Estado do Mato Grosso do Sul e na América Latina.	16
Figura 2 - Número de eventos internacionais sediados no Brasil entre 2005 a 2009.	24
Figura 3 - <i>Ranking</i> mundial dos dez principais países-destinos de eventos internacionais (em números de eventos).	24
Figura 4 - Ranking nacional das dez principais cidades-destinos de eventos internacionais (em número de eventos).	25
Figura 5 - Estrutura do produto turístico do Polo Campo Grande e Região.	27
Figura 6 - Volume estimado de turistas em 2008 e 2009.	32
Figura 7 - Mercados geográficos de procedência do turista de Campo Grande em 2007 e 2009.	32
Figura 8 - Procedência dos turistas desembarcados no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS.	33
Figura 9 - Grau de permanência em Campo Grande, MS.	34
Figura 10 - Previsão de hospedagens em Campo Grande entre 2010 e 2014.	34
Figura 11 - Motivação da viagem do turista que desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS.	36
Figura 12 - Outros fatores que incidem na decisão de viajar em 2009.	38
Figura 13 - Época de realização da viagem em 2009.	39
Figura 14 - Tempo de permanência em dias e em semanas em 2009.	39
Figura 15 - Tempo de permanência do turista que desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS em 2005.	40
Figura 16 - Gasto médio individual e composição do gasto durante a viagem em 2007 e 2009 (valores em reais).	40
Figura 17 - Meios de hospedagem preferidos em 2009.	41
Figura 18 - Meios de transporte preferidos em 2009.	41
Figura 19 - Meios de Transporte escolhidos pelo turista de Campo Grande em 2007 e 2009.	42
Figura 20 - Modo de viajar em 2009.	42
Figura 21 - Planejamento prévio da viagem.	43
Figura 22 - Fontes de informação do turista atual em 2009.	43
Figura 23 - Informações requeridas pelo turista do Polo Campo Grande e Região em 2010.	44
Figura 24 - Estrutura do gasto durante a viagem em 2009.	46
Figura 25 - Nível de expectativa positiva do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos no Centro-Oeste em 2009.	58
Figura 26 - Média nacional de expectativa do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos em 2009.	58
Figura 27 - Intenção de viajar por região do país do turista potencial em 2009.	59
Figura 28 - Dimensão dos estabelecimentos turísticos por categoria.	77
Figura 29 - Dimensão dos estabelecimentos turísticos por categoria e por idade do estabelecimento.	77

Figura 30 - Estimativa do número de empregos formais por ACTs em Mato Grosso do Sul - Dezembro 2007	78
Figura 31 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria.	79
Figura 32 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria e por dimensão da empresa.	79
Figura 33 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria.	80
Figura 34 - Estimativa do número de empregos informais por ACTs em Mato Grosso do Sul - Setembro de 2005	80
Figura 35 - Estimativa do número de empregos formais e informais por empreendimento por categoria.	81
Figura 36 - Rendimento Médio da Ocupação Formal por ACTs em Mato Grosso do Sul - 2007 (valores em reais)	81
Figura 37 - Grau de ocupação por categoria e por dimensão.	82
Figura 38 - Grau de Ocupação por categoria e por idade do empreendimento.	82
Figura 39 - Evolução mensal da taxa média de ocupação dos meios de hospedagem de Campo Grande entre 2007 e 2009.	85
Figura 40 - Evolução das variações máxima e mínima mensais da taxa média de ocupação dos meios de hospedagem de Campo Grande entre 2007 e 2009.	86
Figura 41 - Nível de investimentos por categoria e por dimensão da empresa em 2010.	88
Figura 42 - Níveis de investimento por categoria e por idade do estabelecimento em 2010.	88
Figura 43 - Níveis de faturamento médio diário por categoria e por dimensão da empresa em 2010.	89
Figura 44 - Níveis de faturamento médio diário por categoria e por idade do estabelecimento em 2010.	89
Figura 45 - Mercado Geográfico de origem do cliente atendido nos estabelecimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região em 2005.	90
Figura 46 - Mercado Geográfico de origem do cliente atendido nos estabelecimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região em 2010.	91
Figura 47 - Preços por categoria em reais e em dólares praticados em 2010.	92
Figura 48 - Meios de divulgação mais utilizados por categoria em 2010.	93
Figura 49 - Participação em Feiras e Eventos do Programa de Promoção e Apoio a Comercialização da FUNDTUR entre 1999 a 2006.	94
Figura 50 - Participação em Feiras e Eventos do Programa de Promoção e Apoio a Comercialização da FUNDTUR entre 2007 a 2009.	94
Figura 51 - Nível de integração com os demais elos da cadeia turística por categoria em 2010.	95
Figura 52 - Elo da cadeia turística com maior incidência de conflitos por categoria em 2010.	95
Figura 53 – Conexões do Polo Turístico Campo Grande e Região com as demais Regiões Turísticas de Mato Grosso do Sul.	100
Figura 54 – Rodovias Federais e Estaduais que interligam os Municípios do Polo Campo Grande e Região	103
Figura 55 – Rodovia MS 080	104

Figura 56 - Evolução do número de passageiros no Aeroporto Internacional de Campo Grande - 2005-2008	106
Figura 57: Coleta urbana de resíduos sólidos no município de Campo Grande	122
Figura 58 – Detalhamento dos crimes contra o patrimônio no Polo Campo Grande e Região em 2006.	152
Figura 59 – Detalhamento dos crimes contra pessoas com mortes, no Polo Campo Grande e Região em 2006.	153
Figura 60 – Detalhamento dos crimes contra a liberdade sexual no Polo Campo Grande e Região em 2006.	153
Figura 61 – Detalhamento dos crimes com legislação especial no Polo Campo Grande e Região em 2006.	153
Figura 62 – Detalhamento dos crimes contra pessoas sem mortes no Polo Campo Grande e Região em 2006.	154
Figura 63 – Rede de Monitoramento na Bacia do Imbirussu	194
Figura 64 – Diretrizes dos indicadores de monitoramento em desenvolvimento pelo Estado do Mato Grosso do Sul.	202
Figura 65 - Número total de Denúncias por tipologia em Campo Grande em 2007 e 2008.	204

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Projeto Portal UFO em Corguinho, MS.	19
Foto 2 - Centro Mundial do Movimento Anew em Corguinho, MS.	19
Foto 3 - Indígenas de Dois Irmãos do Buriti, MS.	20
Foto 4 - Distrito de Palmeiras em Dois Irmãos do Buriti, MS.	20
Foto 5 - Comunidade Furnas de Dionísio em Jaraguari, MS.	20
Foto 6 - Pousada Ecológica Taboquinha em Jaraguari, MS.	20
Foto 7 - Central Sete Estrelas Embriões em Terenos, MS.	22
Foto 8 - Projeto Pacu Aquicultura em Terenos, MS.	22
Foto 9 - Dia de campo na comunidade rural do distrito de Rochedo, em Campo Grande, MS.	52
Foto 10 - Aula do curso de veterinária da Universidade Anhanguera - UNIDERP no curral coletivo do assentamento Conquista em Campo Grande, MS.	52
Foto 11 - Visão Panorâmica do Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável implantado na Comunidade Quilombola em Campo Grande, MS.	52
Foto 12 - Produtor rural comercializando sua própria produção na Feira de Orgânicos na Praça do Rádio Clube em Campo Grande, MS.	52
Foto 13 - Igreja São Francisco de Assis, Campo Grande, MS, 2010.	67
Foto 14 - Estação Ferroviária Noroeste do Brasil - Armazém Cultural em Campo Grande, MS, 2010.	67
Foto 15 - Hotel Gaspar em Campo Grande, MS, 2010.	68
Foto 16 - Casa da Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo em Campo Grande, MS, 2010.	68
Foto 17 - Casa do Artesão em Campo Grande, MS, 2010.	69
Foto 18 - Morada dos Baís em Campo Grande, MS, 2004.	69
Foto 19 - Terminal Rodoviário de Campo Grande "Senador Antonio Mendes Canale"	105
Foto 20 – Vista Lateral do Trem do Pantanal	108
Foto 21 - Acampamento de sem-terra na MS 080 entre Campo Grande e Corguinho	110
Foto 22 - MS 060 no trecho que corta o núcleo urbano de Sidrolândia.	112
Foto 23 – Acampamento sem terra em trecho da rodovia MS 060	112
Foto 24 – Vista parcial do atual depósito de resíduos em Campo Grande.	123
Foto 25 – Placa indicativa no caminho para a UPL em frente ao antigo lixão (a esquerda). Vista parcial do interior da UPL, onde podem ser avistadas as <i>big bags</i> com produtos (a direita) em 31 ma. 2010 – Dois Irmão do Buriti	124
Foto 26 - Vista ampla da localização do lixão mostrando a queima dos resíduos – Ribas do Rio Pardo.	125
Foto 27 - Pneus dispostos na área do lixão – Ribas do Rio Pardo	125
Foto 28 - Vista da área de disposição final dos resíduos no lixão - Sidrolândia.	126
Foto 29 - Vista da área de disposição final dos resíduos no lixão - Sidrolândia	126
Foto 30 - Lixão de Nova Alvorada do Sul – Nova Alvorada do Sul	127
Foto 31 - Vista geral do lixão de Corguinho	129
Foto 32- Vala onde são depositados os resíduos hospitalares.	129
Foto 33 - Vista geral do lixão de Terenos	130

Foto 34 - Lixão de Rio Negro	130
Foto 35 - Lixão de Rochedo	131
Foto 36– Danos causados pelas chuvas em Campo Grande em fevereiro de 2010.	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eventos Programados de 2010 em Campo Grande, MS.	28
Quadro 2 - Volume de turistas por mercado geográfico em 2009.	33
Quadro 3 - Estimativas de hospedagens em Campo Grande entre 2010 a 2014.	35
Quadro 4 - Perfil do Turista conforme FNRH - Campo Grande - 2007 e 2009.	35
Quadro 5 - Atrativos mais valorizados no Polo Campo Grande e Região.	37
Quadro 6 - Elasticidade-preço da demanda do Albano Franco entre 2009 e 2010.	37
Quadro 7 - Elasticidade-renda da demanda do Rubens Gil de Camilo e da Expogrande entre 2007 e 2009.	38
Quadro 8 - Gasto médio individual do turista em 2007 e 2009.	45
Quadro 9 – Estimativa da receita turística do Polo Campo Grande e Região entre 2008 e 2015.	46
Quadro 10 - Pesquisa de Satisfação do Visitante na Cidade do Natal, Campo Grande -2009	47
Quadro 11 - Vocação turística identificada nos municípios do Polo Campo Grande e Região.	50
Quadro 12 - Caracterização do perfil do potencial turista.	53
Quadro 13 - Perfil do turista potencial estrangeiro, por país de origem em 2007	55
Quadro 14 - Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande.	61
Quadro 15 - Monumentos, Memoriais, Museus e Galerias em Campo Grande	69
Quadro 16 - Principais atrativos de Ecoturismo, Rural e Lazer em Campo Grande.	70
Quadro 17 - Atrativos em fase de estruturação no Polo Campo Grande e Região.	72
Quadro 18 - Prestadores de Serviços Turísticos Cadastrados no Ministério do Turismo em Campo Grande, MS.	74
Quadro 19 – Total de empreendimentos do setor de alimentação e meios de hospedagens por porte da empresa no Polo Campo Grande e Região em 2008.	75
Quadro 20 – Total de funcionários do setor de alimentação e meios de hospedagem por porte da empresa no Polo Campo Grande e Região em 2008.	76
Quadro 21 - Movimentação nos Meios de Hospedagem da capital e Interior do Estado entre 2006 e 2009.	84
Quadro 22 - Rede de Hospedagem do Polo Campo Grande e Região.	86
Quadro 23 - Empreendimentos hoteleiros em construção em Campo Grande em 2010.	87
Quadro 24 - Estimativa de investimentos por categoria em 2000, 2005, 2010 e projeção para 2015.	87
Quadro 25 - Preços médios por categoria e por porte da empresa em reais e em dólares praticado em 2010.	92
Quadro 26 - Preços médios por categoria e por idade do estabelecimento em reais e em dólares praticado em 2010.	92
Quadro 27 - Tipos de investimentos realizados por origem da empresas investidora em 2010.	96
Quadro 28 - Grau de dificuldade dos hotéis.	96
Quadro 29 - Grau de dificuldade das agências.	96
Quadro 30 - Grau de dificuldade dos restaurantes em relação aos quesitos.	97
Quadro 31 – Elasticidade preço da oferta – hotéis e restaurantes.	98

Quadro 32– Distância aérea entre os principais países de origem do visitante de Campo Grande e Região em 2009 e a cidade de São Paulo.	101
Quadro 33- Distância de Campo Grande aos demais municípios do polo.	102
Quadro 34 – Demonstrativo de movimentação de passageiros dentro da região - 2006	105
Quadro 35 - Horário de partida e chegada do Trem do Pantanal.	107
Quadro 36- Análise da infraestrutura viária de acesso ao Polo Campo Grande e Região	109
Quadro 37 - Captação e tratamento do sistema público de água nos municípios do polo.	113
Quadro 38 - Número de população atendida pelo sistema público de água em 2008.	113
Quadro 39 – Sistema de abastecimento de água do Polo Campo Grande e Região em 2009.	115
Quadro 40– Sistema de abastecimento de água de Corguinho, Jaraguari e Rochedo em 2000, 2006 e 2005 respectivamente.	116
Quadro 41 – Evolução da rede de abastecimento de água por município do Polo Campo Grande e Região entre 2004 e 2009.	116
Quadro 42 – Projeções totais de investimentos em esgotamento sanitário no polo:	117
Quadro 43 - População atendida e projeções de atendimento pelo sistema de esgotamento sanitário em Campo Grande.	119
Quadro 44 – Sistema de esgotamento sanitário do Polo Campo Grande e Região em 2009.	119
Quadro 45 – Estações de Tratamento de Esgoto de Campo Grande em 2010.	120
Quadro 46 - Quantidade de linhas de ônibus existentes em Campo Grande – 2005-2009	134
Quadro 47 - Transporte coletivo por ônibus em Campo Grande – 2005 a 2009	135
Quadro 48 - Frota de táxis - Campo Grande – 1980-2009	135
Quadro 49– Evolução das Agências de Correios, em unidades operacionais, por município do Polo Campo Grande e Região entre 2004 e 2009.	136
Quadro 50 – Sistema de telefonia por município do Polo Campo Grande e Região em 2008.	137
Quadro 51 - Rede Bancário do polo	138
Quadro 52 – Sistema de energia elétrica por município do Polo Campo Grande e Região em 2009.	140
Quadro 53 – Evolução do Sistema de Energia elétrica, em unidades consumidoras, por município do Polo Campo Grande e Região entre 2004 e 2009.	143
Quadro 54 - Sistema de saúde por município do Polo Campo Grande e Região em 2009.	144
Quadro 55 - Número de estabelecimentos do polo por especialidade médica cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde em setembro de 2010	145
Quadro 56 – Número de delegacias e corpo de bombeiros ou de salvamento existentes no Polo Campo Grande e Região em 2008	149
Quadro 57 - Indicadores de criminalidade do Polo Campo Grande e Região em 2006.	151
Quadro 58 - Demonstrativo dos Recursos Arrecadados no Ministério de Turismo - Período 1996 a 31/05/2010.	161
Quadro 59 - Órgãos de Turismo Municipais do Polo Campo Grande e Região.	162
Quadro 60 - Macroestratégias e Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008 – 2020, REGIÃO CAMINHO DOS IPÊS.	168
Quadro 61 – Demonstrativo das empresas privadas e profissionais existentes e cadastrados na área turística Campo Grande e região – posição maio 2010.	171

Quadro 62 – Demonstrativo das principais linhas de financiamento.	188
Quadro 63 – Parâmetros, pesos e variações de qualidade água para IQACETESB	192
Quadro 64 – Parâmetros de qualidade da água com base no OD.	192
Quadro 65– Índice de qualidade da Água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região em 2008.	193
Quadro 66 – Índice de qualidade da Água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região de acordo com dados do PERH/MS.	193
Quadro 67 – IQACETESB – Pontos de monitoramento no Córrego Imbirussu.	194
Quadro 68 - Número de empreendimentos turísticos com licença ambiental em 2010.	196
Quadro 69 – Porcentagem de Denúncias por tipologia em Campo Grande em 2007 e 2008.	204
Quadro 70 – Resultados dos questionários aplicados referentes à Gestão Ambiental, Turística Pública e Planejamento Territorial no Polo Campo Grande e Região em 2010.	212
Quadro 71 – Municípios que fazem parte do CIDEMA no Polo Campo Grande e Região.	213
Quadro 72 - Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Estadual em Julho de 2009	215
Quadro 73 – Populações Indígenas em terras tradicionais do Polo Campo Grande e Região.	223
Quadro 74– Comunidades Quilombolas do Polo Campo Grande e Região.	223
Quadro 75 - Índices de Potencialidades de Demanda para Produtos e Serviços com levantamento de interesse pelo uso.	231
Quadro 76 - Segmentos de turismo potenciais do Polo Campo Grande e Região.	237
Quadro 77 - Objetivos principais e específicos do PDITS Polo Campo Grande e Região.	242

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABBTUR	Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABLA	Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis
ABRAJET	Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACTs	Atividades Características do Turismo
ACTUR	Associação Campograndense de Turismo Rural
AGEPAN	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANA	Agência Nacional de Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APA	Área de Preservação Ambiental
APEX- Brasil	Agencia Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APP	Áreas de Preservação Permanente
ASSETUR	Associação de Transporte Coletivo Urbano
BAP	Bacia do Alto Paraguai
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BNDES-FINAME	Banco Nacional de Desenvolvimento Linhas de Financiamento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Automático
AUTOMÁTICO	
BNDES FINEM	Banco Nacional de Desenvolvimento Linhas de Financiamento
BOH	Boletim de Ocorrência Hoteleira
BRAZTOA	Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CANASUL	Congresso de Tecnologia na Cadeia Produtiva da cana de açúcar do Mato Grosso do Sul
CARTÃO BNDES	Cartão do Banco Nacional de Desenvolvimento
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CBC&VB	Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux
CBH - Miranda	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda
CECA/MS	Conselho Estadual de Controle Ambiental do Mato Grosso do Sul
CEPRIC	Centro de Pesquisa e Reabilitação da Ictiofauna
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CICATUR	Centro Interamericano de Capacitação Turística
CIDEMA	Consórcio Intermunicipal Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa
CLIA	Centro de Logística Industrial Aduaneiro
CMMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CNRPPN	Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
COMTUR'S	Conselhos Municipais de Turismo

CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COOPERVAN	Cooperativa Prestadora de Serviços de Van
CRAS	Centro de Reabilitação de Animais Silvestres
DECAT	Delegacia Especializada de Repreensão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudos de Impacto de Vizinhança
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPD	Elasticidade - Preço da Demanda
ERD	Elasticidade - Renda da Demanda
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FAMTOURS	Passeio de Familiarização do Turismo
FAPEC	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FCR	Fundação Cândido Rondon
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEBRAN	Federação Brasileira de Bancos
FGV	Fundação Getulio Vargas
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspedes
FUNDTUR/MS	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GGT-CG	Grupo de Gestão Turística de Campo Grande
GOPAN/MS	Grupo de Operadores de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul
IAD	Índice Ambiental de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCA	Associação Internacional de Congressos e Convenções
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDI	Índice de Desenvolvimento Institucional
IDS	Índice de Desenvolvimento Sustentável
IMAP	Instituto Municipal de Administração Pública
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IQA	Índice de Qualidade da Água
IRS	Índice de Responsabilidade Social
ISO	Organização Internacional para Padronização
MARCO	Museu de Arte Contemporânea
MEC	Ministério da Educação

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OD	Oxigênio Dissolvido
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
ÓVNIS	Objetos Voadores Não Identificados
P+L	Produção Mais Limpa
PA	Perdas Ambientais
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PCTS	Programa de Certificação em Turismo Sustentável
PDDUR	Plano Diretor de Drenagem Urbana
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PEDTUR/MS	Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul
PERH/MS	Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PLANURB	Instituto de Planejamento Urbano de Campo Grande
PMCG	Prefeitura Municipal de Campo Grande
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODES	Programa de Incentivos Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RALF	Reator Anaeróbio de Lodo Fluidizado
REPA/MS	Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul
RFO	Recursos Financeiros Obtidos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RINTUR	Relatório de Informações Turísticas
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Nacional
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SANESUL	Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul
SCA	Sistemas de Controle Ambiental
SEBRAE/MS	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDESC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEMACE	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Planejamento da Ciência e Tecnologia
SEMADES	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMADUR	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SENAC/MS	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPROTUR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SICONV	Sistema de Convênios
SINTAXI	Sindicato dos Taxistas
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SIT	Sistema Integrado de Transportes
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TR	Termo de Referência
UC	Unidades de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação de Projetos
UH	Unidades Habitacionais
UPG	Unidade de Planejamento e Gestão
UPL	Unidade de Processamento de Lixo
USAID	United States Agency for International Development
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UTM	Universal Transversal de Mercator
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

1. O POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO.

O Polo Campo Grande e Região é composto pela capital do Estado, Campo Grande e pelos municípios: Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, ocupando uma área de 49.288,07 Km², 13,8% do Estado do Mato Grosso do Sul e população estimada de 874 mil habitantes, 37% da população estadual. (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Por conter a capital e por se localizar estrategicamente no centro do Estado do Mato Grosso do Sul (figura 1), o polo configura-se como um centro de distribuição de produtos, serviços e fluxo de pessoas para todo o Estado. Dessa forma, a grande maioria dos turistas e visitantes que vêm a Mato Grosso do Sul passa, necessariamente, por um dos municípios do polo permanecendo ou seguindo para outros destinos.

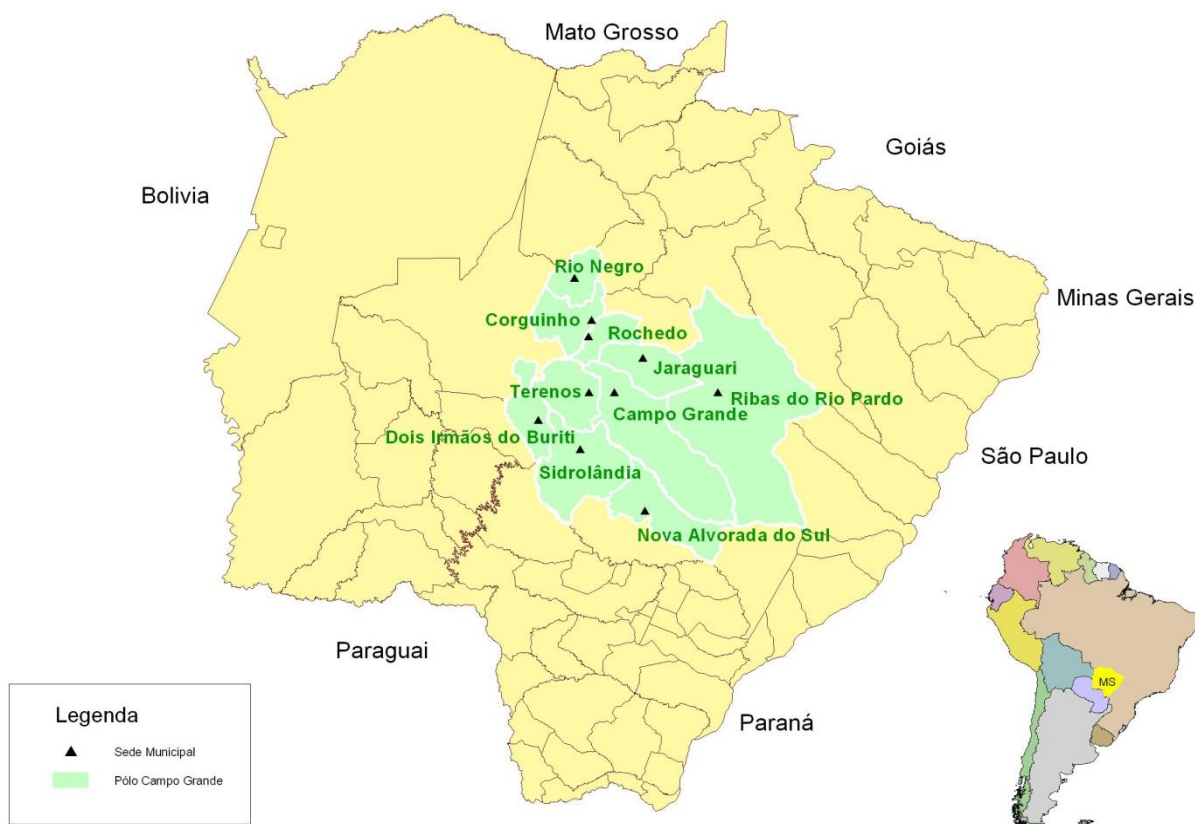


Figura 1 - Localização do Polo Campo Grande e Região no Estado do Mato Grosso do Sul e na América Latina.

Fonte: AGRICON CONSULTORIA.

O polo em questão, com destaque para o município de Campo Grande, interage com os principais polos turísticos do Estado, Bonito-Serra da Bodoquena e Corumbá (Pantanal), atuando como indutor e distribuidor do fluxo turístico, através de rotas de caráter nacional e internacional do Estado, dentre elas, a Rota Pantanal-Bonito, considerada o “carro chefe” na promoção, divulgação e comercialização do Estado do Mato Grosso do Sul.

Nos municípios que compõem o polo turístico Campo Grande e Região há o Roteiro Vida, que integra atrativos dos municípios de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, e o roteiro da Estrada Parque Palmeiras Piraputanga, envolvendo os municípios de Dois Irmãos do Buriti e Aquidauana.

Campo Grande

A capital, com uma área 8.096 Km², é uma cidade notada pela amplitude dos seus espaços urbanos, largas ruas e avenidas, importantes áreas de mata nativa em perímetro urbano como o Parque das Nações Indígenas, Parque dos Poderes, Horto Florestal, o Parque da Nascente do Córrego Prosa, entre outros. A cidade também se destaca pela economia e especialmente, pela mistura de formas, cores, sons, sotaques e sabores da sua cultura, marcada por influências de diferentes etnias e origens de seus habitantes.

O setor de Comércio e Serviços é o principal segmento econômico do município, o qual apresenta também, um forte traço de Estudos e Intercâmbio (técnico-científico) por possuir cinco universidades, diversas faculdades isoladas e a unidade Gado de Corte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Também, o reflexo da coexistência da tradição rural com a modernidade empresarial urbana é verificado na arquitetura, nos comportamentos e nas manifestações culturais diversificadas da cidade. Essa mescla é bastante clara na gastronomia, na música, nas artes plásticas, nas danças e nas mais diversas formas de expressão local.

Para atender ao segmento de Negócios e Eventos, vocação principal do município, encontra-se na infraestrutura turística da capital um complexo de equipamentos e serviços para congressos, convenções, exposições, feiras dentre outras tipologias do segmento.

Desta infraestrutura, destacam-se o Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, “Prêmio Caio de 2002” como o melhor Centro de Convenções da Região Centro-Oeste; o Centro de Convenções e Exposições Albano Franco; Hotéis com auditórios; o Autódromo Internacional; o Parque de Exposições Laucídio Coelho; dentre outros espaços voltados para eventos específicos como para equinocultura: Hípicas, Haras, Ranchos; eventos culturais: teatros, museus; eventos esportivos: clubes, estádios e ginásios poli-esportivos; entre outros.

Fazendo interface com o segmento de negócios e eventos, no município de Campo Grande, existe uma gama de atrativos histórico-culturais como a aldeia indígena urbana, única no país, constituída por 135 ocas de alvenaria, residência de famílias da nação Terena, que trocaram as reservas pela vida na cidade. Ali, destaca-se o Memorial da Cultura Indígena, uma imponente oca com mais de oito metros de altura, coberta com palha de bacuri.

Também se encontram no município museus, monumentos, arquitetura e cultura como a Morada dos Baís, tombada pelo patrimônio histórico e referência arquitetônica do início do século XX, assim como a Casa do Artesão, Museu de Arte Contemporânea (MARCO) e o Museu das Culturas Dom Bosco, um forte atrativo turístico da Capital, uma vez que possui aproximadamente 30.000 espécies de vertebrados e invertebrados, além de coleções como a malacológica (conchas), a arqueológica, a paleontológica e a mineralógica. O principal atrativo deste museu é o acervo indígena, que conta com 6.000 fotos e objetos de tribos de todo o Brasil.

Complementando esta vocação principal e potencializando a competitividade do polo, tem-se na cidade de Campo Grande, assim como nos demais municípios da área turística, uma expressiva área rural fortalecida pela tradição agropecuária do Estado, o que faz com que Campo Grande, apesar do seu ar de metrópole, detenha diversas propriedades, formando um cinturão que, através do segmento de Turismo Rural, Turismo de Vivência e Turismo de Base Comunitária, tenha potencial de oferecer produtos e atividades que prolonguem a estadia do turista e aumentem a qualidade do polo turístico.

Sendo Campo Grande considerado o destino indutor da área turística em análise, de acordo com o Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (BRASIL, 2009b), verificam-se, entre os demais municípios que compõem o Polo Campo Grande e Região, importantes atrativos, dentre estes, alguns consolidados, que se melhor estruturados são capazes de fortalecer o polo e lhe conferir maior competitividade no mercado nacional, conforme sinalizado nas Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020 (MATO GROSSO DO SUL, 2009a) e citados a seguir:

Rio Negro

O Município de Rio Negro, distante 160 km de Campo Grande ao norte, apresenta importantes potencialidades turísticas para o turismo de natureza e de aventura em decorrências de seus recursos hídricos compreendendo cascatas e cachoeiras e de seu relevo escarpado, talhado por *canyons* e vales, que juntos originaram belas corredeiras, com quedas d'água de até 100 metros de altura, destacando-se os Balneários Águas do Rio Negro e Novo Paraíso, as Cachoeiras do Rio do Peixe e do Córrego Rico entre outros.

Rio Negro possui também, cavernas de arenito, sendo que algumas abrigam sítios arqueológicos com inscrições rupestres. Além de ter como oportunidade a ser explorada sua proximidade com a Rota Norte MS através de sua interligação com Rio Verde de Mato Grosso e São Gabriel do Oeste.

Corguinho

Os recursos naturais, como cachoeiras e córregos, também são potencialidades turísticas do município de Corguinho, onde se localiza a Reserva Particular de Patrimônio Natural Vale do Bugio, conhecida como “Paraíso de Belezas Naturais” integrado ao Roteiro Vida supracitado.

Igualmente, o município sedia o Projeto Portal UFOs, demandado por ufólogos e outros turistas do segmento cultural (místico), interessados em pesquisar indícios de aparições de Objetos Voadores Não Identificados.

Em Corguinho também se localiza o Centro Mundial do Movimento *Anew*, que compreende um complexo agroindustrial e hotel, atraindo turista de lazer, para suas piscinas de água natural, e de turismo agrotecnológico, para acompanhar a produção de complementos alimentares, água engarrafada e produção agroecológica.



Foto 1 - Projeto Portal UFO em Corguinho, MS.

Fonte: Projeto Portal Ciências Paralelas (PROJETO PORTAL, 2010)



Foto 2 - Centro Mundial do Movimento Anew em Corguinho, MS.

Fonte: Anew no Mundo.

Rochedo

Distante 83 Km, ao norte, de Campo Grande, o município de Rochedo está integrado à Campo Grande e Corguinho através do Roteiro Vida, ofertando como atrativo a gastronomia típica e turismo rural na Pousada Paraíso Tropical.

O município também possui forte interligação com Corguinho, Rio Negro e o Pantanal do Rio Verde, apresentando potencialidades para o turismo rural, de pesca esportiva no Rio Aquidauana, de aventura, lazer, esportivo, educacional e de contemplação em áreas naturais em decorrência de seu patrimônio natural como cachoeiras, rochas, fauna e flora.

Rochedo, por ser caminho de acesso ao Morro da Boa Sorte onde se localiza o Projeto Portal, beneficia-se deste fluxo de turistas, constando-se no município recentemente, o aumento da aquisição de terrenos e imóveis por aqueles que buscam residir ou construir sua segunda residência próximo à Fazenda do Projeto Portal, conforme informação da Prefeitura de Rochedo. O fluxo de turistas do Projeto Portal é estimado em aproximadamente 800 pessoas por mês e quando são realizadas as “viagens ao PP”, evento especial que ocorre cerca de seis vezes ao ano, o público é acrescido em 1.000 pessoas por viagem conforme dados da Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Rochedo.

Dois Irmãos do Buriti

Dois Irmãos do Buriti, possui relevo colinoso e tabular entremeado de áreas planas e uma pequena região de acumulação fluvial e vegetação de cerrado, características próximas da Região do Pantanal. O município através de seu distrito, Palmeiras, integra o Roteiro Estrada Parque Palmeiras Piraputanga - MS que envolve também envolve o distrito de Piraputanga, pertencente ao município de Aquidauana.

O roteiro cruza por parte da Serra de Maracaju, passando por vários morros, entre eles o do Chapéu e do Paxixi. Região cortada pelo Rio Aquidauana, que pode ser visto em várias partes da estrada. Nesses Distritos existe uma atividade turística natural e consolidada como o destino de pesca esportiva no Rio Aquidauana, atividades de aventura (rapel) e, principalmente, lazer a existência de um número significativo de segunda residência.

Ressalta-se o potencial de integração de Dois Irmãos do Buriti e do Roteiro Estrada Parque Palmeiras Piraputanga com a Rota Trem do Pantanal, que passa pelo município e realiza uma parada de quinze minutos no distrito de Piraputanga em Aquidauana, segundo informação da empresa Serra Verde Express, responsável por sua administração.

Outro destaque de Dois Irmãos do Buriti é sua cultura indígena, o município tem seis aldeias que produzem artesanato ainda não comercializado e com potencialidade para o turismo de vivência e turismo de base comunitária.



Foto 3 - Indígenas de Dois Irmãos do Buriti, MS.

Fonte: Galeria de Fotos - Buritinews-Karlão.



Foto 4 - Distrito de Palmeiras em Dois Irmãos do Buriti, MS.

Fonte: Galeria de Fotos - Buritinews-Karlão.

Jaraguari

O município tem um forte apelo étnico e cultural pela existência da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, são 92 famílias, aproximadamente 450 pessoas, que vivem em uma área de 1.018,28 hectares reconhecidos e declarados como território da Comunidade Remanescente de Quilombo Furnas do Dionísio pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A potencialidade turística local é observada através dos visitantes que espontaneamente, buscam a comunidade para adquirir produtos locais e para vivenciar seu modo de vida, costumes e crenças.

Complementando seu potencial para o turismo cultural e histórico tem-se no município o Casarão histórico tombado como patrimônio, que retrata a história da imigração japonesa, com a existência de casas da época.

O potencial para o turismo rural dá-se por atrativos como a Estância Lázara, o Sítio Pingo D'Ouro, a Pousada Ecológica Taboquinha e a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, que possui potencial para o turismo religioso, pois anualmente acontece a romaria para Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro, e atualmente, possui uma capela trabalhada em mosaico que fascina pela sua simplicidade e beleza.

Também por influência da cultura quilombola, no município é tradicional a Festa para Santo Antônio, padroeiro dos escravos, que complementa o potencial de turismo religioso local.



Foto 5 - Comunidade Furnas de Dionísio em Jaraguari, MS.

Fonte: Alexssandro Loyola, 04-09-2009, FUNDTUR/MS



Foto 6 - Pousada Ecológica Taboquinha em Jaraguari, MS.

Fonte: Alexssandro Loyola, 04-09-2009, FUNDTUR/MS

Ribas do Rio Pardo

O município, com a terceira maior área territorial do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme IBGE (BRASIL, 2010e), tem sua economia basicamente sustentada pelo setor agropecuário, sendo recentemente aumentada expressivamente a importância do setor florestal na economia local, tal como na economia estadual.

Este desenvolvimento da base florestal local associado à presença de um importante centro privado de pesquisa em silvicultura, a Ramires Reflorestamento, e da Vetorial Siderurgia fazem do município um potencial destino de turismo técnico, de negócios e eventos, conforme sinalizou os resultados do evento Ribas Florestal 2010 realizado de 12 a 16 de julho, quando se estimou que entre 1000 e 1500 pessoas por dia participaram do evento, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Ribas do Rio Pardo, lotando a infraestrutura hoteleira do município e sendo necessário alocar turistas para hotéis em Campo Grande, cerca de 92 Km de distância do local de realização do evento.

Sidrolândia

Sidrolândia, que possui interligação rodoviária com o Polo Bonito-Serra da Bodoquena, é um dos municípios que mais cresce em Mato Grosso do Sul, devido ao seu enorme potencial de produção agropastoril e incentivo para a industrialização. O município abrange atualmente 39 indústrias, destacando-se indústrias têxteis (Tip Top e Via Blumenau), agroindustriais como usinas e a Cargil/Seara, configurando-se como um destino de turismo agrotecnológico, além de propriedades rurais referências em tecnologias agropecuárias como a Fazenda Recanto considerada exemplo de sustentabilidade, envolvendo as atividades de piscicultura, ovinocultura e agricultura de precisão, além da potencialidade de turismo de suas cachoeiras e trilhas.

No turismo também se destaca a realização da Exposidrolândia, além dos eventos como Exposição Nacional de orquídeas, MotoCross, Festa de Nossa Senhora da Abadia, festa do cordeiro, festa do laço, entre outros eventos tradicionais da região. Atualmente, faz parte de um circuito internacional de vôo livre, o qual em média atrai 60 pessoas por final de semana às duas rampas existentes no município (“rampa do prefeito” e rampa do italiano) conforme informação do Clube Tuiuiú de Vôo Livre.

O município também apresenta potencial de desenvolvimento do turismo rural, de base comunitária e mesmo de eventos nos assentamentos rurais instalados na antiga Fazenda Eldorado, sobretudo no Assentamento Eldorado II onde se localiza a ampla e luxuosa sede da fazenda que pode ser transformada em um centro de convenções ou pousada.

Terenos

Terenos é um portal de acesso ao Pantanal e à Bolívia cujo patrimônio natural do município apresenta potencial turístico por seus sítios arqueológicos, cachoeiras e balneários, salientando-se a atratividade do turismo agrotecnológico e científico pela presença do Projeto Pacu, referência nacional em aquicultura, e a Central Sete Estrelas Embriões que trabalha com pecuária de alta tecnologia.

O Projeto Pacu é visitado, em média, por 400 pessoas por ano, geralmente, caravanas de produtores, universitários e eventualmente escolas particulares, sendo parte destes visitantes de estrangeiros, de acordo com os proprietários do empreendimento.

Em termos de oportunidades turísticas, tem-se também o Trem do Pantanal, cuja Estação de Indubrasil está situada na divisa entre Terenos e Campo Grande.



Foto 7 - Central Sete Estrelas Embriões em Terenos, MS.

Fonte: Sete Estrelas Embriões.



Foto 8 - Projeto Pacu Aquicultura em Terenos, MS.

Fonte: Mario Gonda

Anualmente, em Terenos é realizada a Festa do Ovo, em 2010 ocorreu a 3ª edição do evento, atraindo um público de aproximadamente 8.000 pessoas, conforme divulgação dos responsáveis pelo o evento em sites de notícias locais (campograndenews e unifolha).

Nova Alvorada do Sul

O município destaca-se por sua ligação com o setor sucroalcooleiro por causa da usina instalada e plantios de cana de açúcar existentes no município e em seu entorno. Neste segmento o turismo vem sendo implementado especialmente para negócios e eventos e turismo rural dada as características locais.

Em função da sua localização geográfica, Nova Alvorada da Sul é um importante corredor de escoamento da produção do Estado e do fluxo de turistas por conectar-se com o Estado de São Paulo, Região da Grande Dourados e Cone Sul, Região Vale das Águas, Região Caminhos da Fronteira.

2. MERCADO TURÍSTICO

O cenário do polo selecionado para o mercado turístico como destino consolidado se restringe a Campo Grande, capital do Estado, sendo sua vocação principal atual o segmento de Negócios e Eventos, devido a sua condição de capital, centro de decisões políticas e administrativas do Estado, centros de pesquisas, ciências e tecnologias, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Gado de Corte, importante referência de pesquisa no Brasil, as universidades em seu papel de disseminar o conhecimento, comércio, centro de saúde.

Graças a estes fatores, Campo Grande tem realizado importantes congressos, seminários, fóruns, *workshops* e visitas técnicas. Esse cenário se confirma com a mudança no comportamento da permanência média do turista que passou de um dia para três dias, em média, segundo os Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira, os quais serão abordados na análise da oferta, fornecidos pela Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul - FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Ainda, salienta-se que segundo o Inventário Turístico realizado através do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul - PDTUR MS (MATO GROSSO DO SUL, 2002: 46) “a atividade turística na região sendo exercida basicamente no município de Campo Grande caracterizada por quatro pontos:

- Centro polarizador de comércio e atividades públicas;
- Entroncamento rodo-ferroviário e base aeroviária;
- Centro de transformação da produção agropecuária e;
- Centro financeiro e de apoio logístico à região”.

Do mesmo documento enfatiza-se que “em função de sua caracterização como polo de infraestrutura, lhe proporciona oferecer uma série de atividades com base em segmentos de mercado. A disponibilização de Centro de Convenções de qualidade, do Parque de Exposição Agropecuária e outros equipamentos menores, credencia a Capital a atuar fortemente no turismo de eventos, de negócios, de incentivos, parques temáticos e a indústria de entretenimento, religioso.” (MATO GROSSO DO SUL, 2002: 46)

Essa situação identificada pelo PDTUR é ratificada no diagnóstico competitivo realizado pela FUNDTUR, visando à construção do Plano de Ação 2008-2020 para a Região Caminho dos Ipês, composta pelos mesmos municípios que integram o polo atual selecionado para a elaboração do PDITS. (MATO GROSSO DO SUL, 2009a).

De uma maneira global, de acordo com a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, o segmento de Turismo de Eventos vem apresentando crescimento significativo nos últimos anos, além de ser uma fonte de receita almejada por muitos destinos turísticos no Brasil e no exterior.

O Brasil ganhou destaque nesse segmento, tornando-se o primeiro e único país latino-americano a estar entre os dez primeiros colocados no *ranking* mundial da *International Congress and Convention Association* - ICCA desde 2006, segundo o Ministério de Turismo - Mtur. Na figura abaixo, nota-se que desde 2005, o Brasil tem apresentado evolução no número de eventos internacionais dentro do padrão ICCA, sendo que em 2005 o país sediou 171 eventos e em 2009 esse número foi para 293.

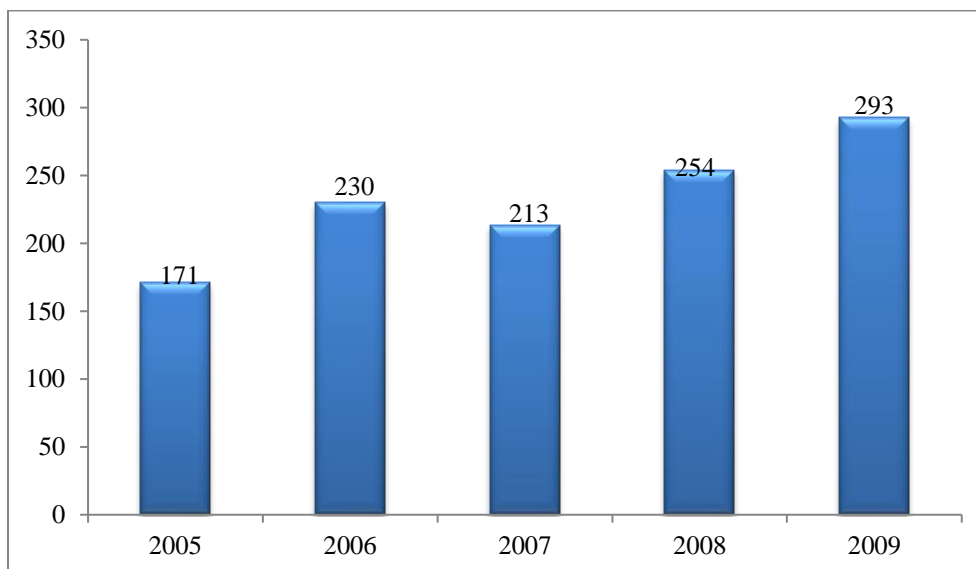


Figura 2 - Número de eventos internacionais sediados no Brasil entre 2005 a 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ICCA (ICCA, 2009) e Mtur (BRASIL, 2010g).

Entre os dez principais destinos internacionais de turismo de eventos e negócios no mundo, no ranking disponível pela ICCA de 2009, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar com 595 eventos, seguido pela Alemanha, Espanha, Itália, Reino Unido e França, o Brasil ocupa a sétima colocação, acima do Japão, China, Áustria e Holanda, conforme figura seguinte. O Ministério do Turismo ressalta que a ICCA é a principal entidade mundial de eventos associativos e seu *ranking* é referência para todo o segmento de turismo de eventos no mundo.

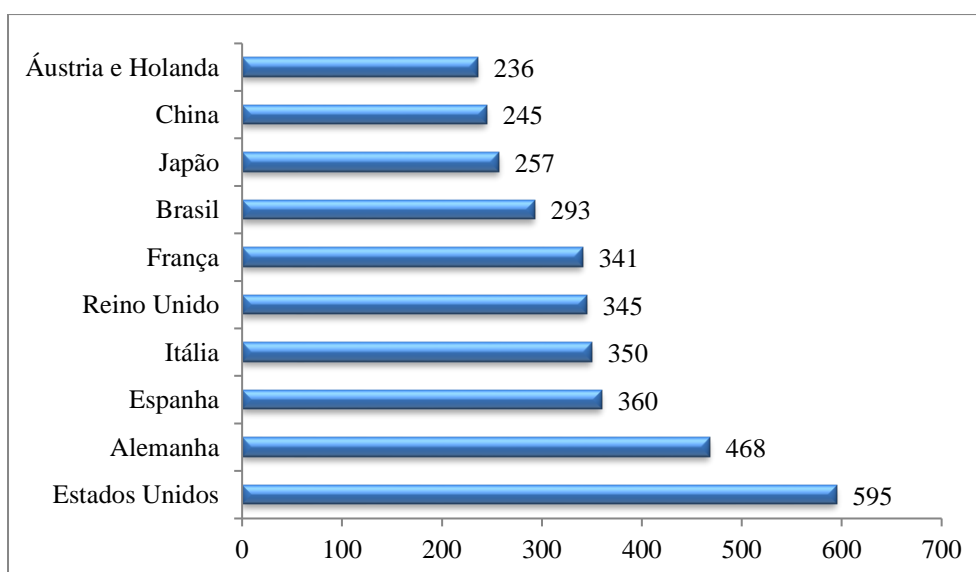


Figura 3 - Ranking mundial dos dez principais países-destinos de eventos internacionais (em números de eventos).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ICCA (ICCA, 2009) e Mtur (BRASIL, 2010g).

Entre as cidades brasileiras, São Paulo ocupa a primeira posição no *ranking* nacional dos principais destinos de eventos internacionais, com a realização de 79 eventos em 2009, e o 18ª lugar no *ranking* mundial de cidades. O Rio de Janeiro ocupa a segunda colocação no âmbito nacional, com 62 eventos em 2009, e o 26º lugar no âmbito internacional em 2009. A figura abaixo ainda destaca cidades como Salvador, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Recife, Brasília, Búzios, Campinas e Curitiba.

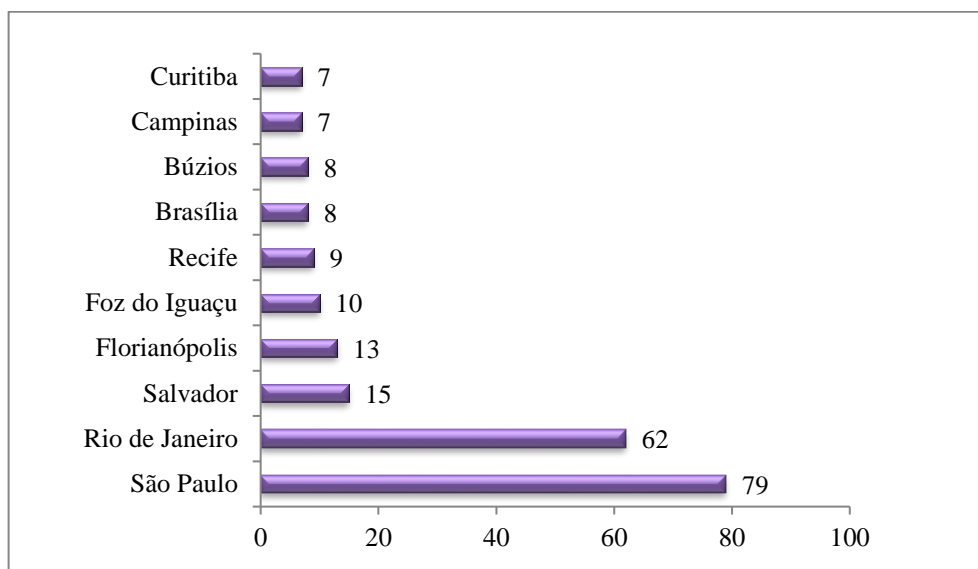


Figura 4 - Ranking nacional das dez principais cidades-destinos de eventos internacionais (em número de eventos).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ICCA (ICCA, 2009).

Verifica-se que Campo Grande não aparece neste *ranking*, pois se trata de eventos internacionais, os quais o município, em decorrência do porte de sua infraestrutura de eventos, tem pequena atuação. Campo Grande só comporta eventos de pequeno e médio porte ou eventos internacionais esportivos, dada a capacidade do autódromo.

O Ministério do Turismo destaca que o impacto econômico gerado por um evento internacional é grande, pois de acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e pela EMBRATUR em 2008, o gasto médio diário do turista estrangeiro de eventos internacionais é de 285 dólares, contra 68 dólares de um turista de lazer, também em média. Uma projeção feita pela FGV indica que os 254 eventos internacionais contabilizados pela ICCA em 2008 geraram para o país 122 milhões de dólares em gastos de visitantes que vieram para esses eventos. (BRASIL, 2009g)

A mesma pesquisa conclui que a perspectiva para o setor é de que, nos próximos anos, aumente significativamente o número de eventos comerciais, educacionais, esportivos, de comemorações históricas, feiras, congressos, entre outros; aumentando a concorrência entre as cidades para sediar esses eventos, o que exige planejamento e preparação das cidades brasileiras, com atuação e investimento dos setores público e privado, incluindo a criação de infraestrutura turística, pesquisas de dados, capacitação de mão-de-obra, entre outros. O Brasil além de estar entre os 10 países que mais recebem eventos internacionais no mundo alcançou um novo patamar com a conquista da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. (BRASIL, 2009g)

Uma vez definido como produto principal do Polo Campo Grande e Região os negócios e eventos programados, cabe analisar os demais elementos a eles agregados, que compõem o produto turístico do polo em questão, tornando a experiência de viajar completa e dotando o destino de competitividade, conforme preconizado por Valls (2006).

Neste sentido, têm-se como produtos periféricos: *i)* a organização do evento com sua estrutura de *marketing* e divulgação, receptivo do turista e suporte durante a realização do evento ou rodada de negócio; *ii)* os recursos audiovisuais; *iii)* a estrutura onde se realiza o evento.

Como produtos complementares destacam-se: a hospedagem, alimentação, transporte, serviço de estacionamento, segurança, entretenimentos e atrativos complementares e outros serviços.

Tal como será abordado mais adiante na análise da demanda e oferta, além do evento (produto principal) e os periféricos que viabilizam a experiência, alguns produtos complementares são decisivos na competitividade do produto como a hospedagem, dada

sua relevância e articulação na cadeia turística, a alimentação e o entretenimento, devido sua demanda para complementar a atividade, geralmente no período noturno.

A figura seguinte ilustra a estruturação do produto turístico mais relevante do Polo Campo Grande e Região.

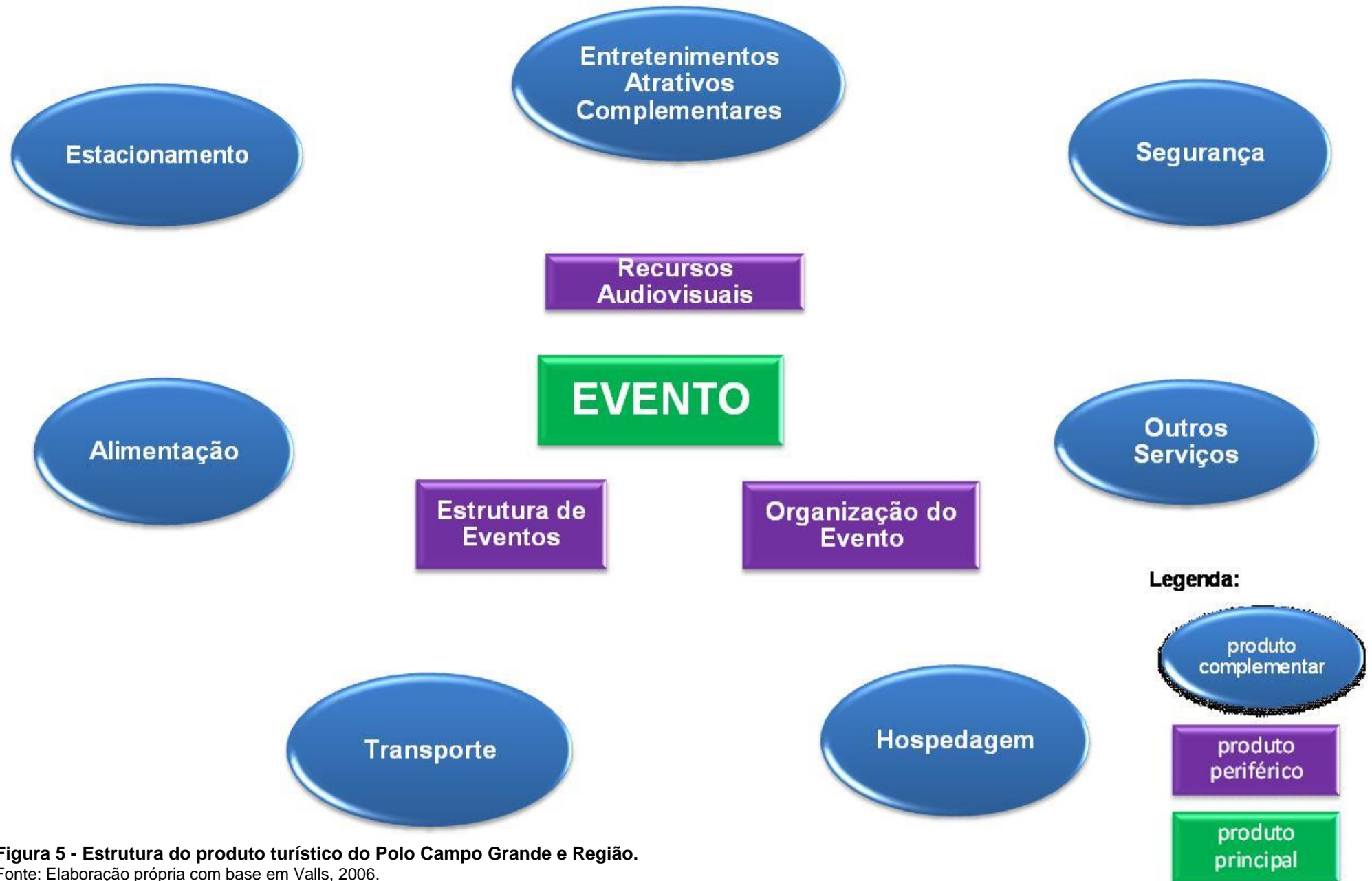


Figura 5 - Estrutura do produto turístico do Polo Campo Grande e Região.

Fonte: Elaboração própria com base em Valls, 2006.

2.1. DEMANDA ATUAL

No Brasil, os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas sobre o andamento do Setor e o perfil da Demanda ainda estão em construção pelos órgãos da gestão pública; em nível federal e estadual, no entanto, depende do entendimento do Setor de que a disponibilidade de dados e informações é fundamental para a efetiva consolidação da atividade, a visibilidade da sua importância para a economia e o fortalecimento da classe empresarial.

Para se obter dados e informações concretas sobre a demanda do principal segmento do destino seria imprescindível a existência de um calendário único e oficial constando todos os eventos programados e/ou realizados anualmente destacando tipologia, abrangência, expectativa de público e demais informações contributivas para planejamento, avaliações e tomadas de decisões. Hoje, essas informações estão pulverizadas em diversos sites, divulgação na mídia e até mesmo restrita ao seu público alvo. Assim, a seguir têm-se os principais eventos programados identificados a partir de várias fontes, com sua expectativa de público que totaliza aproximadamente 1,6 milhões de participantes em 2010.

Quadro 1 - Eventos Programados de 2010 em Campo Grande, MS.

Evento	Período/Data	Local	Público Estimado
Expo Grande	19 à 29 de março 2010	Parque de Exposições Laucídio Coelho	Âmbito nacional. Público estimado: 700 mil pessoas
Feira Internacional e Salão de Turismo de Mato Grosso do Sul	-	Pavilhão Albano Franco	Âmbito Estadual. Público estimado: 27 mil pessoas Evento bianual sendo o último ocorrido em 27 a 31 de maio de 2009.
Stock Car	05 de julho 2010	Autódromo Internacional Orlando Moura	Âmbito nacional. Público estimado: 30 mil pessoas
Fórmula Truck	27 de junho de 2010	Autódromo Internacional Orlando Moura	Âmbito nacional. Público estimado: 50 mil pessoas
Campeonato Mundial de MotoCross	22 agosto de 2010	Motocross	Âmbito internacional. Público estimado: 50 mil pessoas
Bom Odori	20, 21 e 22 de agosto de 2010	Associação Nipo - Brasileira	Público Estimado: 11 Mil pessoas
Expo Brasil Moda Show Sul	31 de Julho a 08 de Agosto	Pavilhão de Exposições Albano Franco	Público Estimado: 15.000 pessoas Expectativa: 09 Pernoites
Feicana 2010 FeiBoi	17 a 19 de Agosto de 2010	Pavilhão de Exposição Albano Franco	Público Estimado: 25.000 pessoas Expectativa: 03 Pernoites
Feincartes Feira Internacional Artesanato e Decoração Artesanal	03 a 12 de Setembro de 2010	Pavilhão de Exposição Albano Franco	Público Estimado: 15.000 Pessoas Expectativa: 10 Pernoites p/turistas visitantes
XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administrativa e Sociologia Rural - Sober	25 a 28 de julho de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 15.000 Pessoas Expectativa: 04 Pernoites p/turistas visitantes
25º Congresso da Ginecologia e Obstetrícia de Mato Grosso do Sul	04 a 07 de Agosto de 2010	Centro de convenções e Exposições Albano Franco	Público Estimado: 300 Pessoas Expectativa: 04 Pernoites p/turistas Visitantes
5º Festival do Sobá	05 a 08 de Agosto	Feira Central	Público estimado: 100.000 Pessoas

Evento	Período/Data	Local	Público Estimado
			Expectativas: 04 Pernoites p/turistas visitantes
XV Noiva fashion	05 a 08 de Agosto de 2010	Centro de convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado 30.000 Pessoas Expectativa: 04 Pernoites p/turistas visitantes
Campeonato Brasileiro de judô	14 e 15 de Agosto de 2010	Ginásio Guanandizão	Público Estimado 2.500 Pessoas Fonte: TV Morena
Campeonato Brasileiro de Voleibol Infanto-Feminino	01 a 12 de Setembro de 2010	Ginásio Guanandizão	Âmbito: Nacional Expectativas: 12 Pernoites p/turistas visitantes Público estimado: 25.000 pessoas
IV CANASUL - Congresso de Tecnologia na cadeia Produtiva da Cana de Açúcar em MS	16 a 18 de Agosto de 2010	Centro de convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.000 Pessoas Expectativa: 04 Pernoites p/turistas visitantes
VIII Congresso de Direito Família	19 a 21 de Agosto de 2010	Centro de convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.000 Pessoas Expectativa: 03 Pernoites p/turistas visitantes
Seminário Intermediário Sukyo Mahikari	20 a 22 de Agosto de 2010	Centro de convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.049 Pessoas Expectativa: 03 pernoites p/turistas visitantes
VII Jornada de Ortopedia e Traumatologia do MS	13 a 14 de Agosto de 2010	Hotel Novotel	Público Estimado: 1.000 Pessoas Expectativa 02 Pernoites p/turistas visitantes
GP Mundial de MotoCross	22 de agosto de 2010	Motódromo de Campo Grande	Âmbito: Internacional Público Estimado: 50.000 Pessoas Expectativa: 07 Pernoites p/turistas visitantes
Corrida do Facho	26 de Agosto de 2010	Rua 14 de julho	Âmbito: Municipal Público Estimado: 1.000 Pessoas
Jornada psiquiátrica do MS	26 a 28 de agosto de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público estimado: 1.000 Pessoas Expectativa: 03 Pernoites p/turistas visitantes
Corrida da Cidade de Campo Grande	29 de Agosto de 2010	Parque do Sóter	Âmbito: Municipal Expectativa: 400 participantes
Campeonato Brasileiro de Tênis Infanto Juvenil	01 a 12 de Setembro de 2010	Radio Clube Cidade	Âmbito: Nacional Expectativa: 12 Pernoites p/turistas visitantes Público estimado: 1.000 pessoas.
Stock Car	05 de julho de 2010	Autódromo Internacional de Campo Grande	Âmbito: Internacional Público Estimado: 30.000 Expectativa: 07 Pernoites p/turistas visitantes
Campeonato Brasileiro de Basquete Cadeirante	07 a 14 de Setembro de 2010	SESC Camilo Bonni	Âmbito: Nacional Expectativa: 08 Pernoites p/turistas visitantes Público esperado: 2.000 pessoas.
21º EMBRA - Encontro Brasileiro de administração	16 e 17 de Setembro de	Centro de Convenções	Público Estimado: 1.000 Pessoas

Evento	Período/Data	Local	Público Estimado
	2010	Rubens Gil de Camilo	Expectativas: 02 Pernoites p/turistas visitantes
20º Seminário Nacional de Parques Tecnológicos	20 a 24 de Setembro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.000 Pessoas Expectativa: 05 Pernoites p/turistas visitantes
9º Congresso Nacional dos Trabalhadores Industriários do Plano da CNTI	Outubro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.200 Pessoas
1º Congresso Multiprofissional do Hospital Regional	Sem data Definida	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.500 Pessoas
Congresso do Direito Tributário e Constitucional	Data não Definida	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.200 Pessoas
Orientando-se no Parque	31 de Outubro de 2010	Parque das Nações Indígenas	Âmbito Municipal Público Estimado: 1.000 Pessoas
GP MS - 10 km	07 de Novembro de 2010	Parque Airton Senna	Âmbito: Estadual Público Estimado: 5.000 pessoas
Curso Rompendo Barreiras	08 a 10 de Novembro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.000 Pessoas Expectativa: 03 Pernoites p/turista visitante
Jogos do SESI – Centro Oeste	13 a 15 de Novembro de 2010	Ginásio do Sesi	Âmbito: Regional Público estimado: 500 pessoas.
IX Congresso Nacional dos Defensores Públicos	16 a 19 de Novembro de 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.000 Pessoas Expectativa: 04 Pernoites p/turista visitante
Feira da Moda - MARIHÁ	19 a 28 de Novembro	Centro de Convenções e Exposição Albano Franco	Público Estimado: 30.000 pessoas. Expectativa: 10 Pernoites p/turista visitante
Mini Maratona do SESC – 05 a 10 km	21 de Novembro de 2010	Avenida Afonso Pena	Âmbito: Municipal Público Estimado: 300 pessoas.
Corrida Super - 7 km VO2	28 de Novembro de 2010	Autódromo Internacional de Campo Grande	Âmbito: municipal Expectativa: 07 Pernoites p/turistas visitantes Público Estimado: 500 pessoas
Congresso Internacional da Integridade e Integração: Um Grande Desafio do SUS	29 de Novembro e 01 de Dezembro 2010	Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo	Público Estimado: 1.000 Pessoas Expectativa: 03 Pernoites p/turistas visitante
Circuito Corre Morena 05 e 10 km	05 de Dezembro de 2010	A Definir	Âmbito Municipal Público Estimado: 550 pessoas.
Noite do Natal	Dezembro	A definir	Âmbito Municipal Público Estimado: 400 mil.

Fonte: www.portalms.com.br, www.campograndecvb.com.br; www.mundocross.com.br.

Ressalta-se que o quadro acima não se trata do Calendário dos Eventos Previstos ou Agendados para 2010 no Polo Campo Grande e Região; mas que através de pesquisa foi possível levantar essa relação como amostragem da Oferta dos Eventos 2010.

A demanda atual capaz de mensuração no polo selecionado diz respeito apenas a Campo Grande, dentro do segmento de Negócios e Eventos em função do perfil desses turistas que se hospedam em hotéis permitindo-se assim identificá-lo através da movimentação hoteleira. Quanto à visitação aos atrativos turísticos complementares estão disponíveis apenas:

Da Linha Turismo implantada em 2004 com o Projeto City Tour Campo Grande realizada por ônibus especialmente utilizados para o turismo - *double-decker*, o piso superior deste ônibus fica ao ar livre, proporcionando uma vista panorâmica do trajeto que percorre 42 diferentes pontos turísticos da cidade no passeio que dura aproximadamente duas horas e meia .

Gradativamente, esta Linha Turismo vem se consolidando como um dos principais atrativos da capital segundo dados do *Convention & Visitors Bureau* Campo Grande: em 2009 a variação positiva de 9,3% em relação a 2008 com 13.438 turistas que realizaram o passeio.

Do Trem do Pantanal, inaugurado em maio/2009, saindo da Estação de Indubrasil realiza um passeio turístico entre a capital e os municípios pantaneiros de Aquidauana e Miranda com impacto também na Região Bonito Serra da Bodoquena. No período entre maio/2009 - fevereiro/2010 foi transportado 6.034 passageiros sendo 4.592 pagantes segundo dados da Serra Verde Express.

2.1.1. Perfil Quantitativo

Em decorrência da ausência de um banco de dados que permita quantificar o volume de turista do polo nos últimos anos, optou-se por analisar o fluxo de turistas através da movimentação nos meios de hospedagem da capital do Estado, que apesar de subestimar o volume de visitantes do polo é a única base de dados existente. Esta informação é gerada no Sistema de Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira, considerando o seu embasamento metodológico e alimentação com dados extraídos do Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH - documento remetido pelos Meios de Hospedagem ao referido Órgão Estadual de Turismo, segundo a Deliberação Normativa Nº 23 de abril de 2002 e o Art. 42 e 46 da Lei Nº 11.771 de 11 de setembro de 2008.

No Estado do Mato Grosso do Sul, somente em 2007 passou-se a quantificar a entrada de hóspedes da capital e do interior em separado, sendo esta metodologia revisada em 2008 de tal modo que, a Fundtur recomenda que a comparação da variação anual seja realizada com dados a partir de 2008. Assim, tem-se como estimativa mínima de visitantes no polo, passível de análise:

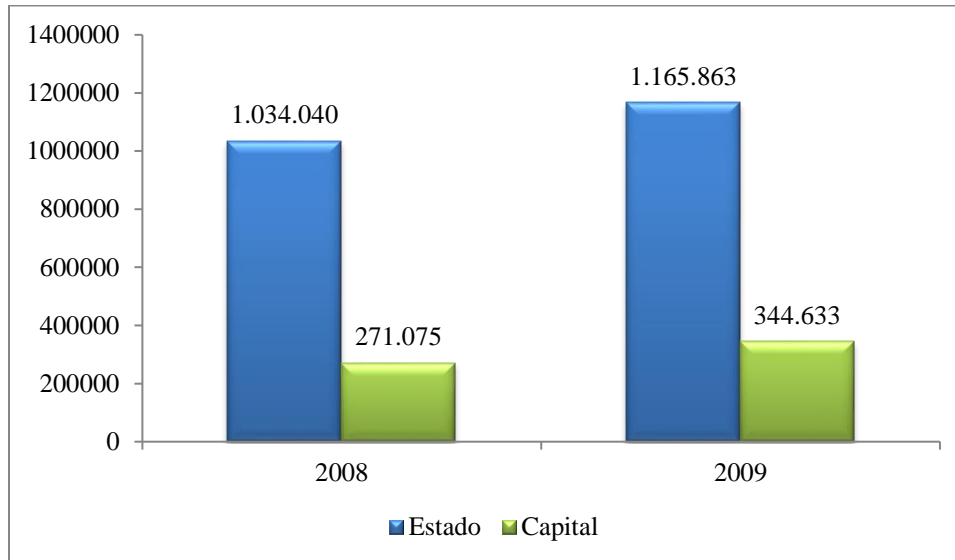


Figura 6 - Volume estimado de turistas em 2008 e 2009.

Fonte: Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira-Mtur/Fundtur/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Comparando a evolução do volume registrado em 2009 com 2008 do Estado com a Capital, nota-se que o fluxo de turista na capital, e por consequência no polo, cresceu a um percentual superior ao do Estado, 27% na capital enquanto no Estado o aumento foi de 13%.

A partir da amostragem de 10% do total de Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH de Campo Grande enviadas em 2007 e 2009 verifica-se como mercado geográfico de procedência destes turistas:

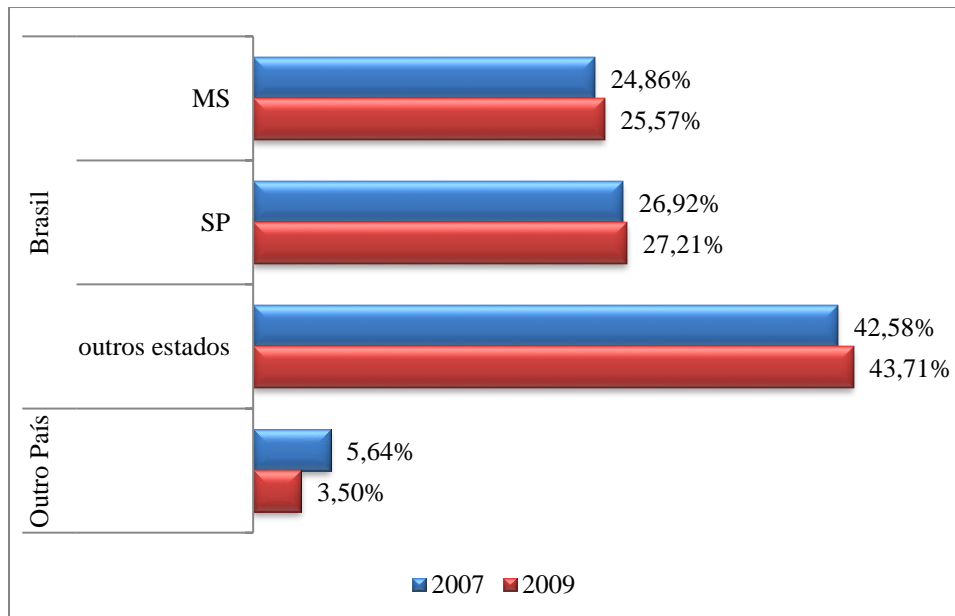


Figura 7 - Mercados geográficos de procedência do turista de Campo Grande em 2007 e 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010 a.

Com base no volume de turistas da capital e na procedência acima apresentados estima-se o seguinte volume de turistas por mercado geográfico de procedência em 2009:

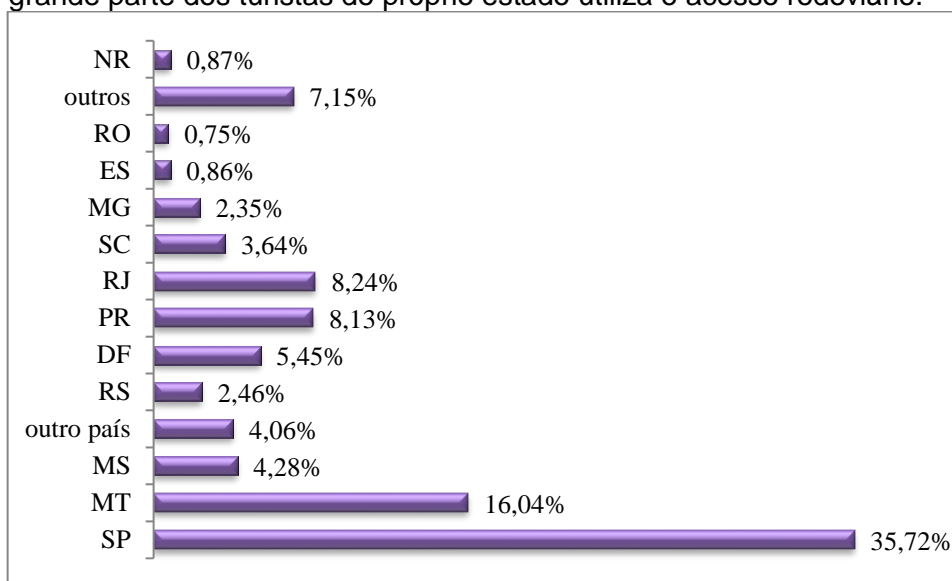
Quadro 2 - Volume de turistas por mercado geográfico em 2009.

Procedência		2009
Brasil	MS	88.131
	SP	93.785
	Outros estados	150.655
Outro País		12.062
Total		344.633

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da BOH e FNRH (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Em 2005, foi realizada, através da parceria entre a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, Prefeitura Municipal de Campo Grande - PMCG por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio - SEDESC e FUNDTUR/MS, pesquisa entre os passageiros desembarcados no Aeroporto Internacional de Campo Grande, sendo entrevistados 935 passageiros de vôos regulares nacionais e regional o que possibilitou uma amostragem de 4,1% do total dos 22.850 passageiros desembarcados no período segundo dados da INFRAERO (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

A partir dos resultados desta pesquisa ratifica-se a importância de São Paulo como importante mercado de procedência e em decorrência do meio de transporte, aéreo, a importância do Mato Grosso do Sul na procedência dos turistas é menor nesta pesquisa, visto que grande parte dos turistas do próprio estado utiliza o acesso rodoviário.

**Figura 8 - Procedência dos turistas desembarcados no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS.**

Fonte: INFRAERO, SEDESC - PMCG, FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Cabe destacar que 62,67% destes turistas tem idade entre 31 e 50 anos, 77,54% moram em outros estados, 10,80% no interior de MS, sendo 6,74% em Campo Grande (a maioria).

Valendo-se da mesma pesquisa tem-se como grau de permanência:

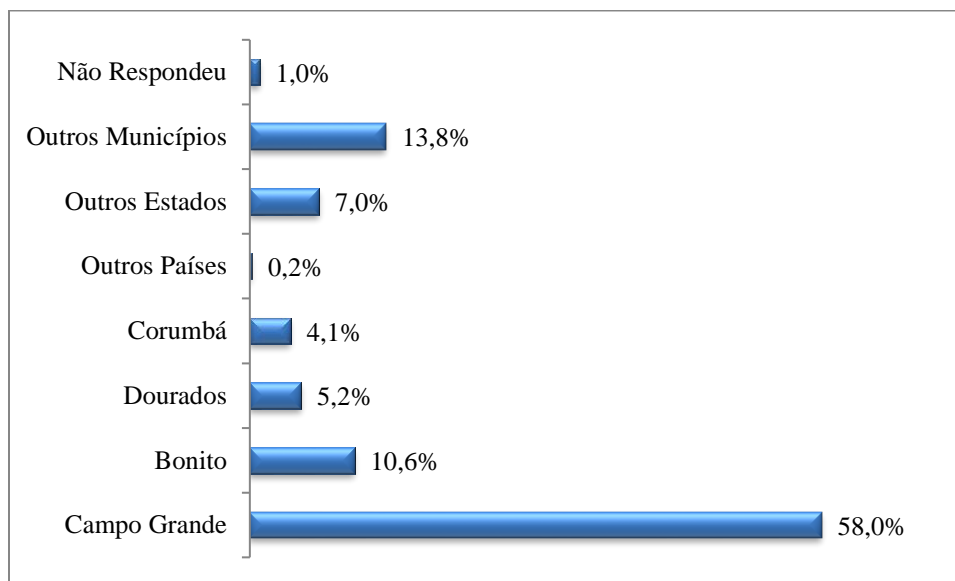


Figura 9 - Grau de permanência em Campo Grande, MS.

Fonte: INFRAERO, SEDESC - PMCG, FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Nota-se que 41% seguiram viagem, em grande parte dirigindo para Bonito. Dentre outros municípios foram citados: Maracaju, Miranda, Naviraí, Ponta Porã, Amambaí, Aquidauana, Bodoquena, Chapadão do Sul, São Gabriel do Oeste, Fátima do Sul, Sidrolândia, Costa Rica, Corguinho, Rio Negro, Três Lagoas, Rochedo, dentre outros.

Tomando-se por base o volume de turistas apresentado, embasado nas hospedagens no município de Campo Grande, realizou-se a projeção futura do fluxo de turistas. Dessa forma, para a previsão do número de hospedagens em Campo Grande foi utilizado o modelo de previsão linear simples em decorrência do baixo número de observações em série histórica. Os resultados estão na figura e quadro abaixo.

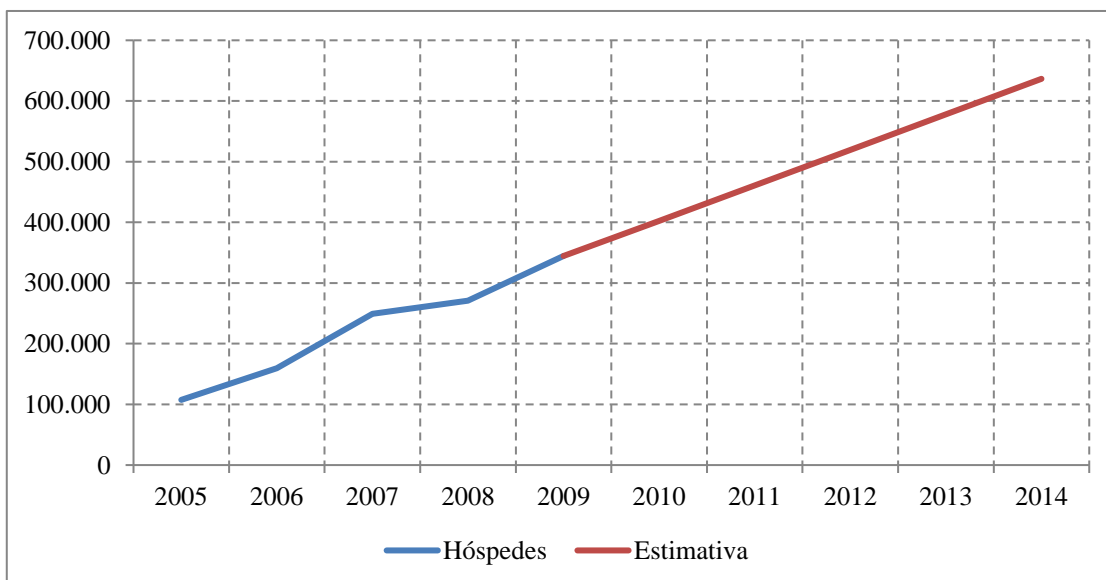


Figura 10 - Previsão de hospedagens em Campo Grande entre 2010 e 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de BOH (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Quadro 3 - Estimativas de hospedagens em Campo Grande entre 2010 a 2014.

Ano	Estimativa
2010	402.173
2011	460.762
2012	519.351
2013	577.941
2014	636.530

No entanto, mesmo considerando-se a realização dos eventos esportivos que ocorrerão no Brasil (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas de 2016), os números projetados são bastante otimistas e podem não refletir plenamente a realidade. Vale destacar que o modelo utilizado (regressão linear simples) apresenta essa limitação e, associado a isso, a série histórica é muito recente e pequena, o que pode comprometer o resultado projetado.

2.1.2. Perfil Qualitativo

No Brasil, ainda, os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas sobre o Setor de Turismo, perfil da Demanda entre outros aspectos, estão em construção pelos órgãos da gestão pública, em nível federal e estadual. Por isso, o perfil qualitativo aqui analisado é embasado em pesquisa realizada pela FUNDTUR/MS com amostra de 10% coletada a partir das informações da FNRH de 2007 e 2009, encaminhadas pelos Meios de Hospedagens em atendimento a legislação vigente para o Setor - Deliberação Normativa 429/2002 - Regulamentação Geral dos Meios de Hospedagem - Ministério do Turismo e Decreto Estadual Nº 11.536 de 12/01/2004 - cujo cumprimento na Região se dá apenas pelos empreendimentos de Campo Grande.

Quadro 4 - Perfil do Turista conforme FNRH - Campo Grande - 2007 e 2009.

Descrição	2007	2009
Motivos da Viagem	Negócios, Turismo, Eventos, Lazer, Estudo e Saúde: 79,87%	Negócios e Convenções: 59,60%
	Outros Motivos: 20,13%	Turismo e Lazer: 24,70% Outros Motivos: 15,70%
Nacionalidade	Brasileiras: 93,16%	Brasileiras: 96,50%
	Estrangeiras: 5,64%	Estrangeiras: 3,50%
	Não Respondeu: 1,20%	
Procedência do turista nacional	Próprio Estado: 26,35%	Próprio Estado: 26,50%
	São Paulo: 28,53%	São Paulo: 28,20%
	Outros Estados: 45,12%	Outros Estados : 45,30%
Nacionalidade do turista Estrangeiro	Estados Unidos, Alemanha, Bolívia, França, Espanha, Itália, Argentina, Austrália, Holanda, Portugal, Suíça, Inglaterra, Japão, Uruguai, Paraguai, Noruega, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Irlanda, México, Nicarágua, Bélgica, Áustria, Israel, Panamá, Peru, África do Sul, Ucrânia, Finlândia, Hungria, Jordânia, Luxemburgo, Nepal, China, República Dominicana, Rússia, Suécia.	Alemanha, França, Austrália, Itália, Japão, Portugal, Suíça, Canadá, Dinamarca, Inglaterra e Áustria.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Segundo FNRH/2009, dos turistas nacionais, contribuindo com os dados acima se tem ainda por município: Belo Horizonte - 2,20%; Rio de Janeiro - 2,60%; Porto Alegre - 1,10%; Salvador - 0,50% e Recife - 0,50%.

Apesar de em 2007 a motivação da viagem apresentada ser agregada, verifica-se nos dados de 2009 que a principal motivação do turista do polo em questão são negócios e eventos, ratificando esta como a principal vocação do polo.

Complementando os dados decorrentes da FNRH com os resultados da pesquisa de 2005 realizada pela INFRAERO, SEDESC-PMCG e FUNDTUR no aeroporto de Campo Grande, anteriormente mencionada, tem-se a seguinte composição da motivação da viagem:

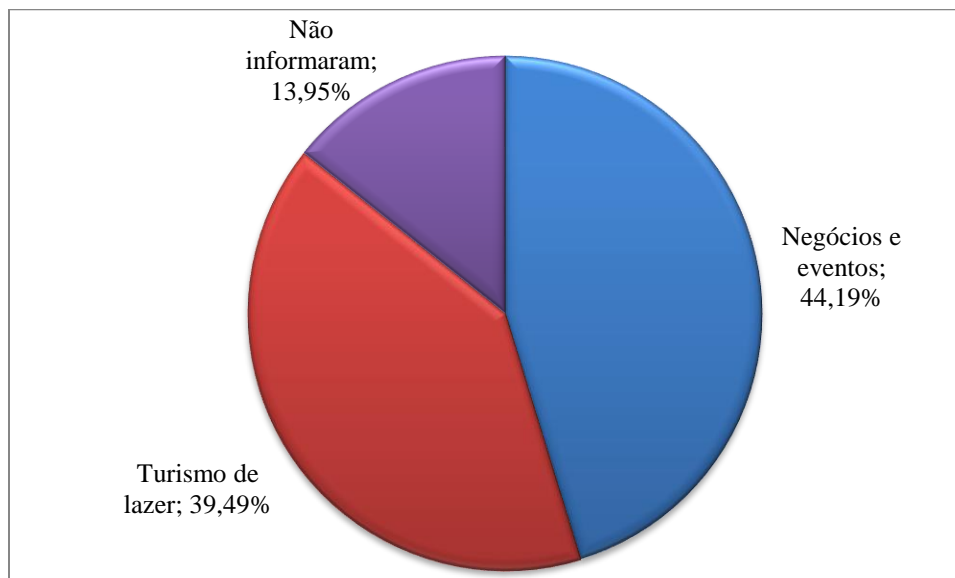


Figura 11 - Motivação da viagem do turista que desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS.

Fonte: INFRAERO, SEDESC-PMCG, FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Uma vez no destino, verifica-se conforme classificação e hierarquização dos atrativos apresentados anteriormente, como atrativos mais valorizados, uma vez que não há dados de controle de visitação, os seguintes atrativos, classificados como nível III¹ e IV²:

¹ Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.

² Atrativo turístico de excepcional valor e de grande significado para o mercado internacional, capaz por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais, tanto internacionais como nacionais.

Quadro 5 - Atrativos mais valorizados no Polo Campo Grande e Região.

Município	Categoria	Atrativo
Campo Grande	Turismo de Negócios e Eventos	Eventos de âmbito nacional e internacional
	Turismo Rural	Portal da Águas
	Turismo de Natureza	Parque do Prosa
	Turismo de Estudos e Intercâmbio (científico)	Embrapa Gado de Corte
Corguinho	Turismo cultural (Místico)	Projeto Portal Ufos
	Turismo Rural	Agrotecnológico - Fazenda Anew
Sidrolândia	Turismo Rural	Fazenda Piana
	Turismo Aventura	Rampas para Vôo Livre
Terenos	Turismo Rural	Agrotecnológico - Projeto Pacu e Fazenda Modelo da Embrapa
Nova Alvorada do Sul	Turismo Aventura	Rampas para Vôo Livre

Salienta-se que existem diversos outros atrativos no polo, alguns consolidados e muitos outros com grande potencialidade, conforme anteriormente apresentados, porém não se configuraram como atrativos mais valorizados.

Um aspecto fundamental na análise da demanda do mercado turístico é a avaliação da sensibilidade do turista em relação à variação do preço dos atrativos. Para tanto, foi utilizado o cálculo de elasticidades.

Os cálculos de elasticidades foram realizados a partir das informações de preço e de quantidade de 2007 e 2009 fornecidas pela FUNDTUR e pela gerência do Centro de Convenções e Exposições Albano Franco. A partir das quais foram analisados três atrativos de eventos importantes para o município sendo: Eventos e público no Rubens Gil de Camilo, volume financeiro da Expogrande e locação do auditório e eventos no Albano Franco.

Foram calculadas as elasticidades-preço da demanda e elasticidade-renda da demanda sendo empregada a metodologia de cálculo de elasticidade no ponto. (Pyndick, 2006).

Para o cálculo da renda foi levado em consideração dados do Ministério do Trabalho e Emprego (renda média e número de ocupados) e utilizado os valores para o cálculo do número índice da renda (Hoffmann, 2006).

Abaixo segue o cálculo da elasticidade-preço da demanda (EPD) para a locação do Albano Franco para eventos e auditório.

Quadro 6 - Elasticidade-preço da demanda do Albano Franco entre 2009 e 2010.

Atrativo	EPD	Tipo de EPD
Albano Franco	Auditório	- 3,85
	Eventos	- 3,33

Com relação à elasticidade-preço da demanda do Albano Franco, tanto para eventos quanto para locação do auditório os resultados deram uma demanda elástica a preços, ou seja, são muito sensíveis a redução de preços. Qualquer redução no preço de locação do espaço resulta num aumento mais que proporcional na quantidade de eventos, tanto no auditório quanto nos eventos.

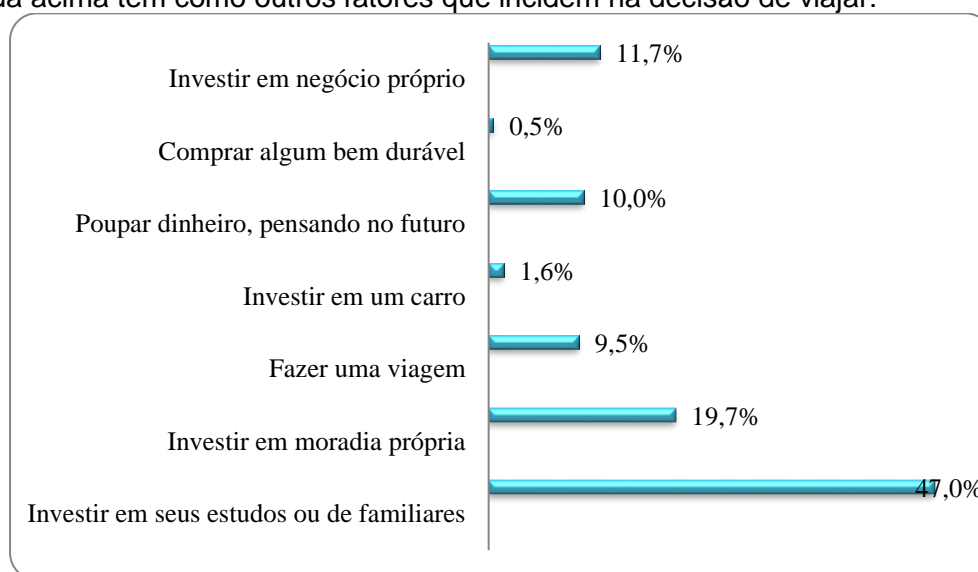
Foi calculada a elasticidade-renda da demanda (ERD) de alguns eventos, sendo o Rubens Gil de Camilo e Expogrande. Os resultados estão na tabela abaixo.

Quadro 7 - Elasticidade-renda da demanda do Rubens Gil de Camilo e da Expogrande entre 2007 e 2009.

Atrativo		ERD	Bem	Tipo de ERD
Rubens Gil de Camilo	Nº Eventos	3,91	Superior	Elástica
	Público	7,10	Superior	Elástica
Expogrande	Volume	2,14	Superior	Elástica
	Financeiro			

Tanto para o Rubens Gil de Camilo e Expogrande, em relação a renda, se demonstraram atrativos definidos como bens superiores ($ERD > 1$), ou seja, aumentos na renda impactam mais que proporcionalmente no número de eventos e público no Rubens Gil de Camilo e no caso da Expogrande, aumentos na renda da população impactam mais que proporcionalmente no volume financeiro da exposição.

Analisaram-se também outros fatores que incidem na decisão de viajar baseado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009³, realizada pelo Ministério do Turismo. A extrapolação dos resultados desta pesquisa para o Polo Campo Grande e Região deve-se ao fato do mercado geográfico de origem do turista do polo em análise, onde grande parte procede do Estado de São Paulo, coincidir com as localidades onde foi aplicada a pesquisa: Estado de São Paulo e as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Assim, complementando a elasticidade da demanda analisada acima tem como outros fatores que incidem na decisão de viajar:

**Figura 12 - Outros fatores que incidem na decisão de viajar em 2009.**

Fonte: BRASIL, 2010h.

Verifica-se acima que, dentre os demais fatores que incidem na decisão de viajar a possibilidade de investimento em estudos, sejam próprios ou de familiares, são os de maior influência, seguido pelo investimento em moradia ou em negócio próprios.

A partir da mesma pesquisa identifica-se que, o turista, uma vez decidido pela viagem, realiza-a, maiormente nas férias com duração média de até uma semana, sobretudo entre 4 7 dias de viagem, conforme ilustram as duas figuras seguintes:

³ Cabe citar que nesta pesquisa foram entrevistados turistas brasileiros maiores de 18 anos e das classes a, b, c, e, d, com margem de erro de mais ou menos 2,0 pontos percentuais, em um intervalo de confiança de 95%.

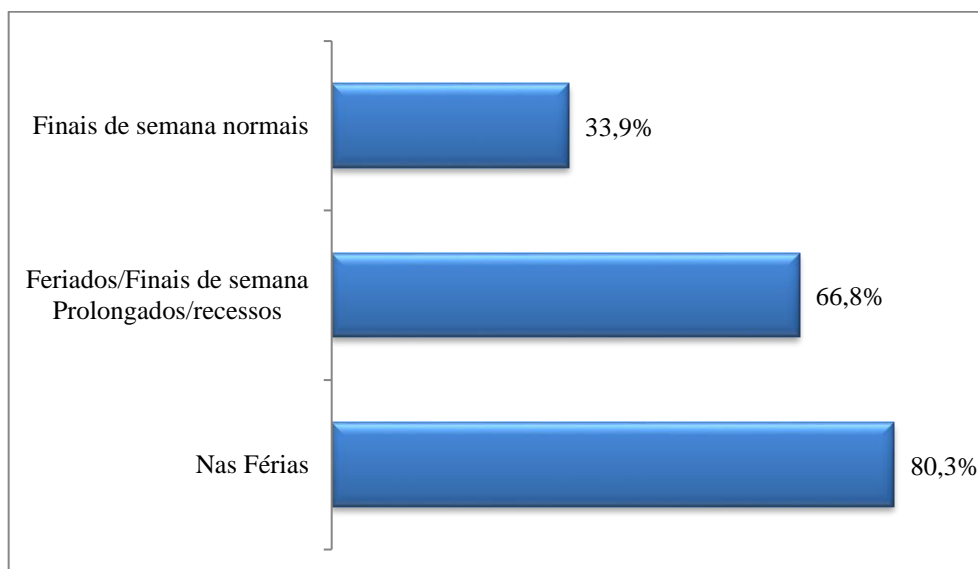


Figura 13 - Época de realização da viagem em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010h.

Nota-se que a somatória das respostas acima ultrapassa 100% visto que o mesmo entrevistado optou por mais de uma resposta, sendo a análise baseada na frequência então.

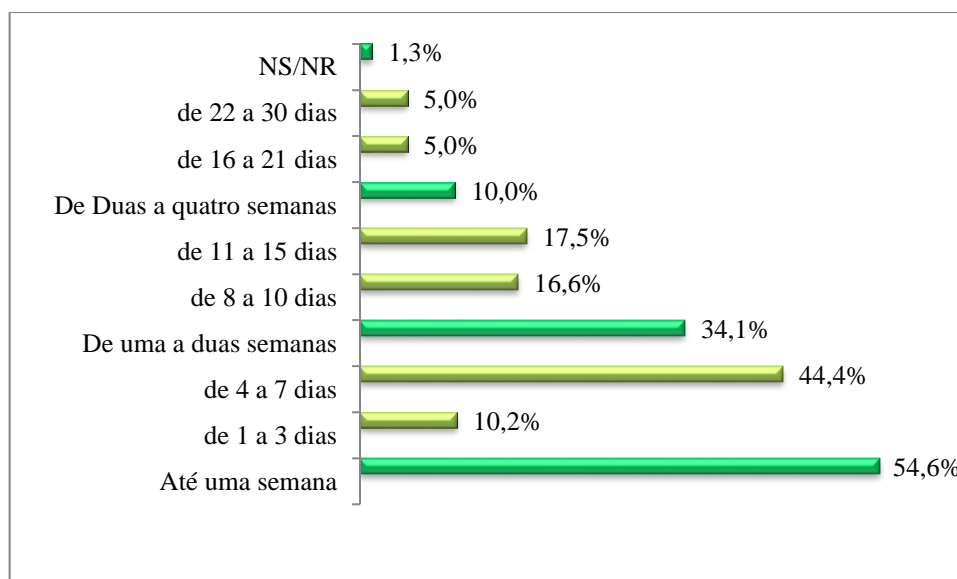


Figura 14 - Tempo de permanência em dias e em semanas em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H .

Conforme amostragem das FNRH de 2009 estima-se que a permanência média do turista em Campo Grande seja de 3 dias, já a Pesquisa aplicada em 2005 junto aos passageiros que desembarcaram no aeroporto em Campo Grande também apresenta a permanência média do turista, ratificando o período de até uma semana como o mais frequente, conforme figura a seguir:

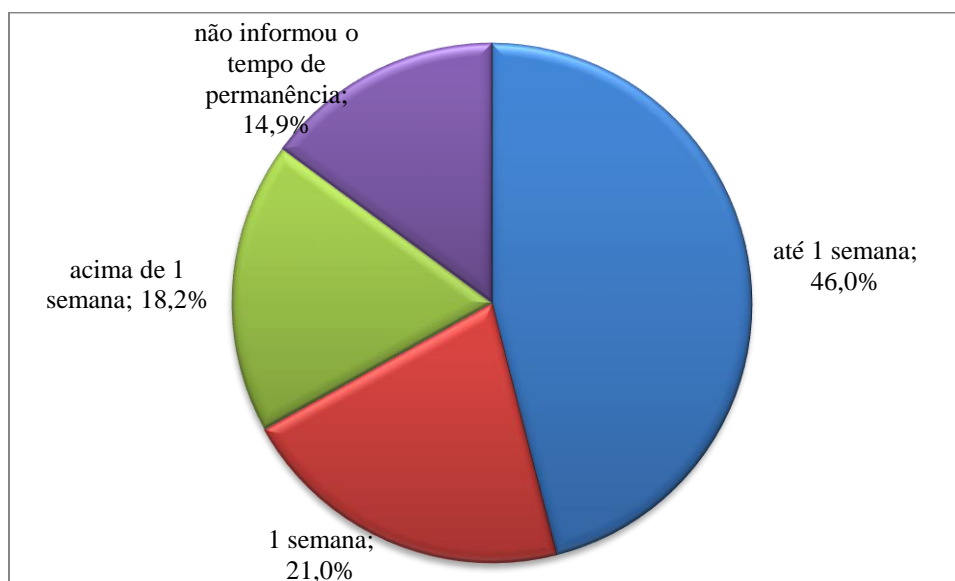


Figura 15 - Tempo de permanência do turista que desembarcou no Aeroporto Internacional de Campo Grande, MS em 2005.

Fonte: INFRAERO, SEDESC-PMCG, FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Embasado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009, tem-se a seguir o gasto médio do turista atual e a composição deste gasto em 2007 e 2009 extrapolados para o Polo Campo Grande e Região pela ausência de dados sistêmicos locais. A partir destes dados verifica-se que entre os dois períodos ocorreu uma queda no gasto médio do turista de 9%, sendo os gastos com presentes o que apresentou maior variação porcentual (-26%) e o gasto com hospedagem e transporte o que apresentou maior variação nominal (-R\$ 143,04).

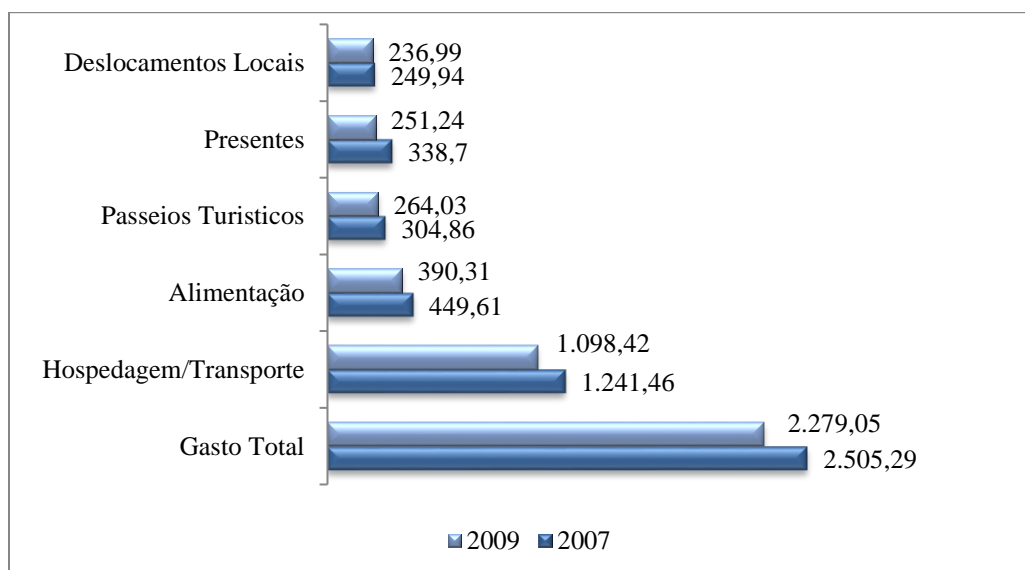


Figura 16 - Gasto médio individual e composição do gasto durante a viagem em 2007 e 2009 (valores em reais).

Fonte: BRASIL, 2010H .

Considerando a preferência do turista em termos de equipamento e serviços turísticos têm-se os hotéis como o principal meio de hospedagem utilizado, seguido de casa de amigos/familiares e pousadas, de acordo com a figura seguinte:

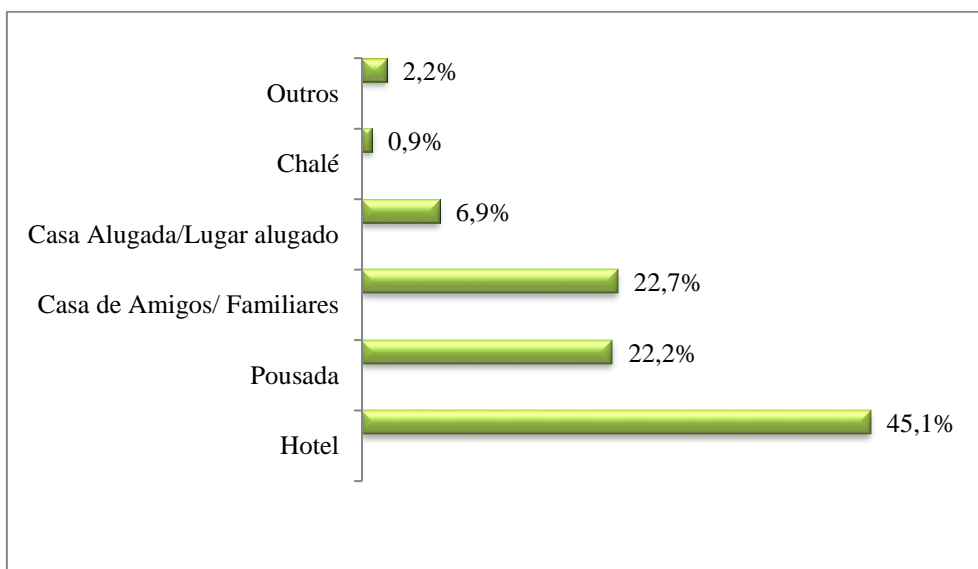


Figura 17 - Meios de hospedagem preferidos em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H .

Ainda sobre a preferência, tem-se como principal meio de transporte escolhido em 2009 o carro, conforme figura abaixo:

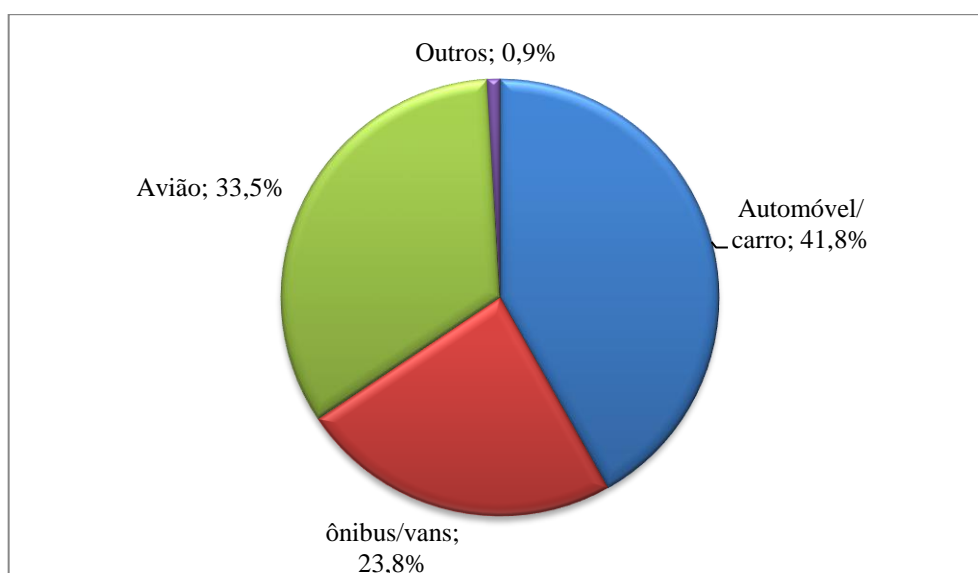


Figura 18 - Meios de transporte preferidos em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H .

Complementando a análise acima com os dados da FNRH de 2007 e 2009 ratifica-se em 2009, o carro como o meio de transporte preferido, porém igualmente o avião é apontado como principal meio de transporte, sobretudo se analisada frequência das respostas em 2007 quando o avião superou o carro.

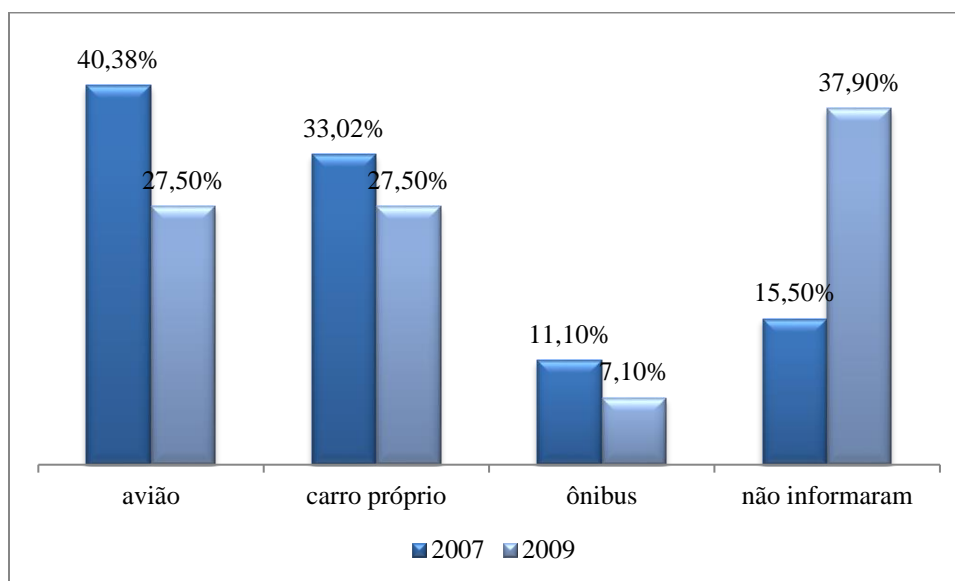


Figura 19 - Meios de Transporte escolhidos pelo turista de Campo Grande em 2007 e 2009.

Fonte: FNRH FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Finalizando o perfil qualitativo da demanda atual, constata-se como principal modo de viajar a viagem em família, com conforme abaixo:

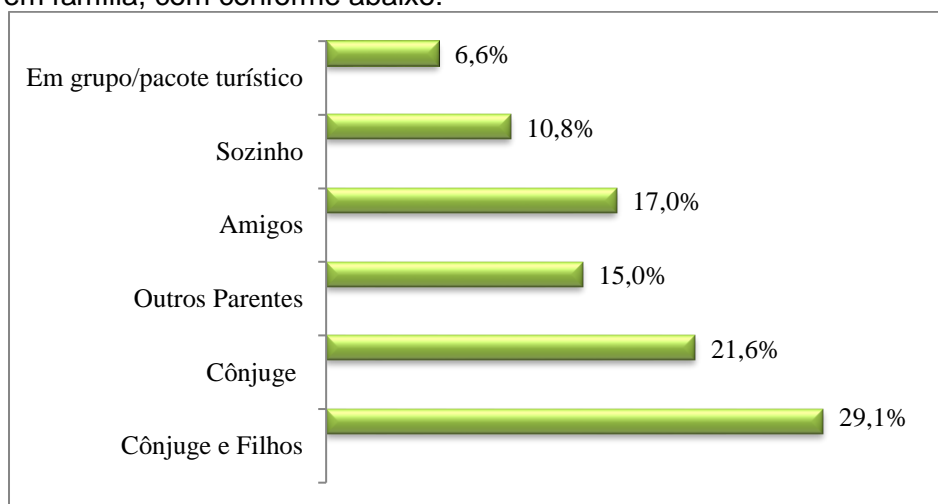


Figura 20 - Modo de viajar em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

2.1.3. Comportamento e hábitos.

Tendo como referência a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro 2009, verifica-se que em grande parte o turista programa com antecedência a viagem, levando de 16 a 30 dias para isto, a maioria.

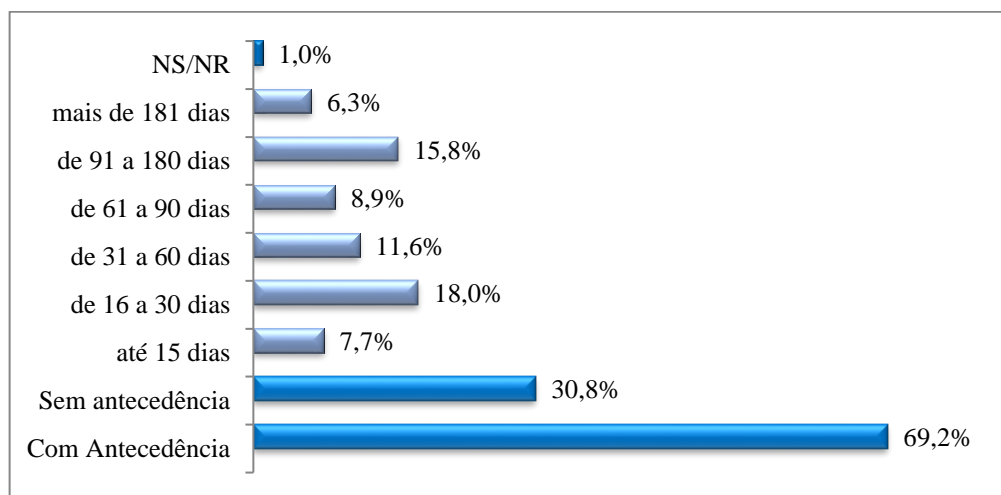


Figura 21 - Planejamento prévio da viagem.

Fonte: BRASIL, 2010H.

A mesma pesquisa identifica como os canais de informação e distribuição mais usados: parentes/amigos e a internet, tal como ilustra a figura seguinte.

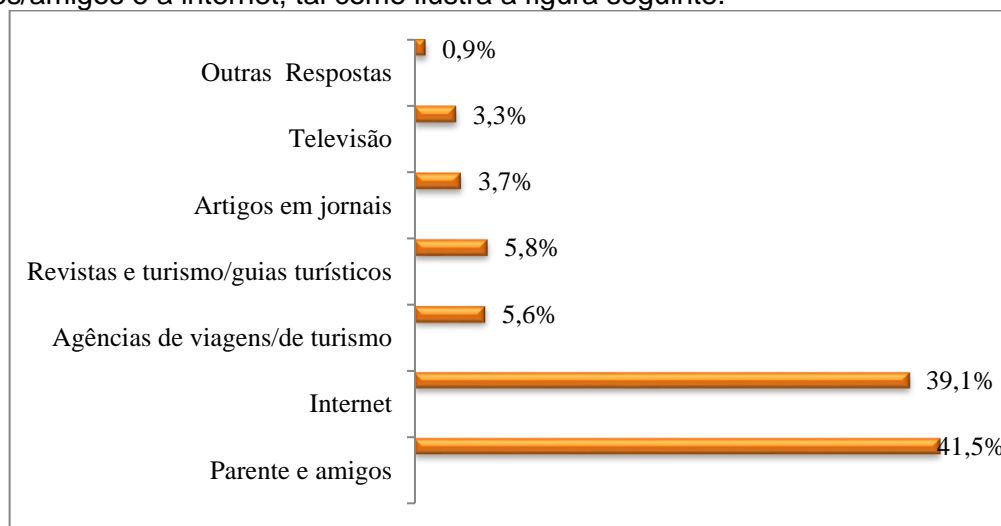


Figura 22 - Fontes de informação do turista atual em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

Em 2001, conforme informações da FUNDTUR, parentes e amigos representavam cerca de 50% das principais fontes de informação do turista. Esta redução deve-se ao impacto da internet, destacando-se as redes de relacionamento, dada sua amplitude de divulgação como fonte rápida de informação. Mesmo assim, acredita-se que a importância de parentes e amigos como fontes de informação e divulgação turística ainda será mantida como a maior em decorrência da confiabilidade da informação e da efetiva capacidade de persuasão da mesma.

Corroborando com os dados acima, em dezembro de 2005, foi aplicada em Campo Grande uma pesquisa para analisar a qualidade do serviço turístico local pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - SEBRAE/MS junto com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC e Fundação Cândido Rondon - FCR⁴, na qual se identificaram que os meios de comunicação mais utilizados para divulgar a imagem da empresa são a internet (68%), patrocínio e apoio a eventos (62%), jornal, rádio e televisão (64%). Entretanto, mais de 95% dos entrevistados assumem que a principal forma

⁴ A pesquisa foi aplicada junto a 71 turistas, 23 empresas (agências de viagem, hotéis, promotoras de eventos, transportadores e restaurantes) e 42 funcionários.

de divulgação é a comunicação feita boca a boca, reforçando a relevância da indicação de parentes e amigos na divulgação do polo em análise. (SEBRAE; FAPEC; FCR, 2006)

A pesquisa supracitada indica que a plena satisfação das necessidades dos clientes é a principal imagem que as empresas buscam transmitir (95%). Mas as empresas também buscam passar uma imagem voltada para a confiabilidade nas informações prestadas (73%) e segurança (82%).

Ponderando sobre o tipo de informação requerida pelo turista em função da motivação da viagem, no caso negócios e eventos, há de se considerar que o receptivo aos turistas é maiormente realizado pelo organizador do evento. Neste sentido, conforme informações fornecidas por representantes responsáveis pela organização de eventos para a Capital (Centro de Convenções e Exposições Albano Franco e Painel Florestal Organização de Eventos), as principais informações solicitadas pelo turista são: valores e duração do evento, informações quanto ao palestrante (no caso de palestras, seminários) artista ou participantes (no caso de shows e eventos esportivos), o conteúdo do evento. Também são solicitadas informações sobre localização do evento, meios de transporte uma vez estando no destino (serviço de táxi, por exemplo) e quanto a bares e restaurantes locais para o período da noite.

Recentemente, o turista também passou a se interessar pela infraestrutura do local do evento e por isso os divulgadores dos eventos normalmente adicionam em seus meios de divulgação fotos, croquis ou descrição do local do evento. Salienta-se que este turista geralmente já tem o meio de hospedagem pré-estabelecido e por isto não demanda esta informação do receptivo local.

Ratificando estes dados oriundos de informação verbal, descritos acima, tem-se como resultado da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria (Anexo 1) junto aos representantes da cadeia turística de Campo Grande, entre eles, 14 agências de turismo entrevistadas entre 08 e 23 de setembro de 2010, que indicam que o turista que busca a agência de turismo não tem pré-estabelecido o meio de hospedagem e com grande relevância demanda informações referentes aos atrativos (evento), preço, infraestrutura turística entre outros conforme figura a seguir:

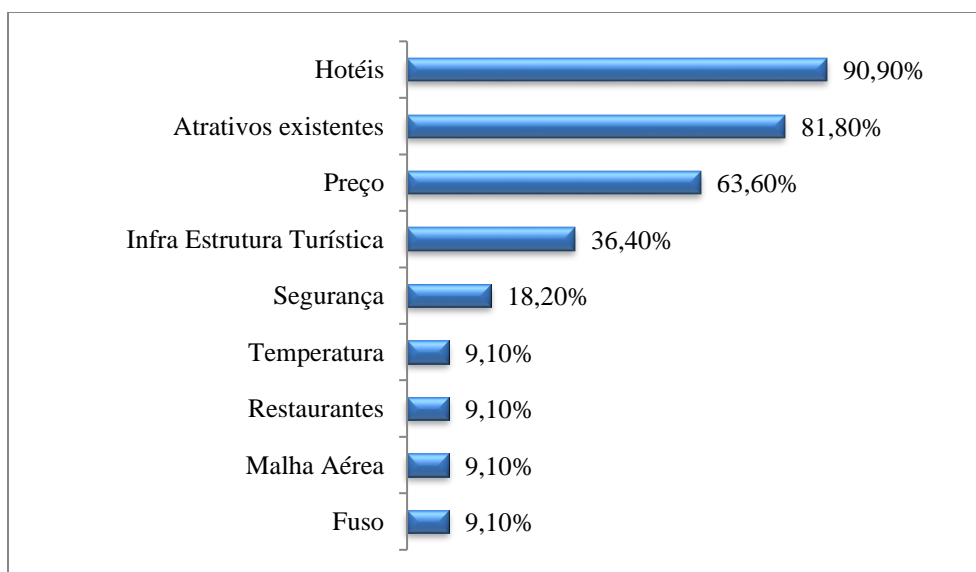


Figura 23 - Informações requeridas pelo turista do Polo Campo Grande e Região em 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Cabe analisar os destinos competidores contra os quais se compara o polo no segmento de negócios e eventos (vocação principal do polo), pois, conforme informação dos representantes dos principais responsáveis pela atração de eventos para a Capital

(FUNDTUR, *Convention & Visitor Bureaus* e Centro de Convenções e Exposições Albano Franco), Campo Grande concorre com outras capitais ou cidades com a mesma ou com melhor infraestrutura turística para recebimento de eventos, porém o município possui a restrição de captar eventos (de convenções) de médio porte (de 1800 a 2000 pessoas, no máximo).

No entanto, não há estudos ou pesquisas sobre quem são os concorrentes da cidade quando se trata de turismo de eventos programados e negócios, assim aponta-se a infraestrutura turística como fator determinante na captação de eventos, salientando-se como ponto positivo de Campo Grande, como destino de eventos, que os responsáveis pela realização de eventos consideram que São Paulo e Rio de Janeiro são destinos que chegaram ao seu limite, abrindo espaço para outras cidades. Da mesma maneira, apontou-se com ponto negativo de Campo Grande sua distância dos eixos São Paulo - Rio de Janeiro e Brasília - Belo Horizonte, além do número de vôos para a cidade ser considerado baixo: apenas três diários, conforme informação dos representantes de instituições responsáveis pela atração e divulgação de eventos supracitadas.

2.1.4. Estrutura do gasto turístico.

Com base na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009, conforme anteriormente apresentado, gasto médio do turista atual em 2009 foi 9% inferior ao gasto em 2007, sendo a maior variação porcentual observada no gasto com presentes e a nominal no gasto com hospedagem/transporte conforme quadro seguinte:

Quadro 8 - Gasto médio individual do turista em 2007 e 2009.

Descrição	2007	2009	variação	
	em reais		%	em reais
Hospedagem/Transporte	1.241,46	1.098,42	-12%	-143,04
Alimentação	449,61	390,31	-13%	-59,30
Passeios Turísticos	304,86	264,03	-13%	-40,83
Presentes	338,7	251,24	-26%	-87,46
Deslocamentos Locais	249,94	236,99	-5%	-12,95
Gasto Total	2.505,29	2.279,05	-9%	-226,24

Fonte: BRASIL, 2010H .

Analisando a estrutura do gasto médio do turista em 2009, a hospedagem/transporte é o principal gasto do turista durante a viagem:

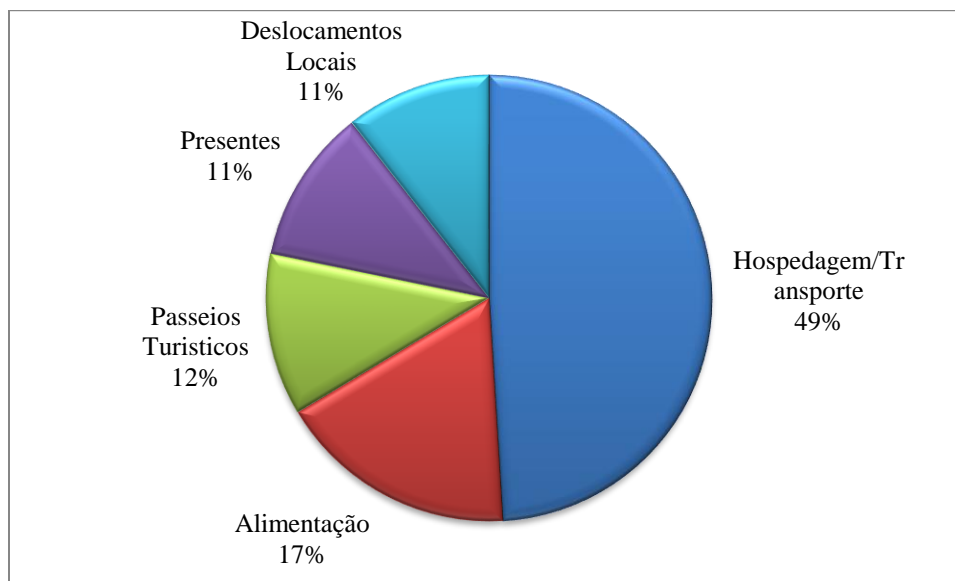


Figura 24 - Estrutura do gasto durante a viagem em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H.

Adotando-se o gasto médio do turista acima (R\$ 2.279,05) e extrapolando estes números para o fluxo de turista projetado nos próximos anos, apresentado anteriormente, estimam-se as seguintes receitas derivadas do desenvolvimento da atividade turística para o polo conforme abaixo:

Quadro 9 – Estimativa da receita turística do Polo Campo Grande e Região entre 2008 e 2015.

Ano	Fluxo de Turistas	Receitas	Var.% das receitas
2008	271.075	88.253.887,75	-
2009	344.633	112.202.165,81	-
2010	402.173	130.935.463,61	16,70
2011	460.762	150.010.284,34	14,57
2012	519.351	169.085.105,07	12,72
2013	577.941	188.160.251,37	11,28
2014	636.530	207.235.072,10	10,14
2015	701.058	228.243.610,43	10,14

2.1.5. Valorização da qualidade da oferta atual

A FUNDTUR aplicou uma pesquisa de satisfação para analisar a qualidade da oferta atual, identificando falhas de qualidade dos serviços, grau de fidelidade e taxa de recomendação positiva. Para tanto a pesquisa foi aplicada na segunda edição da Cidade do Natal, evento que segundo dados divulgados pela imprensa, recebeu cerca de 400 mil visitantes nos 30 dias de funcionamento, das 10:00h às 23:30h diariamente, chegou a receber 15 mil visitantes/dia.

A Cidade do Natal é montada anualmente num espaço público de entretenimento e lazer com área de 12 mil m², localizado junto a um importante atrativo local, o Parque das Nações Indígenas. Este evento configura-se como uma oportunidade para movimentar grande parte da cadeia do turismo no mês de dezembro, considerada época de baixa para os eventos de negócios em função das próprias características do segmento, de acordo com os dados da BOH, controlados pela FUNDTUR, o mês de dezembro/2009 apresentou um dos menores

índices na taxa de ocupação da rede hoteleira, 67,55%, se comparado aos demais meses do ano (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

O evento está se consolidando na capital como um evento de âmbito regional atraindo massivamente o residente como também, turistas de outras regiões do Estado do Mato Grosso do sul, assim como de outros Estados, conforme FUNDTUR e abaixo sinalizado. A partir desta pesquisa nota-se um alto índice de satisfação e de recomendações positivas, conforme quadro seguinte:

Quadro 10 - Pesquisa de Satisfação do Visitante na Cidade do Natal, Campo Grande -2009

Origem: Residem na capital: 88,4 %; Não residentes: 11,6%, sendo destes: 52,60 % no interior do Estado; São Paulo 24 % e 23,40 % em outros Estados: MT, PR, GO, RS, MG, AC, PA.		Gênero: Feminino: 34% Masculino: 66%	
Acompanhantes: Sozinho: 2,6%; Com família companhia: 78,9 %; Com amigos: 8,1 %; Casais sem filhos: 5,1%; Com sobrinhos: 2,8 %; Com netos: 2,1%; Com filhos de amigos / vizinhos: 1,3 %; Com pais/sogros/idosos: 0,8 %; Não respondeu: 0,7 %.		Grupo de Idade: Entre 29 e 39 anos: 32%; Entre 18 e 28 anos: 27,2%; Entre 40 e 50 anos: 18,8%; Menores de 18 anos: 11,2 %; Entre 50 e 61 anos: 6,6 %; Acima de 61 anos: 4 %; Não responderam: 0,2 %.	
Ocupação Principal: Atuam na iniciativa privada: 21,6%; Atuam no serviço público: 19,3 %; Estudantes: 17%; Profissionais liberais: 7,3%; Aposentados: 3,8%; Empresários: 2,8 %; Outras ocupações profissionais: 27,7%; Não responderam 0,5 %.		Visitou a Cidade do Natal em 2008: Sim: 71%; Não: 28,7%; Não responderam: 0,3%	
Ocupação Principal: Atuam na iniciativa privada: 21,6%; Atuam no serviço público: 19,3 %; Estudantes: 17%; Profissionais liberais: 7,3%; Aposentados: 3,8%; Empresários: 2,8 %; Outras ocupações profissionais: 27,7%; Não responderam 0,5 %.		Fonte de informações do evento: Televisão: 53 %; Através de amigos ou familiares: 36,5%; Passeando pelo local: 10,4 %; Internet: 3,6 %; Outros meios: 1,8 %; Jornal: 1 %; Porque Visitaram em 2008: 1%	
Avaliação do evento:			
Arvore de luz: Ótimo: 80,2%; Bom: 18%; Regular: 1,2%; Ruim: 0,2%; Não opinaram: 0,5%.	Via da Natividade (Presépio): Ótimo: 79,4%; Bom: 18,8%; Regular: 1,2%; Ruim: 0,3%; Não opinaram: 0,3%.	Representação dos Reis Magos: Ótimo: 78,2%; Bom: 19,6%; Regular: 1,5%; Ruim: 0; Não opinaram: 0,7%.	
Avenida Brinquedolândia: Ótimo: 78,4%; Bom: 18,3%; Regular: 2,5%; Ruim: 0,5%; Não opinaram: 0,3%.	Coreto Fernando Pessoa: Ótimo: 75,9%; Bom: 22,4%; Regular: 1,2%; Ruim: 0 %; Não opinaram: 0,5%.	Capela São Francisco de Assis: Ótimo: 80,2%; Bom: 17,8%; Regular: 1,3%; Ruim: 0,2 %; Não opinaram: 0,5%.	
Avenida do Papai Noel:	Fonte dos desejos:	Casa do Papai Noel:	

Ótimo: 82%; Bom: 17,3%; Regular: 0,3%; Ruim: 0%; Não opinaram: 0,3%.	Ótimo: 78,4%; Bom: 19,3%; Regular: 1,7%; Ruim: 0,2%; Não opinaram: 0,5%.	Ótimo: 84%; Bom: 15%; Regular: 0,5%; Ruim: 0%; Não opinaram: 0,5%.
Praça de alimentação: Ótimo: 82,5%; Bom: 16,2%; Regular: 0,8%; Ruim: 0,2%; Não opinaram: 0,3%.	Apresentações culturais: Ótimo: 76,9%; Bom: 20,1%; Regular: 1,3%; Ruim: 0%; Não opinaram: 1,7%.	Figura do Papel Noel: Ótimo: 76,1%; Bom: 19,6%; Regular: 2,8%; Ruim: 0,7%; Não opinaram: 0,8%.
Atendimento ao público: Ótimo: 71,6%; Bom: 23,4%; Regular: 3%; Ruim: 1,2%; Não opinaram: 0,8%.	Serviço de Alimentação: Ótimo: 72,4%; Bom: 23,4%; Regular: 3%; Ruim: 0,2%; Não opinaram: 1,0%.	Sonorização: Ótimo: 70,0%; Bom: 26,4%; Regular: 2,6%; Ruim: 0,3%; Não opinaram: 0,7%.
Sinalização: Ótimo: 74,1%; Bom: 23,8%; Regular: 1%; Ruim: 0,3%; Não opinaram: 0,8%.	Limpeza: Ótimo: 76,9%; Bom: 20,6%; Regular: 1,7%; Ruim: 0,2%; Não opinaram: 0,7%.	Segurança: Ótimo: 75,9%; Bom: 20,0%; Regular: 3,0%; Ruim: 0,3%; Não opinaram: 0,8%.
Grau de satisfação: Superou as expectativas: 70,5%; Atendeu plenamente: 19,6%; Atendeu em parte: 9,1%; Decepcionou: 0,7%; Não responderam: 0,2%.	Indicaria o passeio: Sim: 99,3% Não: 0,7%	
	Pretende visitar novamente: Intenção de visitar mais de uma vez: 86,5% Não: 13,4% Não respondeu: 0,2%	

Considerações finais:

Conceito de Ótimo e Bom por 97,57 % dos entrevistados;
Superou ou atendeu a expectativa por 99,2 % dos entrevistados;
 99,3 % recomendariam o passeio para alguém;
 86,5 % pretendiam realizar novamente o passeio (88,4% dos entrevistados residem na capital).

Nota: Amostragem - 606 entrevistados, selecionados aleatoriamente, para a Pesquisa de Satisfação do Visitante aplicada no período de 21 e 23 de dezembro/2009.

Fonte: FUNDTUR/MS/2010 (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Em decorrência da satisfação, taxa de recomendação positiva e do grau de fidelidade observados, a expectativa para o evento em 2010 é muito positiva, configurando o mesmo como uma grande oportunidade de otimização do destino em épocas de menor fluxo de turistas de eventos, impactando positivamente na economia.

Complementando a pesquisa acima com a pesquisa que o SEBRAE-MS a FAPEC e a FCR aplicaram em Campo Grande em 2005 para verificar a qualidade no serviço turístico prestado no município apresentando os seguintes resultados:

“Os resultados da pesquisa apontam que as empresas turísticas campo-grandenses não conhecem quais as necessidades dos seus clientes, comprometendo a qualidade final do serviço prestado, uma vez que as expectativas do cliente não são supridas”. (SEBRAE-MS, FAPEC, FCR; 2006. p. 98).

“A pesquisa conclui que o ponto crítico da qualidade dos serviços prestados ocorre durante o contato do funcionário com o turista, haja vista que, nem sempre a imagem transmitida pelas empresas é a percebida e recebida pelos turistas, sendo assim, as empresas e

organismos envolvidos na atividade turística devem se concentrar em preparar os funcionários para uma realidade ainda não constatada pela maioria dos atores atuantes no setor turístico, o atendimento das reais necessidades dos turistas". (SEBRAE-MS, FAPEC, FCR; 2006. p. 99)

Cruzando ambas as pesquisas apresentadas verifica-se que os eventos, como o da Cidade do Natal o qual o contato direto com funcionários é reduzido, são considerados de qualidade e satisfazem o turista, porém quando a análise é ampliada aos demais componentes da cadeia turística nota-se que a atuação do funcionário é decisiva na qualidade percebida pelo turista e que há um forte indicativo da necessidade de aprimoramento neste sentido. Adiante na análise da oferta ele elemento será mais bem diagnosticado.

2.1.6. Portfólio estratégico de produtos turísticos/segmentos

O *portfólio* estratégico formatado para o polo em análise é embasado no interesse natural do turista por determinados produtos e segmentos turísticos locais assim como na potencialidade identificados através da vocação turística.

A vocação turística é um equivalente ao potencial turístico, o que alude a uma espécie de “dom natural” que a localidade possui e que, por si só, garantia o surgimento do desenvolvimento turístico. (ALMEIDA, 2007)

O mesmo autor indica que a vocação turística poderia ser determinada através de uma análise semelhante aos fatores descritos no modelo do Relatório de Informações Turísticas - RINTUR, conforme Deliberação Normativa N.363 de 27 de junho de 1996, concebido pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR para a análise da oferta turística dos municípios e que, atualmente, não é enviado pelos municípios ao instituto.

Neste contexto, a vocação turística dos municípios pertencentes ao polo em estudo foi indicada considerando algumas das variáveis do RINTUR: atividades turísticas exploradas e atividades turísticas que poderiam ser exploradas, sendo estas baseadas na análise dos atrativos naturais, atrativos histórico-culturais, manifestações e tradicionais culturais, acontecimentos programados, centro científico e técnico, informações locais da FUNDTUR relacionadas ao fluxo turístico e na classificação e hierarquização dos atrativos turísticos realizadas anteriormente para a Justificativa da Seleção da Área Turística, detalhado em relatório anterior das atividades.

Assim, de modo complementar à vocação turística principal da área em estudo, o turismo de negócios e eventos, tem-se abaixo a vocação turística (potencial) dos municípios do polo, que possivelmente podem compor um *portfólio* estratégico do polo visando diversificar os produtos a serem oferecidos e por consequência, aumentar a permanência do turista, a qualidade do destino e sua competitividade no mercado.

Quadro 11 - Vocação turística identificada nos municípios do Polo Campo Grande e Região.

Município	Vocação turística	Principais produtos relacionados
Campo Grande	Negócios e Eventos	Infraestrutura de negócios e eventos programados existente
	Agrotecnológicos	EMBRAPA, propriedades agrícolas, agroindústrias
	Histórico-cultural	Museus, Teatros, Mercado Municipal, Monumentos, <i>City-tour</i> , entre outros
	Turismo de natureza	Parques e aquário natural (em licitação)
	Étnico-cultural	Aldeia urbana, comunidade quilombola
Corguinho	Turismo místico	Atrativo de ufologia
	Turismo de Natureza	Reserva Particular do Patrimônio Natural
	Agrotecnológico	Empreendimento agropecuário e hoteleiro multinacional voltado ao setor de bem-estar
Dois Irmãos do Buriti	Étnico-cultural	Seis aldeias indígenas
	Vivência ou de Base comunitária	
Jaraguari	Étnico-cultural	Comunidade quilombola
	Vivência ou de Base comunitária,	
	Histórico-cultural	Casarão histórico
Nova Alvorada do Sul	Agrotecnológico	Usinas e plantios de cana-de-açúcar.
	Turismo rural	
Ribas do Rio Pardo	Agrotecnológico	Plantios florestais, empresas de reflorestamento e siderurgia.
	Turismo rural	

Município	Vocação turística	Principais produtos relacionados
Rio Negro	Turismo de natureza	Balneários, cachoeiras e inscrições rupestres.
	Turismo rural	Cultura do maracujá e pecuária orgânicas.
	Vivência ou de Base comunitária	Comunidade quilombola.
Rochedo	Turismo de natureza	Rios, cachoeiras
	Turismo rural	Pousadas
Sidrolândia	Turismo rural	Fazenda Piana
	Negócios e Eventos	Fazendas e infraestrutura para eventos programados de pequeno porte.
	Agrotecnológico	Agroindústrias e Indústrias
Terenos	Agrotecnológico	Centro tecnológico de aquicultura, propriedade pecuária com tecnologia de ponta e Fazenda modelo da Embrapa.

A vocação principal do polo, mesmo concentrada na capital, devido à grande variedade temática dos eventos e setores da econômica pelos quais permeia, amplia a possibilidade de serem externalizados seus benefícios aos outros municípios do polo, pois dependendo do tipo de evento programado, podem ocorrer sinergias positivas entre o evento e um produto relacionado ao tema em outro município, ou mesmo não relacionado ao tema propriamente dito, mas ao perfil do turista deste determinado evento.

Esta sinergia é desejável assim como outras estratégias que diversifiquem os produtos ofertados ao turista, que confirmem maior competitividade ao polo no mercado turístico por aumentar o gasto do turista e seu tempo de permanência na área.

Neste contexto, uma importante potencialidade turística a ser agregada, de maneira complementar é o turismo em assentamentos rurais e comunidades quilombolas, que contemplam grupos geralmente isolados do turismo em áreas rurais, podendo conferir competitividade ao destino dada a diferenciação de seus produtos e imagem positiva junto ao turista, que valoriza a produção local e a inserção de sua comunidade.

Verificam-se indícios deste turismo incipiente na área turística: anualmente, na semana do meio ambiente, ocorre o dia de campo em um assentamento em Campo Grande, selecionado e diferente do ano anterior, para a troca de experiência e a transferência de informações e técnicas entre produtores de vários municípios, cujo público participante em 2010 foi de aproximadamente 350 produtores rurais de acordo com as informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio em Campo Grande.

Também há a parceria entre universidades, prefeitura e assentamentos rurais para estudos práticos e desenvolvimento tecnológico do manejo da pecuária de corte para agricultura familiar, inserindo o aluno na comunidade para aulas práticas quinzenalmente.



Foto 9 - Dia de campo na comunidade rural do distrito de Rochedo, em Campo Grande, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande.



Foto 10 - Aula do curso de veterinária da Universidade Anhanguera - UNIDERP no curral coletivo do assentamento Conquista em Campo Grande, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Do mesmo modo, há a potencialidade do turismo de base comunitária nestes assentamentos e comunidade quilombola, cuja produção hortícola configura-se como um produto diferenciado em decorrência de sua técnica de produção agroecológica, a qual é em grande parte, comercializada em pontos turísticos centralizados da capital, que fazem parte do percurso percorrido pelo *city-tour*.

Enfatiza-se que, este sistema de produção foi implantado, a princípio, em Campo Grande, mas atualmente há em Sidrolândia, Terenos e Jaraguari, assim como está sendo introduzido em outros municípios do Estado que não compõem o polo.



Foto 11 - Visão Panorâmica do Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável implantado na Comunidade Quilombola em Campo Grande, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande



Foto 12 - Produtor rural comercializando sua própria produção na Feira de Orgânicos na Praça do Rádio Clube em Campo Grande, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande.

2.2. DEMANDA POTENCIAL

Quantitativamente, estima-se que os expressivos investimentos a serem realizados pelo PRODETUR, pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul⁵ e os decorrentes do fomento no setor turístico devido a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 elevem gradualmente a taxa anual de crescimento do fluxo de turista até que no quinto ano, essa taxa seja 10% superior à estimada nas projeções da demanda atual. Este percentual de 10%

⁵ O Governo do Mato Grosso do Sul projeta investir na ampliação do Aeroporto Internacional de Campo Grande, construindo um Terminal Intermodal de Cargas e um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro.

projetado é próximo ao que se observou para Minas Gerais (12,03%) e para o estado da Bahia (13,24%) no período de 1998 a 2001. (MINAS GERAIS, 2005).

Ponderando sobre a caracterização do turista potencial do Polo Campo Grande e Região, em função da coincidência dos locais de amostragem da pesquisa e de origem do turista de Campo Grande, tomou-se como base para a análise a pesquisa quantitativa, *Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009*, realizada pelo Ministério do Turismo no Estado de São Paulo e nas principais cidades emissoras do turismo doméstico: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Pois, conforme pesquisa realizada através da FNRH/2009 enviadas pelos meios de hospedagem de Campo Grande, 96,5% dos turistas é de nacionalidade brasileira; identificando-se as referidas cidades como significativas emissoras de turistas para Campo Grande: São Paulo - 12,90%; Belo Horizonte - 2,20%; Rio de Janeiro - 2,60%; Porto Alegre - 1,10%; Salvador - 0,50% e Recife - 0,50% para uma movimentação que registrou um fluxo de Entrada de 344.633 Hóspedes, permanência média de três dias gerando 1.026.377 pernóites.

Quadro 12 - Caracterização do perfil do potencial turista.

Gênero: Masculino - 43%; Feminino - 57%	Idade: 18 - 24 anos: 19%; 25 - 34 anos: 26%; 35 - 40 anos: 23%; 45 - 59 anos: 22% + 60: 10%
Renda Familiar: + de 1 a 3 SM: 36%; + de 3 a 5 SM - 27%; + de 5 a 10 SM - 21%; + de 10 SM - 15%	Classe Social: A/B: 37%; Classe C: 27% Classe D: 36%
Situação de Trabalho: Trabalho em emprego com carteira assinada ou é funcionário público estatal: 38%; Trabalha em emprego sem carteira assinada: 14%; Trabalhando como autônomo ou profissional liberal: 11%; Empregador: 5% Está desempregado há menos de 1 ano: 4% Está desempregado há mais de 1 ano: 3% É, estudante, aposentado ou dona de casa: 23%	Atrativos e produtos preferidos: Praias: 65% Campo: 15% Cidades / lugares históricos: 11% Montanhas: 8% NS/NR: 1%
Modo de viajar: Com familiares e Filhos: 39% Casal/Cônjuge: 26% Com familiares sem filhos: 11% Só com Amigos: 15% Sozinho: 12% Em grupo: 1%	Atividades pretendidas durante a viagem (soma ponderada) para a Região Centro-Oeste: Passeios para conhecer pontos Turísticos: 41,3% Ir para balada: bares/ restaurantes/ discotecas/ boates: 9,5% Conhecer pratos e comidas típicas: 12,9% Atividades culturais: 12,4% Praticar atividades esportivas: 8% Fazer visitas a parques temáticos: 9% Frequentar praias/tomar sol: - Assistir eventos esportivos: 4% Outras respostas: 3%

<p>Permanência média das viagens no Brasil: Até uma semana: 50% De 1 a 3 dias: 8% De 4 a 7 dias: 42% De uma a duas semanas: 31% De 8 a 10 dias: 12% De 11 a 15 dias: 19% De duas a quatro semanas: 12% De 16 a 21 dias: 6% De 22 a 30 dias: 6% Mais de um mês: -</p>	<p>Época de realização da viagem: Nas Férias: 74% Feriados, finais de semana prolongados, recessos: 34% Finais de semana normais: 18% Baixa temporada: 2% Viaja por conta própria: 70% Com pacote turístico: 29%</p>
<p>Meios de transporte preferido para viajar: Automóvel/carro: 35,5% Vans: 40,2% Avião: 24,1% Outros: 0,2%</p>	<p>Serviços turísticos requeridos – Meios de hospedagem: Hotel: 38,9% Pousada: 28,4% Casa de amigos/familiares; 20,8% Casa alugada/lugar alugado: 8,4% Chalé: 1,8% Outros: 1,8%</p>
<p>Gasto médio: Total: 2.753,09 Hospedagem/transporte: 1.248,56 Alimentação: 516,13 Passeio Turístico: 450,52 Presentes: 329,53 Deslocamento local: 328,66</p>	<p>Probabilidade de viajar dentro do Brasil nos próximos dois anos: Probabilidade alta de viajar: 21% Probabilidade média de viajar: 52% Probabilidade baixa de viajar: 25% Nenhuma probabilidade de viajar: 0% NR / NS: 2%</p>
<p>Prioridades de investimento pessoal (elementos que influenciam a tomada de decisão de compra da viagem) Investir em seus estudos ou de familiares: 45,3% Investir em moradia própria: 22,1% Fazer uma viagem: 7,1% Investir em um carro: 2,7% Poupar dinheiro, pensando no futuro: 8,3% Comprar algum bem durável: 1,1% Investir em negócio próprio: 13,4%</p>	<p>Fonte de Informação sobre viagens no Brasil (resposta múltipla): Internet: 48% Parentes e amigos: 52% Agências de viagens/de turismo: 27% Revistas de turismo: 16% Televisão: 17% Artigos em jornais: 14% Guias turísticos: 6% Rádio: 2% Feiras/eventos/congressos: 1% Outras fontes de informação: 1% NR: 2%</p>

Fonte: (BRASIL, 2010h)

Verifica-se acima que o potencial turista valoriza/consome, com maior preferência, atrativos no litoral do país (praias). Esta preferência do potencial turista não reduz o fluxo de turistas no Polo Campo Grande e Região, uma vez que apesar de priorizar a praia, o número de eventos frequentados pelo turista nacional em detrimento de passeios em praias é superior, conforme informações da FUNDTUR. A pesquisa acima indica que as atividades pretendidas durante uma viagem para o Centro Oeste são sinérgicas com o segmento de negócios e eventos, visto que o turista deste segmento tende a agregar atividades culturais e gastronômicas à sua permanência no destino.

Igualmente nota-se que, o turista potencial, em maior parte, permanece entre 4 a 7 dias no destino, viajando principalmente na época de férias, por conta própria, usando o acesso rodoviário (vans e carros próprios), hospedando-se em hotéis e pousadas.

Nota-se que comparado ao turista atual, o turista potencial tem um gasto médio superior: enquanto o turista atual gasta em média R\$ 2.279,05 o potencial gastaria R\$ 2.753,09, ou seja, 20,8% a mais.

Ainda da pesquisa acima, cabe destacar como principal elemento que influencia na decisão de compra por uma viagem a oportunidade de investimentos em estudos pessoais ou de familiares.

Fazendo complemento à pesquisa do turista brasileiro, tem-se a demanda potencial do turista estrangeiro que é fundada na Pesquisa Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional⁶, baseada em pesquisa periódica realizada pelo Ministério do Turismo nos principais portais de entrada de turistas estrangeiros no país, que identifica as principais características do turista que visita o Brasil. Logo, a pesquisa trata-se de importante ferramenta para o planejamento de participação em eventos internacionais, uma vez que permite identificar onde estão os mercados propensos para cada segmento; no caso de Campo Grande, Negócios e Eventos que pode também ser promovido associado ao segmento de Natureza, Ecoturismo e Lazer.

Abaixo segue o perfil da demanda turística internacional de 2007, segundo os principais emissores, quando se registrou o fluxo de 6.445.153 turistas incluindo brasileiros em retorno de viagem e em 2008 - 6.477.551 estrangeiros.

Quadro 13 - Perfil do turista potencial estrangeiro, por país de origem em 2007

Origem	Características
Alemanha	Motivo da Viagem: Lazer: 24,95%; Negócios, Eventos e Convenções: 31,7%; 43,35%; Outros Motivos.
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 31,3%, Natureza, Ecoturismo e Aventura: 32,6%, Cultura: 24,7%; Esportes: 3,7%; Diversão Noturna: 1,3%; Viagem de Incentivo: 2,6%; Outros: 3,2%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 64,70 Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 117,10
Argentina	Motivo da Viagem: Lazer: 74,2 %; Negócios, Eventos e Convenções: 17,7%; Outros Motivos: 8,1%;
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 83,6%, Natureza, Ecoturismo e Aventura:12,6%, Cultura:1,8%; Esportes: 0,6%; Diversão Noturna: 0,3 %; Viagem de Incentivo: 0,2%; Outros: 0,9%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 46,60: Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 117,10.
Chile	Motivo da Viagem: Lazer: 62,9 %; Negócios, Eventos e Convenções: 24,5%; Outros Motivos: 12,6%.
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 68,1%, Natureza, Ecoturismo e Aventura - 19,8%, Cultura: 6,2%; Esportes: %; Diversão Noturna: 1,3 %; Viagem de Incentivo: 0,4%; Outros: 2,6%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 60,80: Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 123,40

⁶ A Pesquisa Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional tem dentre os pontos de coleta em Mato Grosso do Sul: Corumbá e Ponta Porã como portal de chegada de estrangeiros via terrestre.

Origem	Características
Uruguai	Motivo da Viagem: Lazer 55,4 %; Negócios, Eventos e Convenções: 28,6 %; Outros Motivos: 16,0%
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 64,9 %, Natureza, Ecoturismo e Aventura: 26,6 %, Cultura: 3,7%; Esportes: 1,4%; Diversão Noturna: 2,6%; Viagem de Incentivo: 0,2 %; Outros: 0,7%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 35,40; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 80,30
Paraguai	Motivo da Viagem: Lazer 58,0%; Negócios, Eventos e Convenções: 9,3%;; Outros Motivos:32,7%;
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 80,1%, Natureza, Ecoturismo e Aventura:17,2%, Cultura: 1,4%; Esportes: 0,1%; Diversão Noturna: 0,1%; Viagem de Incentivo: 07%; Outros: 0,3%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 44,08
Espanha	Motivo da Viagem: Lazer: 46,2 %; Negócios, Eventos e Convenções: 22,7%; Outros Motivos: 31,1%.
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 38,8%, Natureza, Ecoturismo e Aventura: 35,7%, Cultura: 16,2%; Esportes: 2,7%; Diversão Noturna: 1,5 %; Viagem de Incentivo: 3,3%; Outros: 1,8%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 95,20; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 113,20.
Estados Unidos	Motivo da Viagem: Lazer: 24,3 %; Negócios, Eventos e Convenções: 32,2%, Outros Motivos: 43,5%;
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 39,4%, Natureza, Ecoturismo e Aventura: 21,9%, Cultura: 27,8%; Esportes: 4,1%; Diversão Noturna: 3,0 %; Viagem de Incentivo: 0,8%; Outros: 3,0%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 99,10; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 131,70
França	Motivo da Viagem: Lazer: 34,5 %; Negócios, Eventos e Convenções: 35,9%; Outros Motivos: 29,6%.
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 39,6%, Natureza, Ecoturismo e Aventura: 24,3%, Cultura: 24,5%; Esportes: 4,8%; Diversão Noturna: 2,3%; Viagem de Incentivo: 3,8%; Outros: 0,7%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 63,70; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 107,00
Itália	Motivo da Viagem: Lazer- 41,8%; Negócios, Eventos e Convenções: 25,9%;Outros Motivos: 37,8%.
	Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia: 55,5%, Natureza, Ecoturismo e Aventura: 21,4%, Cultura: 14,4%; Esportes: 2,5%; Diversão Noturna: 2,7 %; Viagem de Incentivo: 0,5%; Outros: 3,0%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 85,90; Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 118,40.

Origem	Características
Portugal	Motivo da Viagem: Lazer 42,5%; Negócios, Eventos e Convenções: 17,5%, Outros Motivos: 40%.
	Quando o Motivo da Viagem é Lazer: Sol e Praia: 57,5%, Natureza, Ecoturismo e Aventura: 19,1%, Cultura: 14,9 %; Esportes: 0,4%; Diversão Noturna: 2,0 %; Viagem de Incentivo: 1,1%; Outros: 03%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 19,10: Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 89,00
Inglaterra	Motivo da Viagem: Lazer: 38,7%; Negócios e Convenções: 23,9% ; Outros Motivos: 37,4%.
	Quando o Motivo da Viagem é Lazer: Sol e Praia - 39,1%, Natureza, Ecoturismo e Aventura -20,1%, Cultura - 27,3%; Esportes - 4,5%; Diversão Noturna - 4,9%; Viagem de Incentivo -0,7%; Outros - 3,4%.
	Gasto do Turista por dia: De lazer US\$ 78,10 - Negócios, Eventos e Convenções: US\$ 142,10

Fonte: Ministério do Turismo - Dados e Fatos - Turismo Internacional. (BRASIL, 2010a)

Ponderando sobre a localização geográfica de Estado do Mato Grosso do Sul, e por consequência, do Polo Campo Grande e Região é essencial analisar o perfil do turista internacional, sobretudo, daqueles oriundos de países da América do Sul.

Estes turistas (da América do Sul) quando o motivo da viagem é o lazer apresentam um gasto médio diário de US\$ 46,72, já quando o motivo da viagem é negócios/eventos o gasto médio passa a ser US\$ 106,95 por dia, ou seja, 129% maior. Da mesma maneira, o turista de negócios/eventos dos Estados Unidos gasta 33% a mais que o de lazer e aquele que tem os países europeus como origem, 69% a mais quando o motivo é negócios/eventos se comparado com lazer.

O comparativo entre os gastos diários do turista em decorrência do motivo da viagem, apresentado acima, é um indicativo estratégico para o polo, visto que demonstra que o turista de negócios e eventos tem um gasto diário médio superior, tornando o segmento turístico mais rentável que o de lazer e gerando impactos superiores na economia do polo se prolongado o tempo de duração da viagem deste turista na região.

Retomando a Pesquisa de Hábito de Consumo do Turista Brasileiro 2009 verifica-se que a expectativa do potencial turista em relação à infraestrutura e aos serviços turísticos é positiva considerando o que ele já conhece ou ouviu falar da região Centro-Oeste, porém se nota que esta expectativa está abaixo da média nacional, ou seja, do padrão mínimo de qualidade do turista, conforme ilustram as duas figuras seguintes:

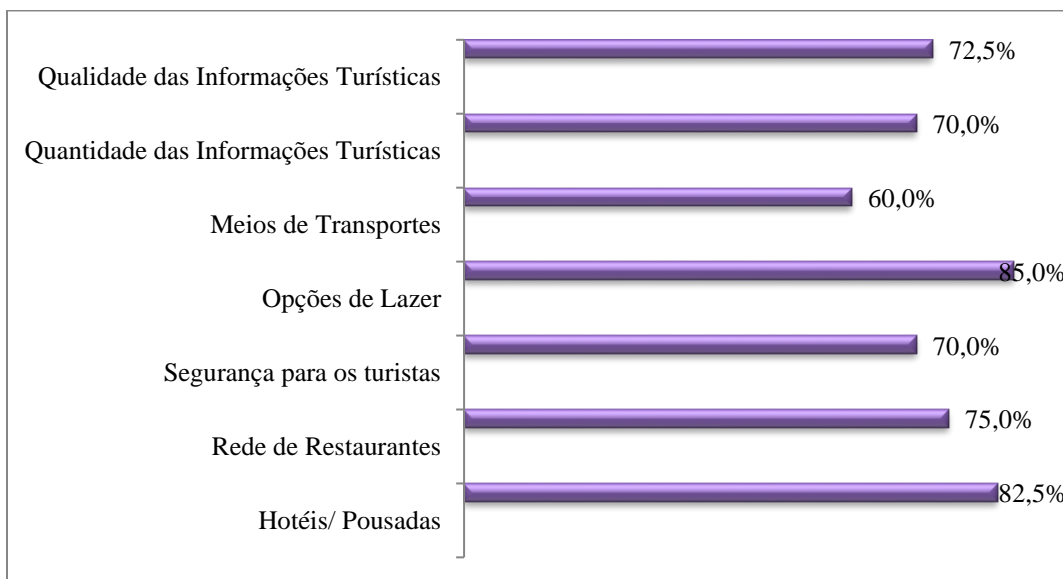


Figura 25 - Nível de expectativa positiva do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos no Centro-Oeste em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H .

Nota-se que a maior expectativa do turista potencial com relação à região Centro-Oeste, incluindo o Polo Campo Grande e Região é relacionada às opções de lazer, seguido pelos meios de hospedagem. Logo, se analisarmos que as informações, maiormente, requeridas pelo turista atual de negócios/eventos em Campo Grande incluem as opções noturnas de bares e restaurantes, a recente atuação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul de incluir este segmento na linha de financiamento do turismo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste é muito positiva e no futuro poderá contribuir para melhor suprir a expectativa do turista potencial e fortalecer a imagem do polo como destino turístico.

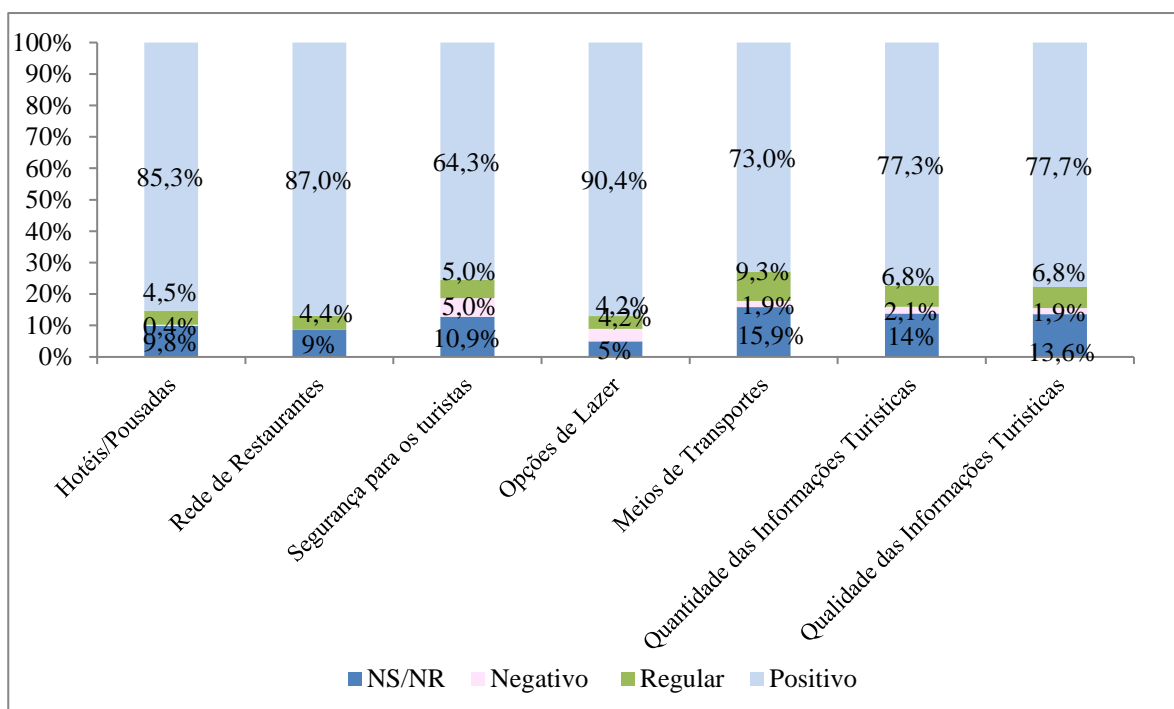


Figura 26 - Média nacional de expectativa do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H .

Tomando a média nacional de expectativas positivas como o padrão mínimo de qualidade da infraestrutura e serviços turísticos para a região Centro-Oeste incluindo o polo em estudo, verifica-se que em quase todos os quesitos, a expectativa em relação ao Centro-Oeste é menor, o que sinaliza uma imagem de qualidade inferior da infraestrutura e serviços turísticos da região, excetuando a expectativa de segurança para os turistas cujo percentual positivo da região Centro-Oeste é superior a média nacional.

Corroborando com a imagem positiva de segurança para os turistas citada acima, tem-se a imagem que os empreendimentos turísticos buscam transmitir para captar turistas: de plena satisfação das necessidades dos clientes (95%), confiabilidade nas informações prestadas (73%) e segurança (82%), conforme pesquisa aplicada em 2005 cujas respostas foram múltiplas. (SEBRAE-MS, FAPEC, FCR; 2006).

Apesar da imagem de segurança o polo em questão, tal como a região Centro-Oeste, de acordo com a figura abaixo, despertou uma baixa taxa de interesse e de conhecimento do destino quando questionado ao turista potencial brasileiro seu interesse de viajar e conhecimento do local escolhido, sendo a região Nordeste aquela que ainda atrai o maior número de interessados:

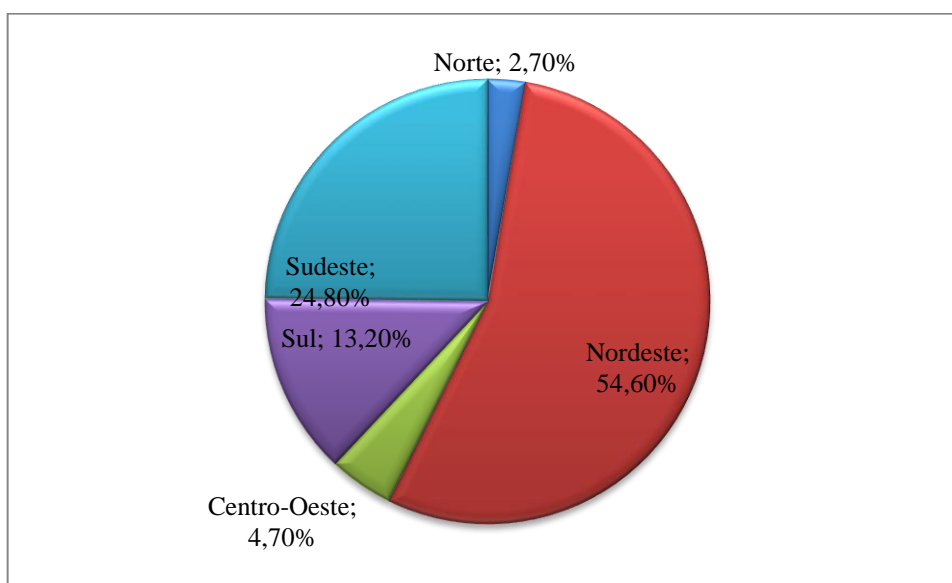


Figura 27 - Intenção de viajar por região do país do turista potencial em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010H .

A figura acima indica que os principais destinos competidores do turista potencial ainda são aqueles relacionados a atividades litorâneas (praias) destacando-se as regiões Nordeste e Sudeste neste contexto. No que tange ao Polo Campo Grande e Região, identificou-se potencialidades em diversos segmentos turísticos como agrotecnológico, por exemplo, no entanto, todos em caráter complementar à vocação principal do polo, negócios e eventos, sobretudo se considerarmos que o produto principal ainda não se encontra totalmente consolidado.

Neste sentido, cabe ressaltar que os potenciais destinos competidores do segmento agrotecnológico são pulverizados por todo o território nacional, haja vista a distribuição dos centros de pesquisas, universidades e demais centros de referências das diversas cadeias agropecuárias.

2.3. OFERTA TURÍSTICA

Para os destinos de Negócios e Eventos, a Oferta se traduz na realização de eventos com temas relevantes, oportunidades de realização de negócios e intercâmbio, as visitas técnicas e pesquisas, implementação de tecnologias de ponta no Setor Agroindustrial são fomentadores de demanda, e nesse sentido, o desenvolvimento local, e regional e do Estado, bem como, a diversificação da matriz econômica são fatores contributivos para otimização do segmento.

As feiras agropecuárias foram as precursoras dos eventos de negócios em Campo Grande em função cultura econômica do Estado centrado nas atividades agropecuárias, em que determinado momento tornou-se inevitável a modernizar o Setor, onde o aperfeiçoamento dos métodos tradicionais, busca de alternativas para crescimento sustentável são fatores que trouxeram um novo perfil e público para esses eventos incorporando palestras, seminários, apresentações tecnológicas, bem como, grandes *shows* musicais que impactaram positivamente no setor cultural e de entretenimento.

Para atender a crescente demanda, Campo Grande vem se estruturando focando nesse nicho de mercado que a cada ano movimenta milhões de reais, a exemplo da Expogrande/2008, a Feira Agropecuária e industrial que realizada com apoio do Mtur, em 10 dias de evento movimentou negócios na ordem de 146 milhões, crescimento de 24% em relação a 2007.

Apresentando-se como um dos mais importantes eventos que acontece anualmente, para a cadeia do turismo em 2007, a movimentação hoteleira no mês da realização do evento registrou a Entrada de 11.050 Hóspedes com permanência média de quatro dias totalizando 44.200 hospedados. Isto significou uma Taxa de Ocupação de Unidades Habitacionais - UH's em 74,36%, conforme amostragem levantada através do Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH de 18,67% dos Meios de Hospedagem da capital (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Há de se destacar também que a condição de capital, centro do poder político-administrativo do Estado, sede de órgãos públicos federais, empresas, universidades, os serviços médico-hospitalares também alavancam os negócios, reuniões, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, bem como, a realização de concursos a nível federal movimentam a infraestrutura disponível em Campo Grande.

Os demais municípios do polo apresentam potencialidades identificadas na Inventariação Turística realizada pelo Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul - PEDTUR-MS, conforme ilustrado anteriormente, porém nem todas estas potencialidades têm sua demanda despertada, bem como, ainda apresentam limitações ou gargalos pelo lado da Oferta que impedem sua consolidação como produto turístico.

Eliminando estes fatores limitantes, os demais municípios do polo, apresentam grande potencial de complementar o segmento de negócios e eventos, diversificando o *portfólio* de produtos do polo com atrativos dos segmentos de ecoturismo, aventura, místico, visitas técnicas, pesca esportiva, contemplativo, turismo em espaço rural, piscinas naturais (balneários), étnico (Furnas do Dionísio), de aventura (Vão Livre) entre outros.

2.3.1. Avaliação dos recursos e atrativos

O segmento de Negócios e Eventos, compreendendo o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesses profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social se apresentando em diferentes formatos - Missões empresariais, Visitas técnicas, Viagens corporativas, Rodadas de Negócios, Feiras, Convenções, Congressos, Fóruns, Seminários, Conferências, Cursos, Jornadas, Colóquios,

Assembléias, *Workshops*, Palestras, Painel, Mesa-redonda, Simpósio, Plenária e Debates - têm em Campo Grande uma infraestrutura e suporte para atender simultaneamente inúmeros eventos de pequeno e médio porte em função da capacidade de Assentos. Já, em se tratando de eventos em pé, a capacidade passa a ser expressiva atendendo no total até 45 mil pessoas, como o Autódromo Internacional Orlando Moura cujos eventos são enquadrados no segmento de Turismo de Esportes.

Abaixo segue o detalhamento da infraestrutura de negócios e eventos atualmente existentes em Campo Grande:

Quadro 14 - Equipamentos para Negócios & Eventos, Festas & Eventos Populares em Campo Grande.

Categoria	Capacidade/assentos	Infraestrutura	Gestão
I - EXPOSIÇÃO	51.000		
1. Centro de Exposições Albano Franco	30000	Área de 16.416m ² Pavilhão com 11.000 m ² ; auditórios, Lanchonetes, camarins, estacionamento	Administração Privada
2. Parque de Exposições Laucídio Coelho	21.000	Área de 50.000 m ² , Salão de Festas, anfiteatro, baias, stands, arena e pista de provas.	Administração Privada
CENTRO DE CONVENÇÕES	3.3212		
1. Arquiteto Rubens Gil de Camillo	1.488	Área de 8.000 m ² Sala vip, enfermaria, secretaria e estacionamento	Administração Pública - FUNDTUR
Auditório Manoel de Barros	1.049	Climatizado, 6 camarins, mesa de som, mesa de iluminação cênica, cabine p/ tradução, mesas modulares p/ palco e púlpito.	Administração Pública - FUNDTUR
Auditório Germano Barros de Souza	196	Climatizado, mesas modulares p/ palco e púlpito.	Administração Pública - FUNDTUR
Auditório Pedro de Medeiros	135	Climatizado, mesas modulares p/ palco e púlpito.	Administração Pública - FUNDTUR
Auditório Tertuliano Amarilha	108	Climatizado, mesas modulares p/ palco e púlpito.	Administração Pública - FUNDTUR
Sala de Comissões H. A Serra	250 (média)	Climatizado, disposição opcional.	Administração Pública - FUNDTUR
Salão de Exposições Loyd Bonfim	750 (média)	Disposição opcional.	Administração Pública - FUNDTUR

Salão de Convivência	560 (média)	Disposição opcional.	Administração Pública - FUNDTUR
Foyer	-	Dispõe de cafeteria cuja administração privada.	Administração Pública - FUNDTUR
Restaurante	40	-	Administração Privada
2. Doutor Guinter Hans	225	Climatizado, sala vip, 04 salas internas p/ grupos, 01 sala p/ stands 2X2, sala p/ coffee break, secretaria, mesa de som, mesa de iluminação, estacionamento p/ 100 veículos e 03 ônibus.	Administração Privada
AUDITÓRIOS	1.072		
1. Associação Comercial e da Indústria	200	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
2. Associação Médica de Campo Grande	100	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
3. Casa da Indústria / FIEMS	180	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
4. CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas)	150	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
5. SEBRAE / MS	172	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
6. Sindicato Rural de Campo Grande	140	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
7. ASSOMASUL	130	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
POLIESPORTIVO	57.000		
1. Centro Poliesportivo Mace	1.200	Possui quatro quadras, palco e arquibancadas.	Administração Privada
2. Belmar Fidalgo	5.000	Possui duas quadras, palco fixo e móvel.	Administração Pública (Municipal)
3. Ginásio Dom Bosco	3.500	Possui seis quadras cobertas, arquibancadas e palco.	Administração Privada
4. Ginásio Guanadizão	9.000	Possui arquibancadas, cadeiras, tribuna para autoridades, vestuários e placar	Administração Pública (Municipal)

		eletrônico.	
5. Parque Airton Sena	30.000	Possui quatro quadras cobertas, seis quadras descobertas, três campos suíços, um campo de futebol, três piscinas e um palco de 30 metros.	Administração Pública (Municipal)
6. Parque Jacques da Luz	7.000	Possui camarim, sala de administração e arte, três piscinas, arquibancadas e vestuários.	Administração Pública Estadual - Governo do Estado
7. Radio Clube Campo	1.300	Possui uma quadra, palco, camarim e portaria.	Administração Privada
ESTÁDIO	40.000		
1. Pedro Pedrossian (Moreño)	40.000	Possui vestuários, arquibancadas cobertas e descobertas, cabines de radio e televisor, iluminação, placar eletrônico e estacionamento.	Administração Pública – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
AUTÓDROMO	45.000		
1. Autódromo Internacional	45.000	Arquibancadas, pista de 3.433 metros por 11 metros de largura, quatro salas VIP, camarotes, 28 box, estacionamento.	Administração Pública (Municipal)
CLUBES	5.700		
1. Clube ENERSUL	300	Ventiladores e palco.	Administração Privada
2. Clube Estoril	1.200 sentadas e 5.000 em pé	Climatizado, palco, camarim, mesas, cadeiras, bar, cozinha industrial.	Administração Privada
3. Circulo Militar	800 sentadas e 1.200 em pé	Palco, camarim, mesas, cadeiras, cozinha industrial, câmara fria, ventiladores, bar, churrasqueira, piscinas e quadras.	Administração Privada

4. Clube Libanês	400 sentadas e 700 em pé	Palco, hall de entrada e bar.	Administração Privada
5. Lions Clube	300 a 400	Mesas, cadeiras e cozinha.	Administração Privada
6. Radio Clube Cidade	400	Climatizado, palco e camarim.	Administração Privada
7. Clube União dos Sargentos	1.300 sentadas e 4.000 em pé	Ventiladores, palco, mesas e cadeiras, bar e cozinha industrial.	Administração Privada
8. Sedesc Clube	1.000 sentadas e 2.000 em pé	Mesas, cadeiras, luzes fluorescente, estacionamento, duas piscinas de biribol, um piscina de lazer, uma piscina de competição, pista de atletismo e estacionamento.	Administração Pública Municipal
TEATROS	2.662		
1. Teatro Aracy Balabanian	300	Climatizado, máquina de fumaça, iluminação, som e microfones.	Administração Pública Estadual -
2. Teatro Dom Bosco	900	Climatizado, mesa de som, 5 microfones c/ fio, iluminação fluorescente e cadeiras.	Administração Privada
3. Teatro Fernanda Montenegro	450	Climatizado, 2 camarins, iluminação e microfones s/ fio.	Administração Privada
4. Teatro Glauce Rocha	776	Climatizado, mesa de som e mesa de iluminação cênica.	Administração Pública – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
5. Teatro Prosa / Sesc Horto	236	Climatizado, iluminação cênica, mesa de som, 2 camarins e telão de projeção.	Administração Privada
AUDITÓRIOS-HOTÉIS	1.586		
1. Advanced	50	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
2. Bahamas	86	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
3. Bistrol Exceler Plaza Hotel	250	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
4. Bistrol Jandaia Hotel	250	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada

5. Buriti Suite Hotel	100	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
6. Concord	200	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
7. Hotel Iguaçu	50	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
8. Indaiá Park Hotel	90	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
9. Internacional	80	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
10. Metropolitan	60	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
11. Novo Hotel	250	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
12. Vale Verde	120	Climatizado e mesa de som.	Administração Privada
BUFFETS	4.400		
1. Ondara	850	Climatizado e mesa de som, palco com 90 cm de altura, camarim, cozinha industrial.	Administração Privada
2. Grand Mere Ltda	800	Climatizado e mesa de som, cadeiras, mesas.	Administração Privada
3. Sandra	400	Palco, mesas e cadeiras.	Administração Privada
4. Espaço D	400	Climatizado, mesas, cadeiras, ambientes variados.	Administração Privada
5. Castelo Caporocci Ltda	250 a 300	Climatizado, palco, bar, cozinha industrial, estacionamento, luz de emergência.	Administração Privada
6. Lalai	300	Climatizado.	Administração Privada
7. Megaron	300	Climatizado, mesa de som, palco para comportar uma orquestra, cadeiras, mesas, bar e cozinha industrial .	Administração Privada
8. Cenarium	400 a 600	Climatizado, pátio ajardinado, sala executiva, 200 metros de varanda e estacionamento.	Administração Privada
9. Maria Ltda	250	Teto rebaixado em tecido, cozinha industrial, mesas e cadeiras.	Administração Privada

10. Sonho de Festas	450	Ventiladores, palco, cozinha industrial, mesas e cadeiras.	Administração Privada
---------------------	-----	--	-----------------------

FONTE: Elaborada a partir dos dados da FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Complementando a estrutura de eventos acima se tem, em Sidrolândia, a Fazenda Piana com estrutura para receber cerca de 500 pessoas em seu restaurante, conforme informação local, sendo também local de eventos da Federação Estadual de Motociclismo.

Na análise de pontos fortes e fracos realizada pelo SEBRAE/MS, FAPEC e FCR (2006) destacou-se esta infraestrutura de eventos como um dos pontos fortes de Campo Grande, sobretudo com a construção do Centro de Convenções Exposições Albano Franco que aumentou a capacidade do destino em captar eventos, por permitir em um único espaço a realização simultânea de Convenções e Exposições.

Porém, a atual capacidade da infraestrutura de negócios e eventos de Campo Grande e Região de comportar o crescimento do segmento turístico principal do polo é limitada visto que, conforme apresentado anteriormente, o destino apresenta limitações em sua infraestrutura para competir por eventos de grandes portes não realizáveis ao ar livre.

No mercado de eventos de pequenos e médios portes a demanda atual é crescente, fazendo com que os Centros de Convenções tenham agendas de eventos com indisponibilidades em determinadas épocas do ano e também faz com que os eventos sejam programados com maior antecedência, cerca de dois anos. Em função desta demanda crescente, hoje o Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, uns dos principais centros de eventos da região, encontra-se em reforma para a adequação e manutenção dos espaços, acontecendo os eventos programados em consonância com esta reforma, sendo previsto o investimento de R\$ 1,35 milhões oriundos do Ministério do Turismo segundo a Gestão Geral do Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo.

A mesma análise de pontos fortes e fracos, acima destacada tal como as informações obtidas junto aos principais representantes pela captação de eventos para a região, indicam como fator positivo a tradição dos eventos e certa fidelidade do participante do evento, que geralmente retorna ao mesmo no ano seguinte, principalmente nos eventos voltados a rodadas de negócios, reciclagem e atualização técnica/profissionais.

Atrativos e Roteiros Complementares

O eixo histórico-cultural do polo é um relevante atrativo, configurando um marco do patrimônio histórico e cultural do município de Campo Grande, para o qual recentemente (em julho de 2010), foi elaborado e instituído o Plano para a Revitalização que tem entre seus objetivos a preservação dos atrativos de interesse histórico-cultural.

Complementando, a região que compreende o eixo histórico-cultural de Campo Grande, em especial o entorno da Estação rodoviária é objeto de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC das Cidades Históricas, compreendendo a recuperação da antiga Estação Ferroviária para abrigar o Centro de Documentação e Referência da EFNOB/RFFSA.

A Estação Ferroviária é tombada pelo patrimônio histórico do município e vai receber R\$ 2,6 milhões de recursos do PAC das Cidades Históricas, viabilizado pelo acordo firmado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. O projeto está em processo licitatório e será executado em 2011.

Entre os anos de 2010 e 2012, o PAC vai atender várias ações de preservação histórico-cultural e Campo Grande deverá ser contemplada com outros projetos voltados ao complexo ferroviário tombado.

Localizado na região noroeste, está o eixo composto por significativos bens culturais que se inicia nos altos da Rua 14 de julho, com a Igreja São Francisco de Assis, construída em 1955 pelos padres franciscanos. Considerada uma das mais belas edificações históricas de Campo Grande com sua construção harmônica em estilo colonial.

O próximo atrativo desse eixo é o sítio histórico da Ferrovia Noroeste do Brasil que compreende a antiga estação ferroviária, a esplanada, o armazém de carga, hoje Armazém Cultural, as instalações da Feira Central e a vila dos ferroviários em ruas calçadas de paralelepípedos.



Foto 13 - Igreja São Francisco de Assis, Campo Grande, MS, 2010.



Foto 14 - Estação Ferroviária Noroeste do Brasil - Armazém Cultural em Campo Grande, MS, 2010.

Da estação ferroviária já é possível vislumbrar o próximo ponto, na esquina, o Hotel Gaspar, construção suntuosa para a época, no estilo *art-déco* já com influências do modernismo, inaugurado em 26 de agosto de 1954, ainda hoje em pleno funcionamento.

Posteriormente, na Avenida Calógeras esquina com a Rua Dom Aquino, a sede da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, outra referência arquitetônica de Campo Grande.

Logo a seguir, na próxima esquina com a Rua Barão do Rio Branco, encontra-se a Casa da Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo, uma bela edificação construída no início da década de 20, hoje um espaço cultural onde é preservada a História do Estado anterior a divisão (1977).



Foto 15 - Hotel Gaspar em Campo Grande, MS, 2010.



Foto 16 - Casa da Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo em Campo Grande, MS, 2010.

Na próxima quadra, está o prédio onde funciona a Casa do Artesão, ponto de comercialização da produção artesanal mais expressiva de Mato Grosso do Sul. No passado, este prédio projetado pelo engenheiro Camilo Boni, para utilização comercial e residencial na década de 20, foi sede da primeira Agência do Banco do Brasil e depois abrigou a Exatoria Estadual. Em 1994 o imóvel passou a integrar o patrimônio-histórico-cultural do Estado.

Nessa esquina, Avenida Calógeras com a Avenida Afonso Pena, descendo à direita encontra-se a Morada dos Baís, uma das mais bonitas construções históricas do município, que serviu de residência a família de Bernardo Franco Baís, personalidade de destaque na história da cidade. Edificada entre 1912 e 1918, nesse prédio funcionou posteriormente, por muito tempo, a Pensão Pimentel e hoje, abriga o Museu Lídia Baís, pioneira nas artes plásticas do Estado; um Centro de Informações Turísticas e Culturais e espaço para exposições temporárias de artes plásticas, lançamentos de livros e shows.



Foto 17 - Casa do Artesão em Campo Grande, MS, 2010.



Foto 18 - Morada dos Baís em Campo Grande, MS, 2004.

Fonte: Denilson Nantes.

Nessa direção, chega-se a Avenida Noroeste onde está localizado o Colégio Osvaldo Cruz, prédio este, utilizado como armazém de secos e molhados no início da década de 20, depois adaptado, em 1929, para funcionar como colégio. Considerado uma das mais sólidas estruturas da construção civil em Campo Grande.

Em frente ao Colégio, estão localizados o Mercado Municipal Antonio Valente - popularmente conhecido como Mercadão - ainda hoje referência na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, peixes, carnes e especiarias e a praça Oshiro Takimori, onde os índios Terena vendem sua produção proporcionando um espaço de visitação permanente e obrigatório.

Descendo, logo a direita na Avenida Fernando Corrêa da Costa com a Avenida Ernesto Geisel, está situado o Parque Florestal Antônio de Albuquerque, mas conhecido como Horto Florestal - complexo que abriga atividades de arte, cultura, esporte e lazer. A seguir, na confluência dos córregos Prosa e Segredo onde está o Monumento dos Pioneiros - homenagem aos primeiros habitantes de Campo Grande que ali se estabeleceram. Um marco aos bravos pioneiros da Cidade Morena.

Nos quadros seguintes, os principais monumentos, memoriais, museus, galerias disponíveis nos segmentos histórico-culturais, ecoturismo e lazer, considerados atrativos consolidados.

Quadro 15 - Monumentos, Memoriais, Museus e Galerias em Campo Grande

Atrativo	Descrição
Obelisco	No cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Rua José Antônio, o monumento homenageando o fundador da cidade, José Antônio Pereira é o Marco Zero do Estado de Mato Grosso do Sul.
Relógio da 14 de Julho.	Toda a simbologia de uma época foi recuperada com a reconstrução do primeiro relógio público de Campo Grande, que se situava entre as principais vias da cidade: no cruzamento das ruas 14 de julho com Afonso Pena. Foi construído em 1.933, em alvenaria com 5 metros de altura, com mecanismo de tecnologia alemã e funcionava a cordas. Demolido, sob protestos, em 1970, hoje, localiza-se a 100 metros do antigo local. Localização: Av. Afonso Pena com a Av. Calógeras
Monumento da Imigração Japonesa	Representando uma típica casa japonesa foi construído por Choji Oyokawa em homenagem aos 70 anos da imigração japonesa. Localização: Praça da República
Monumento do Aviador	Monumento construído em homenagem ao Tenente - Aviador Chaves Filho, subcomandante e integrante da Esquadilha de Reconhecimento e

	Ataque 42 (ERA-42). Localização: Base a Aérea de Campo Grande
Memorial da Cultura Indígena	Com área de 340 m ² , localiza-se na única aldeia urbana do Brasil. Oferece exposições e comercialização de artesanato local
Museu das Culturas Dom Bosco	De referência nacional, mais conhecido como Museu do Índio, tem precioso acervo de mais de 6 mil peças indígenas Bororo, Xavante, Carajá, Moro e do Rio Uapes, além de borboletas, conchas, aves e mamíferos embalsamados, na maioria do Pantanal. Formada por quatro blocos interligados, com varandas e um grande pátio para contemplação do Parque das Nações Indígenas, a construção ocupa uma área de 4.179 m ² . Localização: Avenida Afonso Pena, Parque das Nações Indígenas
Museu da Força Expedicionária Brasileira - FEB	O acervo do museu compõe-se de armas, uniformes, equipamentos de comunicação e objetos usados pelos soldados da FEB durante a II Guerra Mundial. Localização: Av. Presidente Vargas, 2800.
Museu da Imagem e do Som	No museu o turista pode voltar no tempo e conhecer objetos e curiosidades do início do século. Localização: Av. Afonso Pena.
Museu José Antonio Pereira	A antiga sede da Fazenda Bálsamo é uma homenagem ao fundador de Campo Grande. Tombada pelo patrimônio histórico em 1983. Localização: Av. Guaicurus, Km 5
Museu Marechal Rondon	A história das comunicações do Estado, do ainda Mato Grosso; de Marechal Rondon até advinda da telefonia celular. Localização: Rua Tapajós, 660 - Bairro do Cruzeiro
Marco - Museu de Arte Contemporânea	Dispõe de quatro salas para exposições temporárias e uma sala exclusivamente para mostra das obras de seu acervo. Localização: Rua Antônio Maria Coelho, 6000, no Parque das Nações Indígenas.
Centro Cultural José Otávio Guizzo	Abriga o teatro "Aracy Balabanian", a sala "Rubens Corrêa" e uma Galeria de Arte, além de promover cursos e oficinas de música, dança, cinema, teatro, vídeos e artes plásticas. Localização: Rua 26 de Agosto, 453 – Centro

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Os demais municípios do polo não apresentam desenvolvidos produtos histórico-culturais prontos para compor um roteiro, porém volta-se a salientar que, vinculados ao segmento cultural, envolvendo produtos étnicos e religiosos, tem-se em Sidrolândia seis aldeias indígenas, comunidades quilombolas em Rio Negro, Campo Grande e Jaraguari, igrejas em todos os municípios destacando-se o santuário de Nossa Senhora Aparecida em Jaraguari entre outros com potencial a ser desenvolvido.

Quadro 16 - Principais atrativos de Ecoturismo, Rural e Lazer em Campo Grande.

Atrativo	Descrição
Parque das Nações Indígenas	Considerado o maior parque urbano do mundo, com extensão de 119 hectares, o local oferece infraestrutura adequada para a prática de lazer e esporte. Com pista asfaltada para caminhada de 4.000 metros, quadra de esportes, pátio para skate e patins, sanitários, lanchonetes e um grande lago formado próximo à nascente do córrego.
Parque dos Poderes	Centro Político-Administrativo do Governo de Mato Grosso do Sul, o Parque do Poderes reúne as sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário. Com arquitetura contemporânea, o Parque está localizado numa reserva biológica, na qual se pode encontrar plantas e animais silvestres da região do cerrado. Localiza-se neste Parque, o Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de

Atrativo	Descrição
	<p>Camillo e TV Educativa, com a torre de 100 metros, considerada uma das mais altas construídas em alvenaria. Localização: altos da Av. Afonso Pena.</p>
Parque Estadual do Prosa	<p>Criado em 1981 como Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, é a primeira área protegida em Mato Grosso do Sul e até 1998 seus 135 hectares configuravam na estatística nacional como a única área de proteção integral em nosso Estado. Enquanto unidade de conservação tem como objetivo resguardar a fauna, flora e as belezas naturais do local que, aliada a sua localização urbana facilita a sua utilização para atividades de pesquisa científica, educação e interpretação ambiental. Atividades Desenvolvidas: <u>Trilhas interpretativas</u>: com acompanhamento de monitores, os visitantes podem vivenciar o universo dos ambientes protegidos, como as trilhas do Tatu, Copaíba e do Prosa, passando por pequenas pontes e decks ao longo dos córregos Joaquim Português, Desbarrancado e Prosa. <u>Visitação ao Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS</u>: Localizado no interior do Parque e tem por objetivo contribuir para a conservação da fauna sul-mato-grossense. Desde sua criação já recepcionou, triou e destinou mais de 12 mil animais nativos, oriundos de apreensões ou doações da comunidade.</p>
Horto Florestal	<p>O local é historicamente importante, pois fica bem próximo de onde o fundador José Antônio Pereira e seus familiares construíram os primeiros ranchos que dariam origem à cidade, no ano de 1872. O Horto ocupa uma área de 2,5 hectares, onde além do próprio bosque, o visitante tem a disposição pista de <i>cooper</i>, biblioteca, lanchonete, <i>playground</i>, orquidário, cancha de bocha, espelho d'água, paisagismo e pistas de skate e bicicross. O parque possui também projetos de reflorestamento destinados a cultivar as espécies vegetais nativas da região. Ligado por uma passarela panorâmica sobre a avenida, está o Centro de Convivência do Idoso e Centro de Atividades Múltiplas, com parlatório, teatro de arena e salas para cursos. Localização: Avenida Fernando Corrêa da Costa, esquina com a Ernesto Geisel - Centro.</p>
Estádio Belmar Fidalgo	<p>O nome lembra que no local funcionou o primeiro estádio de futebol da cidade. Transformado numa praça de cultura física, é hoje muito bem freqüentado por todos os adeptos da vida saudável. Localização: Rua Dom Aquino, Centro.</p>
City Tour	<p>A Linha Turismo implantada em 2004 com o Projeto City Tour Campo Grande é realizada por ônibus especialmente utilizados para o turismo - <i>double-decker</i> - o piso superior deste ônibus fica ao ar livre, proporcionando uma vista panorâmica do trajeto que percorre 42 diferentes pontos turísticos da cidade no passeio que dura aproximadamente duas horas e meia . Desde a implantação, gradativamente os usuários da Linha Turismo vêm aumentando em 2009 foram 13.438 passageiros representando a variação positiva de 9,3% em relação ao ano de 2008, segundo dados do <i>Convention Visitors Bureau</i> Campo Grande.</p>
Turismo Rural	<p>A cidade, apesar do seu ar de metrópole, conserva as características culturais de ruralidade que se materializa nas pequenas propriedades rurais existentes que formam um cinturão onde é desenvolvida a pecuária e agricultura de subsistência e atividades turísticas, como passeios a cavalo, pesca esportiva, banhos de cachoeira, trilhas, pesque pague dentre outras no circuito:</p>

Atrativo	Descrição
	<ul style="list-style-type: none"> - Fazenda Haras Cachoeira - Doces Orgânicos Esmeralda; Rodovia BR 163 - entrada em frente do Posto Platinão - Saída para São Paulo; - Cidade das Abelhas: BR 163 - KM 458; - Chácara Panambi; Saída para São Paulo; - Fazenda Pontal das Águas; BR 262 - Saída para Três Lagoas; - Cabanas do Pontal; Rodovia MS 080; - Café Colonial Dom Fernando: Rodovia MS 080, Ponte do Córrego Ceroula à direita saída para Rochedo 20 Km Após o DETRAN - Campo Grande / MS; - Pesque e Pague Nippon: Saída para Rochedo.
Trem do Pantanal	Inaugurado em maio/2009, saindo da Estação de Indubrasil realiza um passeio turístico entre a capital e os municípios pantaneiros de Aquidauana e Miranda com impacto também na Região Bonito Serra da Bodoquena. No período entre maio/2009 - fevereiro/2010 foram transportados 6.034 passageiros sendo 4.592 pagantes segundo dados da Serra Verde Express.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a), Prefeitura Municipal de Campo Grande (www.prefeituradecampogrande.com.br/sedesc).

Todos os produtos acima são consolidados e, por consequência, concentrados em Campo Grande visto seu maior desenvolvimento turístico dentre os municípios do Polo Campo Grande e Região, porém as demais regiões do polo possuem grande potencialidade para o turismo rural, ecoturismo, turismo de natureza e turismo de aventura, destacando-se a título de exemplos, a Estrada Parque Palmeira-Piraputanga em Dois Irmãos do Buriti, as cachoeiras de Rio Negro, a RPPN Vale do Bugio em Corguinho entre outras potencialidades ainda não desenvolvidas adequadamente como produtos.

Abaixo, apresentam-se os atrativos turísticos que ainda estão em fase de estruturação, com fluxo de visitação em consolidação, fluxo meramente local/regional ou ainda, que se encontra em fase de consolidação no mercado, destacando-se os dos segmentos: Ecoturismo, Aventura, Histórico Cultural, Místico, Visitas Técnicas, Científico, Turismo Étnico, apresentados no portfólio de produtos na análise de demanda, e aqui complementados com os demais atrativos existentes.

Quadro 17 - Atrativos em fase de estruturação no Polo Campo Grande e Região.

Atrativos	Nova Alvorada do Sul
Pesqueiro Campestre	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Atrativos	Terenos
Balneário Cantinho do Céu/Balneário Raio de Sol.	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Atrativos	Rochedo
Atrativos	Sidrolândia
Fazenda Piana	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais
ExpoSidrolândia Festas e eventos	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Vôo Livre	Rampas que atendem Circuitos Internacionais.
Atrativos	Dois Irmãos do Buriti
Estrada Parque Palmeiras Piraputanga	Roteiro com algum interesse, ainda em fase de consolidação que pode ser articulado beneficiando-se do produto Trem do Pantanal em decorrência de sua parada na Estação ferroviária de

	Piraputanga, em Aquidauana.
Agrotecnológico	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Pousada Sol Amarelo	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas (turismo esportivo/radical).
Atrativos	Jaraguari
Estância Lázara Sítio Pingo D'ouro	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Capela Nossa Senhora Aparecida	Atrativo com algum interesse, capaz de estimular correntes turísticas regionais e locais, atuais ou potenciais, e de interessar visitantes nacionais e internacionais que tiverem chegado por outras motivações turísticas.
Atrativos	Corguinho
Projeto Portal Ufos	Atrativo turístico muito importante, em nível nacional, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes nacionais e internacionais, por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
Atrativos	Ribas do Rio Pardo
Balneário Municipal	Atrativo complementar a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas locais.
Usina do Mimoso e Agrotecnológico	Atrativos complementares a outro de maior interesse, capaz de estimular correntes turísticas até internacional.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Evidencia-se que os atrativos acima complementam aqueles destacados na análise da vocação turística visando à definição de um *portfólio* de produtos, sendo positiva a estruturação destas potencialidades como produtos prontos para comercialização de modo a ampliar a oferta do polo.

2.3.2. Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos

De acordo com dados da FUNDTUR-MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a), o Setor envolve mais de 1.090 equipamentos entre Prestadores de Serviços Turísticos e Atividades Características do Turismo dotando assim, a capital de uma cadeia já estruturada: Meios de Hospedagem (061); Agências de Viagem e Operadoras de Receptivo (115); Eventos - Organizadoras e Estrutura (23); Espaços para Eventos (38) Alimentos e Bebidas (62); Locadoras de Automóveis (39); Transportadoras de Passageiros de Ônibus (18); Empresas Aéreas (04); Guias de Turismo (152); Transportadoras Turísticas (34); Frota de Táxi estimada (438) veículos distribuídos em 71 pontos; Atrativos Urbanos (64); Atrativos no Turismo Rural (34); Entretenimento e Lazer; Aeroporto Internacional; Terminal Rodoviário; entre outros equipamentos importantes no turismo receptivo como os Centros de Atendimento ao Turista disponibilizam (08).

O Setor de Comércio e Serviços de Campo Grande, em 2008 atingiu a marca de 20.000 estabelecimentos comerciais permitindo-se prospectar que em torno de 5,45% estão diretamente voltados para o segmento do Turismo através dos Prestadores de Serviços Turísticos e Atividades Características do Turismo.

A atividade tem sediada na capital, Instituições de Classe que exercem importante papel no fortalecimento e representatividade do Setor: Fórum Estadual de Turismo de MS, Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV, Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo - ABBTUR, Associação Brasileira de Indústria de Hotéis - ABIH, Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis - ABLA, Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - ABRAJET, Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento - ABRASEL, Associação Campograndense de Turismo Rural - ACTUR, Associação dos Artesãos, Sindicato dos Taxistas do MS - SINTAXI, Cooperativa Prestadora de Serviço de Van - COOPERVANS, *Convention Visitors & Bureau/MS* e *Campo Grande Convention Visitors & Bureau*. E, como instituições de apoio a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista, os Consulados do Paraguai, Itália e Bolívia.

Percebe-se, no entanto, um número reduzido de filiados a essas entidades representativas cuja força e poder de decisão são diretamente proporcionais a quantidade de filiados, tornando-se indispensável para mudança desse quadro um trabalho de sensibilização junto às categorias de classe e o fortalecimento da Gestão Pública do município assumindo seu papel de interlocutor, articulador e aglutinador das forças que se fazem presentes. Por exemplo, para o papel fundamental do Campo Grande *Convention & Visitors Bureau* frente ao principal segmento turístico da capital - Negócios e Eventos - é imprescindível a filiação maciça dos prestadores de serviços turísticos para que a entidade adote uma política incisiva na captação de eventos.

Da mesma maneira, nota-se que o número de empreendimentos cadastrados no MTur ainda é reduzido, conforme ilustra o quadro seguinte, onde por exemplo dos 61 meios de hospedagens existentes menos da metade está cadastrada.

Quadro 18 - Prestadores de Serviços Turísticos Cadastrados no Ministério do Turismo em Campo Grande, MS.

SERVIÇOS TURÍSTICOS	Quantidade
Agências de Viagens	115
Organizadora de Eventos	013
Estrutura para Eventos	010
Meio de Hospedagem	028
Transportadora Turística	034
Parques Temáticos	-
Guias de Turismo	152
Bacharel em Turismo	024

Fontes: CADASTUR - 12/07/2010 (BRASIL, 2010d)

Para os demais Municípios que compõem o polo selecionado não foram encontrados Prestadores de Serviços Turísticos cadastrados no Ministério do Turismo como estabelece o Artigo 22 da Lei Geral do Turismo nº 11.771 de 11/09/2008.

Para complementar a avaliação da infraestrutura turística, buscou-se elementos que permitam analisar os equipamentos e os serviços turísticos existentes no Polo Campo Grande e Região e determinar se a oferta atual permitirá atender tanto a demanda atual como a potencial.

A análise está focada nos estabelecimentos de alimentação e meios de hospedagem e considera-se que a referida oferta está alinhada com os segmentos de turismo explorados, consolidados e potenciais, na região, ou seja, turismo de negócios e eventos programados.

De acordo com o critério de classificação do porte de empresas em relação ao número de empregados utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as empresas do setor de comércio e serviços são classificadas da seguinte forma (BRASIL, 2007):

- Micro: até 9 empregados
- Pequena: de 10 a 49 empregados
- Média: de 50 a 99 empregados
- Grande: mais de 100 empregados

Ao mesmo tempo, conforme a critério por receita bruta anual adotado pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste, a classificação das empresas por porte é a seguinte:

- Microempresa - ME - Lei 123/06 - Até R\$ 240.000,00
- Empresa de Pequeno Porte - EPP - Lei 123/06 - De R\$ 240.000,01 até R\$ 2.400.000,00

Dessa forma, os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, para o ano último da série (2008) são apresentados a seguir:

Quadro 19 – Total de empreendimentos do setor de alimentação e meios de hospedagens por porte da empresa no Polo Campo Grande e Região em 2008.

	Campo Grande	Ribas do Rio Pardo	Jaraguari	Rochedo	Rio Negro	Terenos	Nova Alvorada do Sul	Dois Irmãos do Buriti	Corguinho	Sidrolândia	Total	% do Total	Média (exceto Campo Grande)
Microempresas	515	15	2	1	2	7	13	0	2	17	574	78,6	6,6
Pequenas empresas	142	1	1	0	0	0	4	1	0	1	150	20,5	0,9
Médias empresas	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0,8	
Total de empresas	663	16	3	1	2	7	17	1	2	18	730		

Fonte: adaptado de BRASIL, 2010f

Portanto, do total de 730 empresas o Polo Campo Grande e Região possui 574 microempresas, 150 empresas de pequeno porte e 6 empresas de média. As microempresas representam 78,6% desse total e, as pequenas empresas 20,5%. Quando se desconsidera o município de Campo Grande, o polo possui, em média, 6,6 microempresas e, praticamente 1 pequena empresas.

Em termos de faturamento significa dizer que a grande maioria dos estabelecimentos do setor de alimentação e meios de hospedagem, essenciais para o atendimento ao turista, possui uma receita bruta anual de até R\$ 240.000,00. Esse fator é positivo, pois essas empresas são empregadoras de mão-de-obra e promovem a circulação da riqueza na localidade.

O quadro a seguir mostra a classificação pelo critério do número de empregados:

Quadro 20 – Total de funcionários do setor de alimentação e meios de hospedagem por porte da empresa no Polo Campo Grande e Região em 2008.

	Campo Grande	Ribas do Rio Pardo	Jaraguari	Rochedo	Rio Negro	Terenos	Nova Alvorada do Sul	Dois Irmãos do Buriti	Corguinho	Sidrolândia	Total	% do Total	Média (exceto Campo Grande)
Microempresas	1.756	38	5	2	7	19	46	0	5	52	1.930	37	19
Pequenas empresas	2.657	13	12	0	0	0	112	30	0	11	2.835	55	20
Médias empresas	428	0	0	0	0	0	0	0	0	0	428	8	
Total de funcionários	4.841	51	17	2	7	19	158	30	5	63	5.193		

Fonte: adaptado de BRASIL, 2010f

A análise dos quadros anteriores mostra que, apesar das microempresas representarem aproximadamente 80% do total de empresas do polo Campo Grande, são as pequenas empresas as responsáveis pelo maior volume de emprego, 55% do total. No entanto, na média, tanto as microempresas como as pequenas empresas empregam um número aproximado de funcionários: 19 e 20 respectivamente.

Os dados revelam ainda que, considerando-se as microempresas, os municípios de Jaraguari, Rochedo, Rio Negro, Dois Irmãos do Buriti e Corguinho apresentam número de estabelecimentos abaixo da média. Vale ressaltar que um eventual aumento do fluxo de turistas para o polo, de forma induzida ou espontânea, pode provocar um colapso na prestação de serviços turísticos nesses municípios. Isso provavelmente resultará numa dificuldade de integração plena desses municípios com o restante do polo, a despeito das potencialidades de seus atrativos.

Os quadros presentes no ANEXO 2 mostram os dados sobre o número de estabelecimentos e número de funcionários nos setores de alimentação e hospedagem coletados na RAIS, por município do Polo Campo Grande e Região em 2008 (BRASIL, 2010f).

Os dados revelam ainda que, considerando-se as microempresas, os municípios de Jaraguari, Rochedo, Rio Negro, Dois Irmãos do Buriti e Corguinho apresentam número de estabelecimentos abaixo da média. Vale ressaltar que um eventual aumento do fluxo de turistas para o polo, de forma induzida ou espontânea, pode provocar um colapso na prestação de serviços turísticos nesses municípios. Isso provavelmente resultará numa dificuldade de integração plena desses municípios com o restante do polo, a despeito das potencialidades de seus atrativos.

Com relação à infraestrutura disponível no polo, o município de Campo Grande se sobressai dispondo de prestadores de serviços turísticos que atendem toda a cadeia produtiva em termos quantitativo e organizacional, apresentando as características inerentes aos destinos consolidados sendo reconhecido dentro do Estado, nacional e internacionalmente, sobretudo junto aos países limítrofes do Mato Grosso do Sul (Paraguai e Bolívia)

Entre 8 e 23 de Setembro de 2010 a AGRICON Consultoria aplicou uma pesquisa junto aos representantes da cadeia turística (31 empreendimentos da capital, sendo 14 agências de

viagens, 11 hotéis e 6 restaurantes), conforme detalhado no Anexo 1, com o intuito de proceder uma avaliação dos equipamentos e serviços turísticos. A partir desta pesquisa verificou-se que a maior parte das agências de viagens e restaurantes são microempresas, já a maioria dos hotéis são empresas de médio porte:

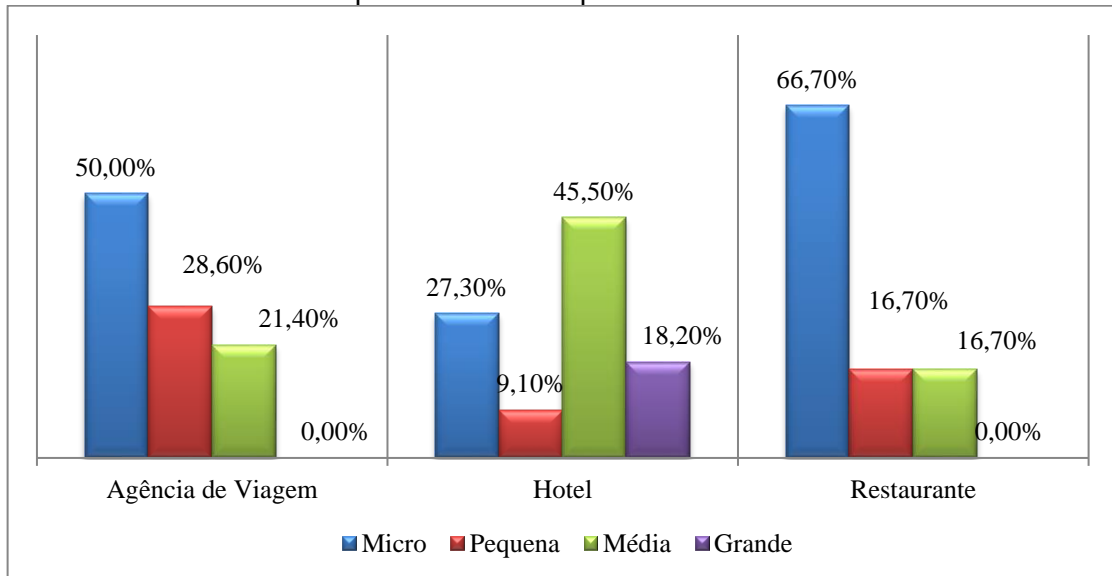


Figura 28 - Dimensão dos estabelecimentos turísticos por categoria.

Com base na pesquisa supracitada estima-se que, em média, as agências de viagens têm 12 anos de idade e sejam em grande parte microempresas (62,5% das agências com mais de 10 anos), os hotéis têm em média 16 anos de idade e a maioria é empresa de médio porte (50% dos hotéis acima de 10 anos são empresas de médio porte) e por fim, os restaurantes têm 13 anos de idade em média, conforme ilustra a figura seguinte de porte do empreendimento por idade do mesmo.

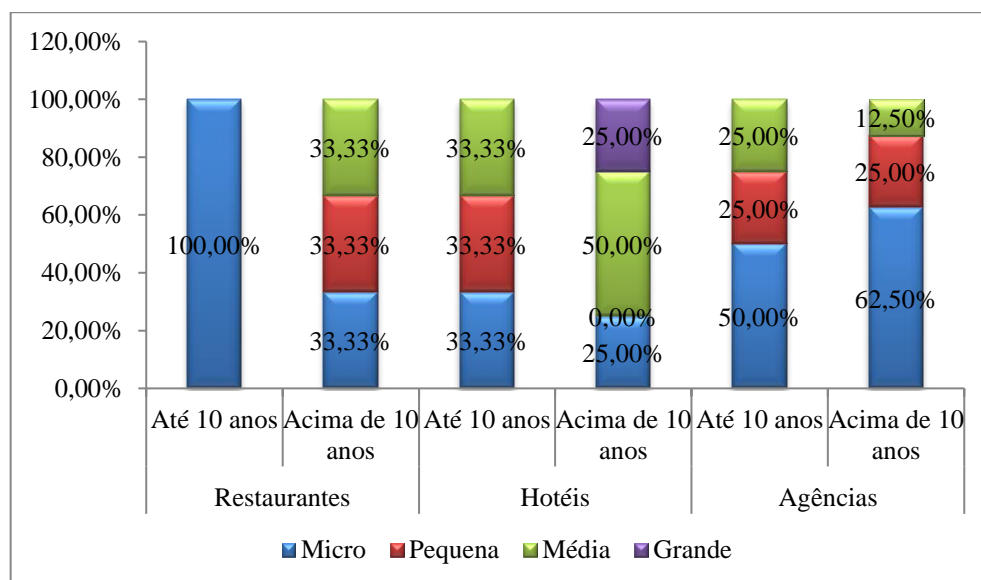


Figura 29 - Dimensão dos estabelecimentos turísticos por categoria e por idade do estabelecimento.

Empregos gerados

Segundo Coelho (2008), as Atividades Características do Turismo - ACTs, levam em consideração um conjunto de atividades que representam a maior parte dos gastos dos turistas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE o valor de produção das ACTs chegou a R\$ 149,64 bilhões, atingindo 7,1% do valor da produção do setor de Serviços e 3,6% da economia brasileira. Em 2006, trabalhavam nas ACTs cerca de 5,7 milhões de pessoas, ou 10,1% dos ocupados no setor de Serviços e 6,1% dos trabalhadores do país. Em 2006, o total dos rendimentos pagos pelas ACTs (R\$ 31,34 bilhões) representou 3,23% dos rendimentos pagos pelo conjunto da economia brasileira.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA estruturou o Sistema Integrado de Informações sobre o mercado de trabalho no setor turístico o SIMT, com o objetivo de caracterizar a mão de obra ocupada no mercado turístico, são considerados sete grupos de ACTs: Alojamento; Agência de viagem; Transportes; Aluguel de transportes; Auxiliar de transportes; Alimentação; Cultura e lazer.

Em Mato Grosso do Sul, o mercado de trabalho turístico por ACTs, empregou segundo dados do SIMT 8.113 pessoas, sendo que a atividade relativa aos transportes teve destaque com cerca de 3.237 empregos celetistas em 2007, conforme figura abaixo.

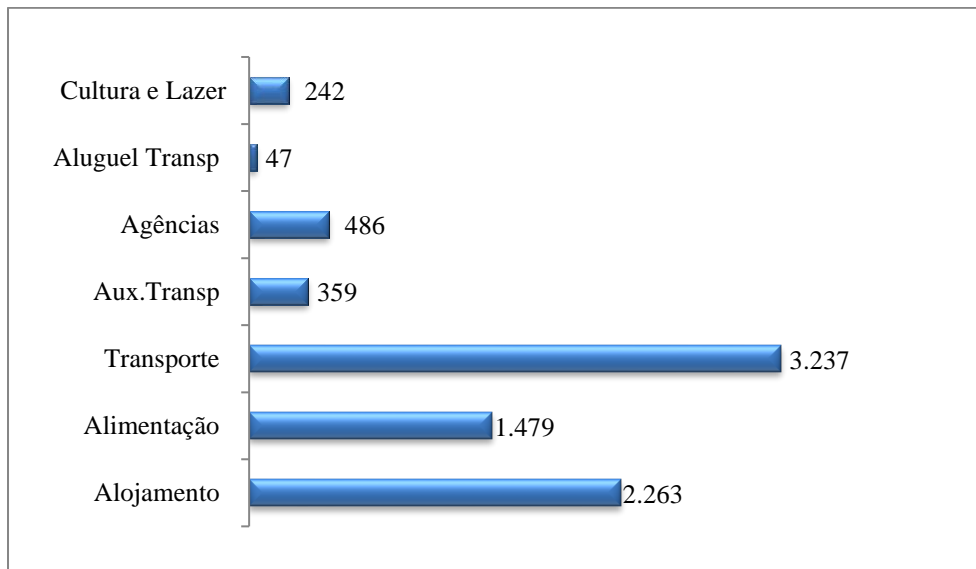


Figura 30 - Estimativa do número de empregos formais por ACTs em Mato Grosso do Sul - Dezembro 2007

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Da mesma maneira, a Pesquisa aplicada junto aos representantes da cadeia turística pela AGRICON Consultoria, também indica o subsetor de alojamento como o que apresenta o maior número de empregados por empreendimento conforme ilustra a figura seguinte:

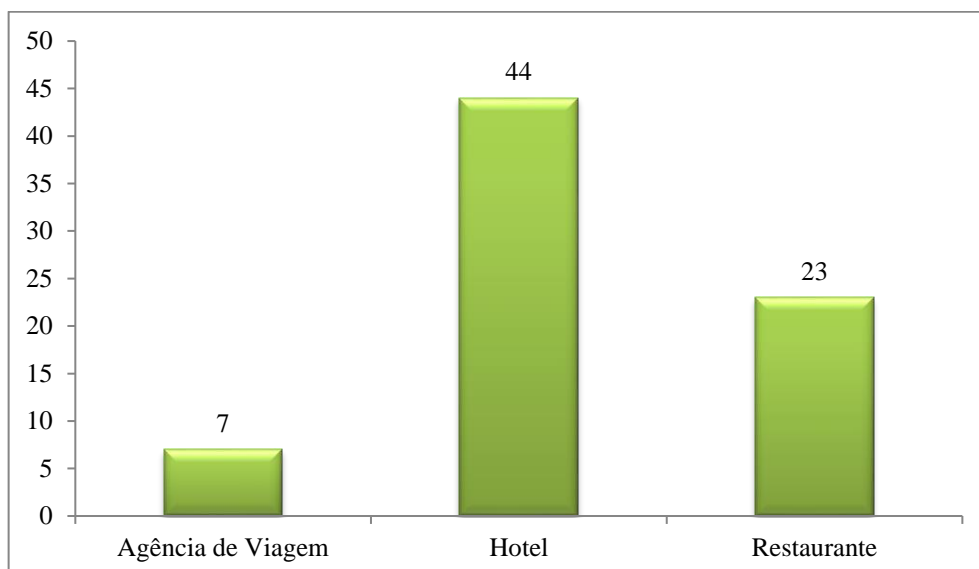


Figura 31 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria.

Dentro da cadeia do turismo de Campo Grande e Região a rede hoteleira é a que gera maior número de empregos por empreendimento e estratificando o número médio de funcionários por porte do empreendimento têm-se as empresas de médio e pequeno porte as que geram maior número de empregos conforme ilustrado abaixo:

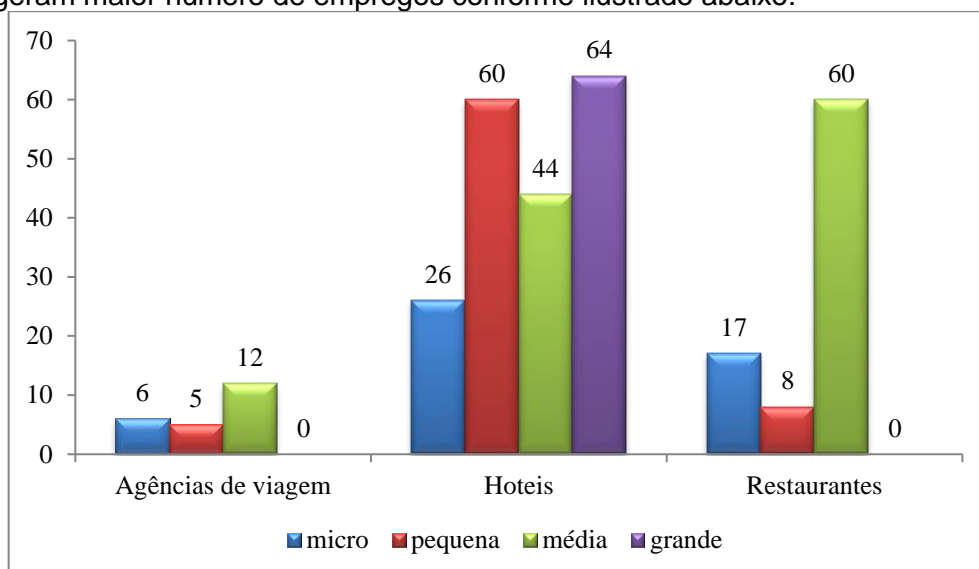


Figura 32 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria e por dimensão da empresa.

A mesma pesquisa indica que as empresas estabelecidas há mais tempo (acima de 10 anos de idade média do estabelecimento) possuem mais funcionários, exceto em restaurantes onde o número de funcionários não é afetado pela idade média do empreendimento:

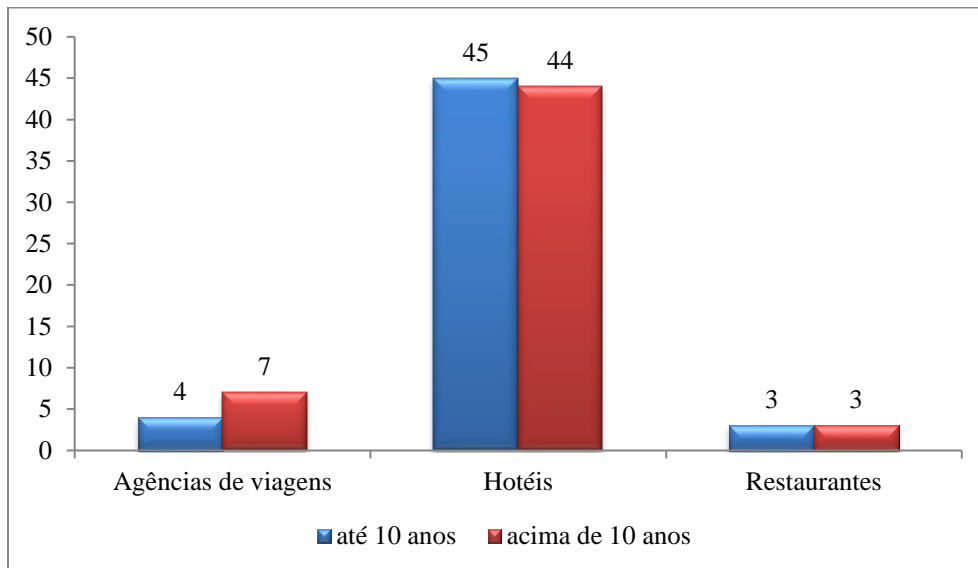


Figura 33 - Número médio de empregos gerados por empreendimento, por categoria.

As últimas informações disponíveis sobre o Mercado Turístico Informal em Mato Grosso do Sul são de 2005, o SIMT estima que existiam 7.834 empregos turísticos informais no estado, sendo a atividade turística da Alimentação com maior parte dos trabalhadores informais, 63%.

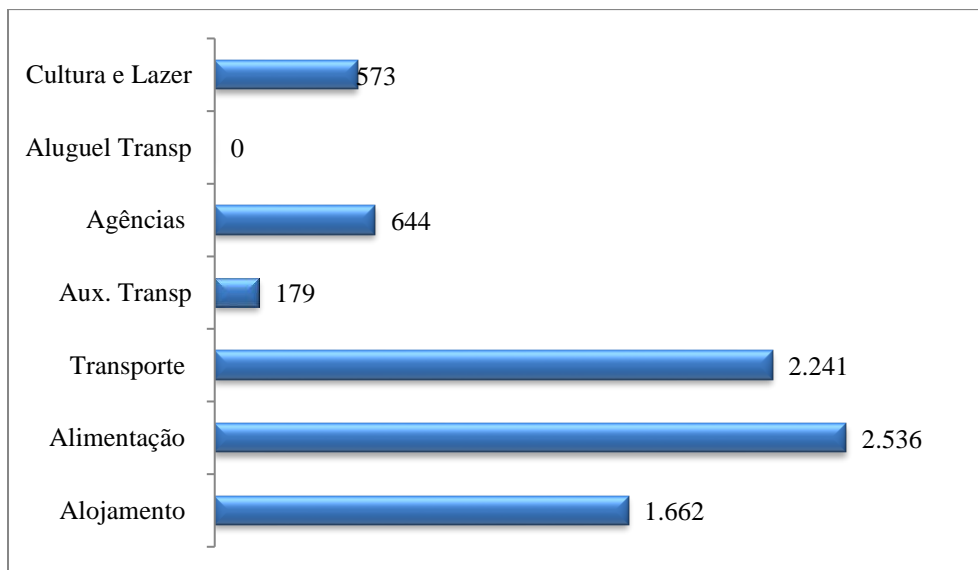


Figura 34 - Estimativa do número de empregos informais por ACTs em Mato Grosso do Sul - Setembro de 2005

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Extrapolando as proporções entre empregos formais e informais acima, considerando que entre 2005 e 2010 a taxa de informalidade nos subsetores da atividade turística no Estado tenha se mantido estável, estima-se que em média no Polo por empreendimento exista o seguinte número de empregos gerados:

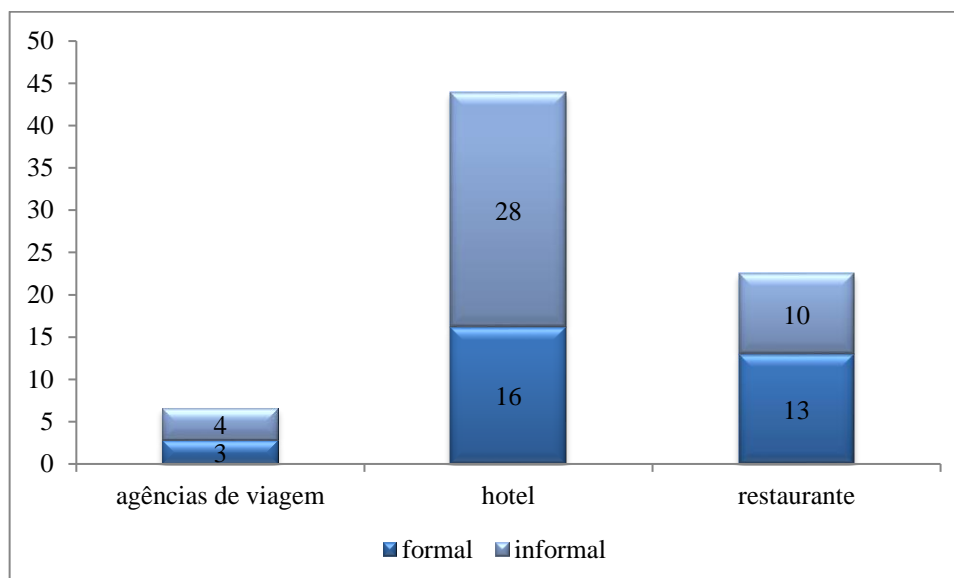


Figura 35 - Estimativa do número de empregos formais e informais por empreendimento por categoria.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

A Atividade Característica do Turismo com maior rendimento médio da ocupação formal no Mato Grosso do Sul é a de Auxiliar de Transportes, que envolve as atividades auxiliares dos transportes terrestres, aquaviários e aéreos.

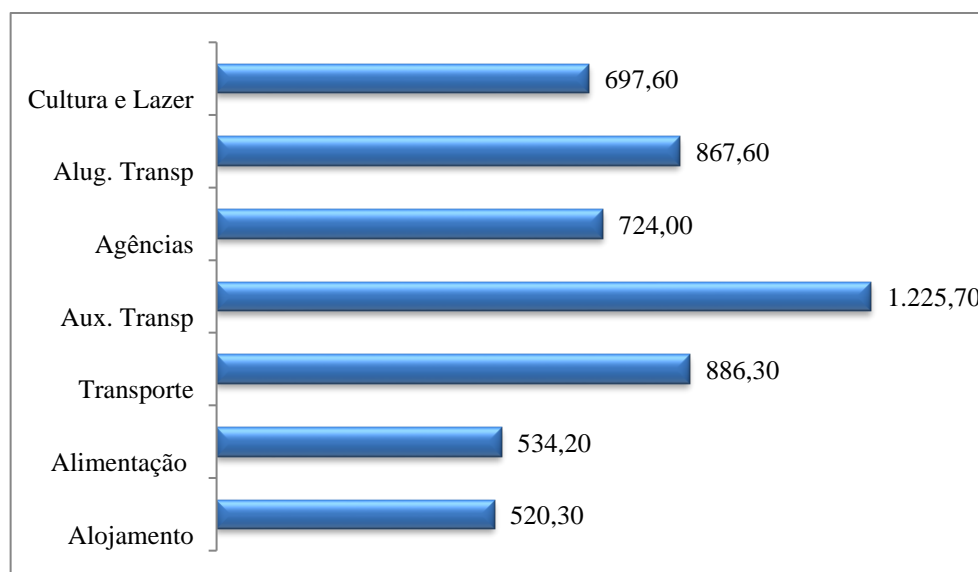


Figura 36 - Rendimento Médio da Ocupação Formal por ACTs em Mato Grosso do Sul - 2007 (valores em reais)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Complementando os rendimentos acima, a pesquisa aplicada pela AGRICON CONSULTORIA, sinaliza, dentre os empreendimentos entrevistados, que as agências de turismo são as que oferecem maior salário médio mensal (R\$ 1.080,00), seguida dos restaurantes (R\$ 730,00) e hotéis (R\$ 646,25).

Grau de Ocupação

Embasada na pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos representantes dos principais subsetores da atividade turística do Polo Campo Grande e Região tem-se de

maneira geral 65,6% de ocupação média da rede hoteleira e 36,9% de ocupação média dos restaurantes, não sendo determinada ocupação das agências de viagens.

Dos hotéis, os empreendimentos de grande e pequeno porte, estabelecidos a mais de 10 anos são os que possuem maior grau de ocupação. Já entre os restaurantes, as microempresas estabelecidas há menos tempo, até 10 anos, são as que apresentam maior grau de ocupação.

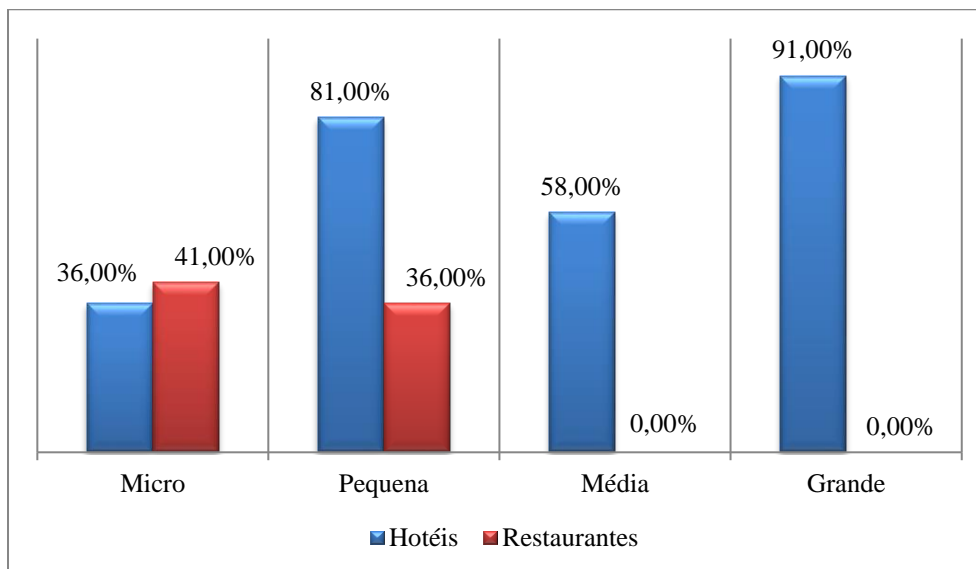


Figura 37 - Grau de ocupação por categoria e por dimensão.

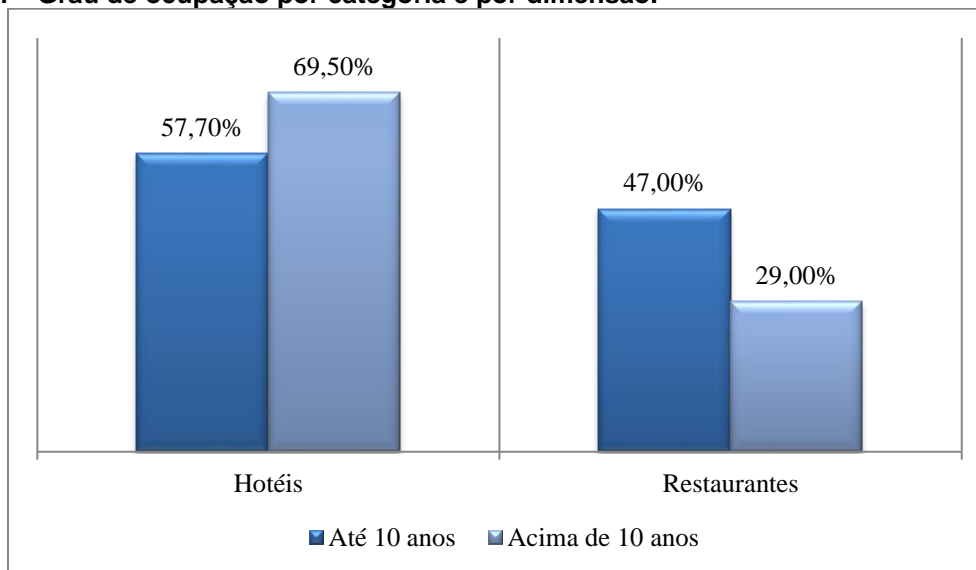


Figura 38 - Grau de Ocupação por categoria e por idade do empreendimento.

Meios de Hospedagem

A Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul adotou a partir de 2007, como instrumento para mensuração de fluxo de turistas, o sistema Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira considerando o seu embasamento metodológico e alimentação com dados extraídos do BOH, permitindo a comparação entre os dados anuais a partir de 2008.

Abaixo seguem os dados da movimentação hoteleira de Campo Grande e interior do Estado ressaltando que a área turística em estudo fica representada pela capital, visto que os meios de hospedagem dos demais municípios do polo não encaminham à FUNDTUR os BOH e

tampouco as FNRH, apesar da Deliberação Normativa n.23 de abril de 2002 e dos artigos 42 e 46 da Lei n. 11.771 de 11 de setembro de 2008 que instruem a remessa obrigatória dos BOH pelos meios de hospedagem.

Quadro 21 - Movimentação nos Meios de Hospedagem da capital e Interior do Estado entre 2006 e 2009.

Ano	Descrição	UH's Disponíveis	UH's Ocupados	Hóspedes	Pernoites Gerados	Taxa Ocupação (UH)	Taxa Ocupação (Leitos)	Permanência Média (Dias)	Relação Hospede / UH Ocupada
2006	Estado MS	4.642.070	1.792.305	830.287	2.424.438	38,6	N.D	2,9	2,1
2007	Estado MS	4.068.886	1.567.154	992.496	2.350.103	38,5	21,7	2,4	1,5
	Capital	1.201.298	655.690	249.325	904.851	54,6	42,3	3,6	1,4
	Interior	2.867.587	911.469	743.171	1.445.252	31,8	16,6	1,9	1,6
2008	Estado MS	4.300.297	1.738.443	1.034.040	2.743.685	40,4	26,2	2,7	1,6
	Capital	1.367.935	734.876	271.075	1.053.866	53,7	41,3	3,9	1,4
	Interior	2.932.362	1.003.567	762.965	1.689.819	34,2	21,3	2,2	1,7
2009	Estado MS	4.177.884	1.636.192	1.165.863	3.062.581	39,2	29,1	2,6	1,9
	Capital	1.357.046	680.581	344.633	1.026.377	50,2	39,9	3,0	1,5
	Interior	2.820.838	955.611	821.230	2.036.205	33,9	25,6	2,5	2,1

Nota: (*) Entrada de Hospedes: Ano 2007 aplicação de Metodologia Mtur/Embratur com possibilidade de comparação da variação anual a partir de 2008; Dados 2008 Revisados

Fontes: Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira-Mtur/ Fundtur/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

Embasados nos dados acima, tem-se com relação ao município de Campo Grande, considerando o fluxo de turistas do polo pela movimentação nos meios de hospedagem com base no BOH do Estado e da Capital entre 2007 e 2009, que em 2009 o número de hóspedes na capital foi 38,23% superior que em 2007, enquanto no Estado de maneira geral esta porcentagem foi de 17,47% e no interior do Estado, 10,50%. Em 2009, a rede de hospedagem da capital disponibilizou mais de 1.357 mil Unidades Habitacionais com Taxa Média de Ocupação (UH's) média foi de 50,2%(figura seguinte) e a Relação Hóspede/UH Ocupada de 1,5.

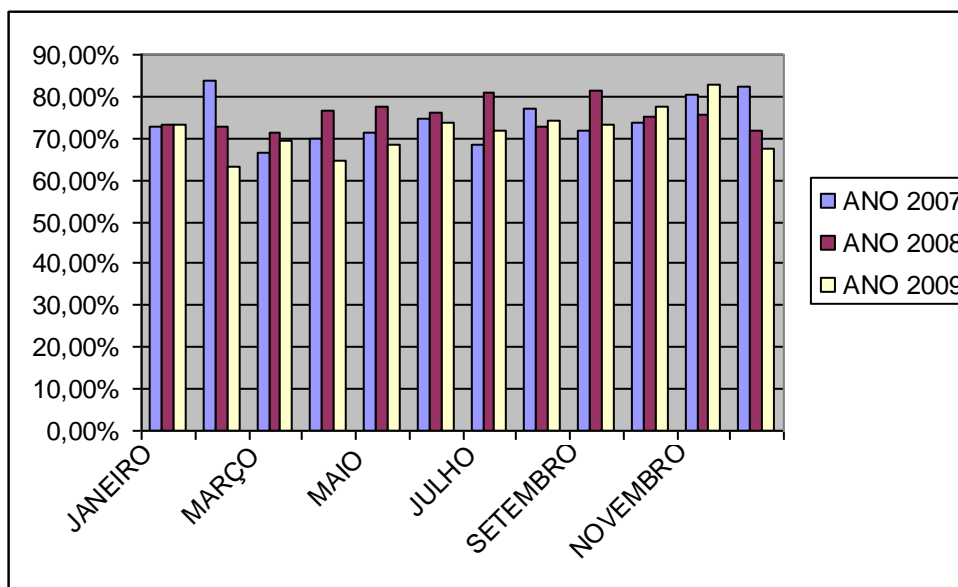


Figura 39 - Evolução mensal da taxa média de ocupação dos meios de hospedagem de Campo Grande entre 2007 e 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Ponderando sobre o comportamento da sazonalidade, segundo análise dos dados apresentados, considerando a movimentação nos Meios de Hospedagem que mantiveram a taxa de ocupação durante o ano todo acima de 50,2%, a Taxa Média de Ocupação média apresentou o seguinte comportamento: Janeiro - 73,27%; Fevereiro - 63,33%; Março - 69,62%; Abril - 64,82%; Maio - 68,55%; Junho - 73,88%; Julho - 71,66%; Agosto - 74,33%; Setembro - 73,26%; Outubro - 77,54%; Novembro - 82,87% e Dezembro - 67,55%.

A seguir verifica-se a variação mínima e máxima da taxa de ocupação dos meios de hospedagem entre 2007 e 2009 salientando a faixa de oscilação do comportamento da ocupação dos meios de hospedagem.

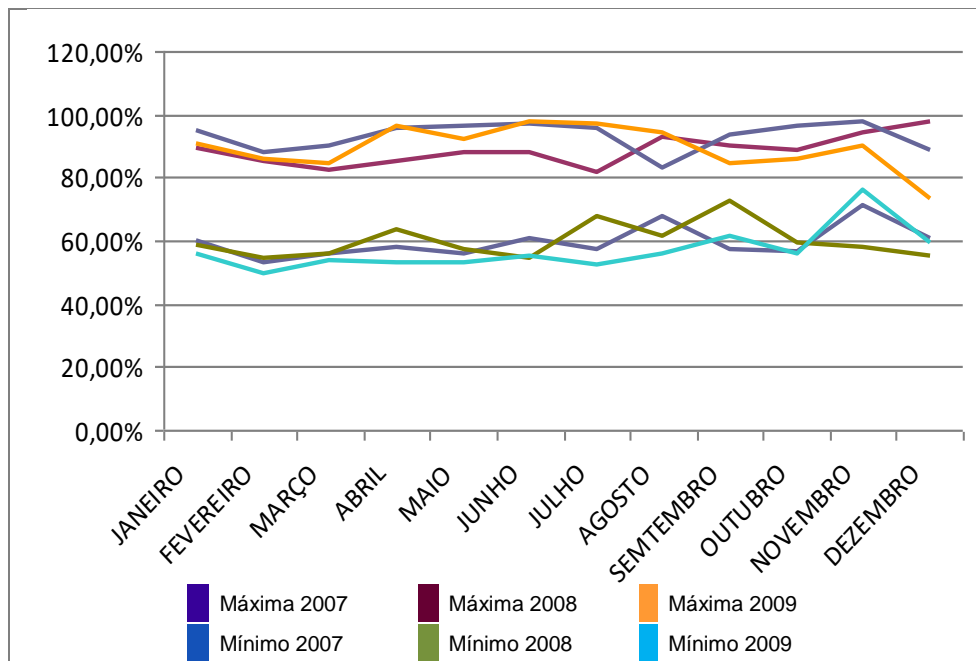


Figura 40 - Evolução das variações máxima e mínima mensais da taxa média de ocupação dos meios de hospedagem de Campo Grande entre 2007 e 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Considerando em particular a infraestrutura de hospedagem do polo em questão tem-se:

Quadro 22 - Rede de Hospedagem do Polo Campo Grande e Região.

MUNICÍPIOS	TOTAL			
	POPULAÇÃO	M.H.	U.H.	LEITOS
1. Campo Grande	755.107	61	2.753	5.524
2. Corguinho	4.370	03	09	40
3. Dois Irmãos do Buriti	9.643	02	30	126
4. Jaraguari	5.776	-	-	-
5. Nova Alvorada do Sul	12.673	05	158	285
6. Ribas do Rio Pardo	20.077	05	31	58
7. Rio Negro	5.054	05	42	108
8. Rochedo	4.480	04	23	82
9. Sidrolândia	41.261	04	74	148
10. Terenos	15.276	01	19	40
Total do Polo	873.717	90	3.139	6.411

Fontes: População: Semac - MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)/ Quantitativo MH:

Fundtur/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010a).

Quanto à infraestrutura de hospedagem no polo, Campo Grande detém: 67,77% dos Meios de Hospedagem; 87,70% das Unidades Habitacionais e 86,16% dos Leitos disponíveis.

Freqüentemente, a mídia apresenta reportagens e entrevistas dando conta de que em Campo Grande estão faltando hotéis, leitos para atender a demanda de visitantes por ocasião de eventos nos mais variados segmentos. No entanto, se apresentam como fatores limitantes para diagnosticar com precisão essa situação.

Um indício pode ser constatado às vésperas de dois grandes eventos esportivos (Etapa brasileira do Mundial de Motocross em Campo Grande em agosto e Etapa de Campo Grande da Stock Car em setembro) a AGRICON Consultoria realizou um levantamento telefônico da disponibilidade de leitos nos dez principais hotéis do município, verificando a indisponibilidade de leitos nestas épocas.

A ausência da gestão de um Calendário Oficial de Eventos único alimentado com todos os eventos previstos, como ferramenta para planejamento pode ser responsável pela provável indisponibilidade de leitos para a demanda atual em determinadas épocas do ano.

A extinção da classificação dos Meios de Hospedagem pelo Ministério do Turismo através da Portaria nº 17 de 2010 que tornou sem valor o Sistema de Classificação Hoteleira - é o outro fator, uma vez que impossibilita identificar a capacidade hoteleira disponível para atender o perfil do turista de negócios e eventos.

Esses instrumentos são essenciais para qualificar um destino de Negócios e Eventos, uma vez que, impactam positivamente na qualidade da prestação de serviços, na imagem enquanto destino receptivo, contribui com a otimização da cadeia que envolve o segmento e conseqüentemente aquecendo a economia local.

Um indicativo desta possível insuficiência de leitos pode ser o número de novos empreendimentos hoteleiros atraídos para o município de Campo Grande, sendo alguns de grandes redes de hotéis, aumentando o número de Unidades Habitacionais do município para aproximadamente 3.550 conforme quadro seguinte:

Quadro 23 - Empreendimentos hoteleiros em construção em Campo Grande em 2010.

Empreendimento	Número de apartamentos
Hotel Águas	140
Hotel Ipê	71
Hotel Parque	94
Ibis (Shopping Norte Sul)	180
Intercity Premium	93
Fórmula 1	220

Fonte: SEDESC/PMCG - fornecido pela FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

De acordo com o que se observa acima a construção destes empreendimentos representará um aumento futuro de 28,98% na sua capacidade de alojamento, com a entrada desses Meios de Hospedagem em operação, a capacidade total de alojamento futura para Campo Grande será de 1.296.115 Unidades Habitacionais/Ano. Sem os parâmetros técnicos para classificação, se considerados os Meios de Hospedagem cuja infraestrutura atende o perfil turístico, superior e luxo a capacidade será de 696.600 unidades Habitacionais/ano. Essa projeção significa que Campo Grande poderá receber no segmento de Negócios e Eventos 696.600 turistas de eventos/ano, ou seja, 58.050 turistas de evento/mês ocupando individualmente uma Unidade Habitacional.

Níveis de Investimentos

A Pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos representantes dos principais subsetores da atividade turística do Polo Campo Grande e Região levanta os investimentos em quatro períodos, solicitando uma estimativa dos valores investidos em 2000, 2005 e 2010 e projetando o investimento pretendido para 2015.

Quadro 24 - Estimativa de investimentos por categoria em 2000, 2005, 2010 e projeção para 2015.

Investimento	Ano			
	2000	2005	2010	2015
Agência de Viagem	R\$ 35.000	R\$ 25.000	R\$ 33.500	R\$ 38.333
Hotel	R\$ 0,00	R\$ 50.000	R\$ 290.000	R\$ 3.050.000
Restaurante	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 90.000	R\$ 100.000

De acordo com os dados acima verifica-se que os hotéis são da categoria que demanda um maior nível de investimento atualmente (figura seguinte) e da mesma forma a que projeta os maiores valores investidos, sobretudo pela tendência de construção de novos empreendimentos, conforme apontado anteriormente pela SEDESC.

Da mesma maneira os restaurantes tendem a incrementar expressivamente seu nível de investimento.

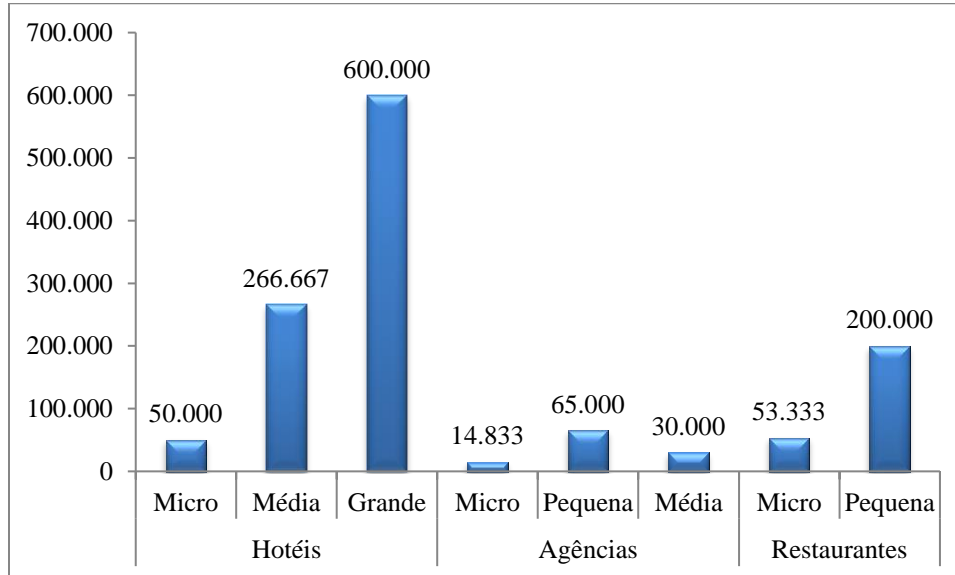


Figura 41 - Nível de investimentos por categoria e por dimensão da empresa em 2010.

Considerando os níveis de investimento atual por idade do empreendimento nota-se que os estabelecimentos com idade média maior são os que investem maiores montantes:

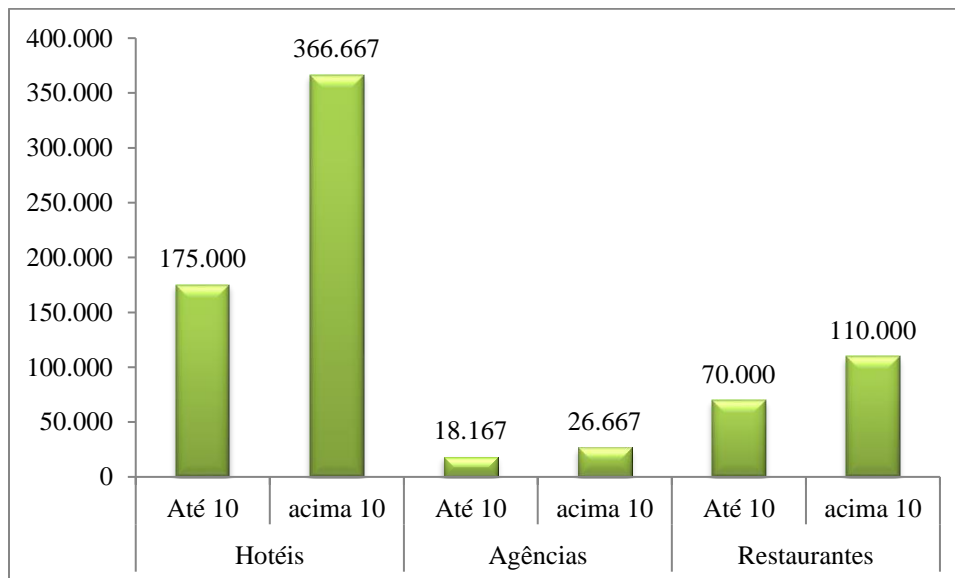


Figura 42 - Níveis de investimento por categoria e por idade do estabelecimento em 2010.

Níveis de faturamento

Usando os resultados da Pesquisa supracitada, para o cálculo do faturamento médio diário estimado por estabelecimento foi utilizada a quantidade diária de visitas ao estabelecimento multiplicada por seu preço médio. Não foi possível o cálculo médio de faturamento das Agências de Viagens por estas não terem um valor médio praticado. Esse fato ocorre em

decorrência da diversidade de pacotes turísticos vendidos e uma não uniformidade de faturamento.

Assim, obteve-se um faturamento médio diário de R\$ 14.622,00 para hotéis e R\$ 16.857,00 para restaurantes.

Considerando os níveis de faturamento por dimensão da empresa destaca-se o faturamento maior nos hotéis de médio e grande porte, enquanto os restaurantes microempresas apresentam resultados mais atrativos:

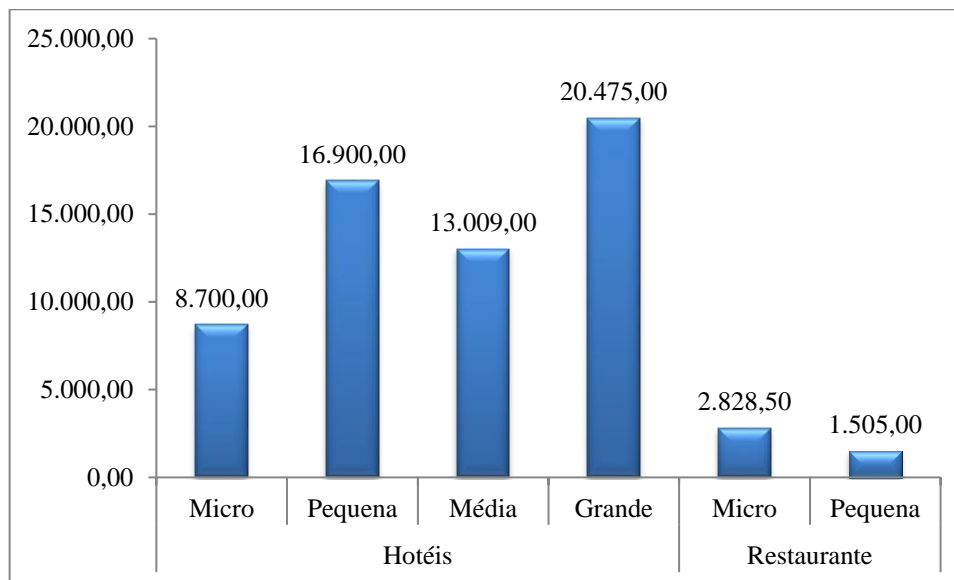


Figura 43 - Níveis de faturamento médio diário por categoria e por dimensão da empresa em 2010.

Nota-se abaixo que os hotéis com idade maior faturam mais enquanto os restaurantes mais recentes possuem um nível maior de faturamento:

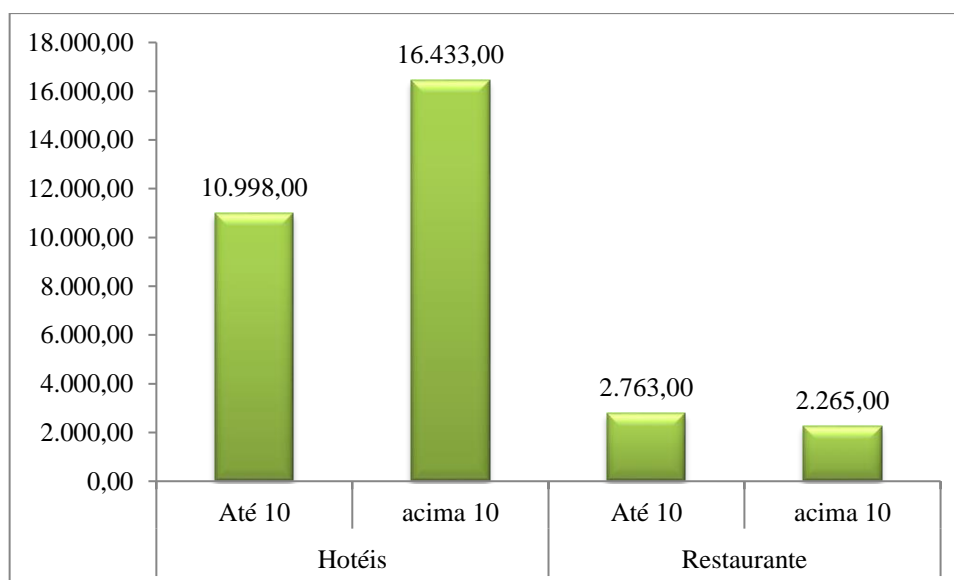


Figura 44 - Níveis de faturamento médio diário por categoria e por idade do estabelecimento em 2010.

Valor Agregado da atividade

Pelo preço médio unitário praticado nos hotéis comparado ao preço médio unitário praticado em restaurantes nota-se que os hotéis apresentam maior valor agregado, porém adicionando o faturamento médio a esta análise, verifica-se que em decorrência do valor superior do faturamento diário dos restaurantes pressupõe-se que este segmento trabalhe com maior giro obtendo seu resultado positivo pela escala.

Principais mercados atendidos

Na entrevista aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos representantes dos principais subsetores da atividade turística do Polo Campo Grande e Região questionou-se o mercado de origem do cliente atendido no estabelecimento em 2005 e em 2010, indicando a evolução no posicionamento estratégico destes subsetores entre os dois períodos, destacando-se: o aumento da importância do receptivo nas agências de turismo em 2010; a maior relevância do turista do interior do estado nos restaurantes; e nos hotéis, assim como nos demais subsetores, a presença do turista internacional surge em 2010 e com maior relevância nos meios de hospedagem. Estes são indicativos positivos da consolidação de Campo Grande como destino turístico e da ampliação da sua capacidade de atrair turistas de estrangeiros, possivelmente pela melhora na qualidade da oferta.

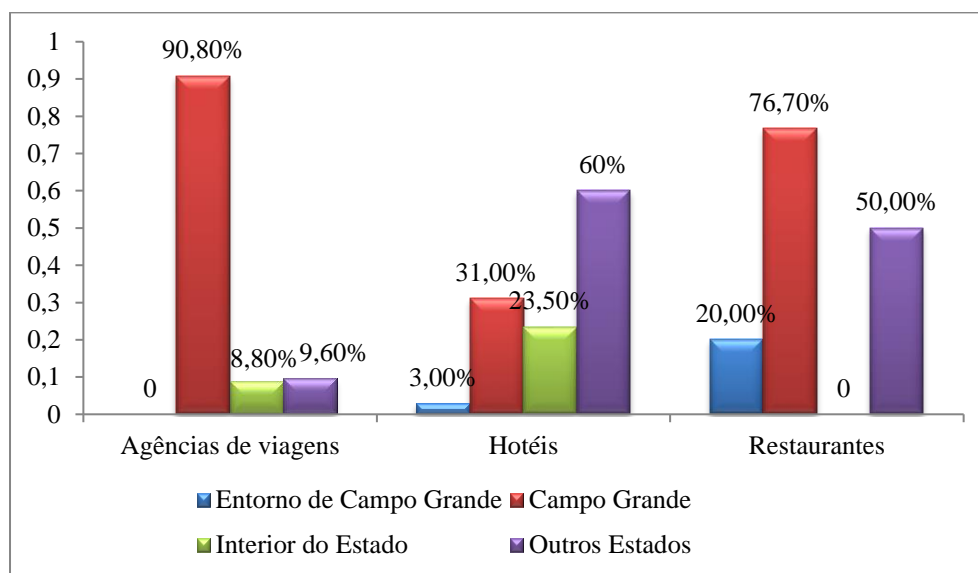


Figura 45 - Mercado Geográfico de origem do cliente atendido nos estabelecimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região em 2005.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

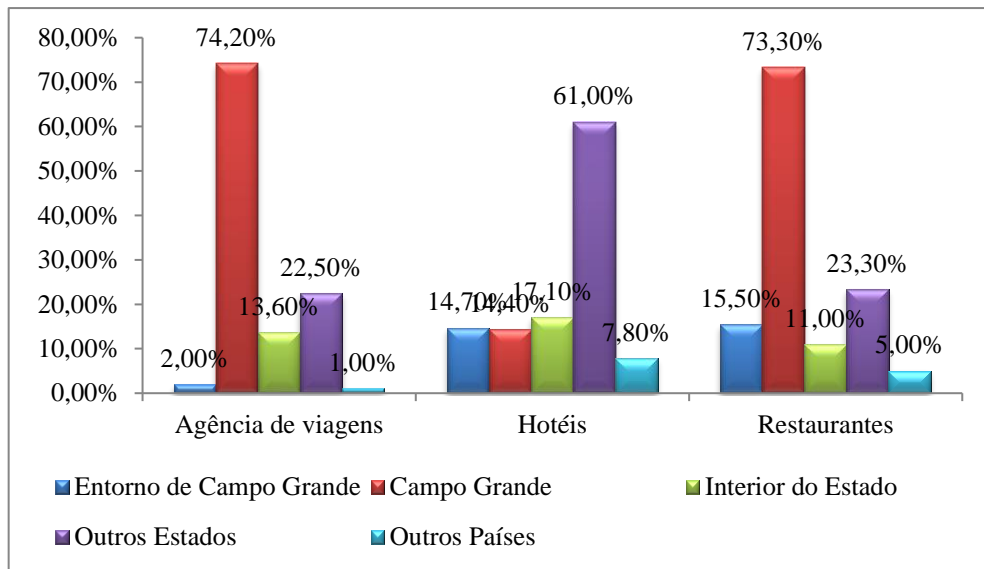


Figura 46 - Mercado Geográfico de origem do cliente atendido nos estabelecimentos turísticos do Polo Campo Grande e Região em 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Serviços prestados

Questionados os empreendimentos quanto aos tipos de atividades por ele desenvolvidas e quanto aos produtos ofertados em alta e baixa temporada verificou-se que 100% dos estabelecimentos são pautados em uma única atividade, não havendo diversificação de produtos, independente da temporada.

Nota-se pelo ritmo de investimentos apresentados anteriormente que há a possibilidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar a capacidade dos empreendimentos com novas instalações, principalmente se considerada as projeções para 2015. Neste sentido, destacam-se a melhoria implantada nas categorias de alimentação e meios de hospedagem pelas elevadas taxas de crescimento dos investimentos realizados e pretendidos.

Preços

Abaixo seguem os níveis de preços em reais obtidos pela Pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria e seu valor equivalente em dólar, para tanto, usou-se a média do câmbio de dólar turismo a R\$/US\$ = 1,90 em 2010.

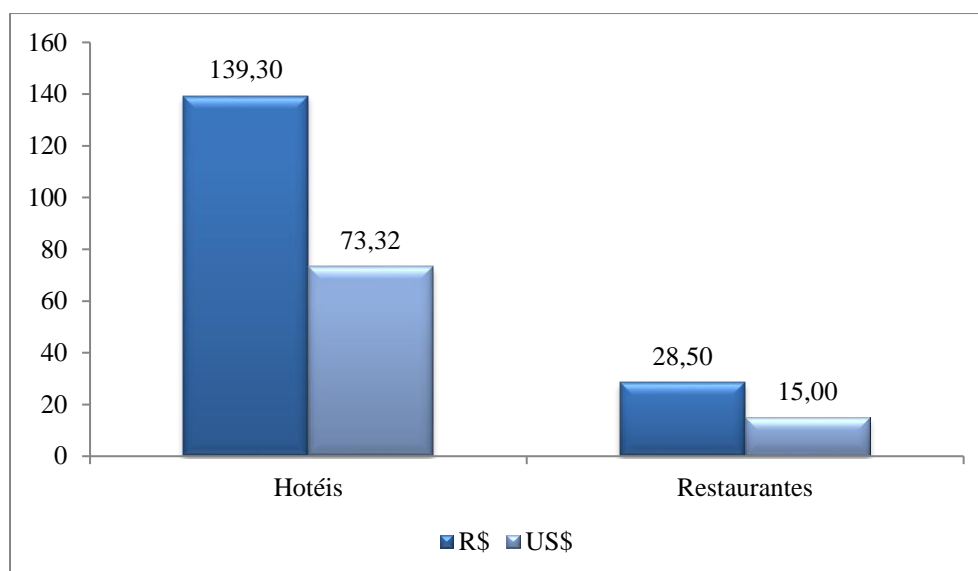


Figura 47 - Preços por categoria em reais e em dólares praticados em 2010.

Estratificando estes preços por porte de empresa verifica-se que quanto maior a o porte da empresa maior o preço médio praticado:

Quadro 25 - Preços médios por categoria e por porte da empresa em reais e em dólares praticado em 2010.

Porte	Hotéis		Restaurantes	
	Preço (reais)	Preço (dólares)	Preço (reais)	Preço (dólares)
Micro	R\$ 124,50	US\$ 65,53	R\$ 26,50	US\$ 13,95
Pequena	R\$ 130,00	US\$ 68,42	R\$ 35,00	US\$ 18,42
Média	R\$ 140,80	US\$ 74,11	R\$ 30,00	US\$ 15,79
Grande	R\$ 155,00	US\$ 81,58	-	-

Por idade média do estabelecimento, nota-se que os empreendimentos com idade acima de 10 anos praticam preços superiores aos estabelecimentos com idade até 10 anos.

Quadro 26 - Preços médios por categoria e por idade do estabelecimento em reais e em dólares praticado em 2010.

Idade	Hotéis		Restaurantes	
	Preço (reais)	Preço (dólares)	Preço (reais)	Preço (dólares)
Até 10 anos	R\$ 129,67	US\$ 68,25	R\$ 23,33	US\$ 12,28
Acima de 10 anos	R\$ 143,43	US\$ 75,49	R\$ 33,67	US\$ 17,72

Estes preços tal como os praticados nos possíveis destinos concorrentes da demanda atual e potencial possuem uma faixa de variação ampla que não limita e tampouco diferencia competitivamente o polo, sobretudo se considerada a presença de empreendimentos pertencentes a redes nacionais e internacionais de hospedagem que praticam preços semelhantes em seus estabelecimentos.

Sistemas de promoção e divulgação

Conforme pesquisa aplicada tem-se atualmente como principal instrumento de promoção e divulgação utilizado pelos empreendimentos turísticos a internet, seguido por jornais e panfletos:

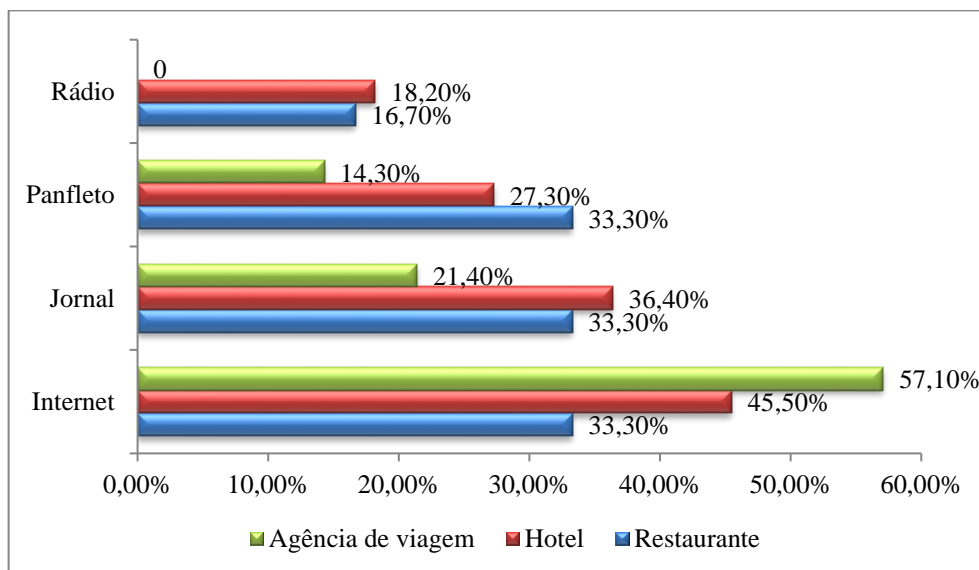


Figura 48 - Meios de divulgação mais utilizados por categoria em 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Programa de Promoção e Apoio a Comercialização

O polo é o destino inicial da Rota Pantanal-Bonito, o principal produto turístico do Estado, que tem como ação estratégica fundamental, o Programa de Promoção e Apoio a Comercialização desenvolvido pelo órgão oficial de Turismo do Estado - FUNDTUR através de participação em feiras e *road shows*⁷, nacional e internacional, realização de *famtours*⁸ e *press trip*⁹.

Dentre essas ações estão os eventos planejados segundo as estratégias dos Planos Cores e Aquarela - Mtur/EMBRATUR (BRASIL, 2005); os eventos com participação da FUNDTUR com recursos exclusivos do Estado, definidos como significativos emissores de turistas para o Estado e os de iniciativa do trade local e municípios. Segundo os dados da FUNDTUR, houve um incremento significativo na participação em eventos, notadamente, nos eventos internacionais como demonstram as duas figuras seguintes.

⁷ Road Show - caravana itinerante formada por empresários, gestores municipais de turismo, expressões da cultura regional - em cidades com efetivo potencial de emissores de turistas para o Estado é uma estratégia para apoiar a comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos através de apresentação individual do Estado.

⁸ Famtour - é um passeio de familiarização do turismo, no qual os organizadores convidam profissionais do setor de viagens para conhecer, opinar e divulgar um destino turístico.

⁹ Press Trip - são ações com operadores, técnicos especializados e jornalistas nacionais e internacionais de turismo para promover in loco os produtos turísticos do Mato Grosso do Sul.

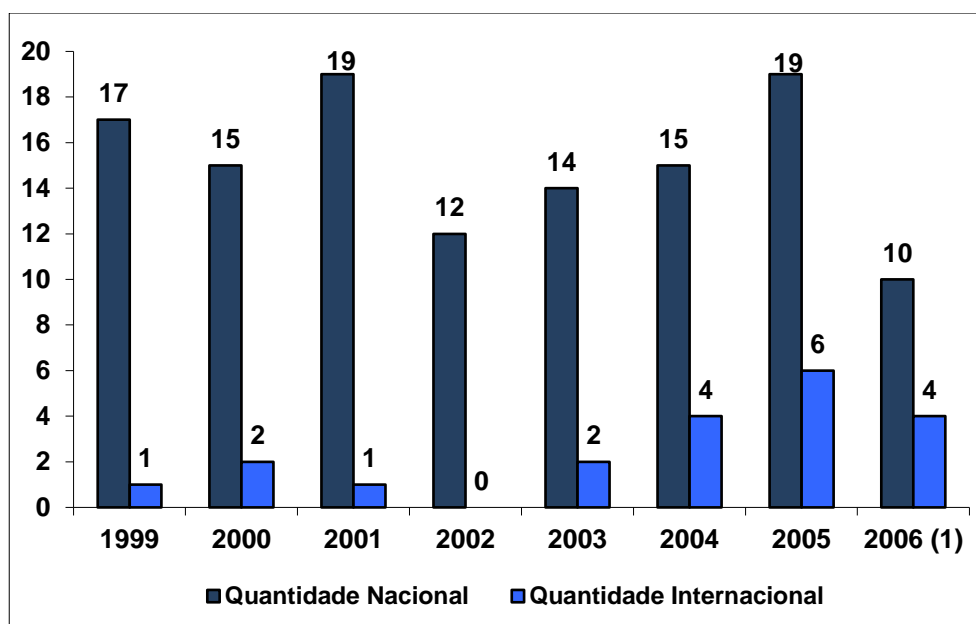


Figura 49 - Participação em Feiras e Eventos do Programa de Promoção e Apoio a Comercialização da FUNDTUR entre 1999 a 2006.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL/2010a.

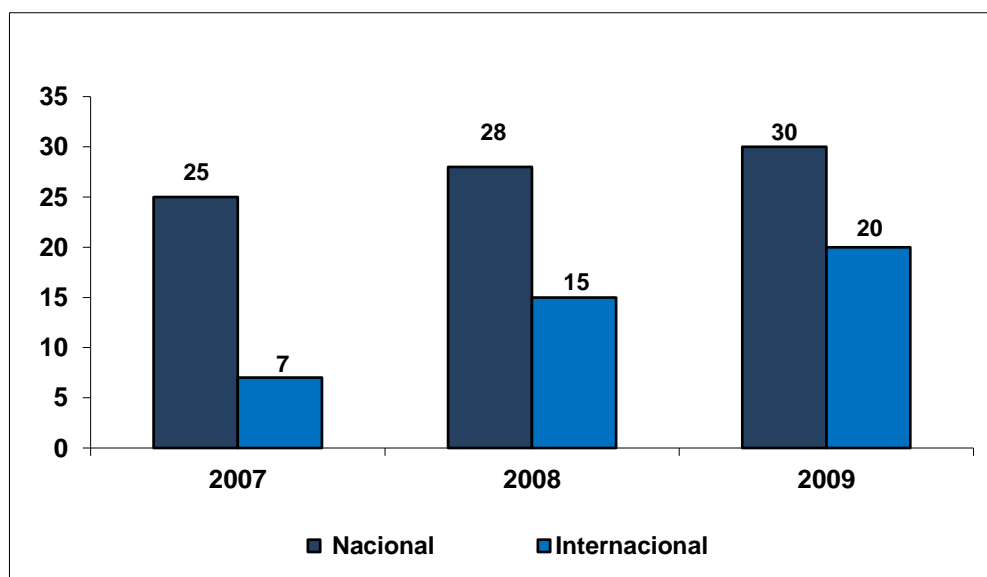


Figura 50 - Participação em Feiras e Eventos do Programa de Promoção e Apoio a Comercialização da FUNDTUR entre 2007 a 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL/2010a.

Além de participar das Feiras, a captação de Eventos para Campo Grande, Corumbá, Dourados e Bonito é realizada pelo *Convention & Visitors Bureau* através de convênio com o Governo do Estado e pelos próprios responsáveis pela administração dos centros de eventos da capital, como do Albano Franco, por exemplo.

Grau de integração

Dos estabelecimentos analisados através da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria verifica-se que todos os hotéis entrevistados operam integrados a outros elos da cadeia turística local, assim como a maioria dos restaurantes e metade das agências de viagem:

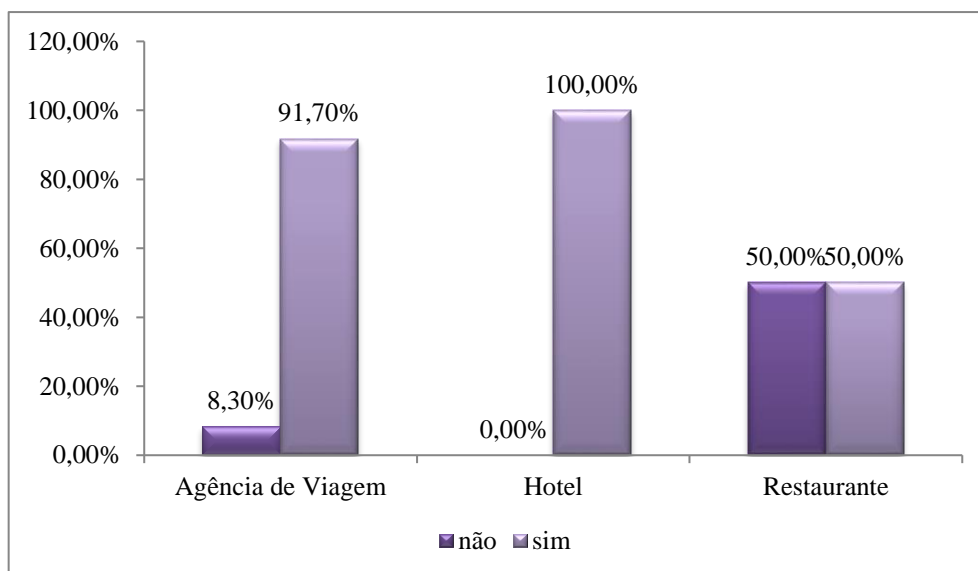


Figura 51 - Nível de integração com os demais elos da cadeia turística por categoria em 2010.

Aprofundando a análise desta integração verifica-se que os principais conflitos para as agências de viagens são os agentes de viagem, para os hotéis de maneira equivalente são os atrativos, as linhas aéreas e as operadoras de cartão, enquanto este último é o elo de maior conflito para os restaurantes conforme abaixo demonstrado:

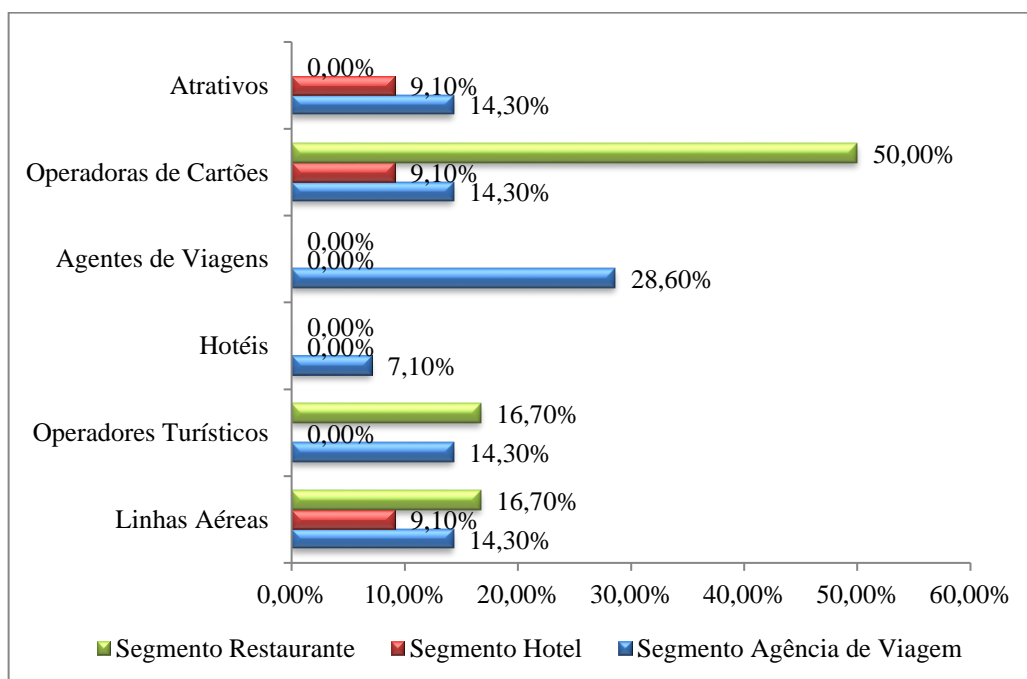


Figura 52 - Elo da cadeia turística com maior incidência de conflitos por categoria em 2010.

Nota: A somatória das respostas é diferente de 100% devido às múltiplas respostas.

Tipos de investimento turísticos

A ausência de um sistema de monitoramento turístico no polo em análise não permite identificar os investidores mais importantes, nível de capital estrangeiro vinculado, origem, proporção ou efeitos. Porém, ao longo da realização do presente diagnóstico identificaram-se, conforme apresentado anteriormente, alguns investimentos turísticos como a reforma do Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo com o investimento de R\$ 1,35 milhões oriundos do Ministério do Turismo, os seis novos empreendimentos hoteleiros em construção e o indicativo de investimentos no subsetor de alimentação pela existência

solicitações de crédito via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO para bares e restaurantes na área turística em estudo.

Da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos empreendimentos turísticos estima-se que dos investimentos realizados a maioria é originada de empresas locais conforme abaixo ilustrado:

Quadro 27 - Tipos de investimentos realizados por origem da empresa investidora em 2010.

Categoria	Local	Regional	Nacional	Estrangeiro
Agência de Viagem	64,3%	14,3%	21,4%	0,0%
Hotel	72,7%	0,0%	9,1%	18,2%
Restaurante	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%

Necessidade de capacitação de mão de obra para o turismo

Considerando a necessidade de capacitação da mão de obra para o turismo conforme resultado da Pesquisa aplicada junto aos empreendimentos verificou-se que a mão de obra qualificada é tida como o maior problema de todos os subsetores analisados, exceto para os hotéis, conforme ilustrado nos quadros abaixo, onde se destaca que o problema é maiormente notado pelos restaurantes:

Quadro 28 - Grau de dificuldade dos hotéis.

Quesitos	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	36,4%	18,2%	45,5%
Custo da mão de obra	18,2%	27,3%	54,5%
Infraestrutura	18,2%	36,4%	45,5%
Divulgação	27,3%	18,2%	54,5%
Concorrência	9,1%	27,3%	63,6%
Custo Capital de Giro	0,0%	27,3%	72,7%
Pagamento de Juros	18,2%	9,1%	72,7%
Apoio Instituições	30,0%	10,0%	60,0%
Impostos	45,5%	27,3%	27,3%
Integração	18,2%	9,1%	72,7%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Os impostos para os meios de hospedagens superam a dificuldade com a mão de obra qualificada conforme demonstrado acima, porém esta aparece logo em seguida com 36,4% de frequência. Destaca-se a falta de apoio institucional outra dificuldade destacada pelos representantes dos hotéis locais.

Quadro 29 - Grau de dificuldade das agências.

Quesitos	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	35,7%	28,6%	35,7%
Custo da Mão de obra	14,3%	35,7%	50,0%
Infraestrutura	14,3%	21,4%	64,3%
Divulgação	21,4%	14,3%	64,3%
Concorrência	28,6%	42,9%	28,6%
Custo Capital de Giro	21,4%	28,6%	50,0%
Pagamento de Juros	21,4%	14,3%	64,3%
Apoio Instituições	28,6%	35,7%	35,7%

Quesitos	Alta	Média	Baixa
Impostos	28,6%	28,6%	42,9%
Integração	14,3%	21,4%	64,3%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Para as agências de viagens a mão de obra qualificada é a maior dificuldade encontrada seguida pela concorrência, falta de apoio institucional e os impostos.

Quadro 30 - Grau de dificuldade dos restaurantes em relação aos quesitos.

Quesitos	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	83,3%	16,7%	0,0%
Custo da mão de obra	16,7%	50,0%	33,3%
Infraestrutura	0,0%	50,0%	50,0%
Divulgação	16,7%	50,0%	33,3%
Concorrência	16,7%	66,7%	16,7%
Custo Capital de Giro	16,7%	83,3%	0,0%
Pagamento de Juros	33,3%	16,7%	50,0%
Apoio Instituições	16,7%	33,3%	50,0%
Impostos	83,3%	16,7%	0,0%
Integração	16,7%	33,3%	50,0%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Além da mão de obra qualificada ressalta-se que os impostos é outro quesito problemático aos restaurantes, podendo ser uma das justificativas do fato de microempresas faturarem mais neste segmento que empresas de porte maior, conforme verificado anteriormente.

Sistema de qualidade turística

Na Pesquisa aplicada junto aos empreendimentos da capital verificou-se a ausência de um sistema de qualidade turística e outros sistemas de certificação no polo. Nenhum empreendimento respondeu afirmativamente a esta questão, porém o site da rede Accor divulga que a marca Ibis possui certificação ISO 9001, pela qualidade do serviço, e ISO 14001, pelo comprometimento ambiental.

Ressalta-se que empreendimentos de outros setores não relacionados diretamente ao turismo, como indústrias e grandes empresas instalados na capital possuem certificação de qualidade e certificação ambiental, no entanto esta realidade ainda não alcançou o setor turístico.

Variáveis impactantes da qualidade da oferta

Visando melhorar a qualidade da oferta turística do polo, principalmente em função do tipo de turismo com maior potencial de crescimento, é necessário considerar algumas variáveis essenciais em decorrência da condição atual e da potencial de visitação na área em análise, conforme observado ao longo do presente diagnóstico, identificado no Estudo de Competitividade desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas na condição de um dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional selecionada pelo Mtur (e ratificado na oficina de capacitação do Grupo de Gestão Turística de Campo Grande / GGT-CG¹⁰ em novembro de 2009) e na análise da cadeia produtiva do turismo em Campo Grande realizada pelo SEBRAE-MS, FAPEC, FCR (2006):

¹⁰ O GGT-CG, estruturado conforme a orientação do Instituto Marca Brasil, é formado por representantes do FECOMERCIO, SESC, FUNDTUR-MS, SEDESC-PMCG, ABBTUR, SEBRAE-MS, SENAC, PLANURB e Convention & Visitors Bureau.

- A ausência de um sistema de monitoramento turístico, sobretudo no que diz respeito à análise da demanda. Tal como, apontou-se como uma debilidade a ausência de um setor específico para o desenvolvimento de estudos e pesquisas turísticas específicas da região. Apesar de representativas ao polo as pesquisas do MTur (como por exemplo a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro em 2009, amplamente utilizada no presente relatório para caracterização do perfil do turista atual e potencial) é preciso balizar o posicionamento do destino com uma constante e recente base de dados locais que reflitam as conseqüências da gestão pública e privada do setor de turismo;
- A necessidade de adequação da Sinalização turística local, pois a existente é antiga e com informações desatualizadas, além da necessidade de ampliar a sinalização para os demais atrativos do polo;
- Pouca oferta de roteiros e produtos turísticos estruturados no polo, que aproveitem o entorno do município de Campo Grande;
- A necessidade de adequação e capacitação técnica dos recursos humanos para atender adequadamente ao turista, conforme indicado na pesquisa aplicada junto aos empreendimentos pela AGRICON CONSULTORIA;
- A baixa articulação entre o *trade* e sua baixa participação nos conselhos municipais de turismo existentes e no fórum regional de turismo.

Elasticidade da oferta

Complementando a análise da oferta turística, calculou-se a elasticidade preço da oferta para indicar a sensibilidade dos empresários em relação ao preço. No cálculo de elasticidades foram utilizadas informações da pesquisa de campo referentes a preços e capacidade média dos hotéis e restaurantes pesquisados em Campo Grande em 2010 e previsões de preços e capacidade em 2015 feitas pelos próprios empresários.

A elasticidade preço da oferta - EPO foi calculada através da metodologia de elasticidade no ponto (Pyndick, 2002) conforme abaixo apresentado:

Quadro 31 – Elasticidade preço da oferta – hotéis e restaurantes.

Empreendimento	EPO	Tipo
Hotéis	1,16	Elástica
Restaurantes	0,09	Inelástica

Fonte: Elaborado a partir dos dados fornecidos pelos empreendimentos em pesquisa aplicada.

Conforme acima demonstrado, foi detectada uma oferta elástica para os empreendimentos hoteleiros e inelástica para os restaurantes pesquisados em Campo Grande, ou seja, aumentos de preços geram aumentos na oferta hoteleira e não alteram a oferta dos restaurantes.

Teoricamente, quando o preço aumenta, os empresários aumentam a oferta de seus produtos em resposta, se a oferta é elástica. No entanto, salienta-se que a variação da oferta e logo a elasticidade, dependem da capacidade produtiva e de prestação de serviço do empreendimento.

Assim, conjectura-se que os hotéis, limitados pela capacidade máxima de leitos por UH, possuem maior facilidade de aumentar quantitativamente sua oferta quando comparados aos restaurantes que para ampliar sua oferta envolver ações de ampliar, reformas ou construção.

3. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS

Campo Grande, principal município do Estado do Mato Grosso do Sul, localiza-se de maneira equidistante de seus extremos norte, sul, leste e oeste; e sobre o divisor de águas das bacias dos rios Paraná e Paraguai.

Por ser a capital estadual e por concentrar um grande desenvolvimento econômico, a cidade apresenta ampla infraestrutura e serviços públicos, fazendo com que o polo no Estado, seja uma região de fácil acesso e tenha sistemas públicos sanitários, de transporte, de saúde, de segurança e de comunicação compatíveis com grandes centros urbanos, conforme detalhado a seguir.

Destaca-se ainda que, para o desenvolvimento sustentável do turismo no polo em questão, é fundamental a existência de uma infraestrutura e serviços públicos eficazes, especialmente no que diz respeito aos serviços diretamente relacionados ao meio ambiente, como saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos, pois há uma forte dependência do segmento de turismo de negócios e eventos com estes serviços, em função de sua demanda por água tratada e por adequada destinação de seus efluentes e resíduos sólidos gerados.

3.1. REDE VIÁRIA DE ACESSO

Estado de Mato Grosso do Sul conta com uma localização favorável ao desenvolvimento do turismo, faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia e, limita-se ao leste com Minas Gerais e São Paulo, ao sul com o Paraná, ao norte com Mato Grosso e ao Nordeste com Goiás, conforme apresentado na figura 1. O desenvolvimento turístico do Estado tem como forte alicerce a presença do Pantanal, detendo 70% da planície alagada que representa um dos maiores ecossistemas do mundo e que ocupa 24% do território sul-mato-grossense.

A região turística Campo Grande e Região, também ocupa posição geograficamente privilegiada. Está localizada no centro do Estado e seu maior ícone é Campo Grande, capital do Estado que representa uma rota obrigatória para o turista que se destina ao Pantanal, às cidades que compõem o polo turístico Bonito - Serra da Bodoquena e ao turismo de compras e de negócios das fronteiras do Paraguai e Bolívia, conforme ilustra a figura abaixo:



Figura 53 – Conexões do Polo Turístico Campo Grande e Região com as demais Regiões Turísticas de Mato Grosso do Sul.

FONTE: FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Acesso Rodoviário

Embasado em dados da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, do levantamento do Fluxo de Turistas e da movimentação hoteleira da FUNDTUR/MS verifica-se que em 2009, somente 3,5% dos turistas do polo eram estrangeiros, oriundos de diversos países: Alemanha, França, Austrália, Itália, Japão, Portugal, Suíça, Canadá, Dinamarca, Inglaterra e Áustria. Dos turistas nacionais, os principais centros emissores de turista do polo são: São Paulo (28,2%), o próprio Estado (26,5%) e demais Estados (54,5%).

Considerando os países citados na apresentação do Perfil do Turista na análise do Mercado, verifica-se que são todos países sem acesso aéreo direto ao polo, assim tomou-se a distância aérea entre a capital destes países e São Paulo conforme Quadro abaixo e a seguir a distância de São Paulo ao Polo Campo Grande e Região.

Quadro 32– Distância aérea entre os principais países de origem do visitante de Campo Grande e Região em 2009 e a cidade de São Paulo.

Cidade	País	Distância (Km)
Berlim	Alemanha	10.246
Paris	França	9.394
Adelaide	Austrália	13.571
Roma	Itália	9.469
Tokyo	Japão	18.520
Lisboa	Portugal	7.942
Berna	Suíça	9.519
Vancouver	Canadá	11.041
Copenhague	Dinamarca	10.415
Londres	Inglaterra	9.486
Viena	Áustria	10.133

Fonte: EMSAMPA, 2010.

A distância entre o município de São Paulo e Campo Grande é de 1014 km conforme o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Esta distância é um importante referencial ao turista do polo, nacional e internacional, visto que a capital paulista concentra uma parcela significativa dos desembarques internacionais, sobretudo dos países supracitados e o Estado de São Paulo é um relevante mercado de origem nacional.

Decorrente da posição geográfica do polo destaca-se ainda a distância rodoviária entre Campo Grande e Assunção (Paraguai) é de 1.058 km e a distância aérea entre a capital sul-mato-grossense e Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) é de 954 km, visto que o acesso rodoviário entre estas cidades ainda é limitado pela não pavimentação de um longo trecho e pela existência de uma linha aérea sem escalas operada pela GOL Linhas Aéreas Inteligentes.

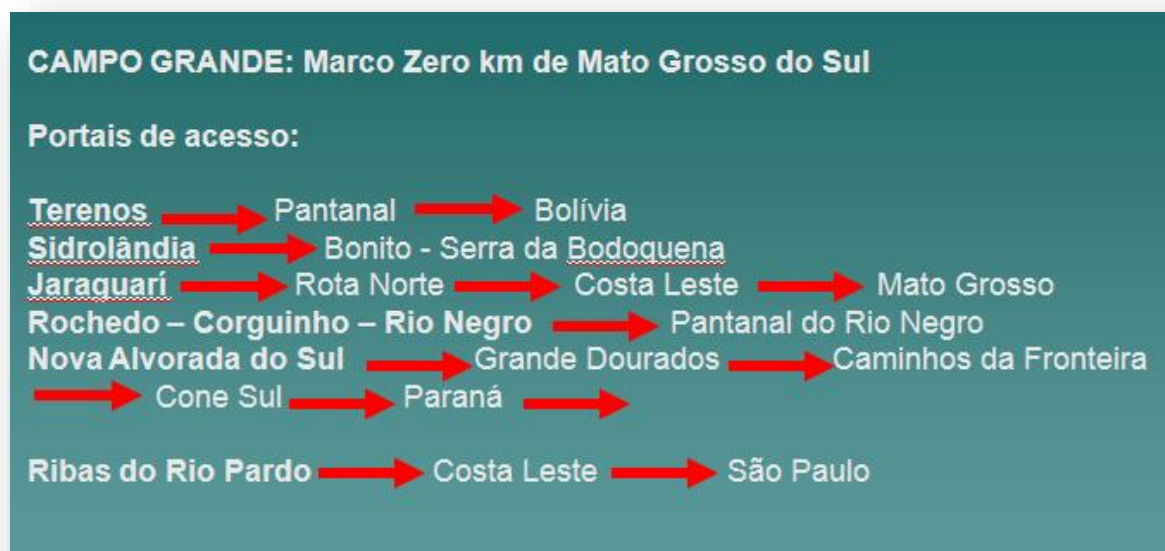
Complementando as distâncias de acesso ao polo, segue abaixo a distância entre a capital Campo Grande e os demais municípios do polo:

Quadro 33- Distância de Campo Grande aos demais municípios do polo.

Origem	Destino	Distância (Km)
Campo Grande	Corguinho	100
	Dois Irmãos do Buriti	98
	Jaraguari	43
	Nova Alvorada do Sul	107
	Ribas do Rio Pardo	84
	Rio Negro	160
	Rochedo	83
	Sidrolândia	64
	Terenos	23

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010b.

A Região também é um grande portal de acesso para todos os destinos de Mato Grosso do Sul, como pode ser verificado na informação abaixo.



A região além de ser portal de acesso, também apresenta forte interligação rodoviária entre os municípios que a compõe conforme ilustra a figura a seguir:



Figura 54 – Rodovias Federais e Estaduais que interligam os Municípios do Polo Campo Grande e Região

FONTE: SEMAC- FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

A BR 163 corta o Estado no sentido Norte – Sul e a BR 262, corta no sentido Leste-Oeste (Figura 55), promovendo assim a integração do estado e da região com os grandes centros distribuidores de turistas – São Paulo, Paraná e Mato Grosso, além de oportunizar o ingresso de turistas estrangeiros pela BR 262 em Corumbá.



Figura 55 – Rodovia MS 080

Fonte: FUNDTUR/MS – MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

A rodovia MS 080, que liga Campo Grande a Rio Negro, passando por Rochedo e Corguinho foi pavimentada recentemente, com a conclusão da obra neste ano (2010).

Esta rodovia corta uma das mais belas paisagens da região e será a grande alternativa para os turistas, que a partir de sua conclusão, poderão evitar a BR 163 - principal rodovia de Mato Grosso do Sul, com fluxo intenso de veículos e caminhões principalmente por ocasião da safra agrícola, cuja rota interliga o norte do país até a divisa com o Paraná. (duplicação prevista)

A expectativa é que esta rodovia se transforme em uma estrada de interesse turístico, potencializando ainda mais o turismo contemplativo da região.

O Transporte rodoviário é compreendido pelas seguintes conexões e serviços:

- **Internacional** - Campo Grande provenientes da Asunción e Concepción (PY);
- **Interestadual** - Campo Grande com linhas provenientes de São Paulo, Goiás/DF, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Tocantins e Rio de Janeiro que dispõe de linha internacional para Puerto Suarez (BO);
- **Intermunicipal** - Campo Grande com linhas para todos os municípios de MS possibilitando **conexão** para os passageiros desembarcados de linhas interestaduais - aérea e rodoviária para os destinos turísticos;

- **Transportadoras Turísticas:** Disponível para fretamento eventual com uma frota cadastrada de 649 veículos na Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN/ e Cadastur / Fundtur / Mtur.

Quanto aos Terminais Rodoviários, apenas Campo Grande dispõe de uma boa estrutura, os demais municípios da região possuem apenas pontos de parada.

Campo Grande dispõe do Terminal Rodoviário Senador Antonio Mendes Canale, inaugurado no final de 2009 (foto seguinte). Conta com uma área total de 10 ha., área construída de 6.475,96 metros quadrados. O novo terminal tem espaços adequados para embarque e desembarque com 25 plataformas, 38 guichês para venda de passagens, 12 salas comerciais e espaços para caixas eletrônicos, centro de atendimento ao turista, recepção, sanitários, posto policial e áreas para despacho e apoio. O estacionamento tem vagas para 300 carros, 105 motos, 63 táxis e 40 vagas para moto táxis.



Foto 19 - Terminal Rodoviário de Campo Grande “Senador Antonio Mendes Canale”

No ano de 2006, de acordo com levantamentos da AGEPAN/MS a movimentação de passageiros em linhas regulares de transporte (ônibus) na região turística, com saída e retorno para Campo Grande, foi 25% do total de movimentação do Estado que atingiu a marca de 2.901.260 passageiros, fator que mostra a grande integração existente na região.

Quadro 34 – Demonstrativo de movimentação de passageiros dentro da região - 2006

Linha	Passageiros Embarcados e Desembarcados - 2006
CG – Sidrolândia	264.865,00
CG – Terenos	153.911,00
CG – Ribas do Rio Pardo	72.211,00
CG – Rio Negro	91.414,00
CG –(Nova Alvorada) - Dourados	83.981,00

CG – Corguinho	52.010,00
CG – Dois Irmãos do Buriti	16.586,00
TOTAL	734.978,00

Fonte: Sistema de Estatística FUNDTUR/MS, MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

Neste quadro do demonstrativo da movimentação de passageiros dentro da região, o número de passageiros embarcados e desembarcados na linha CG-Corguinho também agrega os valores referentes à Rochedo, pois a linha é a mesma. Também se destaca que não há registros disponíveis da movimentação de passageiros para Jaraguari.

Acesso Aéreo

A Região dispõe do Aeroporto Internacional “Antonio João” com capacidade para um milhão de passageiros/ano recebe vôos regulares provenientes de: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Santa Cruz (BO); de dois aeroportos de pequeno porte: Teruel e Santa Maria em Campo Grande e de um campo de pouso em Corguinho.

O Aeroporto Internacional é administrado pela INFRAERO e servido pelas seguintes empresas: GOL, TAM, AZUL, TRIP, AVIANCA Brasil, AIR PORTUGAL. Nele passam cerca de 3.000 passageiros diariamente entre embarque e desembarque de 34 vôos, enfrentando uma crise genérica que atinge outras estruturas aeroportuárias de todo o país; congestionamento no embarque e desembarque, filas para reaver bagagens, disputa por táxi e falta de estacionamento para veículos. (VICTÓRIO, 2010)

O mesmo autor também indica que a justificativa para esses acontecimentos segundo a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, deve-se ao crescimento da economia e a melhora no poder aquisitivo ao longo dos anos, aumentando a demanda nesse setor. O crescimento no número de passageiros para as viagens aéreas é o de maior impacto, a figura abaixo mostra essa evolução. Em 2009 mais de 1.028.000 passageiros passaram pelo o aeroporto Internacional de Campo Grande, a previsão é que no fim de 2010 mais de 1.300.000 passageiros passem pelo local.

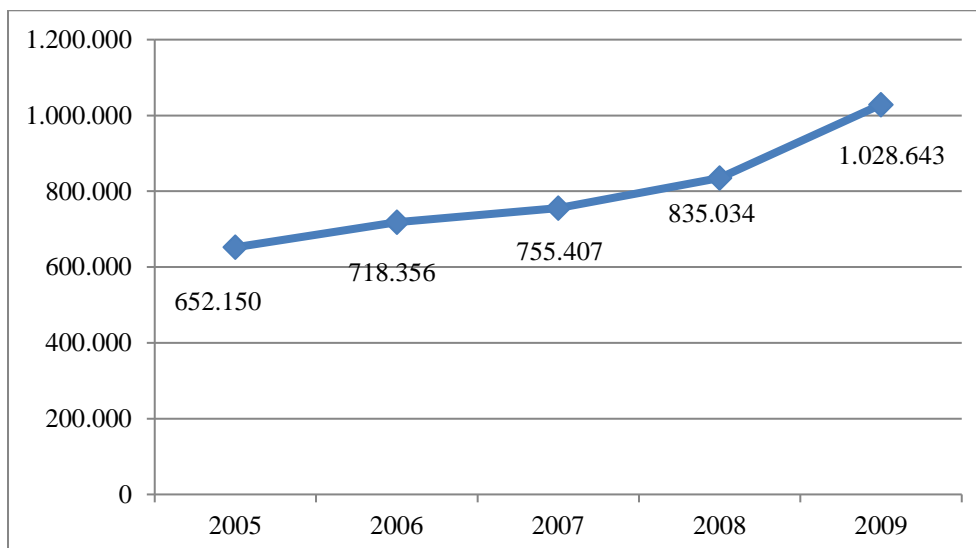


Figura 56 - Evolução do número de passageiros no Aeroporto Internacional de Campo Grande - 2005-2008

Fonte: INFRAERO *apud* VICTORIO – Jornal Correio do Estado (2010)

Diante da atual conjuntura, a Infraero pretende ampliar e modernizar o setor de desembarque somente em meados de 2011. O aeroporto de Campo Grande conta atualmente com um projeto de expansão para o incremento do transporte de cargas e da

produção industrial, interligando-se com o Terminal Intermodal de Cargas e do Centro de Logística Industrial Aduaneiro (CLIA) de Campo Grande, o que resultará em mais uma opção no transporte de cargas visando o alcance de outros mercados por via aérea. Estuda-se a alternativa de transformação de parte de sua área em aeroporto industrial.

Com relação aos problemas com os taxis no Aeroporto, o presidente da Associação Brasileira das Agências de viagens – ABAV, Ney Gonçalves ressalta que o aeroporto de Campo Grande é o único das capitais brasileiras que não dispõe de alternativas de transportes (como ônibus executivo, por exemplo), além do caro serviço de táxi. O setor de transporte da Agência Municipal de Trânsito -AGETTRAN, em conjunto com a INFRAERO, anunciaram que implantarão em caráter de urgência para melhorar o atendimento no Aeroporto Internacional de Campo Grande as seguintes ações até 2011: o Reforço do número de táxis (aumentando de 28 para 42 táxis), criação de novas áreas para estacionamento de veículo de passeio, ônibus e vans, ampliação da sala de embarque para mais 80 assentos e nova disposição da ala internacional. (VICTORIO, 2010)

Acesso Ferroviário

Mato Grosso do Sul conta hoje com 1.300,480 km de ferrovias (linha tronco). No estado a ferrovia fazia parte da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, hoje denominada NOVOESTE S/A, a linha foi inaugurada em 1914, chegando á Corumbá em 1950, que mantinha um serviço de trem de carga e de passageiros de longo percurso ligando Bauru/SP a Corumbá/MS. De 1995 á 2009, funcionou apenas como transporte cargueiro. Em 2006 a linha foi adquirida pela America Latina Logistica S/A- ALL, que a comprou do grupo americano Noel Group, até então administradora do trecho.

Atualmente só é utilizado para transporte de passageiros com finalidade turística no trecho Campo Grande - Aquidauana – Miranda, a Rota Trem do Pantanal (Foto 20). O Pantanal Express tem capacidade total de 244 lugares (no início de 2010) e com previsão de extensão até Corumbá em 2011, a operação deste produto turístico é da empresa SERRA VERDE EXPRESS.

Rota Trem do Pantanal - Inaugurado em maio/2009, saindo da Estação de Indubrasil (Campo Grande –Terenos) realiza um passeio turístico entre a capital e os municípios pantaneiros de Aquidauana e Miranda com impacto também na Região Bonito Serra da Bodoquena e Corumbá por meio de outros tipos de transporte. No período entre maio/2009 - fevereiro/2010 foram transportados 6.034 passageiros sendo 4.592 pagantes segundo dados da Serra Verde *Express*.

Para quem utilizar esta via de transportes, poderá contar com as saída aos sábados e retorno no domingo.

Quadro 35 - Horário de partida e chegada do Trem do Pantanal.

Saída de Campo Grande	Chegada em Piraputanga	Chegada em Aquidauana	Saída de Aquidauana	Chegada em Miranda
7h 30	11h 30	12h 30	15h	18h
08h 30	11h 30	14h 00	15h	19h 15

Fonte Pantanal Express.



Foto 20 – Vista Lateral do Trem do Pantanal

Fonte: Serra Verde Express, 2010

Condições de acessibilidade e conectividade

A despeito das condições de acessibilidade e conectividade e da política estadual de desenvolvimento com a: ampliação e melhoria do aeroporto internacional, finalização da pavimentação na MS 080, expectativa de duplicação da BR 163, plano de turismo voltado para a melhor ocupação do espaço aéreo, através de vôos regionais e vôos *charters* para os destinos de caráter internacional e nacional que ampliam sobremaneira as oportunidades para o desenvolvimento do turismo na região tanto a nível local, quanto estadual, regional, nacional e internacional, a região, deve trabalhar com roteiros temáticos e integrados, aproveitando todo esse fluxo turístico que adentra na região através de Campo Grande, promovendo um planejamento turístico integrado com ações de promoção e *marketing* voltados para as potencialidades específicas da região, evidenciando o diferencial da região estimulando a permanência dos turistas e das comunidades locais que muitas vezes desconhecem os atrativos e recursos regionais.

Todas as vias de acesso supracitadas são rodovias pavimentadas e contempladas com algum tipo de manutenção, seja restauração, duplicação ou em fase de licenciamento para novos acessos. Como é o caso da rodovia MS-080, que no trecho entre Campo Grande e Rochedo, cerca de 70 km, foi pavimentado. Em abril de 2008, a mesma rodovia, MS-080, entrou em fase de licenciamento para a pavimentação asfáltica entre Corguinho e Rio Negro (35 km), atualmente concluído e uma nova solicitação de licença para pavimentação asfáltica foi protocolada para ligar a MS-080/entroncamento com a MS-228 (Posto Braulino), contabilizando 12 km de asfalto, mais 53 km ligando o Posto Braulino a Rio Verde do Mato Grosso.

Igualmente, foi concluída a pavimentação asfáltica do trecho da MS 162 que interligar Sidrolândia – ao Distrito de Quebra Coco (11 km) mais (25 km) até Dois Irmãos do Buriti. Também na BR 262 foi concluída a pavimentação asfáltica de 5 km (Distrito Industrial-Terenos).

Assim, no Quadro seguinte há uma análise das rodovias de acesso viário do Polo Campo Grande e Região, visualizadas anteriormente na figura 54, considerando suas condições de acesso, sinalização, entre outras características verificadas *in loco* e com base nos dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Quadro 36- Análise da infraestrutura viária de acesso ao Polo Campo Grande e Região

Município	Rodovia	Condições de Tráfego			Sinalização		Posto Fiscal		Considerações adversas
		bom	regular	ruim	boa	deficiente	sim	não	
Terenos	BR-262	X			X		X		Ocorrência de animais silvestres na pista.
Dois Irmãos do Buriti	BR-262	X				X			Ocorrência de animais silvestres na pista
	MS-162		X			X		X	Rodovia sem acostamento
Rio Negro	MS-080	X			X			X	Pavimentada recentemente
Corguinho	MS-080	X			X			X	Pavimentada recentemente
Rochedo	MS-080	X			X			X	Pavimentada recentemente
Sidrolândia	BR-060	X			X		X		Trecho em obra de restauração na pista e acostamento, alguns segmento sem sinalização horizontal.
Nova Alvorada do Sul	BR-267			X		X		X	Trecho entre km 226 ao 248,9 em restauração. Necessário reduzir velocidade e maior cautela.
	BR-163		X		X		X		Respeitar a velocidade. Pista escorregadia com chuva entre os km 364,6 e 379,0. No anel Viário de Campo Grande: Tráfego intenso de Carretas. Trecho com alto índice de acidentes.
Ribas do Rio Pardo	BR-262	X			X			X	Pista e sinalização em boas condições.
Jaraguari	BR-163	X			X		X		Pista, acostamento, sinalização horizontal e vertical em boas condições. Tráfego intenso de Carretas. Necessário dirigir com atenção e não abusar da velocidade. Quebra molas nos perímetros urbanos Ocorrência de animais silvestres na Pista.

Fonte: Adaptado do BRASIL,2010b.

O acesso aos produtos e atrativos turísticos para os municípios do polo são analisados a seguir, considerando levantamento realizado pela empresa Agricon a partir do percurso destes acessos e entrevistas com gestores municipais responsáveis pela área de infraestrutura.

O acesso a Rochedo, Corguinho e Rio Negro é feito pela MS 080, rodovia pavimentada e com boa sinalização. Foi observada a existência de 3(três) acampamentos de sem-terra entre C. Grande e Rio Negro, sendo devidamente sinalizada a presença destes grupos com placas indicativas de alerta para redução de velocidade, conforme ilustra a foto abaixo:



Foto 21 - Acampamento de sem-terra na MS 080 entre Campo Grande e Corguinho

O acesso a Rochedo e seus produtos/atrativos é realizado por meio da MS 080, sendo que o rio Aquidauana, um dos seus principais atrativos está a 2 (duas) quadras do centro urbano e a Fazenda Paraíso Tropical a 35 km pela MS 080 e mais 10 km de estrada vicinal até a sede da fazenda, em bom estado de conservação, que segundo informações da Prefeitura Municipal de Rochedo, possui manutenção o ano inteiro.

Em Corguinho o Portal Ufos e RPPN Vale do Bugio são acessados pela MS – 080 até a entrada da fazenda Boa Sorte, onde a partir deste ponto percorre-se estrada vicinal que corta o interior desta fazenda. A rodovia MS-080 encontra-se em boas condições de trafegabilidade, com boa sinalização e a estrada vicinal só possui boas condições em períodos de estiagem, necessitando de drenagem, correção do *greide*, melhoria de traçado e sinalização; a Fazenda Anew também é acessada pela MS 080 e por estrada vicinal, no sentido do distrito de Baianópolis, necessitando de drenagem, sinalização e manutenções periódicas, principalmente nos períodos chuvosos.

No município de Rio Negro os principais produtos e os atrativos potenciais podem ser acessados pela MS 080 em boas condições de tráfego e bem sinalizada, e algumas vicinais também em bom estado de conservação como é o caso da Estrada do Laticínio, possuindo manutenção periódica e ponte nova que dá acesso a alguns balneários ao longo do rio Negro e córregos pertencentes à mesma sub-bacia.

Em Nova Alvorada do Sul os produtos/atrativos estão distribuídos ao longo da BR 163, com boas condições de tráfego e sinalização. Esta rodovia necessita da melhora na sinalização de segurança de passagem de pedestre nos trechos entre Campo Grande, Anhanduí e Nova Alvorada do Sul.

Em Jaraguari a Estância Lázara e o Sítio Pingo D'ouro são acessados pela BR 163 com boas condições de tráfego e sinalização; a Pousada Taboquinha e Furnas de Dionísio são acessadas por estrada vicinal em boas condições de tráfego, mas necessitam de melhoria de drenagem e sinalização.

A BR 163 no sentido Campo Grande/Jaraguari necessita de sinalização, redutores de velocidade e rotatórias que melhore a segurança tanto para a passagem de pedestre quanto o fluxo de veículos nas ruas que contam a rodovia.

Em Ribas do Rio Pardo o Balneário Municipal é acessado por meio de estrada vicinal conhecida como norte-sul, possuindo boas condições de tráfego; a Usina do Mimoso tem seu acesso pela MS 357 que se encontra em boas condições, necessitando apenas de melhorias na sinalização e; as fazendas de Eucalipto são acessadas por meio de vicinais que dependendo da época do ano, principalmente no período das chuvas, ficam em péssimas condições, sendo que muitas vezes os proprietários das fazendas fazem à manutenção das mesmas.

A BR 262 no trecho que corta o município de Ribas do Rio Pardo necessita de melhorias tanto de equipamentos quanto de sinalização de trânsito para proporcionar segurança para travessia de pedestre e o cruzamento de veículos.

Em Terenos as APA's municipais, atrativos potenciais, e os balneários do Distrito de Cachoeirão são acessados pela rodovia BR 262, recentemente recuperada, com boas condições de tráfego e devidamente sinalizada.

Em Dois Irmãos do Buriti os produtos/atrativos encontram-se concentrados em sua maior parte ao logo do rio Aquidauana que podem ser acessados a partir de Campo Grande pela BR 262 e MS 450 pavimentadas, sendo que esta última necessita de melhora na sinalização turística. O acesso a Pousada Sol Amarelo, produto já consolidado neste município pode ser acessado pela BR 262 e mais nove km de vicinal em bom estado de conservação, embora necessite de melhoria de drenagem.

Em Sidrolândia a Fazenda Piana é acessada em parte pela BR 060 e parte por estrada vicinal sem pavimentação com boas condições de tráfego, cascalhada e compactada recentemente, com boa sinalização; as Rampas de vôo livre são acessadas pela BR 060 e um pequeno trecho de estrada vicinal com boas condições, com manutenção periódica; o Pesqueiro Mantelli, Fazenda Recanto e a Cachoeira Cerram Corá são acessados por meio de estradas vicinais em boas condições – cascalhada e compactada e; o Clube Cascatenha está sendo pavimentado até a porta do clube.

A rodovia MS 060 possui sinalização que permite a travessia de pedestres em áreas habitadas com redutores de velocidade, placas indicativas de passagem de pedestre, rotatórias para distribuição de fluxo e sinalização (Foto 22). Em novembro de 2009 a AGESUL realizou um levantamento na BR 060 na região do município de Sidrolândia para implantar as obras de recapeamento e abertura do acostamento da rodovia e estimou em média o fluxo de 3.000 veículos/dia. Existe um acampamento sem-terra ao longo da rodovia no trecho entre Campo Grande e Sidrolândia como mostra a Foto 23.



Foto 22 - MS 060 no trecho que corta o núcleo urbano de Sidrolândia.



Foto 23 – Acampamento sem terra em trecho da rodovia MS 060

3.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O município de Campo Grande apresenta o maior sistema de abastecimento e também, a maior demanda de água do polo e do Estado, inclusive para o segmento turístico de negócios e eventos. A água que abastece o município é decorrente de captações superficiais (Lajeado e Guariroba) e subterrâneas (105 poços em operação) captados a partir dos Aqüíferos Serra Geral (basalto), Aqüífero Caiuá e Aqüífero Guarani, sendo que o sistema fornece água de qualidade do ponto de vista físico, químico, biológico e bacteriológico sem impurezas prejudiciais à saúde.

Conforme dados da empresa Águas de Guariroba, responsável pelo sistema de saneamento do município, a água captada superficialmente responde por 67% do total, sendo a bacia do Guariroba responsável por 51% desse abastecimento. Visto esta importância estratégica, com o objetivo de preservar nascentes, foram implantadas Unidades de Conservação, de uso sustentável: a Área de Preservação Ambiental - APA do Guariroba através do Decreto municipal n 7183/setembro e a APA do Lajeado Lei municipal 8265 – 27 de julho de 2001.

Nestes mananciais, é preocupante o processo de assoreamento, desmatamento da mata ciliar, ocupação desordenada, manejo de solos inadequado e degradação ambiental, que comprometem a quantidade e a qualidade da água captada. Diante destes fatos, ações de recuperação dos impactos existentes e sensibilização da comunidade são realizadas, destacando-se as do Ministério Público Estadual que há 10 anos atua nestas áreas buscando reduzir os impactos sobre o abastecimento de água ao município de Campo Grande.

Em termos de abastecimento, a Águas Guariroba indica que o índice de abastecimento de água em Campo Grande é de 99%, numa rede que chega a 3.388 km de extensão (ANEXO 3). Igualmente destaca-se que, decorrente da implantação do Programa de Redução de Perdas desde 2006, foi reduzido o índice de perdas da água distribuída em Campo Grande de 57% para 24% em 2009, valor considerado baixo quando comparado com a média nacional de 40%.

Os demais municípios que compõem o polo turístico realizam a captação através de poços tubulares profundos licenciados pela Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul - SANESUL, excetuando-se os municípios de Corguinho, Jaraguari e Rochedo que possuem serviços autônomos de captação e distribuição de água, sendo que estes municípios também realizam captação de água subterrânea conforme Quadro a seguir:

Quadro 37 - Captação e tratamento do sistema público de água nos municípios do polo.

MUNICÍPIO	TIPO DE CAPTAÇÃO	AQUIFERO	TIPO DE TRATAMENTO
Rochedo	Subterrâneo	Guarani	Cloração
Corguinho	Subterrâneo	Guarani	Cloração
Rio Negro	Subterrâneo	Guarani	Cloração
Terenos	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração
Dois Irmão do Buriti	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração
Jaraguari	Subterrâneo	Guarani	Cloração e fluoretação
Sidrolândia	Subterrâneo	Guarani	Cloração
Ribas do Rio Pardo	Subterrâneo	Bauru	Cloração
Nova Alvorada do Sul	Subterrâneo	Serra Geral	Cloração e fluoretação

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos juntos às prefeituras e unidades da SANESUL e SAAE de cada município em 2010.

Todos os poços tubulares são monitorados pelas respectivas empresas periodicamente sendo observado a vazão, a cloração e os níveis de vazão.

O Quadro abaixo mostra a cobertura do sistema de água nos municípios do polo atendidos pela SANESUL obtidos do Sistema Nacional sobre Informações de Saneamento – SNIS do Ministério das Cidades, com dados disponíveis para o ano de 2008.

Quadro 38 - Número de população atendida pelo sistema público de água em 2008.

Descrição	%
Campo Grande	98,25
Dois Irmãos do Buriti	73,90
Nova Alvorada do Sul	92,41
Ribas do Rio Pardo	82,26
Rio Negro	100
Sidrolândia	70,65
Terenos	59,98

Fonte: Ministério das Cidades – SNIS/2008

Atualmente o sistema público de abastecimento de água dos municípios do polo atende a quase totalidade da população, sendo admitidos índices entre 99 a 100% de cobertura, ficando uma pequena porcentagem sem atendimento, principalmente em função de

possíveis áreas de expansão ou ocupação urbana irregular. As concessionárias dos serviços de água têm capacidade logística e gerencial para o atendimento das populações residentes e o compromisso da ampliação da cobertura dos serviços à medida que haja expansão ou urbanização de áreas habitadas. Portanto, devido o alto índice de cobertura considera-se que apenas pequenas áreas na periferia urbana dos municípios do polo não possuem rede de água tratada, mas as concessionárias não disponibilizaram um mapeamento, considerando que os mesmos se encontram em processo de atualização para atendimento as obras do PAC.

Igualmente as concessionárias não dispõem de dados atuais do nível de economias (residencial, comercial, industrial e público) atendidas pelo sistema de abastecimento de água nos municípios do polo em questão, porém este levantamento geralmente é realizado previamente a obras impactantes no sistema para adequadamente direcionar seu planejamento, assim antes da implantação das ações relacionadas ao sistema de abastecimento de água planejadas no PDITS, tal como foi observado no PDITS Serra da Bodoquena/2004, este estudo será realizado.

São fatores comuns aos municípios do polo, investimentos em obras de melhorias e de ampliação do sistema de abastecimento de água, visando o atendimento universalizado, envolvendo a perfuração de novos poços, troca de bombas, construção de novas adutoras e ampliação da rede de abastecimento, sendo todos focados em contemplar parcelas elevadas de população atendida pelo sistema. A seguir, verificam-se os dados atuais do sistema de abastecimento de água dos municípios do polo em questão.

Quadro 39 – Sistema de abastecimento de água do Polo Campo Grande e Região em 2009.

Municípios	Número de ligações reais	Número de economias reais	Extensão da rede (metros)	Volume produzido ano (m³)	Volume consumido (m³)	Volume faturado (m³)	Volume tratado (m³)
Campo Grande	241.504	277.897	3.388.000	72.736.455	47.694.262	56.900.566	72.736.455
Corguinho
Dois Irmãos do buriti	2.079	1.811	29.452	353.825	222.822	285.592	353.825
Jaraguari
Nova Alvorada do Sul	3.721	3.455	35.137	741.494	521.418	589.267	741.494
Ribas do Rio Pardo	5.038	4.446	45.746	1.028.780	592.720	726.520	1.028.780
Rio Negro	1.802	1.553	27.028	397.263	216.843	263.783	397.263
Rochedo
Sidrolândia	8.302	8.224	79.333	2.158.728	1.217.982	1.397.062	2.158.728
Terenos	2.672	2.450	37.137	667.381	352.414	418.637	667.381
Total (polo)	265.118	299.836	3.641.833	78.083.926	50.818.461	60.581.427	78.083.926

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Os dados mais recentes, referentes aos serviços autônomos de Jaraguari, Corguinho e Rochedo fornecido por estas empresas são de 2000, 2005 e 2006 respectivamente, conforme abaixo apresentados:

Quadro 40– Sistema de abastecimento de água de Corguinho, Jaraguari e Rochedo em 2000, 2006 e 2005 respectivamente.

Descrição	Município		
	Corguinho	Jaraguari	Rochedo
Ano de referência	2000	2006	2005
Número de ligações reais	...	921	902
Número de economias reais	832	800	1.064
Extensão da rede (m)	34.026	19.100	22.167
Volume produzido por ano (m ³)	146.705	99.548	220.830
Volume consumido por ano (m ³)		81.629	220.830
Volume faturado por ano (m ³)		99.548	218.427
Volume tratado por ano (m ³)	145.456

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Tomando-se como indicador para a análise, a extensão da rede de abastecimento verifica-se que, entre 2004 e 2009, houve um aumento médio de 7,25% da rede de abastecimento do polo, destacando-se o crescimento significativo de 98% da rede de abastecimento de Nova Alvorada do Sul e o de Sidrolândia, cerca de 19%. Também, ressalta-se o aumento nominal da rede de abastecimento de Campo Grande de aproximadamente 246 mil metros, conforme demonstra o quadro seguinte:

Quadro 41 – Evolução da rede de abastecimento de água por município do Polo Campo Grande e Região entre 2004 e 2009.

Municípios	Extensão da rede (metros)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	3.159.090	3.221.730	3.252.270	3.268.311	3.352.923	3.388.000
Ribas do Rio Pardo	42.089	42.089	42.089	42.190	45.746	45.746
Jaraguari	–	–	19.100	–	–	–
Rochedo	22.167	22.167	–	–	–	–
Rio Negro	25.924	25.924	27.028	27.028	27.028	27.028
Sidrolândia	66.737	67.391	67.391	71.939	76.891	79.333
Corguinho	–	–	–	–	–	–
Dois Irmãos do Buriti	27.908	28.213	29.829	28.829	29.452	29.452
Nova Alvorada do Sul	17.746	20.536	20.536	22.074	24.130	35.137
Terenos	34.120	34.780	34.780	34.852	35.921	37.137
Total do Polo	3.395.781	3.462.830	3.493.023	3.495.223	3.592.091	3.641.833

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

De acordo com o previsto no decreto Nº 5.440/05, da Presidência da República, a SANESUL entrega junto à conta d'água, anualmente aos consumidores o Relatório Anual de Qualidade da Água, referente ao ano anterior. Neste material são divulgados à população, o resumo dos resultados mensais das análises bacteriológicas e físico-químicas da água distribuída e os resultados do controle de qualidade da água bruta em diversos pontos de captação. Além de divulgar os resultados do controle da qualidade da água captada e distribuída, o relatório presta-se à educação ambiental, pois apresenta diversas sugestões pra redução do consumo da água.

Da mesma maneira a Águas Guariroba, responsável pelo abastecimento de água do município de Campo Grande, divulga em seu *site* e em seus postos de atendimentos ao cliente, informações mensais sobre a qualidade da água. A empresa realiza análises diárias

em seu laboratório, localizado na Estação de Tratamento da Águas Guariroba, onde são realizados exames bacteriológicos e físico-químicos e posteriormente, enviados para um laboratório terceirizado, referência nacional em análise de água. Por este controle da qualidade da água distribuída, em 2003 a empresa recebeu o certificado da Organização Internacional para Padronização - ISO 9001:2000.

Sucintamente, diante dos dados apresentados verifica-se que o sistema de abastecimento de água do polo atende adequadamente a população local e ao atual fluxo de turistas. No entanto, para o crescimento do setor de turismo no polo, principalmente da rede hoteleira e outras estruturas como bares, restaurantes e centros de convenções, a disponibilidade quantitativa e qualitativa de água é primordial, visto que os turistas consomem muita água, até mais que o dobro de um residente local. (RAINFOREST ALLIANCE, 2008.)

Neste contexto é necessário não somente que o serviço de abastecimento de água ocorra a contento como também monitorar o mesmo em regiões que concentra grande demanda, como em áreas de bares e restaurantes, assim como desenvolver mecanismos de sensibilização do empresário, conscientização do turista e de incentivos para que programas sustentáveis de redução do consumo de água sejam valorizados e adotados em maior escala. (RAINFOREST ALLIANCE, 2008.)

3.3. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Entre os municípios do polo, somente Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem sistema de rede de coleta e tratamento de esgoto em funcionamento. A população dos demais municípios é atendida, em grande parte, por fossas sumidouros. Porém, há o planejamento e ações sendo realizadas pela SANESUL para implantar em curto prazo, estações de tratamento de esgoto e rede de coleta nos município de Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia, além de ampliar a rede de Ribas do Rio Pardo. Esta ampliação do sistema de esgotamento sanitário do polo, assim como do restante do Estado dá-se por meio do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e da SANESUL, do Programa Saneamento para Todos e do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, conforme detalha o quadro abaixo:

Quadro 42 – Projeções totais de investimentos em esgotamento sanitário no polo:

Município	Fonte de Recursos	Investimentos (R\$)	Período de Execução
Corguinho	MTUR/SANESUL	1.349.066,71	2010/2011
Ribas do Rio Pardo	FUNASA/SANESUL	3.699.955,01	2010/2011
Rio Negro	SANESUL	49.267,04	2010
Sidrolândia	SANESUL	5.200.000,00	2011/2016
Terenos	SANESUL	1.800.000,00	2011/2016

Fonte: SANESUL.

Para os demais municípios, as concessionárias e os Serviços Autônomos responsáveis ainda não têm concluídos os valores, fontes de recursos ou prazos de execução das melhorias e implantações do sistema de esgotamento sanitário.

O município de Sidrolândia adota o sistema individual de esgotamento sanitário, uma vez que o índice de cobertura de coleta e tratamento de esgoto sanitário no município é igual à zero. No sistema individual destaca-se a utilização de tanques sépticos para disponibilizar esgoto sanitário, que são implantados de forma rudimentar sem seguir os padrões da engenharia sanitária.

A SANESUL possui pré-projeto para implantação do sistema de esgotamento sanitário em Sidrolândia, mas no momento encontra-se com dificuldade de adquirir uma área para a construção da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, o sistema de tratamento previsto é do tipo Reator Anaeróbico de Lodo Fluidizado - RALF com eficiência máxima de 80% e

lançamento do efluente no córrego vacaria (Anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Sidrolândia).

O município de Terenos implantou parte da rede coleta na região central (ainda sem interligação com os domicílios) e ETE, porém sem operar por falta de licenciamento ambiental. No anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Terenos encontra-se mapa com a rede implantada e a rede projetada para ampliação do sistema. Segundo informação dos gestores municipais somente será ativada a ETE e realizada a interligação dos domicílios a rede coletora após a renovação do contrato de concessão com a SANESUL. O projeto para ampliação do sistema está em fase de atualização, mas ainda não houve uma quantificação dos valores que serão investidos. O sistema de tratamento implantado e projetado é do tipo RALF com eficiência máxima estimada em 80% e após o início do funcionamento o efluente será lançado no córrego Dioguinho.

Em Corguinho está sendo construída uma ETE com recursos oriundos de convênio entre ao SAAE e FUNASA no valor de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), com sistema de tratamento do tipo RALF com eficiência máxima esperada de 90% e efluente lançado no rio Aquidauana, ainda não existe previsão para implantação da rede coletora. A empresa não disponibilizou o projeto e tampouco a previsão do percentual da população a ser contemplada, pois o mesmo encontra-se em processo de ajustes, sendo que a previsão é de atendimento de 60% da área do município.

Em Dois Irmãos do Buriti a SANESUL possui pré-projeto para implantação do sistema de esgotamento sanitário, embora ainda não haja data para início das obras (Anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Dois Irmãos do Buriti). O sistema projetado é do tipo RALF com eficiência esperada de 60-75% e lançamento do efluente no Córrego Buriti (20° 40'42"S 55°17'54"W). O pré-projeto contempla toda área do município, embora a execução do serviço deva ser por etapas, de acordo com recursos obtidos por meio de Emenda Parlamentar para o exercício de 2011, segundo o gestor local da SANESUL.

Em Nova Alvorada do Sul a SANESUL possui pré-projeto para o município, inclusive processo de compra de área de 11 ha para a instalação da ETE (ANEXO 3- Mapas do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nova Alvorada do Sul). O sistema contemplado é do tipo RALF e efluente será lançado no córrego Alavanca. A empresa concessionária e a administração local estão em busca de recursos para a implantação do projeto.

No município de Jaraguari não existe projeto elaborado e nem previsão de investimentos, segundo informações de gestores locais.

Em Rio Negro a SANESUL possui pré-projeto do dimensionamento da rede coletora a ser implantada (Anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio Negro).

No município de Rochedo a SAAE está buscando recursos junto a FUNASA para desenvolvimento de projeto e implantação do sistema de esgotamento sanitário, mas ainda não tem o dimensionamento dos recursos necessários.

Em 2006, a Águas de Guariroba, que responde pelo sistema de esgotamento sanitário da capital, lançou o Programa Sanear Morena, cujo objetivo era duplicar a rede coletora de Campo Grande, contemplando 50% da população até 2008. Segundo a empresa, até abril de 2010, foram implantados 707 km de rede coletora de esgoto, disponibilizando o serviço para mais de 61% da população. O mapa anexo do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Grande indica a área de cobertura do serviço. O Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Campo Grande contemplando o período de 2008 a 2030 elaborado pela empresa Águas Guariroba estima o atendimento da população conforme quadro logo abaixo:

Quadro 43 - População atendida e projeções de atendimento pelo sistema de esgotamento sanitário em Campo Grande.

Descrição	Campo Grande					
	2008	2009	2010	2021	2026	2030
População adotada	755.777	771.218	786.526	943.231	1.019.610	1.085.143
População atendida	470.671	485.089	518.112	565.939	713.727	759.600

Fonte: Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Campo Grande - 2008 a 2030 (CAMPO GRANDE, 2010)

Em Ribas do Rio Pardo em 2009 estimava-se que 25% da população de Ribas do Rio Pardo eram atendidos com sistema de esgotamento sanitário, após ampliação, através do projeto entregue em junho de 2010, este percentual passou para 60% da população, com 12.046 habitantes atendidos pelo novo sistema. No Anexo Sistema de Esgotamento Sanitário de Ribas do Rio Pardo pode-se visualizar o mapa com as áreas atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário.

O sistema de esgotamento do município utiliza o tipo de tratamento UASB com eficiência esperada de 60-75% e lançamento do efluente no Rio Pardo (20° 26'17,93"S 53°45'16,30"W).

Considerando que apenas Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem sistema de esgotamento sanitário implantado e em operação consolidou-se os dados de extensão de rede, número de economias e volume faturado para estes municípios como a seguir:

Quadro 44 – Sistema de esgotamento sanitário do Polo Campo Grande e Região em 2009.

Descrição	Município	
	Campo Grande	Ribas do Rio Pardo
Numero de ligações	98.514	467
Número de economias (m ³)	129.160	488
Volume faturado (m ³)	18.410.916,00	83.399,00
Extensão da rede(m)	1.431.000,00	5.208,00

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) - Águas Guariroba e SANESUL.

Destaca-se que nas estações de tratamento de esgoto de Campo Grande, administradas pela Águas de Guariroba, todo o tratamento segue as normas ambientais (quadro a seguir). Nelas, o esgoto sofre um tratamento biológico, formando lodo, que é desidratado e utilizado no viveiro de mudas da empresa; gases, que são queimados, e a parte líquida do esgoto, ainda passam pelo processo de tratamento físico – químico e só depois é lançado nos córregos.

Quadro 45 – Estações de Tratamento de Esgoto de Campo Grande em 2010.

ETE	Descrição	Tratamento	Corpo Receptor
Cabreúva	Localizada na margem esquerda do Córrego Segredo (UTM 748062; 7737326). Implantada em 1995, com capacidade para atender 12.000 habitantes e tratar 100l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%	O efluente tratado é lançado de forma afogada no córrego segredo
Salgado Filho	Localizada na margem esquerda do rio Anhanduí. Implantada em 1997 com capacidade para tratar 400l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%	O efluente tratado é lançado de forma afogada no rio Anhanduí
Aero Rancho	Localizada na margem direita do rio Anhanduí (UTM 744320; 7727681). Implantada em 1997, com capacidade de tratamento de 40l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%	O efluente tratado é lançado na margem direito do rio Anhanduí
Mário Covas	Localizada na margem direita do Córrego Lageado (UTM 749808; 7727590). Instalada em 2002 com capacidade para tratar 20l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%	O efluente tratado é lançado na margem direita do córrego Lageado.
São Conrado	Localizada na margem direita do Córrego Lagoa. Instalada em 2004 com capacidade de 20l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%	O efluente tratado é lançado na margem direita do córrego Lagoa
Sayonara	Localizada na margem direita do Córrego Imbirussu. Instalada em 2004 com capacidade para tratar 5l/s.	Sistema RALF com eficiência máxima esperada de 80%	O efluente tratado é lançado na margem direita do córrego Imbirussu
Cooptrabalho	Localizada na Av. Presidente Café Filho com Rua Guatembu (UTM 743780; 7739445). Capacidade atual de 19l/s.	Reatores modulares do tipo UASB, eficiência entre 70 a 85%.	O efluente tratado é lançado na margem direita do córrego Imbirussu
Los Angeles	Ativada em julho de 2008, com capacidade de 720l/s (UTM 743985; 7725730).	Reatores UASB – Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente e Manto de Lodo Eficiência entre 70% a 85%	O efluente tratado é lançado na margem direito do rio Anhanduí
Nova Campo Grande	Em fase de construção na margem do Córrego Imbirussu.	Reatores UASB – Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente e Manto de Lodo Eficiência entre 70% a 85%	Corpo Receptor: Córrego Imbirussu

Fonte: Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Grande /2008 (CAMPO GRANDE, 2010)

Destaca-se que a implantação da ETE - Los Angeles tem entre seus objetivos, desativar estações menores, conforme verificado no Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Grande, desativando, gradativamente, as ETE's Cabreúva, Salgado Filho, Aero Rancho, Mario Covas e São Conrado, implantadas dentro da área urbana e, transferir também os esgotos coletados nas ETE's Sayonara e Cooptrabalho para a futura ETE Nova Campo Grande, melhorando assim a qualidade ambiental próximo a estes locais. Esta estação de tratamento ocupa área de 106 hectares e foi projetada com modernos equipamentos para que o odor não interfira fora dos limites da estação.

Mesmo com a ampliação expressiva do sistema de esgotamento sanitário ocorrido em Campo Grande nos últimos cinco anos e com as projeções de ampliação da rede de Ribas do Rio Pardo e as previsões de implantações em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, ainda é necessário aumentar a abrangência deste serviço no polo, sobretudo para o desenvolvimento do turismo.

O investimento em esgotamento sanitário reduz significativamente os problemas e os gastos como saúde pública, visto que a falta de saneamento gera por consequências gastroenterites, verminoses, hepatite e outras enfermidades gastrintestinais, sendo diretamente associada à mortalidade infantil também.

Ao turismo, sobretudo ao de negócios e eventos que geram em curto tempo uma grande quantidade de resíduos dentre eles esgoto, é necessário que este serviço seja capaz de coletar, tratar e destinar adequadamente todo o resíduo gerado, a fim de minimizar o impacto negativo sobre o meio ambiente, em especial, sobre os recursos hídricos da região.

Neste contexto, é necessário desenvolver mecanismos de incentivos aos empreendimentos da cadeia turística para a adoção de sistemas ecoeficientes como, por exemplo, o reuso de águas residuais e o reaproveitamento água da chuva em usos menos restritivos, reduzindo a emissão de efluentes e diminuindo a demanda deste serviço. Atualmente, estes mecanismos começam a ser adotados em algumas unidades de redes hoteleiras junto a outras práticas sustentáveis

3.4. LIMPEZA URBANA

O sistema de limpeza urbana dos municípios do polo compreende a varrição, manutenção e coleta de resíduos sólidos, sendo este último, o principal componente do sistema, dado o volume e a complexidade de sua gestão, sobretudo na capital. De maneira generalizada, no polo, estes serviços atendem em média, 95% da população urbana, sendo as prefeituras municipais as responsáveis por sua execução.

A varrição é realizada manualmente com frequência diária nos municípios do polo e em Campo Grande, além da área central, esta varrição se estende aos principais corredores de tráfego do município também.

De acordo com as informações obtidas junto às prefeituras pertencentes ao polo, o serviço de manutenção refere-se a capina manual e pintura de meio-fio das principais vias de acesso aos municípios, sendo realizadas esporadicamente de acordo com a necessidade e época do ano, porém todas afirmam que no mínimo, anualmente o serviço contempla todos os principais logradouros dos municípios.

A gestão de resíduos sólidos atende a maioria da população urbana do polo, em Campo Grande, maior produtor de resíduos sólidos do Estado e do polo, o serviço contempla 98% da população, excetuando-se loteamentos e ocupações irregulares que não solicitaram à prefeitura o serviço de coleta domiciliar. A figura seguinte ilustra a área atendida e a frequência com que os resíduos são coletados conforme região do município:

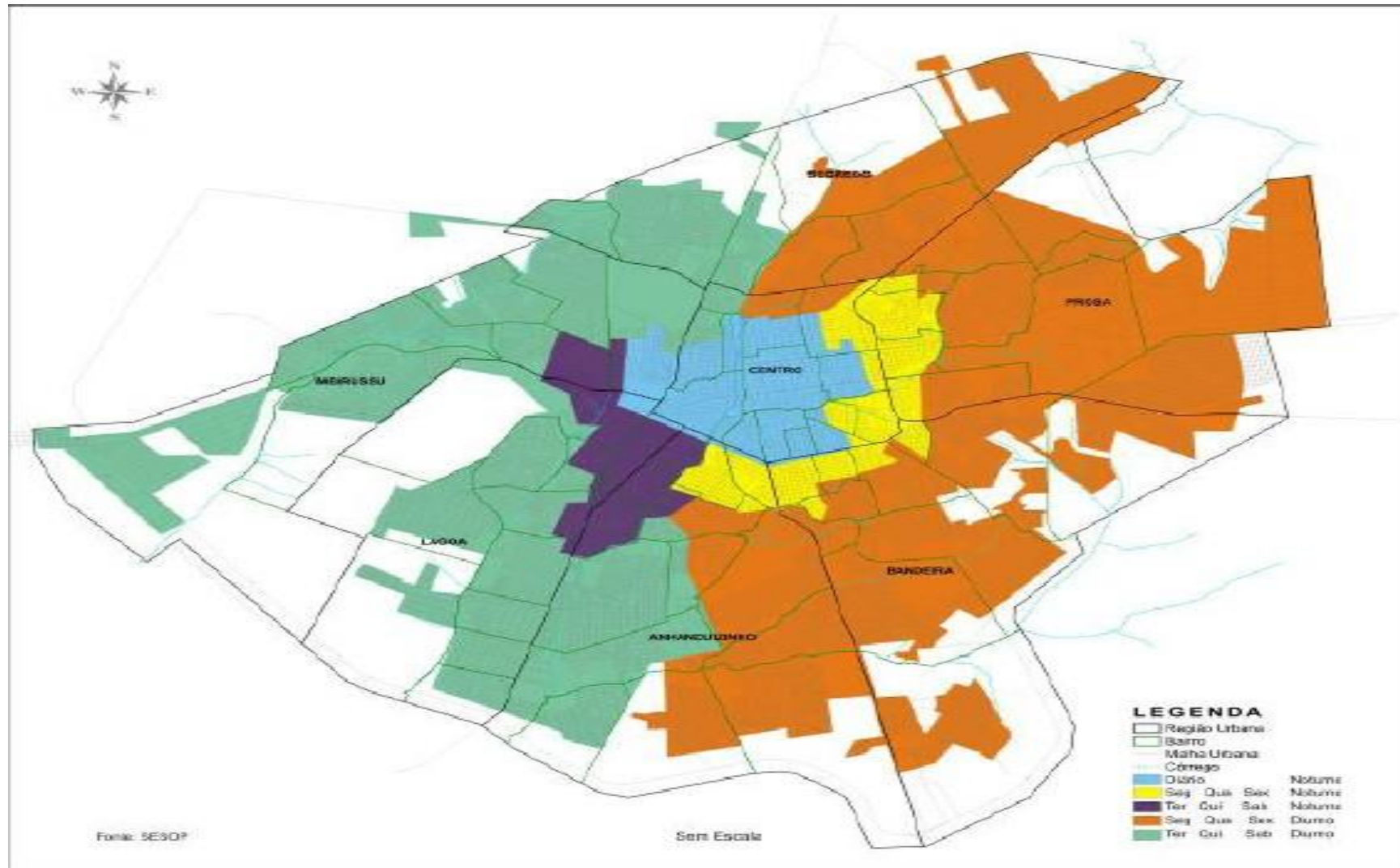


Figura 57: Coleta urbana de resíduos sólidos no município de Campo Grande

Fonte: Relatório de Avaliação Ambiental –RAA – Viva Campo Grande – 2008

No município, a coleta de resíduos sólidos domiciliar é realizada por 22 veículos, recolhendo em média 565 toneladas por dia; com frequência diária na área central e três vezes por semana na periferia. Operacionalmente, para a coleta domiciliar o município foi dividido em cinco grandes regiões com 72 setores coletando nos períodos noturno e diurno. Na área central a coleta é realizada somente no período noturno. Especificamente para a coleta de resíduos hospitalar, existe um caminhão exclusivo, sendo seu destino final o mesmo do resíduo sólido doméstico: o aterro sanitário, localizado na saída para Sidrolândia (Foto 24). (CAMPO GRANDE, 2007)



Foto 24 – Vista parcial do atual depósito de resíduos em Campo Grande.

Fonte: Arquivo do Campo Grande Notícias, acesso em 09-06-10.

Em fevereiro de 2010, foi assinado um TAC pelo município de Campo Grande, intermediado pelo Ministério Público Estadual, com uma série de ações para desativar até dezembro de 2011 o atual aterro sanitário e recuperar ambientalmente a área.

Entre estas ações, está a construção de uma usina de triagem de resíduos sólidos no novo aterro sanitário, cuja ordem de serviço para sua construção foi assinada em abril deste ano e permitirá a implantação de uma cooperativa para a reciclagem de resíduos sólidos. O novo aterro contará com um incinerador de resíduos sólidos hospitalares, uma área específica para receber resíduos sólidos da construção civil, e todo o material não reciclável será compactado por equipamento específico, visando uma vida útil de 20 anos deste novo aterro.

Ainda sobre a gestão de resíduos sólidos recicláveis em de Campo Grande é verificada a presença de catadores e até mesmo crianças nos locais de disposição destes resíduos, para evitar a continuidade deste problema a Prefeitura Municipal anunciou que cercará o aterro de construção civil localizado no anel viário de Campo Grande no Jardim Noroeste. A área próxima a indústria Kepler Weber, na saída pra Aquidauana, também será cercada para evitar que as empresas e carroceiros despejem material indevido nessa área. (TADA, 2010)

Além de fechar os locais a Prefeitura pretende melhorar a cobertura arbórea, com a plantação de cerca de 30 mil pés de eucalipto. O principal objetivo dessa ação é que esses locais não se transformem em lixões, nem que a população se coloque em risco, segundo o promotor de justiça Alexandre Raslan. (TADA, 2010)

Embora, conforme o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL, os municípios ainda não tenham aterros sanitários adequados e licenciados para a deposição final dos resíduos coletados, estão sendo desenvolvidos projetos de adequação ou implantação dos mesmos, bem como a construção de Unidades de Processamento de Lixo (UPL).

No polo, a iniciativa privada principalmente das grandes redes de supermercados tem buscado mobilizar a população para proceder à coleta seletiva do resíduo doméstico, distribuindo embalagens informativas para esta separação, outras induzindo o consumidor a utilizar sacolas de pano para diminuir o volume de plásticos no lixão. Alguns bancos coletam pilhas e baterias de celulares.

No município de Dois Irmãos do Buriti 100% da população urbana é atendida por coleta de lixo e há uma UPL que é mantida com o trabalho de mulheres catadoras com a colaboração da prefeitura, que cedeu o local para ser montada a cooperativa e um caminhão e motorista para realizar o transporte da produção reciclada para Campo Grande onde é vendido. Os resíduos não recicláveis e ou não comercializáveis vão para as valas controladas, já os resíduos orgânicos vão para a compostagem que se transforma em adubo e é comercializado (Foto 25).

Antes desta UPL o resíduo era coletado e depositado num aterro a céu aberto, hoje este local foi interditado e todo resíduo coletado pela prefeitura vai diretamente para a usina de processamento. O monitoramento desta UPL é realizado por uma profissional habilitada contratada pela prefeitura de Dois Irmãos do Buriti.



Foto 25 – Placa indicativa no caminho para a UPL em frente ao antigo lixão (a esquerda). Vista parcial do interior da UPL, onde podem ser avistadas as *big bags* com produtos (a direita) em 31 ma. 2010 – Dois Irmão do Buriti

Conforme consta no Relatório de Inspeção 44/2006 – Vigilância Sanitária/MS em Ribas do Rio Pardo a área onde se encontra instalado o lixão de Ribas do Rio Pardo possui aproximadamente 3,0 hectares, está localizado ao lado do cemitério do município, a 2 km de distância do núcleo urbano (Foto 26). Não possui licença ambiental contrariando a Resolução CONAMA 237/1997 art.2º e também a Resolução CONAMA 01/1986 art.1º inciso I. Os resíduos de serviço de saúde gerados no município são coletados separadamente dos resíduos comuns, pela Secretaria Municipal de Saúde em veículo específico para este fim e encaminhados para incineração no auto forno da siderúrgica Vetorial, localizada no município A Resolução/Anvisa nº 306 de 2004, em especial o capítulo III, itens 1.6, 1.6.2 e 1.9, capítulo IV, capítulo V e capítulo VI, bem como a Resolução CONAMA nº 358 de 2005, em especial os art. 1º, art. 10 preconizam que esse processo e local sejam devidamente licenciados pelo órgão ambiental.



Foto 26 - Vista ampla da localização do lixão mostrando a queima dos resíduos – Ribas do Rio Pardo.

Fonte: Relatório de Inspeção 44/2006 – Vigilância Sanitária/MS

Não há, no município, segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, de acordo com a Resolução CONAMA nº 301 de 2002 (Foto 27). Também não há segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas, de acordo com a Resolução CONAMA nº 257 de 1999.

O município atende 100% da área urbana com coleta de lixo e não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos.



Foto 27 - Pneus dispostos na área do lixão – Ribas do Rio Pardo

Fonte: Relatório de Inspeção 44/2006 – Vigilância Sanitária/MS

Segundo o Relatório de Inspeção 194/2005 - Vigilância Sanitária/MS, no município de Sidrolândia a quantidade média de resíduos sólidos gerados é de aproximadamente 18.000 kg/dia ou 0,99 kg per capita coletados diariamente em todos os setores em veículo impróprio, caminhão caçamba aberto. A destinação é feita em um lixão, numa área de 01 hectare localizado na zona rural cerca de 8,5 km do núcleo urbano, e a aproximadamente 2,5km do corpo d'água mais próximo, não possui isolamento adequado em todo o seu perímetro de forma a impedir a entrada de pessoas e animais, não possui portão de acesso restrito e/ou guarita (Foto 28).



Foto 28 - Vista da área de disposição final dos resíduos no lixão - Sidrolândia.

Fonte: Relatório de Inspeção 194/2005 - Vigilância Sanitária/MS

Todos os resíduos gerados no município são separados e reutilizados em uma Unidade de Processamento de Lixo – UPL por meio de catadores devidamente cadastrados que realizam todo o serviço. Grande parte do material orgânico coletado é cuidadosamente segregada e separada em leiras, que recebem o manejo necessário, sendo que após 120 dias esse material (adubo orgânico) é peneirado e utilizado pela prefeitura e outros no plantio e/ou fertilização de plantas (Foto 29). A responsabilidade da UPL é da Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente que controla e vende os materiais segregados e recicláveis e bem como distribui os lucros entre os cooperados.

Não está sendo realizado o recobrimento e compactação diária dos resíduos depositados no lixão é comum a queima dos mesmos para que diminua de volume. Os resíduos de serviço de saúde são coletados pelo mesmo veículo da coleta (caminhão aberto) em horários diferenciados e depositados no próprio lixão sendo queimados. Não há, no município, segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada Os pneumáticos coletados são separados e amontoados no pátio da UPL sem cobertura, possibilitando o acúmulo de água das chuvas e a proliferação de vetores. Não realiza segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas. O município não possui projeto para construção de Aterro Sanitário.



Foto 29 - Vista da área de disposição final dos resíduos no lixão - Sidrolândia

Fonte: Relatório de Inspeção 194/2005 - Vigilância Sanitária/MS

O município de Sidrolândia atende 100% da área urbana com coleta de lixo e não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos.

Segundo o Relatório de inspeção 278/2006 - Vigilância Sanitária/MS no município de Nova Alvorada do Sul a área onde se encontra instalado o lixão do município está localizada a 2 km de distância do núcleo urbano. A quantidade de resíduos sólida gerada informada é de aproximadamente 9ton/dia, coletados de segunda a sexta, três vezes por semana em cada setor por um caminhão compactador com capacidade para 12 toneladas (Foto 30). O lixão ocupa uma área de 5 hectares, e está a 2 km de distancia de um córrego cujo nome não foi possível identificar. A área do lixão possui isolamento em todo o seu perímetro de forma a impedir a entrada de pessoas e animais, porém havia a presença de catadores no local.



Foto 30 - Lixão de Nova Alvorada do Sul – Nova Alvorada do Sul

Fonte: Relatório de inspeção 278/2006 - Vigilância Sanitária/MS

A Unidade de Processamento de Lixo – UPL encontra-se em obras sendo todos os resíduos depositados em uma vala onde alguns catadores realizam uma segregação precária dos mesmos (Foto 31). Não é realizado o recobrimento e compactação diária dos resíduos no local (lixão), favorecendo o acúmulo de águas das chuvas, chorume e proliferação de vetores. Os resíduos de serviço de saúde são coletados três vezes por semana dispostos e queimados juntamente à vala de resíduos comuns.

Não há, no município, segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada. Não há segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas. Os resíduos líquidos (esgoto) oriundos de coleta e limpeza de fossas sépticas por meio de caminhões são dispostos na área do lixão.



Foto 31 - UPL de Nova Alvorada do Sul

Fonte: Relatório de inspeção 278/2006 - Vigilância Sanitária/MS

O município de Nova Alvorada do Sul atende 100% da área urbana com coleta de lixo e não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos, além da reforma que está realizando na UPL.

Conforme o Relatório de inspeção 184/2005 – Vigilância Sanitária/MS o município de Corguinho possui um lixão que está numa área particular de aproximadamente 03 hectares na estrada que vai para Rio Negro. O lixão está situado a 3 km do núcleo urbano mais próximo, a coleta é realizada pela Prefeitura Municipal diariamente no município de Corguinho e uma vez por semana nos distritos de Fala Verdade, Pequi, Recanto dos Pintados e o Poção do Jaú, por um trator que puxa uma carretinha, a quantidade recolhida é de aproximadamente 03 toneladas/dia de resíduos comuns, não sendo realizado o recobrimento e compactação diária dos resíduos depositados no local (lixão), segundo o funcionário contatado a cobertura é feita uma vez por semana, e é comum a queima dos mesmos para que diminua de volume (Foto 31).

Os resíduos de serviço de saúde provenientes do centro de saúde são coletados por veículo da Secretaria Municipal de Saúde e são queimados em uma vala no lixão (Foto 32) Não existe um projeto para a construção de um aterro sanitário no município. Não há segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas.

No município não é realizada a segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada.



Foto 31 - Vista geral do lixão de Corguinho

Fonte: Relatório de inspeção 184/2005 – Vigilância Sanitária/MS



Foto 32- Vala onde são depositados os resíduos hospitalares.

Fonte: Conforme o Relatório de inspeção 184/2005 – Vigilância Sanitária/MS

Corguinho atende 100% da área urbana e os pesqueiros, Distrito de Baianópolis, balneários e Distrito Fala Verdade com coleta de lixo. Os municípios de Corguinho, Rochedo, Bandeirantes e Rio Negro estão com reunião agendada para o dia 22 de outubro deste ano para iniciar um projeto de construção de uma Unidade de Processamento de Lixo – UPL.

Conforme o Relatório de inspeção 03/2006 – Vigilância Sanitária/MS no município de Terenos o lixão ocupa aproximadamente 3,5 hectares de uma área da Prefeitura, a área não possui licença ambiental (Foto 33). O lixão está situado a 500m do córrego Diogo, a coleta é realizada pela Prefeitura Municipal diariamente por um caminhão basculante, a quantidade recolhida é de aproximadamente 6,0 toneladas/dia de resíduos comuns, os resíduos enterrados no local (lixão) são compactados por um trator de esteira, e é comum a queima dos mesmos para que diminua de volume. Em época de chuva há grande acúmulo de água na área do lixão por ser a área de um antigo açude.

A área possui isolamento adequado com tela de proteção, impedindo a entrada de pessoas e animais, no entanto não possui segurança na área. Os materiais recicláveis antes de serem depositados no lixão são separados por catadores e comercializado por terceiros.

Os resíduos de serviço de saúde do posto de saúde, gabinete odontológico, posto de saúde, asilo e medicamentos vencidos são coletados três vezes por semana por veículo da Vigilância Sanitária Municipal e são queimados no forno da cerâmica Volpini em Terenos.

No município não é realizada a segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento não é feito pelas empresas fabricantes e importadoras as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final. Não há segregação e destinação final adequada de pilhas e baterias usadas. Não existe um projeto para a construção de um aterro sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente no município.



Foto 33 - Vista geral do lixão de Terenos

Fonte: Conforme o Relatório de inspeção 03/2006 – Vigilância Sanitária/MS

Terenos atende 100% da área urbana com coleta de lixo e não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos.

No município de Jaraguari o lixo é coletado em 100% da área urbana e destinado ao município de Bandeirantes para a disposição final.

Em Rio Negro o lixo é coletado em 100% das áreas urbanas e destinado a um lixão a 3 km do perímetro urbano, não possui isolamento adequado e nem guarita (Foto 34). Não existe separação de resíduos oriundos do sistema de saúde e nem de pneumáticos. Existem iniciativas por parte da administração local em fazer um consórcio com os municípios (Bandeirantes, Corguinho, Rio Negro e Rochedo) para a construção de uma UPL.



Foto 34 - Lixão de Rio Negro

Em Rochedo o lixo é coletado em 100% das áreas urbanas e destinado a um lixão a aproximadamente 3 km do perímetro urbano, possui isolamento adequado, mas não possui

guarita, periodicamente um trator faz o recobrimento dos resíduos ali depositados (Foto 35). Atualmente os resíduos oriundos do sistema de saúde são queimados no lixão e não existe a separação de pneumáticos. Existem iniciativas por parte da administração local em fazer um consórcio com os municípios (Bandeirantes, Rio Negro, Corguinho e Rochedo) para a construção de uma de UPL.



Foto 35 - Lixão de Rochedo

3.5. REDE DE DRENAGEM PLUVIAL

Dentre os serviços públicos básicos que um município deve ser contemplado, além da água tratada e canalizada, esgoto sanitário e destino final para a coleta do resíduo sólido, a drenagem superficial é um dos serviços essenciais, que bem executado e mantido operante seus dispositivos, elevará o nível da saúde da população beneficiada, além de fundamental ao desenvolvimento turístico do polo, sobretudo do município de Campo Grande, para atender toda a cadeia do turismo de negócios e eventos.

O Plano Diretor de Campo Grande e a Lei de Uso do Solo criaram mecanismos para atenuar os impactos causados pela ocupação urbana que vem impermeabilizando o solo e canalizando as águas para jusante. Porém, em fevereiro de 2010, quando ocorreu a maior chuva da história do município, 88 milímetros em uma hora e 20 minutos de temporal, o sistema de drenagem pluvial não comportou o volume de água em algumas regiões específicas, causando danos expressivos.

O aumento do nível das águas dos córregos Sóter, Prosa, Vendas e Cascudo, e conseqüentemente o transbordamento de suas águas, provocou danos e destruição de vias públicas, galerias pluviais, taludes e redes de distribuição de água e esgoto, assim como parte da área de lazer de um dos condomínios localizado na micro-bacia do Prosa (**Foto 36**).

Diretamente foi afetada toda a Bacia do Prosa que compreende 32 Km² com população estimada de 64.214 habitantes conforme dados da Prefeitura Municipal de Campo Grande. As vias públicas mais atingidas foram as Avenidas Nelly Martins, Ricardo Brandão, Fernando Corrêa da Costa e Rua Joaquim Murinho, seriamente afetadas com rompimento da pavimentação asfáltica e sistemas de água, esgoto e drenagem pluvial. Foi decretado pela Prefeitura do município estado de emergência em Campo Grande num período de 90 dias em decorrência do fato supramencionado, que foi homologado pelo Governo do Estado no Diário Oficial do Estado pelo Decreto “E” n.º 35, de 03 de março de 2010.



Foto 36– Danos causados pelas chuvas em Campo Grande em fevereiro de 2010.

Fonte: Edemir Rodrigues.

Assim, para evitar que o fluxo das grandes precipitações pluviométricas cause novos alagamentos e enchentes, a prefeitura de Campo Grande está elaborando junto a especialistas um Plano de Drenagem Urbana, que segundo informações da PLANURB ainda não tem previsão para o seu término. As ações previstas no novo Plano de Drenagem contemplam diagnóstico, medidas não-estruturais, medidas estruturais do Córrego Prosa, Manual de Drenagem Urbana e sistema de informações.

Após a conclusão do referido plano a Lei de Uso e Ocupação do Solo pode sofrer alterações, sendo que atualmente define que todas as construções devam ter no mínimo, 12% de área permeável para facilitar a drenagem pluvial pela maior infiltração da água da chuva, reduzindo o escoamento superficial.

Segundo informações da PLANURB a drenagem pluvial de Campo Grande acompanha a pavimentação, embora esta drenagem não implique necessariamente na construção de obras subterrâneas, em muitas ruas do município o escoamento da água é feito superficialmente. Assim segundo orientações dos técnicos envolvidos na elaboração do Plano Diretor de Drenagem o mapa de pavimentação do município representa também as áreas cobertas por um sistema de drenagem, com aproximadamente 2.350 km de extensão (ANEXO 3 – Mapas de Drenagem Pluvial de Campo Grande). A PLANURB não possui uma estimativa de população atendida.

A secretaria de obras públicas realiza a limpeza e manutenção das bocas de lobo e galerias a pedidos dos munícipes quando agendado tais serviços. Portanto, além da varrição das ruas não há uma sistematização para manter desobstruídos tais locais.

Rochedo possui 41.889 metros de rede de drenagem na região central compreendendo: galeria, poço de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores, que conduz ao rio Aquidauana, que se localiza a duas quadras do centro urbano. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Corguinho a rede de drenagem pluvial corresponde a aproximadamente 60% da área urbana central. O sistema é composto por galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão e dissipadores que conduzem a água pluvial ao rio Aquidauana. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Dois Irmãos do Buriti no centro da cidade somente 2 km da Rua Aquidauana possui rede de drenagem com galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores que escoam a água da chuva para a represa do Varjão. Existe previsão de

investimento para pavimentação e drenagem no orçamento municipal de 2011 no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Jaraguari na área urbana existem duas micro-bacias de drenagem. A micro-bacia que compreende a vila Jatobá, vila Santa Rita de Cássia, e nos Bairros Domingos Caralai, Gonçalves Luiz Martins, COAB - loteamento social I, Vila Maria Franco, possui 50% de sua área com rede de drenagem pluvial. A segunda micro-bacia que compreende o bairro Jatobá, loteamento social II, vila Maria Joaquina, Vila Ingazeira, aguarda investimento da ordem de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), por meio de emenda parlamentar, para serem aplicados em rede de drenagem a partir de 2011. O sistema de drenagem do município consiste em galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores, esses dissipadores jogam a água no córrego Jatobá. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Nova Alvorada do Sul 45% da região central do núcleo urbano é atendida com drenagem pluvial. O sistema é composto por galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores, a água coletada é conduzida por canais ao longo da rodovia e depois levada por gravidade até o córrego Labanca. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Ribas do Rio Pardo a área urbana possui 60% de vias asfaltadas e com rede de drenagem pluvial. O sistema de drenagem consiste em galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão, dissipadores. A água coletada por tubulação do centro urbano é jogada nos córregos da Lagoa, córrego da Areia e córrego Botas por meio de dissipadores. Existe no orçamento municipal a previsão de investimento 500.000,00 (quinhentos mil reais), para macro-drenagem ao sul deste município, na rua senador Filinto Muller, no bairro vista alegre. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Rio Negro 50% da zona urbana é pavimentada e possui rede de drenagem de águas pluviais com galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão e dissipadores. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Em Sidrolândia a drenagem pluvial nas áreas pavimentadas é feita em sua maioria de forma superficial, com apenas alguns ruas com sistema subterrâneo composto por galerias, poços de visita e bocas de lobo. Nas ruas pavimentadas totaliza-se 12.135,43 m de rede implantada e 1.148,77 m projetada, conforme mapa em anexo (Anexo Drenagem Pluvial de Sidrolândia). Em municípios pequenos e com pouca pavimentação a infiltração da água das chuvas ocorre de forma espontânea e em maior volume, com pouco acúmulo nas vias pavimentadas. Em locais onde foram detectados problemas com enxurradas a administração local está prevendo a ampliação da drenagem para 2011, mas ainda não tem um valor estimado e nem projeto.

Em Terenos a drenagem existente compreende aproximadamente 70% da área central que corresponde a Vila Ferreira, parte do centro, vila Demétria, jardim Bodoquena I. O sistema é composto por galerias, poços de visita, bocas de lobo, bocas de dragão e dissipadores que conduzem à água em terreno natural para o córrego Dioguinho. Existe previsão investimento para 2011 por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para ampliação da rede de drenagem pluvial, construção da rodoviária, mercado produtor, praça municipal de eventos e reforma do trevo na entrada de Terenos. O município não possui mapeamento da rede de drenagem e nem estimativa da população atendida.

Nos municípios do polo, exceto Campo Grande, não há relatos de riscos por alagamentos visto que, existe uma parcela substancial de área permeável e que todas as obras de

pavimentação atualmente financiadas, são previamente acompanhadas por obras de drenagem, um pré-requisito dos financiamentos

3.6. TRANSPORTE URBANO

Em 1991, começou a operar em Campo Grande o Sistema Integrado de Transportes – SIT, que através de terminais de transbordo e integração permitem ao passageiro, pagando uma única passagem, utilizar mais de uma linha de ônibus. Atualmente o transporte coletivo é operado por cinco empresas particulares em regime de concessão, representadas pela Associação de Transporte Coletivo Urbano - ASSETUR, totalizando 166 linhas em 2009 transportando uma média de 270 mil passageiros/dia com cinco ônibus, dos quais 297 são adaptados com elevadores, o que representa 55% do total de ônibus adaptados para portadores de necessidades especiais.

Quadro 46 - Quantidade de linhas de ônibus existentes em Campo Grande – 2005-2009

Tipo	Quantidade de linhas				
	2005	2006	2007	2008	2009
Convencional - total	66	65	46	49	46
Integradas no Terminal Central	32	34	0	0	0
Não integradas	34	31	46	49	46
noturno	6	6	6	9	9
shopping	8	8	1	1	1
expresso	2	2	0	0	0
Alimentadora (azul)	65	70	74	74	78
Interbairro (verde)	4	5	6	6	6
Troncal (vermelha) – total	15	15	14	14	15
Terminal/centro/terminal	1	1	1	1	1
Bairro/centro/bairro	0	0	0	0	1
Expresso	3	2	3	4	4
Terminal/terminal	6	5	5	4	4
Shopping	5	5	5	5	5
Executivo (micro-ônibus)	10	10	10	10	10
Total	160	156	156	163	166

Fonte: AGETTRAN - 2010

A ASSETUR dispõe para os usuários suas linhas e, em contrapartida, a Prefeitura constrói os terminais de passageiros, instalando os pontos para que estas empresas operem adequadamente. A ASSETUR também possui atendimento *online* em que o cidadão poderá obter todas as informações sobre linhas, itinerários e horários dos ônibus e igualmente, nos terminais existem estas informações afixadas e disponíveis em seus postos de atendimentos. Portadores de deficiência e idosos possuem um cartão expedido pela associação que permite um atendimento preferencial a estas duas classes.

Nos últimos anos o transporte local teve um crescimento de qualidade muito significativo e em 2007 foi implantado alguns ajustes: extinção do terminal de transbordo centro e implantação da bilhetagem eletrônica, além da conclusão do sistema integrado, com isso 100% das linhas passaram a pertencer ao sistema integrado. No quadro abaixo encontra-se a evolução dos serviços de transporte urbano.

Quadro 47 - Transporte coletivo por ônibus em Campo Grande – 2005 a 2009

Médias de passageiros e Frota Total	2005	2006	2007	2008	2009
Frota total	505	497	532	535	541
Média de passageiros/dia transportados	197.822	194.578	198.775	229.510	225.203
Média de quilômetros rodados/dia	94.041	96.569	97.850	100.071	100.663
Média de passageiros/ônibus (Operacional)	454	433	427	482	471
Passageiros/km (bruto)	2,10	2,01	2,03	2,29	2,24

Fonte: AGETTRAN - 2010

Campo Grande é servido por uma frota de táxis que opera com 438 veículos, distribuídos em 71 pontos, devidamente controlada pela prefeitura municipal, sendo que o serviço é disciplinado pelo Decreto 3631/72. No quadro abaixo encontra-se a evolução dos serviços nos últimos 20 (vinte) anos:

Quadro 48 - Frota de táxis - Campo Grande – 1980-2009

Ano	Táxis
1980/1990	320
1991/1992	322
1993/1997	406
1998/2005	438
2005/2006	438
2006/2007	438
2007/2008	438
2008/2009	438

Fonte: PMCG - 2010

Na área urbana de Campo Grande opera uma frota de 447 moto-táxis, num total de 70 pontos, serviço regulamentado pela Lei n. 3.323, de 02/05/97, de 27/11/01. Segundo esta norma é autorizado o transporte de apenas um passageiro, realizado em veículo adequado e conduzido por condutor devidamente credenciado para esse fim. Os veículos somente são autorizados quando tiverem no máximo 5 anos de uso, após a vistoria e aprovação do órgão competente, comprovação de seguro de vida para motorista e o passageiro.

Em entrevista com gestores públicos nos municípios do polo foi detectado os seguintes meios de transporte disponíveis para a população local:

- Rochedo: existe apenas transporte escolar contando com 10 (dez) ônibus que buscam diariamente alunos da rede pública de ensino;
- Corguinho: possui transporte escolar 30 (trinta) veículos entre ônibus e Kombi que buscam diariamente alunos;
- Dois Irmãos do Buriti: possui transporte escolar com 32 (trinta e dois) veículos entre ônibus/vans e Kombi. Em 2010 foi adquiridos duas 3(três) kombi e 5 (cinco) ônibus;
- Jaraguari: existe apenas transporte escolar onde 15 (quinze) ônibus se locomovem diariamente trazendo e levando alunos. Não existe investimento previsto nesta área;

- Nova Alvorada do Sul: possui transporte escolar com frota de 30 (trinta) ônibus que buscam diariamente alunos. Não existe investimento área;
- Ribas do Rio Pardo: existe somente transporte escolar onde 53 (cinquenta e três) ônibus que se locomovem diariamente trazendo e levando alunos, onde 13 (treze) são veículos da prefeitura e 40 (quarenta) terceirizados;
- Rio Negro: possui transporte escolar com 30 (trinta) veículos entre ônibus/vans e Kombi que buscam diariamente alunos;
- Sidrolândia: existe serviço autônomo de Vans, mas a prefeitura não tem dados quantificados;
- Terenos: possui transporte escolar com 50 (cinquenta) ônibus que buscam diariamente alunos na zona rural e assentamentos.

Várias empresas atuam no transporte intermunicipal e nenhuma cidade do polo turístico em questão, carece deste transporte, inclusive os veículos autônomos (vans e micro ônibus) atualmente são regulamentados e possuem seus pontos fixos para o transbordo dos passageiros.

3.7. SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

Todos os municípios do Polo Campo Grande e Região possuem agências de correios e postos, agências/postos da rede bancária, assim como telefonia fixa e móvel e acessam os canais de televisão via torre, antenas parabólicas ou internet.

Cada município possui no mínimo, uma agência dos correios e agências comunitárias totalizando 186 (cento e oitenta e seis) postos de coleta. Tomando-se o número de agências de correios nos municípios do polo como indicador, verifica-se que entre 2004 e 2009 houve um aumento de 33% deste sistema de comunicação.

Quadro 49– Evolução das Agências de Correios, em unidades operacionais, por município do Polo Campo Grande e Região entre 2004 e 2009.

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	12	13	13	13	18	18
Corguinho	1	1	1	1	1	1
Dois Irmãos do Buriti	1	1	1	1	1	1
Jaraguari	1	1	1	1	1	1
Nova Alvorada do Sul	1	1	1	1	1	1
Ribas do Rio Pardo	1	1	1	1	1	1
Rio Negro	1	1	1	1	1	1
Rochedo	1	1	1	1	1	1
Sidrolândia	1	2	2	2	2	2
Terenos	1	1	1	1	1	1
Total (polo)	21	23	23	23	28	28

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

No polo, sobretudo na capital, assim como no restante do país, o sistema de telecomunicações evoluiu expressivamente com as mudanças de tecnologia setorial, com várias modernizações das redes e dos serviços, que permitiram a universalização de serviços, tendo em vista a elevada demanda reprimida no país. A universalização do acesso a estes serviços e principalmente às novas tecnologias, ainda é limitado pelos preços, segundo análise da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

No polo, o sistema de telefonia fixa possui atuando uma operadora concessionária, BrasilTelecom, e uma empresa espelho, GVT. Sendo abaixo apresentados os terminais instalados e de serviços por município integrante do polo, onde se verifica que 95% dos terminais instalados e 96% dos terminais de serviços encontravam-se em Campo Grande.

Quadro 50 – Sistema de telefonia por município do Polo Campo Grande e Região em 2008.

Localidade	Terminais Instalados	Terminais de Serviços
Campo Grande	219.803	173.463
Corguinho	494	398
Dois Irmãos do Buriti	724	499
Jaraguari	295	165
Nova Alvorada do Sul	1.442	1.101
Ribas do Rio Pardo	2.361	1.541
Rio Negro	719	438
Rochedo	571	240
Sidrolândia	3.774	2.588
Terenos	1.522	912
Total (polo)	231.705	181.345

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Decorrentes das ações de incentivo para o acesso universal aos serviços de telecomunicações, verifica-se um avanço no sistema de telefonia móvel do polo, assim como do restante do país. O Estado do Mato Grosso do Sul ocupa o terceiro lugar no *ranking* de teledensidade da Anatel, registrando 105,75 celulares por 100 habitantes até dezembro de 2009, ou seja, em média mais de um celular por habitante. Acima do Mato Grosso do Sul somente o Distrito Federal e São Paulo.

Salienta-se que o município de Campo Grande e por consequência o polo turístico em questão é um dos principais responsáveis por esta elevada teledensidade. No polo atuam as principais operadoras de telefonia móvel brasileiras: Vivo, Tim GSM, Oi Celular e Claro.

Em entrevistas realizadas com gestores públicos locais foram identificados os seguintes meios de comunicações disponíveis nos municípios do polo:

- Rochedo: Televisão, radio local, site da prefeitura, internet, jornal semanal e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Corguinho: Televisão, radio local, site da prefeitura, internet, Jornal Impacto; e acesso a revistas de circulação estadual e nacional
- Dois Irmãos do Buriti: Televisão, site da prefeitura, internet e Jornal informativo on-line e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Jaraguari: Televisão 100% captado por antenas parabólicas acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Nova Alvorada do Sul: Televisão, radio local, site da prefeitura, internet, Jornal local e de Rio Brilhante acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Ribas do Rio Pardo: Televisão, site da Prefeitura, internet, jornal local e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;
- Rio Negro: Televisão, FM Rio Negro, site da prefeitura, internet e acesso a revistas de circulação estadual e nacional;

- Sidrolândia: Existem no município duas antenas (uma do SBT e outra da TV Morena/Globo), mas o mais usado é TV por antena parabólica, site da prefeitura, internet e acesso a revistas de circulação estadual e nacional.

- Terenos: Televisão, rádio local, site da prefeitura, internet e acesso a jornais e revistas de circulação estadual e nacional.

Todos os municípios possuem serviços bancários, por meio de agências ou postos de atendimento, segundo informações disponíveis da Federação Brasileira de Bancos - Febraban e SEMAC/MS, conforme informações consolidadas a seguir:

Quadro 51 - Rede Bancário do polo

LOCALIDADE	AGÊNCIAS BANCÁRIAS	ANO/2009
Campo Grande	Agências Bancárias - Total	89
Campo Grande	Agências Bancárias - Outras Agências	62
Campo Grande	Agências Bancárias - Caixa Econômica Federal	9
Campo Grande	Agências Bancárias - Banco do Brasil	18
Corguinho*	Postos de Atendimento – Outras Agências	02
Dois Irmãos do Buriti	Agências Bancárias - Banco do Brasil	1
Jaraguari*	Posto de Atendimento Bancário Eletrônico – Outras Agências	01
Ribas do Rio Pardo	Agências Bancárias - Total	02
Ribas do Rio Pardo	Agências Bancárias - Outras Agências	1
Ribas do Rio Pardo	Agências Bancárias - Banco do Brasil	1
Rio Negro	Agências Bancárias - Total	01
Rio Negro	Agências Bancárias - Banco do Brasil	1
Rochedo*	Agências Bancárias - Total	03
Rochedo	Agências Bancárias - Outras Agências	2
Rochedo	Posto de Atendimento – Caixa Econômica Federal	1
Sidrolândia	Agências Bancárias - Total	03
Sidrolândia	Agências Bancárias - Outras Agências	2
Sidrolândia	Agências Bancárias - Banco do Brasil	1
Terenos	Agências Bancárias - Total	02
Terenos	Agências Bancárias - Outras Agências	1
Terenos	Agências Bancárias - Banco do Brasil	1

Fonte: SEMAC/2009 e FEBRABAN/2010 *

3.8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O sistema de energia elétrica que atende o Polo Campo Grande e Região está incorporado ao "Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste" do País, o que representa em elevado grau de confiabilidade.

A empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no polo é a ENERSUL, atendendo 98% das residências na área urbana. Nos últimos anos, o Projeto Luz para Todos do Governo Federal proporcionou a expansão da energia elétrica para grande parte da área rural.

De acordo com a Enersul, a interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorre esporadicamente, com baixa frequência, sendo em grande parte causada pela força dos ventos, que derrubaram muitos galhos de árvores sobre os fios da rede elétrica. Da mesma maneira, estes galhos quando se encostam aos fios de alta tensão podem provocar desestabilização e oscilação na rede de fornecimento.

A seguir são apresentados os indicadores de consumo em MWH e consumidores de energia do polo em 2009, onde se verifica que Campo Grande responde pela grande maioria do consumo: 86% do total, 93% do residencial e iluminação pública, 95% do consumo de comércio e serviços entre outros.

Quadro 52 – Sistema de energia elétrica por município do Polo Campo Grande e Região em 2009.

Descrição	Campo Grande	Corguinho	Dois I. Buriti	Jaraguari	Nova A. do Sul	Ribas do R. Pardo	Rio Negro	Rochedo	Terenos	Total
Consumo Total (MWH)	1.232.766	5.324	5.652	7.810	34.575	25.433	5.560	88.532	23.124	1.428.776
Consumo Residencial (MWH)	452.228	1.641	2.272	1.018	5.967	7.050	2.060	12.542	3.858	488.636
Consumo Industrial (MWH)	107.953	25	28	244	18.336	4.573	49	16.523	6.996	154.727
Consumo Comercial (MWH)	359.521	1.049	704	948	3.715	3.239	607	6.769	1.616	378.168
Consumo Rural (MWH)	16.936	1.818	1.360	3.948	4.618	8.292	1.536	15.960	8.336	62.804
Consumo Poder Público (MWH)	85.175	308	604	1.113	957	857	504	1.831	866	92.215
Consumo Iluminação Pública (MWH)	73.658	366	504	417	738	849	335	1.914	775	79.556
Consumo Serviço Público (MWH)	37.482	116	176	100	227	561	463	1.627	668	41.420

Descrição	Campo Grande	Corguinho	Dois I. Buriti	Jaraguari	Nova A. do Sul	Ribas do R. Pardo	Rio Negro	Rochedo	Terenos	Total
Consumo Próprio (MWH)	4.577	1	4	22	17	12	6	66	9	4.714
Consumo Industrial Livre (MWH)	45.506	-	-	-	-	-	-	31.300	-	76.806
Consumo Comercial Livre (MWH)	5.272	-	-	-	-	-	-	-	-	5.272
Consumo Serviço Público Livre (MWH)	44.458	-	-	-	-	-	-	-	-	44.458
Consumidor Total	277.558	2.043	2.177	2.313	5.257	6.767	2.116	12.783	5.410	316.424
Consumidor Residencial	247.661	1.294	1.787	803	3.671	4.582	1.457	8.476	2.812	272.543
Consumidor Industrial	1.738	8	11	6	46	40	16	86	30	1.981
Consumidor Comercial	23.834	110	115	91	371	442	107	786	207	26.063

Descrição	Campo Grande	Corguinho	Dois I. Buriti	Jaraguari	Nova A. do Sul	Ribas do R. Pardo	Rio Negro	Rochedo	Terenos	Total
Consumidor Rural	2.207	581	191	1.363	1.091	1.611	476	3.272	2.283	13.075
Consumidor Poder Público	1.490	40	55	40	61	74	46	133	57	1.996
Consumidor Iluminação Pública	396	1	11	1	11	9	7	14	12	462
Consumidor Serviço Público	203	8	5	6	4	6	5	11	7	255
Consumidor Próprio	23	1	2	3	2	3	2	4	2	42
Consumidor Industrial Livre	2	-	-	-	-	-	-	1	-	3
Consumidor Comercial Livre	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Consumidor Serviço Público Livre	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Tomando-se o consumidor total nos municípios do polo como indicador, verifica-se que entre 2004 e 2009 houve um aumento de 23% de consumidores no polo, destacando-se o crescimento em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, 53% e 51% respectivamente. (quadro abaixo)

Quadro 53 – Evolução do Sistema de Energia elétrica, em unidades consumidoras, por município do Polo Campo Grande e Região entre 2004 e 2009.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Campo Grande	229.039	233.703	245.975	251.250	260.973	277.558
Corguinho	1.597	1.684	1.764	1.834	1.933	2.043
Dois Irmãos do Buriti	1.873	1.960	1.931	1.971	2.071	2.177
Jaraguari	1.780	2.078	2.072	2.053	2.193	2.313
Nova Alvorada do Sul	3.489	3.695	4.024	4.258	4.658	5.257
Ribas do Rio Pardo	4.843	5.175	5.539	5.905	6.277	6.767
Rio Negro	1.893	1.910	1.969	1.997	2.062	2.116
Rochedo	1.563	1.704	1.758	1.697	1.823	1.943
Sidrolândia	8.369	9.347	9.973	10.539	11.057	12.783
Terenos	3.899	4.152	4.375	4.560	4.935	5.410
Total polo	258.345	265.408	279.380	286.064	297.982	318.367

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Segundo informações da Diretoria Operacional da ENERSUL os municípios do polo são 100% atendidos com rede de energia elétrica nas áreas urbanas onde existem edificações e a empresa possui capacidade logística e operacional para o atendimento do crescimento vegetativo da população. Ainda segundo informações da mesma diretoria não existe previsão de investimento para os próximos 2 (dois) anos nos municípios do polo e a previsão orçamentária anual da empresa é de 31,9 milhões.

3.9. SERVIÇOS DE SAÚDE

Campo Grande, Sidrolândia e Ribas do Rio Pardo são os municípios com maior número de postos de saúde com atendimento pelo Sistema Único de Saúde – SUS do polo. Destaca-se que Campo Grande, por ser a capital do Estado e pela localização geográfica do mesmo, atende em seu serviço de saúde, a população do município, seu entorno, interior do Estado e também, estrangeiros: paraguaios e bolivianos.

Este deslocamento de pacientes para a capital do Estado dá-se pela sua maior capacidade de atendimento e internação em hospitais ou clínicas com variadas especialidades médicas, além da baixa disponibilidade de leitos nos demais municípios, fazendo com que as prefeituras disponibilizem unidades de atendimento móveis para remanejar pacientes para Campo Grande.

A seguir são apresentados os índices básicos do Sistema de Saúde do polo em 2009, onde verifica-se que o polo concentra 88% dos hospitais especializados, 70% das policlínicas, 49% dos leitos não SUS entre outros. O quadro 55 apresenta o detalhamento das especialidades médicas existentes no polo.

Quadro 54 - Sistema de saúde por município do Polo Campo Grande e Região em 2009.

Descrição	Campo Grande	Corguinho	Dois I. do Buriti	Jaraguari	Nova A. do Sul	Ribas do R. Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Total polo	MS
Posto de Saúde	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	4	68
Leitos Existentes	2.675	6	9	-	10	16	26	8	44	-	2794	6433
Policlínica	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	46
Leitos - SUS	1.579	6	9	-	10	16	7	8	32	-	1667	4146
Unidade de Vigilância Sanitária	9	1	-	-	1	1	-	1	1	1	15	64
Leitos - Não SUS	1.096	-	-	-	-	-	19	-	12	-	1127	2287
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	98	-	1	-	2	2	1	-	2	-	106	229
Pronto Socorro Geral /Especializado	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8
Consultório Isolado	589	-	2	-	-	7	1	1	11	-	611	1344
Clínica Especializada/Ambulatório de Especialidade	140	-	-	-	-	1	-	-	4	-	145	269
Hospital Geral	14	-	-	-	1	1	1	-	1	-	18	110
Hospital Especializado/Isolado	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	16
Centro de Saúde/Unidade Básica	55	1	3	2	4	5	5	1	11	-	87	453

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Quadro 55 - Número de estabelecimentos do polo por especialidade médica cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde em setembro de 2010

DESCRIÇÃO	CAMPO GRANDE	CORG UINHO	DOIS IRMÃOS DO BURITI	JARA GUAR I	NOVA ALVORADA DO SUL	RIBAS DO RIO PARDO	RIO NEGR O	ROC HED O	SIDRO LANDI A	TER ENO S
ESTRATEGIA DE SAUDE FAMILIA	28	2	2	10	4	4	2	1	12	4
ESTRATEGIA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE	26	0	0	0	0	0	0	0	2	0
REGULAÇÃO MEDICA DE URGENCIAS CENTRAL SAMU 192	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1
REGULAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIÇOS DE SAUDE	3	0	1	1	0	1	1	0	2	1
SERVIÇOS DE ASSISTENCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM NEUROCIRURGIA	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇO DE ATENÇÃO A SAUDE AUDITIVA	19	0	0	0	0	1	0	0	4	1
SERVIÇO DE ATENÇÃO A SAUDE DO TRABALHO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇO DE ATENÇÃO A SAUDE REPRODUTIVA	3	0	2	0	1	0	0	0	1	0
SERVIÇO DE ATENÇÃO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	59	2	4	1	1	0	0	0	4	5
SERVIÇO DE ATENÇÃO AO PRENATAL PARTO E NASCIMENTO	62	3	2	2	4	5	2	0	13	5
SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR	15	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SERVIÇO DE ATENÇÃO EM SAUDE BUCAL	23	0	0	0	0	0	1	0	6	2
SERVIÇO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	22	0	0	0	1	1	1	0	5	1
SERVIÇO DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇO DE CIRURGIA REPARADORA	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0
SERVIÇO DE CONTROLE DE TABAGISMO	43	3	1	1	1	1	1	1	1	1
SERVIÇO DE DIAGNOSTICO POR ANATOMIA PATOLOGIA E/OU CITOPATO	22	0	0	0	1	1	0	0	1	0
SERVIÇO DE DIAGNOSTICO POR	110	0	1	0	1	2	0	0	5	1

DESCRIÇÃO	CAMPO GRANDE	CORG UINHO	DOIS IRMÃOS DO BURITI	JARA GUAR I	NOVA ALVORADA DO SUL	RIBAS DO RIO PARDO	RIO NEGR O	ROC HED O	SIDRO LANDI A	TER ENO S
SERVIÇO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA (NASF)	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1
HOSPITAL DIA	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSPLANTE	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CIRURGIA VASCULAR	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MEDICINA NUCLEAR	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATENÇÃO A SAUDE DA POPULAÇÃO INDIGENA	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
SERVIÇO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0
SERVIÇO DE ATENÇÃO A SAUDE DAS PESSOAS OSTOMIZADAS	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇO DE LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0
ATENÇÃO A SAUDE NO SISTEMA PENITENCIARIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	917	15	19	9	22	23	15	6	84	38

FONTE: CNES/DATASUS.

A Organização Mundial de Saúde - OMS não recomenda ou estabelece taxas ideais de número de leitos por habitante e tampouco, estes índices são suficientes para avaliação de um sistema de saúde.

Porém, no caso do polo em questão, sobretudo do município de Campo Grande, tem-se buscado ampliar o número de leitos disponíveis, especialmente em Unidades de Terapia Intensiva – UTIs visto que, é notória sua superlotação. Igualmente, há a iniciativa pública de construir um hospital de trauma para melhor atender a demanda por este serviço.

Além da ampliação dos leitos de UTIs da Santa Casa e da construção do Hospital de traumas na capital, o Governo do Estado está buscando descentralizar de Campo Grande os atendimentos do Estado, construindo hospitais em outros polos como Fátima do Sul, Coxim, e Chapadão do Sul.

Apesar de concentrar grande parte do sistema de saúde do Estado, principalmente o referente às especialidades médicas, este serviço prestado no Polo Campo Grande e Região precisa ser ampliado e a um ritmo superior ao crescimento de sua demanda, visto sua operação acima da capacidade observada principalmente nas unidades de pronto-atendimento públicos e particulares.

Ratificando esta análise, têm-se os resultados do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional de Campo Grande que aponta que o município, como destino turístico, tem este serviço como um fator negativo para seu posicionamento junto ao mercado. Este resultado foi obtido através de uma análise que considerou a existência de postos de emergência, seus horários de funcionamento, os profissionais da saúde presentes, os tipos de serviços prestados, a distância da área de circulação dos turistas para o local de atendimento médico e a capacidade de remoção. (BRASIL, 2009b)

3.10. SEGURANÇA

O Polo Campo Grande e Região possui o maior aparato policial do Estado e concentra a administração e o comando geral da Segurança Pública Estadual, além das bases do exército e aeronáutica por ser um Estado com estratégicas fronteiras internacionais (Paraguai e Bolívia) e por sediar o Comando Militar do Centro-Oeste.

No polo, a segurança é realizada pelo 1º Batalhão da Polícia Militar, Guardas Municipais e eventualmente pelo 9º Batalhão do Comando Militar do Oeste, ou seja, envolvendo todas as esferas governamentais. O espaço aéreo fica ao comando da Base Aérea de Campo Grande. Existe ainda, a Polícia Militar Ambiental e o Corpo de Bombeiros sediados no polo.

A polícia militar no polo, localiza seu Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Companhia Independente de Polícia Militar de Trânsito, Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais, 14º Batalhão da Polícia Militar Rodoviária com sede em Campo Grande e uma base em Sidrolândia e a 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental.

A polícia civil possui na capital oito delegacias de polícia, sete unidades de perícia e no restante do polo as unidades circunscricionadas de Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, além das dezesseis delegacias especializadas localizadas em Campo Grande, incluindo a Delegacia Especializada de Repreensão a Crimes Ambientais e Proteção ao Turista. – DECAT.

Centralizar este amplo aparato é um fator positivo ao município, e por seguinte ao polo, no processo de escolha do turista, pois a imagem da cidade associada à sensação de segurança é fortalecida, podendo aumentar o número de visitantes. (BRASIL, 2009b)

Apesar de amplo, o aparato policial demanda acréscimos, pois o efetivo atual é o mesmo de 30 anos atrás, visto que a efetivação de novos policiais é suficiente somente para repor os que se aposentaram ou foram exonerados. Por exemplo, na polícia civil saem em média 100 polícias por ano e Estado anunciou que pretende formar 110 polícias (entre investigadores e escrivães) conforme informação do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Mato Grosso do Sul – SINPOL/MS.

Quanto a segurança do polo o quadro a seguir mostra uma síntese da estrutura existente:

Quadro 56 – Número de delegacias e corpo de bombeiros ou de salvamento existentes no Polo Campo Grande e Região em 2008

Município	Delegacia da Política Civil	Delegacia de atendimento ao turista		Corpo de bombeiros ou de salvamento	
		Sim	Não	Sim	Não
Campo Grande	24	x		x	
Corguinho	1		x		x
Dois Irmãos do Buriti	1		x		x
Jaraguari	1		x		x
Nova Alvorada do Sul	1		x		x
Ribas do Rio Pardo	1		x		x
Rio Negro	1		x		x
Rochedo	1		x		x
Sidrolândia	1		x		x
Terenos	1		x		x

Fonte: FUNDTUR/MS – 2008 (MATO GROSSO DO SUL, 2010a)

No que diz respeito a criminalidade, no polo, esta é elevada em números absolutos quando comparado ao restante do Estado, isto se deve à capital, Campo Grande, apresentar as maiores incidências de crimes, consequência de seu número maior de habitantes.

O fato de o Estado configurar-se como um corredor de armas e drogas, devido a extensão de sua fronteira (cerca de 600Km) contribui com a criminalidade. Segundo estimativas da polícia federal, através do Mato Grosso do Sul ingressam em média 60% das armas e drogas, que entram no país, segundo informações do SINPOL/MS.

A mesma fonte de informação indica que, sob a percepção da polícia, há aproximadamente dois anos atrás, se passou a identificar o aumento de crimes relacionados ao consumo de drogas, como roubos, furtos e latrocínios geralmente, praticados para sustentar o vício, em especial, por cidadãos com menor poder aquisitivo.

No que tange ao turismo, notou-se o aumento de crimes relacionados ao tráfico de drogas em regiões turísticas do Estado, o que inclui a capital, Campo Grande. Sem embargo, o mesmo ocorrer nos demais municípios do polo, porém em proporções menores, conforme indica o SINPOL/MS.

Apesar das informações supracitadas, cabe destacar que em 2009, em pesquisa divulgada Ministério da Justiça, que anuncia o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, o município Campo Grande foi considerado a sétima capital do país mais segura para os jovens, dentre as 27 capitais existentes, ratificando o caráter interiorano do município, apesar de ser uma capital de Estado.

Salienta-se que este menor índice de criminalidade de Campo Grande, perante outras capitais, deve-se em parte à geografia do município, por não possuir morros, favelas ou outras áreas propícias a problemas de ocupação, diretamente associados à maior criminalidade.

O SINPOL/MS ratifica este diferencial do município, complementando que as áreas com alta incidência de criminalidade são as periferias, localizadas em pontos afastados do centro da cidade, nas saídas do município. Dentre estas áreas, destacam-se o Jardim Anache, o Bairro Nova Lima, a região dos Moreninhas, sobretudo o Moreninhas III, e toda a região Los Angeles, principalmente no Don Antônio próximo ao lixão.

As periferias também são apontadas como zonas de risco nos demais municípios integrantes do polo turístico, apesar da incidência de crimes ser bem inferior. Em contrapartida, o efetivo e a infraestrutura, disponíveis nestes municípios, igualmente, são menores. Nestes municípios, é comum o policial ter um acúmulo de funções, pelo baixo número de policiais por plantão, atendendo aos presos, à população, respondendo pelo policiamento nas ruas e realizando trabalhos administrativos, ao mesmo tempo.

Abaixo seguem indicadores de criminalidade do polo, onde se verifica que em média 85% dos crimes praticados no polo ocorrem em Campo Grande e que o polo responde por aproximadamente 34% de todos os crimes registrados no Estado do Mato Grosso do Sul.

Igualmente, salienta-se que os crimes contra o patrimônio são praticados em maior número.

Quadro 57 - Indicadores de criminalidade do Polo Campo Grande e Região em 2006.

Descrição	Campo Grande	Corg.	Dois I do Buriti	Jarag.	Nova A. do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Roch.	Sidrol.	Teren.	Total polo	MS
Crimes Contra o Patrimônio	16.326	18	64	40	95	193	40	49	461	132	17.418	37.482
Crimes com Morte	254	1	2	8	11	10	4	4	14	5	313	1.056
Crimes Contra a Liberdade Sexual	228	1	7	3	4	7	1	4	13	10	278	839
Crimes - Legislação Especial	1.079	9	6	23	31	50	12	11	56	17	1.294	4.196
Crimes Contra Pessoa sem Morte	6.873	29	79	25	71	247	55	81	289	154	7.903	25.421

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Detalhando os indicadores apresentados no quadro anterior tem-se, no polo como um todo, o furto como principal crime registrado, sobretudo se somado os furtos em residências, veículos e outros furtos. (Figura a seguir) Este tipo de crime, assim como roubos, é preocupante ao turista visto que os mesmos geralmente carregam consigo objetos de valores e montantes de dinheiros superiores aos demais habitantes do local.

É visível o aumento de crimes contra o patrimônio em destinos turísticos onde há claramente sazonalidade de fluxo de turista ou picos de alta temporada como em praias ou cidades cujas festas com grande aglomeração de público, como o carnaval, são tradicionais. O Polo Campo Grande e Região, porém, tem um fluxo relativamente constante de turistas ao longo do ano o que neste caso é uma vantagem do polo visto seu segmento turístico consolidado.

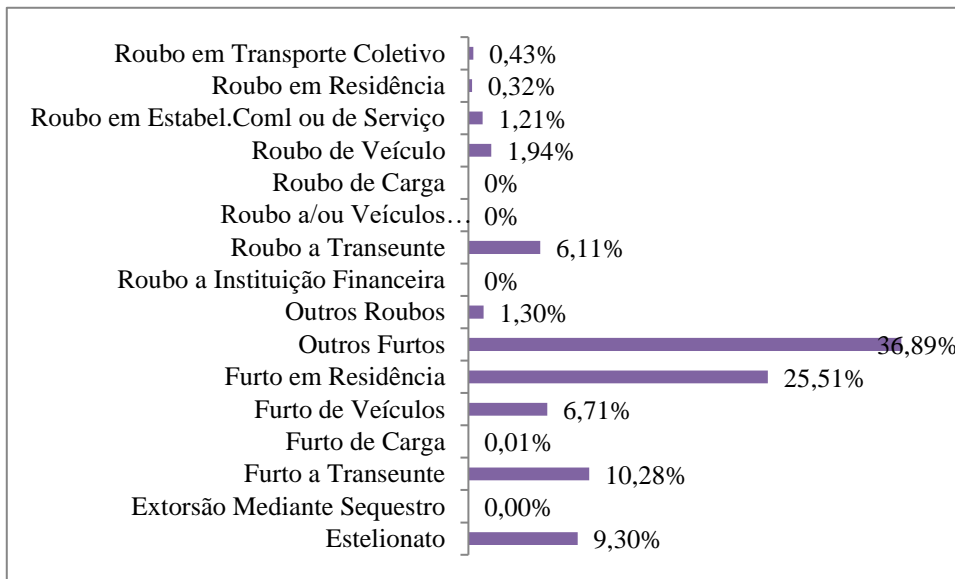


Figura 58 – Detalhamento dos crimes contra o patrimônio no Polo Campo Grande e Região em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Dos crimes contra pessoas com morte, tem-se o homicídio doloso, ou seja, aquele com intenção, como o principal no polo, seguido pelo homicídio culposo de trânsito conforme abaixo ilustrado.

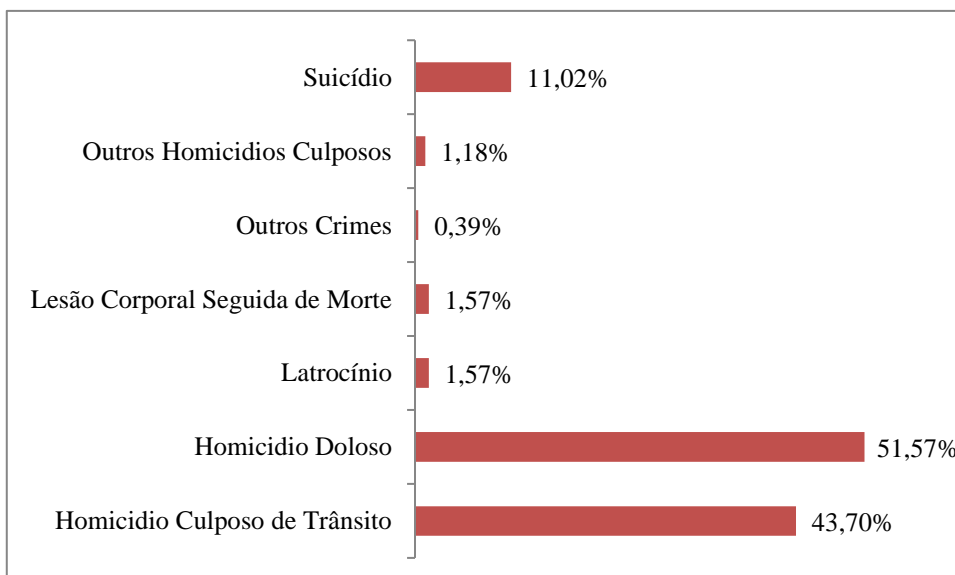


Figura 59 – Detalhamento dos crimes contra pessoas com mortes, no Polo Campo Grande e Região em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Dentre os crimes contra a liberdade sexual, o atentado violento ao pudor responde por 52%, seguido pelo estupro.

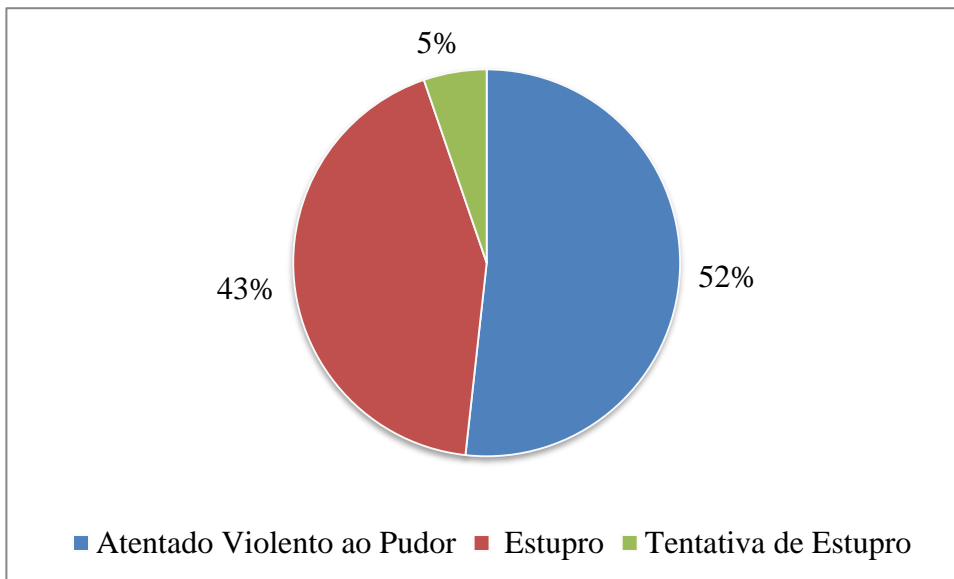


Figura 60 – Detalhamento dos crimes contra a liberdade sexual no Polo Campo Grande e Região em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Os crimes relacionados aos entorpecentes, especialmente se somados os valores referentes ao tráfico, porte e ao uso são maioria dos crimes com legislação especial. Um fator que potencializa este tipo de crime no polo, assim como em todo o Estado do Mato Grosso do Sul são suas fronteiras internacionais coincidindo com rotas de tráfico de drogas, assim como contrabando. (Figura abaixo)

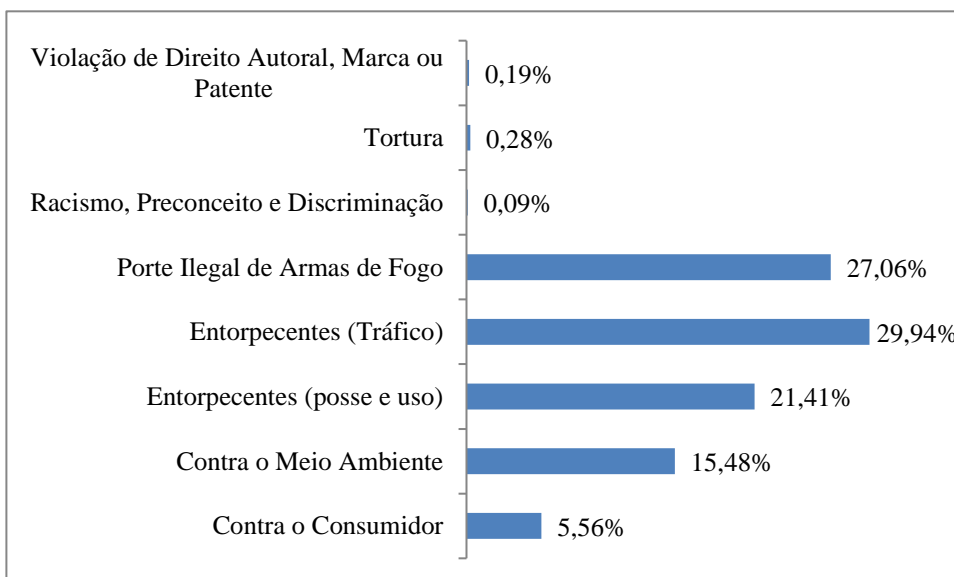


Figura 61 – Detalhamento dos crimes com legislação especial no Polo Campo Grande e Região em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Por fim, os crimes contra pessoas sem morte são em grande parte ameaças, seguidas por lesões corporais.

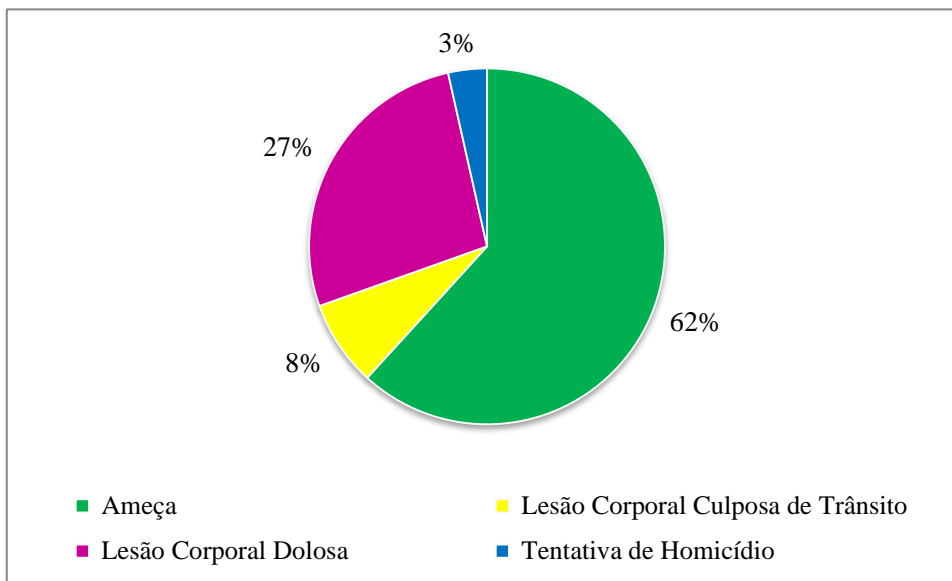


Figura 62 – Detalhamento dos crimes contra pessoas sem mortes no Polo Campo Grande e Região em 2006.

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

Não há série histórica de indicadores de criminalidade no polo em estudo, disponíveis para sua análise da evolução, mas há afirmações de um possível aumento da criminalidade na região atribuindo a mesma à construção do presídio federal de segurança máxima em Campo Grande, pois com a detenção de criminosos de alta periculosidade, como líderes do tráfico no local, alguns membros das facções criminosas tendem a acompanhá-los para a cidade, comprometendo a segurança da população local.

Visando a redução da criminalidade em largo prazo foi implantada a Polícia Comunitária com ação proativa e não somente reativa, realizando: reuniões com a comunidade local, com conselhos comunitários de segurança da região, reuniões com diretores de escolas estaduais e municipais, reuniões com padres e diversas autoridades.

Esta ação é pioneira e atualmente limitada à Região do Moreninhas, porém após dois anos de atuação os resultados são positivos: nas escolas públicas, nas quais a direção escolar identificaram alunos com perfis que tendem a praticar infrações ou já as praticam, após a atuação constante da Polícia Comunitária através de palestras que orientam os educadores e pais, observaram-se: a redução da evasão escolar, diminuição de pedidos de atendimentos às escolas e a recuperação de alunos antes ligados à criminalidade. Segundo o SINPOL, no início eram 500 pedidos de atendimento a alunos fora da sala de aula, hoje, são aproximadamente 50.

CONCLUSÃO

Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul, localiza-se de maneira equidistante de seus extremos norte, sul, leste e oeste. Por ser a capital estadual e por concentrar um grande desenvolvimento econômico, a cidade apresenta ampla infraestrutura e serviços públicos fazendo com que o polo no Estado seja uma região de fácil acesso e tenha sistemas públicos sanitários, de transporte, de saúde, de segurança e de comunicação compatíveis com grandes centros urbanos. A Região também é um grande

portal de acesso para todos os destinos de Mato Grosso do Sul e, também, apresenta forte interligação rodoviária entre os municípios que o compõe.

Quanto ao acesso e distribuição de fluxos turísticos no polo, o aeroporto Internacional de Campo Grande enfrenta uma crise que atinge estruturas aeroportuárias de todo o país, portanto a resolução da problemática é de ordem nacional e envolve uma política de enfrentamento em várias instâncias de governo. Além da crise nacional, em Campo Grande o congestionamento no embarque e desembarque, filas para reaver bagagens, disputa por táxi e falta de estacionamento para veículos são alguns dos problemas que corroboram com o apagão aéreo nacional. O aeroporto de Internacional de Campo Grande é o único das capitais brasileiras que não dispõe de alternativas de transportes, além do caro serviço de táxi, sendo que o ônibus executivo seria uma alternativa para o problema, porém, efetivamente, não há iniciativas neste sentido.

Outro modal de transporte que efetivamente pode colaborar com o ingresso e distribuição de turistas no Polo Campo Grande e Região é o ferroviário, porém o mesmo necessita de recuperação e ativação da rede malha e estações existentes.

As estradas vicinais de acesso aos produtos/atrativos, em que pese que a maioria sofra manutenção periódica das municipalidades, necessitam de projetos de engenharia que melhorem seus traçados, drenagem e correção do greide, uma vez que boa parte destes serviços é elaborada sem a técnica adequada. Também são necessárias a ampliação e a manutenção periódica da sinalização turística dos acessos aos produtos/atrativos.

Não existe coleta periódica e/ou sistematização de dados que permitam a formulação de indicadores de tráfego nas principais rodovias do Estado. As informações além de escassas atendem pontualmente a justificativa da pavimentação ou recuperação de trechos de rodovias e que em muitos casos ficam somente em relatórios/projetos não publicados. A obtenção de dados estatísticos nesta área é de fundamental importância para o planejamento e desenvolvimento do polo em questão.

Os trechos de rodovias que cortam ou margeiam regiões habitadas também necessitam de melhorias na sinalização, lombadas, entre outras para garantir a segurança da população residente, bem como do tráfego local.

Por fim, quanto à avaliação das condições de acesso ao polo, embora se tenha avançado muito na pavimentação, recuperação e sinalização das principais rodovias, ainda pode-se recomendar a melhora na sinalização indicativa de fauna silvestre, devido às características de nosso Estado, com uma rica biodiversidade e, também um programa de educação para a segurança no trânsito.

O sistema de abastecimento de água em Campo Grande atende adequadamente a população local e ao atual fluxo de turistas. O Estado devido à existência de vários aquíferos e em especial o Aquífero Guarani, dispõe de quantidade e qualidade de água, assim como um custo mais reduzido para a disponibilização deste recurso às municipalidades. No entanto, para o crescimento do setor de turismo no polo e especial na Capital, a rede hoteleira e outras estruturas como bares, restaurantes e centros de convenções, a disponibilidade quantitativa e qualitativa de água deverá ter um crescimento compatível, visto que um turista consome água em quantidade maior que um munícipe, até mais que o dobro de um residente local. Segundo informações da concessionária do serviço público de água, Campo Grande tem previsto até 2038 o incremento na demanda por água e rede de distribuição para atender a população residente.

As informações fornecidas pelas empresas detentoras das concessões nos demais municípios do polo, inclusive dos serviços autônomos de saneamento, indicam que existe disponibilidade de água e capacidade logística e operacional das empresas para atender um crescimento de demanda.

Considera-se ainda necessário que não somente o serviço de público de abastecimento de água ocorra a contento, mas também o desenvolvimento de mecanismos de sensibilização do empresário, conscientização do turista e de incentivos para que programas sustentáveis de redução do consumo de água sejam valorizados e adotados em maior escala. (RAINFOREST ALLIANCE, 2008.)

Nos municípios do polo o sistema público de abastecimento capta água subterrânea, exceto Campo Grande com apenas 33% desta forma de captação, além de muitos empreendimentos privados também optar por esta forma de obtenção de água, o que implica em uma demanda que deve ser devidamente mapeada e monitorada, por meio de um estudo hidrogeológico da região, para que haja uma exploração sustentável dos aquíferos em questão.

Mesmo com a ampliação expressiva do sistema de esgotamento sanitário ocorrido em Campo Grande nos últimos cinco anos e com as projeções de ampliação da rede de Ribas do Rio Pardo e as previsões de implantações em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, ainda é necessário aumentar a abrangência deste serviço no polo, sobretudo para os outros municípios, Jaraguari, Rochedo, Rio Negro, Corguinho, Dois irmãos do Buriti, bem como regularizar o licenciamento ambiental para a operação do sistema implantado de Terenos.

O investimento em esgotamento sanitário reduz significativamente os problemas e os gastos como saúde pública, visto que a falta de saneamento gera por consequência, gastroenterites, verminoses, hepatite e outras enfermidades gastrointestinais, sendo diretamente associada à mortalidade infantil também. Tanto a população residente quanto a flutuante obtém benefícios com a disponibilização destes serviços.

Ao turismo, sobretudo ao de negócios e eventos, que geram em curto tempo uma grande quantidade de resíduos dentre eles esgoto, é necessário que este serviço seja capaz de coletar, tratar e destinar adequadamente todo o resíduo gerado, a fim de minimizar o impacto negativo sobre o meio ambiente, em especial, sobre os recursos hídricos da região.

Neste contexto, é necessário desenvolver mecanismos de incentivos aos empreendimentos da cadeia turística para a adoção de sistemas ecoeficientes como, por exemplo, o reuso de águas residuais e o reaproveitamento água da chuva em usos menos restritivos, reduzindo a emissão de efluentes e diminuindo a demanda deste serviço. Atualmente, estes mecanismos começam a ser adotados em algumas unidades de redes hoteleiras junto a outras práticas sustentáveis.

No polo os resíduos sólidos são um dos serviços básicos mais carentes de soluções, mesmo na Capital não existe uma gestão eficiente, principalmente quanto à destinação final dos resíduos. Apesar da cobertura de 100% das áreas urbanas dos dez municípios do polo com coleta de lixo, tem-se um passivo ambiental muito grande quando se trata da destinação final dos resíduos coletados. Outro aspecto alarmante é a forma inadequada de coleta e destinação dos resíduos provenientes do sistema de saúde (postos, hospitais, etc.), pneumáticos, pilhas e baterias na maioria dos municípios.

É importante salientar que é de suma importância implantar uma gestão integrada de resíduos sólidos que contemple a redução, separação, reaproveitamento, reciclagem e destinação adequada com a construção de aterros sanitários, respeitando a legislação ambiental vigente e a Lei n. 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disto, promover a recuperação das áreas onde hoje se localizam os lixões e estabelecer programas permanentes de Educação Ambiental.

Em Campo Grande está sendo elaborado um novo Plano Diretor de Drenagem Urbana-PDDrU que busca orientar profissionais no planejamento, manutenção e implantação das micro e macro drenagens. Este novo plano deve promover uma melhora significativa no sistema, atenuando os problemas ocorridos neste ano na capital, bem como prevenindo futuros transtornos.

Nos demais municípios do polo, não há relatos de riscos por alagamentos visto que, existe uma parcela substancial de área permeável e que todas as obras de pavimentação atualmente financiadas são previamente acompanhadas por obras de drenagem, um pré-requisito dos financiamentos.

Os problemas de drenagem devem ser solucionados com ações estruturais como a implantação e redimensionamento de rede de drenagem, mas também com programas de educação ambiental, visto que, muito dos problemas das enchentes ocorridas nas cidades do país e Estado nos últimos anos tem uma grande parcela de contribuição da falta de educação da população local que joga lixo nas ruas e rede de drenagem causando o entupimento de bueiros e galerias, impedindo o escoamento das enxurradas.

Todos os municípios do Polo Campo Grande e Região possuem agências de correios e postos, agências/postos da rede bancária, assim como telefonia fixa e móvel e acessam os canais de televisão via torre, antenas parabólicas ou internet.

Excetuando Campo Grande, os demais municípios do polo não dispõem de sistema público de transporte, somente o escolar, principalmente atendendo a zona rural. Fatores como capacidade financeira, tamanho das áreas e populações urbanas podem não justificar a implantação de tais serviços, portanto, recomenda-se que estudos de viabilidade econômica precedam a implantação de transporte coletivo nestas localidades.

Campo Grande é bem servido de transporte público urbano, embora em muitos momentos a população local reclame de falta de ônibus em horários de pico e dos preços da tarifa. Este município ainda conta com uma frota de táxis e moto-taxis que permite atendimento da população local e deve promover um aumento para atendimento do fluxo turístico, em especial no aeroporto Internacional.

O sistema de energia elétrica que atende 100% do Polo Campo Grande e Região está incorporado ao "Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste" do País, o que representa um elevado grau de confiabilidade.

No que diz respeito à criminalidade no polo, esta é elevada em números absolutos quando comparado ao restante do Estado, isto se deve à capital, Campo Grande, apresentar as maiores incidências de crimes, consequência de seu número maior de habitantes.

No entanto, cabe destacar que, em pesquisa divulgada em 2009 pelo Ministério da Justiça, que divulga o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, o município Campo Grande foi considerado a sétima capital do país mais segura para os jovens, dentre as 27 capitais analisadas, ratificando caráter interiorano do município, apesar de ser uma capital de Estado.

Salienta-se que este menor índice de criminalidade de Campo Grande perante outras capitais deve-se em parte à geografia do município, por não possuir morros, favelas ou outras áreas propícias a problemas de ocupação, diretamente associados à maior criminalidade.

Alguns Indicadores de criminalidade do polo apontam que 85% dos crimes praticados ocorrem em Campo Grande e que o polo responde em média por 34% de todos os crimes registrados no Estado do Mato Grosso do Sul. Igualmente, salienta-se que os crimes contra o patrimônio são praticados em maior número.

Não há série histórica de indicadores de criminalidade no polo em estudo, disponíveis para sua análise da evolução, mas há afirmações de um possível aumento da criminalidade na região, que deriva da construção do presídio federal de segurança máxima em Campo Grande, pois com a detenção de criminosos de alta periculosidade, como líderes do tráfico no local, alguns membros das facções criminosas tendem a acompanhá-los para a cidade, comprometendo a segurança da população local.

Apesar de amplo, o aparato policial demanda acréscimos, pois o efetivo atual é o mesmo de 30 anos atrás, visto que a efetivação de novos policiais é suficiente somente para repor os que se aposentaram ou foram exonerados.

O fato de o Estado configurar-se como um corredor de armas e drogas, devido à extensão de sua fronteira (cerca de 600 km) contribui com a criminalidade. Segundo estimativas da polícia federal, através do Mato Grosso do Sul ingressam em média 60% das armas e drogas que entram no país. Sob a percepção da polícia, há aproximadamente dois anos atrás, se passou a identificar o aumento de crimes relacionados ao consumo de drogas, como roubos, furtos e latrocínios geralmente praticados para sustentar o vício, especialmente por cidadãos com menor poder aquisitivo.

No que tange às regiões turísticas, notou-se o aumento de crimes relacionados ao tráfico de drogas em tais áreas, o que inclui a capital, Campo Grande. Sem embargo, o mesmo ocorre nos demais municípios do polo, porém em proporções menores, conforme indica o Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Mato Grosso do Sul – SINPOL/MS.

A rede instalada de saúde pública ainda não é suficiente para atender a população do polo, embora Campo Grande possua uma rede particular bastante eficiente. Apesar de em termos qualitativo e quantitativo não atender todas as demandas, Campo Grande é um polo de referência regional e nacional em atendimento a saúde no conjunto de sua rede pública e privada. As deficiências do sistema estão presentes em todos os municípios brasileiros. Campo Grande oferece condição satisfatória quanto ao eventual atendimento ao turista, em todas as especialidades médicas. Nos outros municípios apenas atendimentos básicos são encontrados nos postos de saúde.

Apenas Campo Grande tem a presença do Corpo de Bombeiros e equipes de salvamento e resgate. Embora o SAMU, localizado em Campo Grande, está estruturado e atenda a toda a região do polo.

A infraestrutura hoje existente no polo ainda é insuficiente para atender o incremento do fluxo turístico prevista neste PDITS visto que o turismo no polo ainda está em consolidação e ainda não é considerado pelos responsáveis pelo planejamento urbano do polo, principalmente das demais prefeituras excetuando-se a capital. Da mesma maneira, as futuras ampliações/melhorias já planejadas pelas empresas concessionárias de saneamento e órgãos públicos (transporte, segurança, saúde, etc.) necessitam de um cotejamento frente aos novos indicadores que passarão a ser almejados num cenário com a efetiva implementação das estratégias e ações previstas pelo PRODETUR.

Quando o Estado desenvolve políticas de indução do crescimento do turismo, vários setores da economia e áreas da esfera pública são direta e indiretamente afetados. Portanto, estas áreas partícipes na implementação do PDITS (saneamento, saúde, transporte, segurança, meio ambiente, entre outras) devem estar alinhadas a concepção, estratégias e metas propostas para que se obtenham os resultados esperados.

Na concepção e elaboração do plano em questão está implícita a participação e integração das diversas áreas demandadas e a sustentabilidade (social, ambiental e econômica) das ações propostas, portanto espera-se que além dos recursos advindos do PRODETUR Nacional, haja investimento de outras áreas nas três esferas públicas (federal, estadual e municipal), assim como da iniciativa privada e do terceiro setor, na qual o PDITS deve ser um instrumento que norteie e agregue os diversos atores envolvidos.

4. ANÁLISE DO QUADRO INSTITUCIONAL

O atual Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País. O Plano é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno.

No turismo, o planejamento vem ganhando cada vez mais, destaque entre os agentes mobilizadores. Ruschmann e Widmer (2001, p. 67) afirmam que “o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento de um turismo equilibrado”.

O planejamento é um importante meio de controle do turismo desordenado, contribuindo assim, para que os impactos negativos desta atividade sejam minimizados. O planejamento turístico pode ser definido como um

[...] processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre a localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução (RUSCHMANN, WIDMER, 2001, p. 67).

Oliveira (2007) afirma que um dos principais motivos que podem acarretar falhas nos resultados das políticas públicas é, sem dúvida, a dissociação entre a fase de elaboração e a de implementação do planejamento destas políticas. Geralmente, o planejamento é elaborado por uma equipe de técnicos e a implementação do mesmo é realizada por outro grupo de profissionais mais relacionados com os atores locais, não raras vezes, em momentos distantes.

Características econômicas, sociais e culturais da sociedade e as estruturas governamentais a que estiverem subordinadas, são fatores que influenciam a implementação de políticas.

Outro aspecto importante a ser considerado é a participação de toda a sociedade no processo de tomada de decisão: poder público, iniciativa privada, comunidade e terceiro setor. Essa interação tem se mostrado um aliado na busca de soluções a alternativas que sejam de interesse comum.

4.1. IMPACTOS E LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas servem para orientar a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. É um tema que permite a transversalidade, além de estabelecer um diálogo consciencioso entre as partes (FERREIRA, 2008).

Pode-se considerar Políticas Públicas como um “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de

determinada demanda, em diversas áreas”, ou seja, “[...] expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (GAURESCHI et al., 2004, p, 180). Políticas públicas compreendem um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos.

Para a análise do impacto das Políticas Públicas na área turística Campo Grande e região é fundamental explicitar alguns conceitos muito utilizados nas pesquisas sobre políticas públicas.

As três dimensões da política de acordo com a ciência política são:

Polity - é usado para denominar as instituições políticas,

Politics - para os processos políticos e

Policy - para os conteúdos da política.

Frey (1997, p. 216) afirma que “a dimensão institucional polity se refere à ordem do sistema político, delimitada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo”. O referido autor também diz que “no quadro da dimensão processual politics tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.” e que a dimensão material policy “refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Outro componente importante é a capacidade institucional, em entender, absorver e implementar as políticas públicas do turismo.

De acordo com Skocpol (1990) e Howitt (1977), a capacidade institucional é o resultado da análise comportamental focando as ações dos governos em definir a capacidade das organizações públicas. Estas definições assumem que a capacidade institucional é a habilidade de realizar funções, tornando a autonomia importante “para realçar a potencialidade de governos locais as execuções de forma inteligente e eficiente sob seu próprio direcionamento”.

Na estrutura do estado, ou na estrutura administrativa, o turismo ocupa posicionamentos diferenciados e não há um padrão. Este fato ocorre pela dificuldade de posicionar o turismo dentro da administração pública e de sua abrangente relação com outros setores. Cada governo irá direcionar o turismo de acordo com suas ideologias e a *policy* pretendida.

A ambientação da política pode variar, ainda, em níveis nacional, estadual, regional e municipal, embora os conceitos se apliquem igualmente a todas. Em geral, as políticas nacionais devem nortear as estaduais, e conseqüentemente as municipais e há, assim, particularidades em cada esfera, principalmente, em função dos recursos, ideologia, necessidades e normas específicas, entre outros. Além desta relação, há de se considerar o turismo com outros setores os quais podem e, muitas vezes, devem estar associados em um organograma da área.

Assim, foram definidos os seguintes parâmetros para identificação dos impactos e limitações das políticas públicas e da capacidade de gestão pública sobre o desenvolvimento do turismo no nível local e no conjunto da área turística:

- Avaliação da capacidade dos municípios relativa à capacidade de captação de recursos;
- Avaliação da capacidade dos municípios relativa à estrutura administrativa de turismo, e;
- Avaliação da capacidade dos municípios relativa à capacitação na gestão do turismo.

4.1.1. Capacidade de Captação de Recursos

A capacidade de captar recursos para uma área ou causa, está diretamente relacionada com as estratégias construídas para este fim, que passam necessariamente pelo grau de organização e integração de todos os atores que impactam ou são impactados pela atividade.

No turismo, as possibilidades de ingressos de recursos, além do orçamento público são significativas, pois a cadeia representativa do turismo, através das entidades não governamentais, como: ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens; ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; CBC&VB - Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux dentre outras, podem elaborar projetos e apresentá-los a diversos agentes apoiadores, que operam com recursos a fundo perdidos.

Outra estrutura que facilita o ingresso de recursos são as organizações governamentais, como Fundações e Institutos públicos que promovam o desenvolvimento do Turismo, aos moldes da Fundação de Turismo de MS, que tem vinculado à sua administração o Fundo Estadual de Turismo, com recursos assegurados para implementação da atividade.

A área turística Campo Grande e Região, não possui mecanismos como Fundo Municipal de Turismo para capitanear recursos provenientes da arrecadação de impostos ou de outras fontes de receita, nem suas estruturas administrativas propiciam agilidade na elaboração de projetos e ações em prol do fomento, desenvolvimento e promoção do turismo.

O quadro a seguir retrata o baixo desempenho da região na conquista de recursos para alavancar suas atividades de desenvolvimento e fortalecimento do turismo. No período de 1996 a 31/05/2010 a região participou com 9% de todos os recursos captados no estado, através do Ministério do Turismo.

Quadro 58 - Demonstrativo dos Recursos Arrecadados no Ministério de Turismo - Período 1996 a 31/05/2010.

Municípios	Recursos R\$ 1,00	
	Ministério do Turismo	%
Campo Grande	10.167.751,26	83%
Corguinho	503.100,00	4%
Dois Irmãos do Buriti	150.000,00	1%
Jaraguari	-	0%
Nova Alvorada do Sul	-	0%
Ribas do Rio Pardo	165.000,00	1%
Rio Negro	-	0%
Rochedo	326.625,00	3%
Sidrolândia	682.500,00	6%
Terenos	292.500,00	2%
Total da Região	12.287.476,26	100%
Total do Estado	142.714.697,33	9%

Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2010c)

Dos recursos arrecadados pelo município de Campo Grande, 13% deles foram propostos por entidades representativa da cadeia do turismo de MS – ABAV/MS; ABIH/MS e GOPPAN

– Grupo de Operadoras de MS; além de organizações não governamentais com atuação na área do turismo.

Os poucos recursos captados, podem ser em razão de aspectos como:

- Desconhecimento da realidade do turismo local;
- Ausência de informações organizadas;
- Pessoal desqualificado quanto aos processos de elaboração de projetos e prestação de contas;
- Quantidade de pessoal insuficiente para operacionalizar as questões da política do turismo, tanto na esfera pública, quanto a esfera representativa do turismo e ainda atuar na captação de recursos;
- Falta de agilidade por conta da estrutura pública administrativa
- Dificuldades na operacionalização do sistema de convênios – SICONV;
- Desconhecimento de outras fontes de recursos para subsidiar as atividades do turismo; dentre outras causas.

Tais fatores são potencialmente reversíveis, desde que haja uma estratégia para captar recursos oriundos de outras fontes, que vai desde a capacitação dos agentes públicos até a organização de informações para este fim, passando necessariamente pelo conhecimento da política instalada e das necessidades locais.

4.1.2. Capacidade da Estrutura Administrativa do Turismo

Estudar estruturas organizacionais reveste-se de importância capital quando se pretende entender a gestão. Para o turismo, essa discussão é especial devido à complexidade e transversalidade da atividade turística e a necessidade de interlocução, sincronia e coordenação de um conjunto diversificado de agentes públicos, privados, do terceiro setor e das comunidades locais.

Faria (1979) considera que a organização do trabalho corresponde à estrutura operacional, formada pela hierarquia de autoridade e pelo estabelecimento de tarefas, atribuições, deveres e responsabilidades, e cabe à administração, por meio da programação, coordenação e controle dos fatores humanos e materiais, por em funcionamento esse mecanismo.

A capacidade pautada na estrutura organizacional 2010 dos órgãos de turismo da região, têm-se a seguinte configuração:

Quadro 59 - Órgãos de Turismo Municipais do Polo Campo Grande e Região.

Municípios	Estrutura
Campo Grande	SEDESC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, De Ciência e Tecnologia e do Agronegócio
Corguinho	Secretaria de Educação, Esporte e Laser
Dois Irmãos do Buriti	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente
Jaraguari	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
Nova Alvorada do Sul	Secretaria de Cultura e Lazer
Ribas do Rio Pardo	Secretaria Geral de Desenvolvimento Econômico
Rio Negro	Secretaria de Cultura, Meio Ambiente e Turismo
Rochedo	Diretoria de Turismo e Meio Ambiente
Sidrolândia	Secretaria de Desenvolvimento econômico e Turismo
Terenos	Departamento de Turismo

Pode-se observar que as estrutura de turismo em toda a região é um fator a ser mlho estruturado. A existência de uma pasta de turismo é fundamental para a gestão da atividade

e para a competitividade do destino. Além de servir como órgão técnico, tal estrutura atua como articulador político e mobilizador da cadeia produtiva, coordenando ações e projetos. A organização responsável será tanto mais atuante e eficiente quanto maior for sua autonomia e disponibilidade de recursos.

O corpo técnico se resume a poucos profissionais com a multifunção de planejar e executar as atividades de desenvolvimento do turismo local, muitos sem a competência formal e técnica que a atividade exige. A insuficiência de pessoal, muitas vezes decorre da falta de recursos financeiros e, pior, da baixa prioridade dada à política de turismo.

Outro aspecto ligado à questão do profissional do turismo é a ausência de regulamentação da profissão e o fechamento de diversas universidades, em 2004, Mato Grosso do Sul possuía 09 cursos de turismo em funcionamento, atualmente são cinco cursos – UFMS (Aquidauana; Bonito) Estácio de Sá –(Campo Grande) e UEMS (Jardim e Dourados)

A oferta de profissionais graduados nas áreas não foi acompanhada pela demanda de tais empreendimentos. Ou seja, o crescimento repentino e descontrolado destes cursos superiores disponibilizou mais profissionais do que o mercado podia comportar e atualmente, com leis mais criteriosas, o Ministério da Educação não incentiva a abertura de cursos ligados ao setor e tem fechado muitos por não corresponderem às normas de ensino estabelecidas para área acadêmica específica.

Outra dificuldade de inserção do turismólogo no mercado é o fato do mesmo não ser considerado um profissional essencial dentro da maioria dos empreendimentos e setores públicos ligados ao turismo. Com esse pré-conceito estabelecido, e sendo uma “categoria” pouco valorizada no mercado, profissionais de outras áreas ocupam cargos que deveriam ser especificamente dos turismólogos.

Assim, desenvolver um grande entendimento sobre o que motiva as organizações públicas e quais são suas estruturas de incentivo e pessoal técnico é particularmente importante para garantir a efetividade de qualquer política, incluindo a política de turismo.

As organizações devem possuir missões claras e mutuamente compatíveis; possuir recursos e práticas administrativas apropriadas para estas missões; possuir habilidade de se adaptar a novas missões; a alta administração deve estar bem informada sobre a política do setor e ter capacidade política de decisão.

4.1.3. Capacitações na Gestão do Turismo.

A capacitação, segundo conceito de José Cerchi Fusari, é um processo de aprendizagem em que fica explícito “para que”, “como”, “para quem” e “quando” fazer algo. Dessa forma, este processo engloba ação e reflexão de forma sistêmica, de partes que se ligam, e não como meras ações isoladas e fragmentadas. Nota-se, neste caso, maior especificidade, o que torna o profissional apto para o desempenho de suas funções.

Capacitação traduz-se por preparar a pessoa para enfrentar as situações referentes à sua atividade, por meio da aplicação de conhecimentos, mas, com possibilidade de criar, resolver problemas, oferecer alternativas de melhorias e criar ambiente adequado. Capacitar quer dizer fornecer autonomia, criar autoconfiança e promover o desenvolvimento. Capacitar vai além de treinar, pois, treinamento, por meio de repetições mecânicas, desenvolve uma habilidade específica, com pouca liberdade para expressão da personalidade própria do indivíduo.

Capacitação desenvolve competência, que é o resultado de conhecimento, habilidades e atitudes. Não há ninguém capaz de transferir sua competência para outra pessoa. Todavia, é perfeitamente possível ajudar a pessoa a construir sua própria competência, da mesma forma que se constrói conhecimento.

Quanto à qualificação, pode-se dizer que a busca da qualificação traz como resultado uma formação, que torna o profissional habilitado para o exercício de alguma atividade, quer dizer, dota a pessoa de um conjunto de conhecimentos que atestam a possibilidade do exercício profissional. Neste conjunto de conhecimentos incluímos a escolaridade, a experiência profissional, cursos realizados etc.

Pelo que está incluído na qualificação, verificamos que são conhecimentos importantes, mas generalizados, ou seja, sem especificidades, melhor colocando, indicam que o profissional reúne as condições necessárias, porém não garantem que ele está pronto para desempenhar suas funções. Por outro lado, fica clara a continuidade da obtenção deste quesito, uma vez que a aquisição de experiência e a realização de cursos são necessidades contínuas.

Entretanto, a qualificação não é uma formação completa, sua finalidade é a aquisição de conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, por meio de processos educativos desenvolvidos em diversas instituições (escolas, sindicatos, empresas, associações). Atuamos em um mercado de trabalho que está cada vez mais exigente, e a qualificação supre uma dessas exigências.

Na área turística Campo Grande e Região foram realizadas diversas qualificações voltadas à gestão do turismo e ao empresariado local, como forma de implementar a política e estruturar o setor com recursos humanos qualificados para as atividades de serviços.

Estas qualificações foram capitaneadas, tanto pelo Ministério do Turismo quanto por instituições locais, como: SEBRAE/MS - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas /MS, SENAC/MS - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/MS; organização não governamental com foco no setor e também pelas entidades representativas do turismo: ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes e ABIH/MS - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis/MS.

Entretanto, nem sempre esta atuação se deu de forma integrada e articulada, resultando em sobreposição de esforços e desperdício de recursos. Além disso, são bastante frágeis ou inexistentes as análises, responsáveis por levantar, quantitativa e qualitativamente, as necessidades de ações de qualificação profissional e empresarial para o Turismo. Outra limitação resultante da falta de articulação das instituições executoras é a ausência do estabelecimento de padrões mínimos para os cursos, que possam incorporar a demanda de empresários e trabalhadores, em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Turismo.

De acordo com os levantamentos realizados, por ocasião da formulação do Planejamento Estratégico – Plano de Ação 2008 – 2010, a área turística Campo Grande e Região manifestou a necessidade das seguintes ações:

- Ampliar a atuação do sistema “S” na Região;
- Promover pesquisa de oferta e demanda para capacitação;
- Articular através do Fórum Regional cursos de capacitação que envolvam os municípios da Região;
- Implantar Projeto Pró-jovem para capacitar de jovens de 18 a 29 anos em toda a Região;
- Capacitar recursos humanos para prestação de contas e elaboração de projetos;
- Capacitar os agentes do COMTUR's – Conselhos Municipais de Turismo;
- Capacitar e qualificar recursos humanos para atendimento ao turista;

- Orientar o empresariado para cadastramento dos empreendimentos turísticos da região;
- Orientar para o uso, preenchimento e utilização sistemática das Fichas Nacionais de Registro de Hospedes - FNRH e Boletins de ocupação Hoteleira em todos os meios de hospedagem ;
- Estimular a adoção de boas práticas, através de mecanismo de certificação.
- Criar de selo de certificação de empreendimentos, produtos e profissionais da Região.

Além da qualificação profissional, a qualidade dos serviços turísticos pode ser promovida e ampliada por meio do sistema de certificação, com referências de padrões mínimos para serviços e produtos, capazes de impactar positivamente sua competitividade e gerar melhorias significativas na prestação dos serviços e no atendimento ao consumidor.

Tal certificação também pode ser estendida para a gestão pública do turismo. Há uma metodologia de avaliação da gestão pública desenvolvida pelo Ministério do Planejamento, o qual consiste em um conjunto de orientações e parâmetros para avaliação da gestão, tem por referência o Modelo de Excelência em Gestão Pública e os conceitos e fundamentos preconizados pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA.

Este instrumento é utilizado para a avaliação e melhoria da gestão das organizações que aderiram ao Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA, bem como para avaliação dos Relatórios da Gestão (RG) das organizações que se candidatam ao Prêmio Nacional da Gestão Pública. A partir do resultado dessas avaliações, é possível melhorar o sistema de gestão da organização avaliada de forma objetiva e consistente.

4.2. ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O planejamento turístico surge como uma opção para o ordenamento do crescimento, maximizando seus benefícios e minimizando seus prejuízos. A existência de um plano que balize e oriente a ação governamental e dos agentes privados é uma condição necessária para a desconcentração geográfica e temporal dos fluxos turísticos, para a preservação do patrimônio turístico (natural e cultural), para a maximização dos benefícios econômicos e sociais do Estado e para viabilizar a exploração de novos segmentos do mercado.

Ao mesmo tempo, o planejamento turístico deve formar parte da estratégia global de planejamento estadual, integrando-se com os outros setores que planejam o seu desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento este que procura o aproveitamento racional do potencial natural e cultural do Estado, a preservação ambiental, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida da população e uma distribuição mais equilibrada dos benefícios.

Outro aspecto importante a considerar é a concepção do planejamento regional. Este permite juntar as potencialidades individuais e promover a oferta de um maior número de produtos turísticos, garantindo assim, maior atratividade turística para a região, bem como, proporcionar aos municípios de menores recursos e infraestrutura turística, obterem maior facilidade de desenvolvimento turístico, através dos municípios de maior notoriedade turística.

A busca do desenvolvimento turístico regional facilita a oferta de produtos turísticos diversificados, melhora a qualidade de vida regional, fortalece a economia intra-regional e proporciona maior competitividade no mercado turístico.

O turismo é uma das diretrizes do governo de Mato Grosso do Sul, como pilar de sustentação na alteração da matriz econômica do estado. Elliott (1997) argumenta que só os governos têm força suficiente para garantir a estabilidade política, a segurança e a estrutura legal e financeira que o turismo requer. São os governos que fornecem, também, serviços essenciais e infraestrutura. Ignarra (2002:125) considera que "não é possível produzir turismo sem que haja direta e indiretamente uma participação do poder público", pois a ação governamental tem papel estratégico no seu desenvolvimento.

O Plano Estadual de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul - 2030 com o objetivo de orientar as ações governamentais e da iniciativa privada na condução do Estado rumo ao desenvolvimento, por meio do crescimento econômico e o desenvolvimento equânime de suas regiões, com maior distribuição de renda e de oportunidades a todos os seus habitantes, contribuindo para o desenvolvimento do país, traz em seu bojo 15 (quinze) ações estruturantes, emergenciais e estratégicas. (MATO GROSSO DO SUL, 2009d)

1. Reduzir as Disparidades Regionais.
2. Promover a Sustentabilidade Ambiental.
3. Garantir os Serviços Públicos Essenciais.
4. Integrar e Difundir a Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T & I nas Regiões.
5. Promover a Inclusão Social.
6. Ampliar Programas de Qualificação de Recursos Humanos.
7. Apoiar a Diversificação da Matriz Sócio-econômica do Estado de MS.
8. Consolidar os Serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária.
9. Promover a Cidadania com Moradia Digna.
10. Implantar, Diversificar e Fortalecer Estrutura p/ Aproveitamento do Potencial Turístico do Estado.
11. Priorizar a Energia Alternativa Limpa.
12. Fortalecer a Construção de Redes de Informação.
13. Ampliar e Modernizar a Infraestrutura e a Logística.
14. Garantir a Defesa Sanitária Vegetal e Animal.
15. Fortalecer os Municípios da Faixa de Fronteira.

Ação estruturante 10: Implantar, Fortalecer e Diversificar Estrutura para o Aproveitamento do Potencial Turístico do Estado.

Objetivo Geral:

Desenvolver, fortalecer, diversificar e implantar estrutura para aproveitamento do potencial e das atividades turísticas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Objetivos Específicos:

- Atrair e ampliar investimentos privados nos segmentos turísticos já existentes;
- Ampliar e diversificar a oferta e serviços voltados para atender as demandas turísticas;
- Ampliar as opções de gastos pelo turista;
- Incentivar o eco-turismo e o turismo rural no interior;
- Desenvolver ações para a valorização do artesanato, da cultura e da gastronomia estadual.
- Ampliar as ações de serviços públicos essenciais, implantando o monitoramento e a fiscalização voltados para o cumprimento das legislações e normas vigente.

Ação	Descrição	Meta
10. Implantar, Diversificar e Fortalecer Estrutura p/ Aproveitamento do Potencial Turístico do Estado	Consiste em incentivar a utilização de todo o potencial turístico do estado por meio da implantação do Programa Estadual de Fomento à Atividade Turística, de forma a desenvolver novos polos, atraindo investidores, diversificando a oferta de produtos e serviços nas regiões potenciais	Consolidação e integração das atividades as regiões de MS

Resultados Esperados do Plano de Desenvolvimento de MS - 2030:

Transformar a atividade turística em uma das alternativas de diversificação da economia estadual, gerando empregos, divisas e valorizando a cultura regional.

Dentre as ações, seguem as atribuições públicas, seguindo a Política Nacional do Turismo, que atualmente abrangem:

- Planejamento setorial — proposição, execução e avaliação de planos, programas e projetos;
- Promoção turística — divulgação do destino turístico junto aos mercados emissores;
- Infraestrutura urbana e de acesso;
- Fomento — incentivos;
- Fortalecimento das Instâncias de Governança
- Coleta e avaliação de informações turísticas;
- Captação de recursos;
- Conscientização turística;
- Acompanhamento e controle — regulamentação e fiscalização do mercado turístico.

Sendo o Polo Campo Grande e Região cenário de desenvolvimento regional, destaca-se que o planejamento turístico regional deve prever a emancipação e descentralização do turismo para a região, dessa forma, tem-se um planejamento mais flexível que atende diretamente os interesses do setor da área, auferindo desta forma um olhar para a comunidade local e com isso a possibilidade de ampliação dos benefícios que a mesma pode auferir com o desenvolvimento desta atividade. E ainda mais, esse tipo de planejamento eleva a região, valoriza seus aspectos culturais, naturais, seu mercado, porque é um planejamento estudado particularmente para a região, por conhecedores da mesma.

A organização e coordenação do processo de planejamento turístico também requerem um sistema de informações confiáveis. De acordo com o documento Referencial do Ministério do Turismo- MÓDULO OPERACIONAL 6 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS DO PROGRAMA de REGIONALIZAÇÃO - Sistema de Informações é um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações para o suporte, a tomada de decisão, coordenação e controle de um processo.

Pensar o planejamento turístico regional é pensar não apenas em um destino propriamente dito, mas em uma composição de destinos agregados em uma única região geográfica. A relevância de se refletir sobre estas questões justifica-se porque a intervenção a ser realizada diz respeito a mudanças: na base econômica da região; utilização do espaço urbano; e vida cultural dos residentes.

4.2.1. Gestão Descentralizada

A proposta de gestão descentralizada e compartilhada vem fomentando a consolidação de uma rede em prol do Turismo em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Esse modelo, iniciado em 2003, foi regulamentado com a aprovação da Lei do Turismo (Lei nº 11.771 / 2008) que instituiu o Sistema Nacional de Turismo.

Este Sistema Estadual de Turismo é utilizado como estratégia para implementar a Política Estadual e o Plano Nacional de Turismo. A gestão descentralizada tem permitido somar esforços, recursos e reunir talentos em favor da atividade turística, envolvendo, direta e indiretamente, instituições públicas e privadas, vinculadas ao setor.

O processo de descentralização é um processo de transferências sucessivas, pelo qual a capacidade de decisão e de recursos perpassa gradativamente os escalões governamentais e chega até a base. A consolidação deste processo depende do grau de articulação e maturidade dos atores sociais. (MATO GROSSO DO SUL, 2009c)

A política de Regionalização do Turismo emanada pelo governo federal, dentro do enfoque da gestão descentralizada e participativa foi o grande indutor do desenvolvimento desta região. Através deste programa, a região formulou sua instância de governança regional, criou conselhos municipais em todos os municípios e recentemente, formulou o documento, Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008 – 2020, REGIÃO CAMINHO DOS IPÊS; documento este estimulado e conduzido pelo órgão oficial de turismo do estado que definiu em parceria com a cadeia do turismo instalada formal e informalmente e a comunidade da região, através de Oficinas de Planejamento, as macroestratégias e estratégias de desenvolvimento do turismo para a região, definiu também o nome do polo turístico Campo Grande e Região, como Caminho dos Ipês.

A região, em conjunto, priorizou cada ação atrelada às estratégias e estão definindo seus detalhamentos e formas de operacionalização.

Quadro 60 - Macroestratégias e Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008 – 2020, REGIÃO CAMINHO DOS IPÊS.

MACROESTRATÉGIAS	ESTRATÉGIAS
GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA	
Fortalecimento dos Órgãos Oficiais de Turismo dos Municípios	Implementar as articulações entre as diversas pastas administrativas
	Implementar o processo de captação de recursos junto aos Ministérios para melhoria das infraestrutura turísticas e de apoio ao turista
	Fomento à Iniciativa Privada
Fortalecimento das relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil	Implementar as ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo
	Sensibilizar o empresariado e a comunidade para a atividade turística
	Expandir a atividade turística em toda a Região
Implantação/Implementação de Sistema de Informações	Gerar indicadores para conhecer e decidir sobre a atividade turística na Região
	Gerar indicadores básicos para avaliar o impacto da atividade na economia e nas condições socioambiental.

ESTRUTURAÇÃO DOS SEGMENTOS TURÍSTICOS E ROTEIRIZAÇÃO	ESTRATÉGIAS
Ampliação e Diversificação da Oferta Turística	Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.
	Estruturar Roteiros Turísticos Integrados
	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta
INFRA ESTRUTURA TURÍSTICA E DE APOIO	ESTRATÉGIAS
Melhoria na Infraestrutura de Informação e Logística	Melhorar a infraestrutura de acesso à Região e aos atrativos - rodoviário, aéreo, fluvial e ferroviário
	Melhorar a infraestrutura de informações turísticas e de produção associada inclusive nas paradas ao longo das rodovias
	Melhorar a infraestrutura dos Parques Naturais e Unidades de Conservação
Melhoria na Infraestrutura dos Equipamentos Turísticos	Incentivar a implantação e melhoria de equipamentos turísticos que agreguem valor à atividade
QUALIFICAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA	ESTRATÉGIAS
Qualificação dos equipamentos e serviços	Promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes atuantes em toda a cadeia produtiva do turismo
	Apoiar a instituição e aplicação da Lei Geral do turismo
	Estimular a adoção de boas práticas, através de mecanismo de certificação
MACROESTRATÉGIAS	ESTRATÉGIAS
MARKETING	
Posicionamento da Região como Destino Turístico	Implementação de Políticas Regionais de comercialização
	Participar de eventos Regionais, Estaduais, Nacionais e Internacionais
	Fomentar o turismo interno
	Dar visibilidade aos atrativos da Região

Fonte: Plano estratégico 2008-2020 – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2009a)

Todo este esforço de atuação conjunta, comunidade, poder público, entidades representativas do setor e as organizações não governamentais, em prol do desenvolvimento regional, fortaleceu as instâncias locais e os órgãos públicos de cada localidade, trazendo maior entendimento do que o turismo pode fazer e trazer como resultado econômico, social, ambiental e cultural para cada localidade e para a região em geral.

Tal avanço na formulação de estratégias foi possível devido ao tempo que o turismo vem maturando nesta região. O Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, denominado de PDTUR-MS, em 1999 trouxe ganhos significativos, construindo uma base para que a região pudesse galgar a cada ano sucessivos avanços, ampliando a oferta turística e promovendo seu ordenamento. Baseado nas diretrizes do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo o PDTUR já preconizava que o ordenamento das ações de cada município e/ou região promoverá a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado, através do fortalecimento de suas funções

turísticas, de maneira a minimizar os efeitos prejudiciais ao meio ambiente e maximizar seus benefícios para a economia e a sociedade local, dando uniformidade às ações, programas e projetos de forma integrada, eliminando os riscos de duplicação das ações

Ainda esta linha de avanços conquistados, o Ministério do Turismo estabeleceu no país 65 destinos com capacidade de induzir o desenvolvimento regional ou seja: aqueles destinos que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos. Isto é, são aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido, e Campo Grande é um dos três destinos selecionados pelo Ministério em Mato Grosso do Sul. Tal fato não significa que os demais destinos da região foram preteridos, eles continuam no processo de organização regional, e também fortalecidos para absorver os impactos do desenvolvimento da atividade em seus territórios.

O fortalecimento e a qualificação dos colegiados tem se configurado como atividade uma sistemática e permanente tanto do Ministério do Turismo quanto da FUNDTUR, estimulando a integração, instigando pautas regionais, dentre outras ações, no sentido de avançar com novas propostas na formatação institucional, em que o conhecimento assume um papel preponderante. Nos últimos anos, tem sido contínuo o apoio aos fóruns e conselhos estaduais de turismo, para que se fortaleçam e constituam legados de gestão independentes, com capacidade de superar os períodos de alternâncias e descontinuidades de governo.

Entretanto, alguns passos ainda são necessários na consolidação de uma instância de governança regional, - A Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização instituído pelo Ministério do Turismo em âmbito regional que apesar da significativa evolução, ainda não está organizada em sua totalidade, de modo a constituir uma interlocução eficiente na região turística, fato que dificulta a estruturação da oferta turística e sua consequente comercialização. A instância de governança regional teve uma atuação conjunta e participativa por ocasião do 1º e 2º Salão Estadual de Turismo e da construção do Planejamento Estratégico 2008 – 2020, sendo que estas pautas foram capitaneadas pela Fundação de Turismo de MS.

A Região possui COMTUR – Conselho Municipal de Turismo ativo em Sidrolândia e Campo Grande, que apresenta uma composição formada por 25 conselheiros titulares e 50 suplentes, sendo 15 membros indicados pelas entidades ligadas ao turismo no município e 10 membros da área governamental, com atuação mais efetiva e participativa nos destinos do turismo da capital. Os demais municípios Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Terenos, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul, têm apresentado uma organização incipiente e uma participação limitada, muito impactada pela falta de estruturas representativas do turismo, deixando uma lacuna que coloca em risco a abrangência da rede e a perenidade no processo de gestão local do Turismo.

Não obstante os resultados e avanços decorrentes da descentralização e da participação das entidades e dos planos construídos, ainda são necessários esforços para promover a integração entre as diferentes esferas de governo e entre os setores público e privado e principalmente, fazer a classe política entender que o turismo é uma atividade econômica que atrai recursos novos para a localidade, gera renda e inclusão social.

Outro fator que não pode ser renegado é a função do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo e visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e

profissionais do setor. Vale ressaltar sua obrigatoriedade desde a instituição da Lei Geral do Turismo.

Quadro 61 – Demonstrativo das empresas privadas e profissionais existentes e cadastrados na área turística Campo Grande e região – posição maio 2010.

Municípios	Agência de Viagens Cadastradas	Agência de Viagens existentes	Meios Hospedagens existentes	Meios Hospedagens cadastradas	Empresas Organizadoras de Eventos existentes	Empresas Organizadoras de Eventos cadastradas	Trasportadoras Turísticas existentes	Trasportadoras Turísticas cadastradas
Campo Grande	121	145	35	31	68	42	38	38
Corguinho	-0-	-0-	03	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Jaraguari	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Ribas do Rio Pardo	02	02	05	03	-0-	-0-	-0-	-0-
Rio Negro	-0-	-0-	03	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Rochedo	01	01	01	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Sidrolândia	03	03	05	03	-0-	-0-	-0-	-0-
Terenos	-0-	-0-	01	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Dois Irmãos do Buriti	01	01	03	01	-0-	-0-	-0-	-0-
Nova Alvorada	01	01	06	02	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: BRASIL, 2010d e MATO GROSSO DO SUL, 2010a.

A região apresenta uma pequena diferença entre o número de estabelecimentos existentes e o número de estabelecimentos cadastrados, o que demonstra o entendimento da área turística quanto à importância da legislação.

O quadro acima demonstra também que a grande rede de empreendimentos de serviços turísticos da região encontra-se centrada no município de Campo Grande, fato normal considerando que Campo Grande é a capital do estado e o principal centro distribuidor do fluxo turístico.

A rede descrita refere-se aos empreendimentos com procedimentos regulamentados pelo SISTEMA CADASTUR, antes do advento da Lei Geral do Turismo, que amplia a rede a ser cadastrada no referido sistema. A Fundação de Turismo do Estado de MS está aguardando a regulamentação desta legislação para efetivamente realizar os procedimentos necessários para o cadastramento dos demais empreendimentos, desde que existentes na região.

É importante ressaltar que a rede oficial de prestadores de serviços turísticos é a rede cadastrada no Ministério do Turismo.

A Lei Geral do Turismo em seu artigo 21 considera prestadores de serviços turísticos, as sociedades empresárias, sociedades simples, os empresários individuais e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:

- I - meios de hospedagem;
- II - agências de turismo;

- III - transportadoras turísticas;
- IV - organizadoras de eventos;
- V - parques temáticos; e
- VI - acampamentos turísticos.

Parágrafo único. Poderão ser cadastradas no Ministério do Turismo, atendidas as condições próprias, as sociedades empresárias que prestem os seguintes serviços:

- I - restaurantes, cafeterias, bares e similares;
- II - centros ou locais destinados a convenções e/ou a feiras e a exposições e similares;
- III - parques temáticos aquáticos e empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer;
- IV - marinas e empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva;
- V - casas de espetáculos e equipamentos de animação turística;
- VI - organizadores, promotores e prestadores de serviços de infraestrutura, locação de equipamentos e montadoras de feiras de negócios, exposições e eventos;
- VII - locadoras de veículos para turistas; e
- VIII - prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades.

O SISTEMA CADASTUR também se insere no âmbito das iniciativas que visam prover o mercado e o governo de informações confiáveis. A dificuldade de obtenção de dados de forma sistemática e contínua não é um problema exclusivo do setor turístico, este é um grande gargalo no país.

Mas, especificamente, para esta atividade, são imprescindíveis informações que subsidiem as decisões. Por se tratar de uma atividade relativamente recente, este fato é agravado pela falta de referência conceitual e além disso, trata-se de uma atividade econômica que não se define pela produção, mas pelo consumo. No artigo O TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA: ENFOQUE DE DEMANDA VERSUS ENFOQUE DE OFERTA de Jorge Antônio Santos Silva, Universidade Salvador – UNIFACS, o autor cita:

...No sistema econômico, as empresas distribuem-se em seis grandes grupos denominados de setores econômicos, quais sejam: Agricultura; Mineração; Indústria; Construção; Comércio; e Serviços, sendo que, nos quatro primeiros, as empresas realizam atividades produtivas orientadas para a obtenção de diversos tipos de bens. Segundo Boullón (1997), Colin Clark, em 1940, propôs uma nova classificação, que se tornou universalmente aceita, pela qual os setores econômicos se reduziram a três: Primário; Secundário; e Terciário.

Boullón procede uma detalhada reflexão teórica, analisando em qual setor o turismo melhor se enquadraria, chegando a algumas conclusões a respeito.

Fica claro [...] que o turismo não pertence ao setor primário pois ainda que o turismo utilize os atrativos naturais, não os extrae (como a mineração) nem os produz (como a agricultura); portanto, o turismo não “explora” os atrativos naturais, somente os “usa”, [...].

[...] pode-se afirmar que o turismo não é um resultado da construção porque esta produz obras físicas como estradas, pontes, represas, casas, aeroportos, hospitais, etc., os quais prestam diversos serviços.

[...] a indústria é uma atividade de transformação que emprega numerosos recursos, alguns dos quais podem ser matéria-prima e, outros, produtos industriais intermediários. Em geral, é o produto final que serve para qualificar os diferentes tipos de indústria; [...] se o turismo fosse uma indústria, deveriam existir, mas não existem, fábricas de turismo ou processos

industriais cujo produto final ou intermediário fosse o turismo. Em troca, podem citar-se numerosos produtos industriais que são utilizados pelos turistas, [... que] se originam em diferentes ramos da indústria, [...] e não em uma especial chamada indústria do turismo.

Fica claro, pois, que o turismo é uma forma de consumir, algo assim como um canal para o qual conflua uma demanda especial de muitos tipos de bens e serviços elaborados por outros setores, mais o consumo de alguns serviços especialmente desenhados para satisfazer necessidades próprias dos viajantes. Portanto, o turismo pertence ao setor terciário, e não ao secundário, como deveria ser para que se pudesse catalogá-lo como pertencente à indústria, [...] (BOULLÓN, 1997, p. 26-29).

Tal fato impõe grandes limitações na obtenção de dados pelos métodos estatísticos tradicionais. Grandes avanços vêm sendo obtidos com relação à produção de estudos e pesquisas sobre o setor, o que tem propiciado maior efetividade nos processos de gestão. Mas ainda existem lacunas para um conhecimento mais aprofundado da atividade e seus impactos.

4.2.2. Informação

A existência de um sistema que defina as bases para a coleta, sistematização, tratamento e disseminação dos dados são indispensáveis para a garantia da validade e comparabilidade dos dados nas instâncias administrativas internacional, nacional, estadual, regional e municipal. Os dados e informações provenientes deste sistema são elementos fundamentais ao acompanhamento das metas do Plano Nacional de Turismo e do Plano Estratégico da Região.

Os esforços para a produção de informações sobre a oferta e demanda turística, que possibilite apurar a dimensão da atividade, bem como mensurar seus impactos econômicos e sociais, é essencial para a estruturação e implantação de um sistema nacional de estatísticas de Turismo, ferramenta estratégica para orientar a tomada de decisões do setor público e da iniciativa privada.

O processo de sistematização da informação no estado e em destaque na área turística Campo Grande e Região teve início com o PDTUR que além dos Planos Municipais de Desenvolvimento Turístico, construiu um Banco de Dados (Inventário Turístico e Banco de Imagens) que deveria ser sistematicamente alimentado recebendo novos dados e mecanismos de estatística de forma a atender aos diferentes segmentos econômicos.

Esta sistemática não aconteceu e o PDTUR acabou sendo parcialmente utilizado. Por ocasião do Planejamento Estratégico 2008-2020, muitas informações foram resgatadas e atualizadas, porém em arquivos estanques.

A despeito da inexistência de um Sistema de Informação, a Fundação de Turismo do Estado vem exaustivamente construindo informações, baseados em pesquisas e na utilização do BOH e FNRH, além da utilização de dados secundários referentes à Movimentação de Passageiros.

A produção e a disseminação de informações baseadas em pesquisas contínuas e confiáveis proporcionam o surgimento de uma nova cultura, facilitando a profissionalização e otimizando a aplicação dos recursos públicos e privados. Para tanto, os estudos e pesquisas, que vêm sendo permanentemente elaborados, configuram importante avanço para a consolidação deste sistema. O processo de geração, sistematização e disseminação

destas informações demanda constante aprimoramento e, portanto, este tema deve ser sempre priorizado.

Especificamente em relação à sistematização de informações sobre a oferta turística, é fundamental progredir na implementação do inventário. Além disso, é necessário investir na padronização dos dados de demanda e fluxos turísticos domésticos, de forma que se possa avançar, efetivamente, no aprimoramento do sistema estadual de informações sobre e para o Turismo.

Também as limitações relativas à comunicação e à disseminação das informações constituem um gargalo para o desenvolvimento das ações, tanto dos setores governamentais quanto dos agentes privados. No que tange à disseminação dos dados, não existe uma sistemática de divulgação, apenas notícias e entrevistas de autoridades do setor ou de empresários. Seria importante a existência de uma ferramenta que possibilitasse o envio automático de informações a usuários cadastrados, estratégia que daria velocidade e agilidade como ferramenta de apoio à tomada de decisão para os gestores públicos e privados.

Como se trata de uma atividade multifacetada, a produção e disseminação de informações e dados sobre o Turismo sugerem uma interação com instituições acadêmicas, de pesquisa e de produção de dados e registros estatísticos das mais diversas áreas do conhecimento. Isto impõe uma articulação complexa que ainda não tem sido fomentada em toda a amplitude demandada, de modo a consolidar uma verdadeira plataforma interinstitucional.

A perspectiva de implementação efetiva da metodologia das Contas Satélites do Turismo no Brasil, de acordo com a recomendação da OMT, impõe a consolidação desta plataforma interinstitucional como condição essencial para que o País possa produzir indicadores de resultados e impactos da atividade, de forma a integrar-se a um sistema que propicie a comparabilidade no mercado internacional.

4.3. LEGISLAÇÃO - URBANÍSTICA, AMBIENTAL E TURÍSTICA.

O agravamento dos problemas climáticos em nível mundial aumentou a discussão sobre as estratégias que deverão ser adotadas para garantir a sustentabilidade do Turismo nacional, essencial na preservação dos ecossistemas, uma vez que muitas de suas atividades acontecem em ambientes ecologicamente frágeis. Além disso, a utilização de práticas sustentáveis, além de representarem, a longo prazo, economia de recursos, contribui para a preservação do atrativo turístico.

Segundo o documento, *Climate Change and Tourism – Responding to Global Challenges*, da Organização Mundial do Turismo, as alterações climáticas podem causar impactos diretos sobre os destinos turísticos, seus níveis de competitividade e de sustentabilidade, principalmente, em determinadas regiões turísticas, onde o meio ambiente é o principal recurso para a atividade.

De acordo com o Ministério do Turismo, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, no Rio de Janeiro, estimulará as discussões sobre o tema na mídia brasileira, o que pode influenciar padrões de consumo em todo país. Para essa dimensão, foram avaliadas as seguintes premissas:

- Ampliação das políticas de proteção ambiental;
- Maior conscientização sobre as consequências do aquecimento global;
- Maior utilização de práticas sustentáveis pelas empresas do setor;

- Maior compreensão do Turismo como forma de sustentabilidade econômica da proteção ambiental;
- Valorização do Turismo sustentável.

Além destas políticas e legislações correlatas (detalhada no ANEXO 4), o grande avanço na legislação do turismo advém da criação da Lei Geral do Turismo, onde todas as empresas da área turística estão obrigadas a fazer o cadastro junto ao Ministério do Turismo, expandindo o Sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos para os segmentos de restaurantes, locadoras de veículos e os centros de convenções. Ela ainda determina normas de funcionamento da atividade, unificando a legislação do turismo no país. Assim, o governo federal busca solucionar problemas derivados do fato de que, atualmente, estados e municípios possuem regras próprias, o que gera conflitos relacionados aos procedimentos que devem ser adotados na prestação dos serviços turísticos. Além disso, cria o Fundo Geral do Turismo com o objetivo de financiar as atividades turísticas em todo o país.

Vale ressaltar a parceria que a Fundação de Turismo de MS – FUNDTUR tem com as Prefeituras Municipais, no processo de fiscalização das atividades turísticas e por outro lado o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul - IMASUL, no que diz respeito às questões ambientais.

Ressalta-se que para a instalação de empreendimentos turísticos no Mato Grosso do Sul faz-se necessário o Licenciamento Ambiental regulamentado pelo Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, através da Resolução 331-98. Esta Resolução define os tipos de empreendimentos que estão sujeitos ao Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Renovação de Licença Prévia, Renovação de Licença de Instalação e Renovação de Licença de Operação).

Recentemente, foi instituída pelo Estado a obrigatoriedade de cada atrativo ter um técnico habilitado responsável por estudos e monitoramentos da capacidade de carga, para que seja fornecida licença ambiental, com relatório semestral. A licença é renovável a cada dois anos.

Conclusão:

A única legislação voltada especificamente para o ordenamento da cadeia produtiva do turismo é a Lei Geral do Turismo - LEI nº - 11.771 de 17 de Setembro de 2008, em fase de regulamentação pelo Ministério do Turismo que deixa muitos questionamentos quanto à cobertura de sua aplicabilidade suscitando expectativas como: Quais artigos da lei do turismo serão regulamentados? Como será conduzido o processo de Classificação Hoteleira? Quem fiscalizará os prestadores de serviços turísticos? O atraso em sua regulamentação vem trazendo para o setor muita ansiedade e desconfiança impactando negativamente os órgãos estaduais de turismo, pois desde que a Lei ficou de ser regulamentada os serviços de fiscalização, até então em atuação, foram enfraquecidos, pois o convênio do Ministério do Turismo com os órgãos oficiais não foram renovados.

Fator este agravado pela fragilidade das inter-relação das legislações urbanística, ambiental e turística que na região ainda se encontra muito aquém do que deveria, pois a articulação entre as diversas pastas e esferas governamentais ainda é muito precária. Não há uma política de transversalidade entre os temas: Turismo, Cultura, Meio Ambiente e obras de infraestrutura.

É fundamental a existência, aplicabilidade e fiscalização de uma legislação turística e correlata para equilibrar a conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos, criando uma oferta de alojamento e recreação não concentrada e de pequena escala; promovendo um turismo organizado, respeitando o meio ambiente, em detrimento de atividades massificadas e “predatórias”, é torná-lo sustentável, de modo que atrativos naturais e culturais estejam disponíveis indefinidamente.

O cumprimento destas legislações pelo setor requer uma grande conscientização, pois se mal entendida, estas normas e restrições podem se constituir em obstáculos, encarecendo o produto turístico e inviabilizando economicamente o empreendimento. O processo de conhecimento da legislação e a importância de sua aplicabilidade possibilitarão às pessoas que atuam neste setor da economia uma oferta constante e duradoura da atividade. Ainda que em uma primeira análise a lucratividade seja menor, quando comparado a locais que não demonstram tais preocupações, em médio e longo prazo recupera-se este “prejuízo” através da conservação ambiental, que em última instância é a maior fonte geradora de recursos.

A despeito da Lei Geral do Turismo que ainda requer regulamentação para sua operacionalização, a região turística em estudo, ainda tem muitas normativas a construir, como:

- Regulamentação dos transportes de Vans internamente nos municípios para atender o aeroporto, rodoviária, estação ferroviárias;
- A obrigatoriedade ou não de um profissional do turismo nos empreendimentos turísticos,
- Certificação de qualidade dos serviços e empreendimentos turísticos;
- Leis de fomento ao turismo de eventos, como a revitalização da Taxa de turismo - Com os recursos arrecadados, o Campo Grande Pantanal *Convention & Visitors Bureau* investe na melhoria e diversificação dos serviços turísticos, promovendo a captação de eventos e de novos negócios, a melhoria da infraestrutura da região, a diversificação e profissionalização da atividade, além de conferir maior qualidade na malha de serviços;
- Além de políticas de qualificação e comercialização dentre outras questões que impactam diretamente o desenvolvimento da atividade na região.
-

4.3.1. Legislação Turística

No ANEXO 4 estão apresentadas as legislações nacional e estadual mais significativas a partir de sua origem e abaixo segue a legislação referida no âmbito municipal:

Campo Grande

- Lei Ordinária Nº: 4219/2004 - Dispõe Sobre Atividades do Guia de Turismo no Município de Campo Grande.
- Lei Ordinária Nº: 4171/2004 - Altera a Lei Nº 3.453, De 11/05/98, que alterou os dispositivos da Lei nº 3074 de 12/07/94 (autoriza o poder executivo a criar o conselho municipal de turismo de Campo Grande - COMTUR).
- Lei Ordinária Nº: 3789/2000 - Autoriza o poder executivo municipal a criar a Secretaria Municipal de Turismo e dá outras providências.
- Lei Ordinária Nº: 3718/2000 - Dispõe sobre atividades turísticas no município de Campo Grande.
- Lei Ordinária Nº: 3709/2000 - Condiciona a expedição de alvará de localização às agências de viagens e turismo e dá outras providências.
- Lei Complementar Nº: 29/1999 - Institui O Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande - Prodes,

revoga dispositivo da lei nº 2977, e dá outras providências.

- Lei Ordinária Nº: 3074/1994 - Autoriza o poder executivo a criar o conselho municipal de turismo de Campo Grande-MS - COMTUR
- Lei Ordinária Nº: 3073/1994 - Autoriza o poder executivo a criar o fundo municipal para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Nova Alvorada do Sul

- Lei N. 318/2006 de 08/05/2006 - criação do Conselho Municipal de Turismo de Nova Alvorada do Sul
- Lei 294/2005 de 05/09/2005 - Reorganização da Administração Pública do Poder Executivo - Aborda o órgão municipal de turismo.

Jaraguari

- Lei N. 690/2008 de 03/07/2008 - Criação do COMTUR e do fundo municipal de turismo.

Rochedo

- Lei N. 561/2007 de 13/12/2007 - Criação do COMTUR e do fundo municipal de turismo

Rio Negro

- Lei N. 373/1997 de 14/05/1997 e Lei 389/1997 de 20/10/1997 (confere nova redação a Lei 373/97) - cria o Conselho Municipal de Turismo de Rio Negro.
- Lei N. 388/1997 de 06/10/1997 – Criação do Fundo Municipal de Turismo

Sidrolândia

- Não tem nenhuma legislação

Ribas do Rio Pardo

- Não tem nenhuma legislação

Dois Irmãos do Buriti

- Não tem nenhuma legislação

Corguinho

- Não tem nenhuma legislação

Terenos

- Não tem nenhuma legislação

O desenvolvimento da atividade turística em Mato Grosso do Sul teve seu marco institucional com a criação da Empresa de Turismo de MS – Turisul , em 1979, por ocasião da implantação da administração pública do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul. Em 1991, o turismo passa a compor a pasta da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. Em 2001 o turismo passa a compor a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e finalmente é instituído a Fundação de Turismo de MS, atualmente vinculada à SEPROTUR – Secretaria de Estado de Produção, Indústria, Comércio e Desenvolvimento agrário e Turismo. Em 2003 o Governo de MS sanciona a lei que institui o Fundo para Desenvolvimento do Turismo no Estado, o qual tem como finalidade apoiar as ações da Fundação de Turismo. Tal fato ocorreu 22 anos após a criação da primeira estrutura oficial de turismo e até hoje (2010) Mato Grosso do Sul, não dispõem de uma secretaria estadual de turismo.

Em paralelo a este desenvolvimento de âmbito estadual, a região Bonito – Serra da Bodoquena nas décadas de 70 e 80 já estavam se estruturando para o ecoturismo. Em 1978 as Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida foram tombadas pelo IPHAN. Nesta ocasião o Poder Público local começou a estimular os fazendeiros locais e a atrair investidores para implantação de infra estrutura turística urbana.

O município de Bonito foi alvo de muita atuação tanto das esferas governamentais: federal, estadual e municipal quanto do Sistema “S”, em especial SEBRAE e SENAC. Toda esta ação articulada ordenou a cadeia local, com legislação específica e diferenciada, proporcionando ganhos quânticos para o turismo local e para o estado.

Este processo articulado e focado no turismo não se processou dentro do polo de Campo Grande e Região. A legislação mostra que o turismo em Campo Grande, principal ícone da região em estudo, teve sua primeira legislação em 1994 com a criação do Conselho Municipal e o Fundo Municipal de turismo, (reordenado em 2004) e a Secretaria de Turismo foi autorizada em 2000 e até hoje (2010) não foi instalada. Apesar desta situação, Campo Grande detém algumas legislações turística voltada para o ordenamento da atividade e para atração de empreendimentos.

Os demais municípios têm sua legislação pautada na criação do Órgão Oficial e alguns têm também a legislação do COMTUR e Fundo de Turismo. Pode-se verificar que a legislação de vários municípios do polo se refere aos últimos 5 (cinco) anos, o que é um fator muito positivo, pois a existência de conselhos e órgão de turismo são os principais pilares para a construção de outras legislações, que serão pressionadas pela própria dinamicidade da atividade turística no decorrer de seu desenvolvimento.

Ressalva-se que comparando o quadro de leis turísticas com o resultado da pesquisa aplicada pela empresa junto aos gestores públicos de cada município, quanto a existência de instrumentos de regulamentação turística municipal, os municípios de Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo e Dois Irmãos do Buriti expressaram – se positivamente, entretanto nestas localidades, ainda não há nenhuma legislação vigente, há somente a intenção da Câmara Legislativa desde 2009, com apoio do Executivo Municipal, em estabelecer uma legislação visando a implantação da Câmara Técnica de Turismo, da criação da Lei municipal de Política do Turismo, Conselho Municipal e Fundo Municipal.

Partindo do pressuposto de que o turismo, perpassa em torno de 52 atividades econômicas, muitas outras legislações, principalmente as de caráter ambiental e cultural, transversam a atividade, gerando complementariedade, entretanto não pode-se considerá-las Legislação Turística a não ser que elas tragam em seu bojo a correlação existente, impactando e transformando a realidade da atividade turística.

O grande desafio da região é a construção de uma legislação turística que ordene a atividade, regulamentando a prestação dos serviços fortalecendo a cadeia produtiva, promovendo o desenvolvimento sustentável, a distribuição de renda, a geração de emprego e a conservação do patrimônio cultural, proporcionando oportunidades iguais a todos os segmentos da sociedade e este grande desafio passa inicialmente pela estruturação dos órgãos oficiais de turismo e pelo fortalecimento das esferas de governança atuando como agente regulador e também fiscalizador. Vale ressaltar que a fiscalização turística compete ao Estado, através da Fundação do Turismo, como atividade delegada do Ministério do Turismo, porém requer o apoio das estruturas municipais e governança local para garantir a real aplicação das legislações.

4.3.2. Legislação Ambiental

O marco legal relativo ao meio ambiente brasileiro é tido como atual, completo e de qualidade, demandando somente ser aplicado em sua totalidade para gerar a eficácia requerida. A esfera municipal é o foco final desses instrumentos regulatórios da gestão ambiental, ainda que, em sua maioria, as leis, decretos e instrumentos normativos pertinentes tenham origem no âmbito federal e estadual de governo.

No ANEXO 4 estão apresentadas as legislações nacional e estadual mais significativas a partir de sua origem:

A) Âmbito Local

Campo Grande

- O SISTEMA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL de Campo Grande, ou SILAM, foi criado pela Lei municipal N° 3612/99, visando à atuação do município no controle ambiental da implantação e funcionamento de empreendimentos e atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental, e visando a descentralização do processo de Licenciamento ambiental do Mato Grosso do Sul, que antes era atribuição específica do governo do estado. O SILAM é aplicado pela Divisão de Licenciamento e Fiscalização Ambiental – DILF, que é o departamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADES responsável por licenciar as atividades potencialmente poluidoras que se instalam e operam em Campo Grande, MS. Também compõem o SILAM: a Comissão de Controle Ambiental – CCA e o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA; cada qual com suas competências específicas.
- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande- SEMADUR** – órgão municipal de gestão ambiental, de atuação mais local, em Campo Grande, promove o acompanhamento das atividades potencialmente poluidoras, permitindo que alguns instrumentos de gestão ambiental (fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental) sejam mais efetivamente implantados. Um fator importante a ser observado é que o órgão responsável por executar estes instrumentos em Campo Grande, a Semadur, licencia atividades que não são licenciadas pelo órgão estadual de meio ambiente, IMASUL. Isto se dá pelo fato do órgão estadual ter que atuar nas atividades que possui maior potencial poluidor, ou seja, aquelas que podem causar impactos ambientais de maior abrangência (alcance) e magnitude (intensidade). Oficinas mecânicas, serralherias, atividades de concentração de público (bar, igrejas, lanchonetes, boates) com música mecânica e/ou ao vivo são exemplos de atividades licenciadas pelo município e não licenciadas pelo IMASUL

Sidrolândia

- LEI N 1368/2008 - Instituí o Programa Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências
- Lei 1290/2006 que institui a Política Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de M.A
- Lei N° 1374/2008 Regulamenta a queima controlada de palha de cana de açúcar
- Documentação para a queima controlada
- Termo de Cooperação - Licenças Ambientais
- Empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental municipal e classificação do potencial poluidor

Demais Municípios do Polo

- **Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente**, em Rio Negro
- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social** - Dois Irmãos do Buriti - constituída dos Departamentos de Meio Ambiente e Urbanismo, Departamento de Indústria e Comércio, Departamento de Cultura e Departamento de Esporte e Lazer
- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico** – Ribas do Rio Pardo
- **Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em Terenos** - projetos de implantação e gestão de unidades de conservação e implantação da usina de processamento de lixo
- **Diretoria de Turismo e Meio Ambiente em Rochedo** - Projeto de um aterro sanitário está em tramitação no IMASUL/SEMA/MS, Projeto de uma Estação de tratamento para atendimento de 40% da cidade, está em tramitação no IMASUL/SEMA/MS. Projeto de arborização urbana, convenio com a ENERSUL Campanhas Educativas para separação dos resíduos sólidos nas escolas e projetos no setor de endemias, tais como: campanha contra o caramujo, campanha contra o mosquito da dengue, campanha contra a leishmaniose.

Conselho Municipal de Meio Ambiente – A crescente descentralização administrativa tem chamado os municípios a assumirem suas responsabilidades na gestão do meio ambiente. O CODEMA é um órgão criado para esse fim, isto é, para incluir os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil no debate e na busca de soluções para o uso dos recursos naturais e a recuperação dos danos ambientais existente nos municípios de Campo Grande, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia.

Programas locais - Projeto de coleta seletiva, campanha “recicle sua atitude, separe seu lixo” em conjunto com a CIDEMA, concurso de redação nas escolas sobre a biodiversidade; ONG APREMARINE - Associação e Preservação de Rio Negro) e projetos sustentáveis de recuperação ambiental; Licenciamento Ambiental, Gestão Ambiental, Coleta de Lixo (Seletiva), Projeto educação ambiental e Viveiro de Mudanças.

Quanto aos aspectos institucionais das áreas preservadas dentro do Polo Campo Grande e Região, é importante destacar que no Brasil, a legislação ambiental sobre unidades de conservação vem sendo aprimorada desde sua primeira investida, quando foi publicada a Lei nº 6902, de 27 de abril de 1981, que instituiu as Áreas de Proteção Ambiental e se consolidou com a criação do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu os critérios e as normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A lei foi regulamentada mais tarde pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

De acordo com o conceito instituído por esta lei, estes espaços são legalmente instituídos pelo Poder Público, com regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Neste enquadramento encontram-se as unidades que estão sendo objeto de exploração turística no Polo Campo Grande e Região:

APA Estadual Estrada Parque Piraputanga - Área de Preservação Permanente Estrada-Parque Piraputanga compreende um trecho de 42,5 quilômetros contínuos de estrada entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. Para proteger esse conjunto ecológico e histórico-cultural, foi criada a unidade de conservação no ano 2000, com o intuito de compatibilizar a preservação com o uso racional de recursos ambientais e ocupação ordenada do solo. Dessa forma, ganha também a comunidade do entorno, que tem maior de qualidade de vida com um meio ambiente equilibrado.

O Parque Estadual do Prosa - decretado como parque em 2002, o Parque Estadual do Prosa possui 135 hectares de Cerrado dentro do perímetro urbano de Campo Grande, mais precisamente localizado no Parque dos Poderes. O apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) e recursos financeiros advindos de compensações ambientais, o Parque do Prosa está renovando suas instalações. A unidade desenvolve trabalhos de interpretação e educação ambiental, recebendo alunos de escolas públicas e privadas em trilhas guiadas pelos guarda-parques. Junto ao parque, encontra-se o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), que recebe animais atropelados, resgatados de incêndios e de outros acidentes, além de animais apreendidos com o tráfico. Tanto o Parque do Prosa como o CRAS recebe visitantes e pesquisadores, representando um importante meio de conscientizar as pessoas a respeito da conservação da natureza.

Parque das Nações Indígenas, originalmente chamado Parque do Prosa, Considerado o maior parque urbano do mundo, com extensão de 119 hectares, o local oferece infraestrutura adequada para a prática do lazer e do esporte.

O Parque Estadual das Matas do Segredo- Este é outro remanescente de Cerrado protegido dentro do perímetro urbano de Campo Grande. Criado em 2000, o Parque Estadual das Matas do Segredo protege, em seus 177,88 hectares, as 33 nascentes que formam o córrego Segredo. Rodeado por bairros populosos, o parque recebe a pressão do crescimento do município. No entanto, essa característica está sendo usada a seu favor, pois são poucas as áreas verdes que ainda restam em Campo Grande. No Parque, além da pesquisa científica, funciona o Projeto Florestinha, em parceria com a Polícia Militar Ambiental, que atende meninos em horário extra classe para desenvolver a consciência ambiental e cidadania. Com atividades diversas, os meninos aprendem a importância da conservação e ainda auxiliam a gestão do parque nas campanhas de conscientização da população do entorno.

A LEI No 2.223, de 11 de abril de 2001, também insere no contexto de gestão e proteção os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano que exerçam atividade econômica de qualquer natureza e possuem rios-cênicos em suas áreas, são diretamente responsáveis perante os órgãos de fiscalização do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, pela poluição das águas e degradação de suas margens, quando do suprimento direto de águas para animais, emissão de dejetos humanos e agrotóxicos usados nas áreas de cultivo e gestão das unidades de conservação.

É importante ressaltar a validade desta lei de caráter ambiental como instrumento de turismo sustentável no sentido de viabilizar o desenvolvimento social e econômico das regiões turísticas, pois os rios-cênicos são recursos turísticos de alta potencialidade e são explorados pela atividade pelo seu alto valor panorâmico, cultural ou recreativo.

Um grande avanço ocorrido para o Estado foi o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) – considerado o PLANO DIRETOR DE MS, tem como objetivo estabelecer normas técnicas e legais para o adequado uso e ocupação do território, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais.

Neste estudo a região turística de Campo Grande tem um recorte diferenciado do Mapa Turístico Regionalizado, instituído pela FUNDTUR MS, onde grande parte da região se enquadra na Zona de Proteção da Planície Pantaneira com forte recomendação para o estabelecimento de planos de conservação e recuperação da cabeceira de mananciais, devendo priorizar ainda, programas público-privados, para inserir os produtos pantaneiros tradicionais e os produzidos na própria região, nos mercados nacionais e internacionais diferenciados, mediante estímulo aos processos de certificação social, de origem ambiental

e empresarial e de adoção de sistemas de produção orgânica, e mecanismos de desenvolvimento limpo, entre outros, como forma de alavancar alternativas viáveis de revitalização econômica sem agressão da vizinha planície pantaneira.

O ZEE/MS indica a implantação de empreendimentos e atividades turísticas como o ecoturismo e o turismo rural, promovendo, em especial, o fortalecimento da Região Turística Caminho dos Ipês integrado por Campo Grande, Rochedo, Corguinho e Rio Negro, devido a proximidade com Pantanal do rio Negro.

Conclusão

A preservação e o uso sustentável dos recursos naturais dependem de ações conjuntas das instituições governamentais e não governamentais. A participação dos municípios nesse processo também é fundamental, por isso a política do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL é a descentralização da gestão ambiental, proporcionando a progressiva instrumentalização, utilizando como principal ferramenta o licenciamento ambiental. O fortalecimento das unidades regionais constituirá também em importante instrumento para efetivar as ações junto aos municípios.

O segmento de turismo é gerador direto de renda para os municípios que possuem atrativos e grande impulsionador das demais atividades existentes, produzindo efeitos diretos e indiretos sobre a economia local e regional, tais como, estímulo ao setor de comércio e serviços, elevação da arrecadação tributária e geração de novos postos de trabalho.

No entanto, um dos maiores obstáculos a ser enfrentado pelas empresas que atuam neste segmento é a elevada burocracia existente para a regularização das atividades turísticas, além da enorme exigência para se conseguir a regularização ambiental, especialmente quando o interesse é pelo turismo de aventura e/ou rural. Tais impedimentos tornam o processo mais demorado e bem mais custoso, inibindo de certa forma o desenvolvimento dos municípios atingidos.

A análise dos municípios da Região de Campo Grande, com dados obtidos junto ao IBGE, com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, mostra que no ano de 2008 os impactos ambientais mais frequentes foram o assoreamento, desmatamento e desnudamento de solos por queimadas. Em menores proporções ocorreu a poluição do ar e a poluição dos recursos hídricos no Município de Campo Grande. Houve a degradação de áreas legalmente protegidas no Município de Rochedo. (IRS/MS Edição 2009)

Segundo o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, algumas ações estão sendo aplicadas visando minimizar os impactos ambientais sofridos, tais como a gestão ambiental compartilhada, a existência de conselhos municipais de meio ambiente, a realização de conferências de Meio Ambiente, a recuperação de áreas degradadas.

De acordo com o documento IRS – 2009 – Índice de Responsabilidade Social de MS, os instrumentos ambientais utilizados na região são:

- ICMS Ecológico – Campo Grande e Terenos
- Licenciamento ambiental de impacto local – Campo Grande e Sidrolândia
- Gestão Ambiental Regional Consorciada – Todos os municípios da região
- Conselho Municipal de Meio Ambiente - Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia
- Recuperação de áreas degradadas – Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti, Ribas do Rio Pardo e Sidrolândia.
- Conferência Municipal de Meio Ambiente – exceto Terenos não realizou.

Destaca-se ainda, o tratamento de esgoto doméstico nos Municípios de Ribas do Rio Pardo e Campo Grande e o aterro controlado em Nova Alvorada do Sul, que também são

exemplos de ações que minimizam esses impactos. Em Campo Grande está em fase de instalação um aterro sanitário e implementação de um processo de recuperação da área degradada do atual lixão.

A região apresenta disposição na mitigação dos problemas ambientais, fator importantíssimo para o desenvolvimento e expansão do turismo. Tal observação pauta-se na análise da existência de gestão ambiental regional, participação nas Conferências e a existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente em três municípios da região.

4.3.3. Legislação Urbanística

a) Âmbito Municipal

Campo Grande

- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande- SEMADUR** – compostos pelos departamentos de: DURP - Departamento de Controle Urbanístico e Postura; Divisão de Fiscalização e Controle Urbanístico; Divisão de Fiscalização e Licenciamento Urbanístico e Divisão de Fiscalização e Controle de Posturas.

USO DO SOLO

- Lei Comp. 74/05 - Uso e Ocupação do Solo
- Lei Comp. 76/05 - Altera a Lei de Uso e Ocupação do Solo
- Lei Comp. 96/06 - Altera a Lei de Uso e Ocupação do Solo
- Lei Comp. 94/06 - Política de Desenvolvimento e Plano Diretor
- Decreto 9817/07 - Regulamenta a emissão de GUIV
- Decreto 9440/05 - Categorias de Usos

NOVA LEGISLAÇÃO

- Lei Comp. 107/07 - Altera a Lei de Uso e Ocupação do Solo
- Mapa de Zoneamento - Arq. do Auto Cad
- Anexo III (Lei Complementar n.º 107 de 2007)

ACESSIBILIDADE

- Lei 3.670/99 – Municipal
- Decreto Lei Federal Nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004.
- NBR-9050 - Desenho Universal

OUTROS

- NB 02/CBM-MS - Bombeiro
- Decreto 7884 - Licenciamento Ambiental
- Lei 1866/79 - Código de Obras

Sidrolândia

- Secretaria de Serviços Urbanos

Demais Municípios do Polo

- Instrumentos de Planejamento e controle territorial existentes no polo:
 - Dois irmãos do Buriti - Zoneamento de uso e ocupação do solo e Código de postura
 - Rio Negro; Terenos, Rochedo – Código de Posturas.

Conclusão:

A legislação urbanística existe para se estabelecer limites às ações humanas que interferem no espaço urbano e na qualidade de vida na cidade. Essas ações estão relacionadas com as necessidades próprias de uma vida em um grande centro urbano, como moradia, trabalho, educação, saúde, locomoção, alimentação e lazer.

Por outro lado, não basta apenas uma legislação forte e bem elaborada. É preciso uma conscientização do cidadão em dividir o espaço urbano sem conflitos de interesses, respeitando limites e preservando a identidade das cidades.

O ordenamento jurídico organiza-se hierarquicamente a partir da legislação federal. Desta forma, alguns princípios fundamentais da política urbana municipal são decorrentes da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257/2001.

A Constituição Federal obriga a criação de planos diretores nas cidades acima de 20.000 habitantes. A Constituição Estadual de MS obriga que todos tenham planos diretores., que é um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo. Além de traçar diretrizes de desenvolvimento econômico, social e de intervenção pública na estrutura urbana, trata da organização territorial, da utilização de instrumentos urbanísticos especiais (operação urbana, transferência do direito de construir, etc.) e de gestão urbana.

Encontra-se em elaboração pela Secretaria Estadual de Habitação e Cidades de Mato Grosso do Sul o Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano – que é o desenvolvimento urbano de cada município. O Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano envolve as atividades de uso do solo, transporte coletivo, habitação de interesse popular, saneamento básico, entre outros. São várias ações que além de qualificar a vida em cada cidade vai dar uma capacidade própria de sustentabilidade econômica, social e ambiental a cada município.

Este plano visa estimular a elaboração de Plano Diretor em municípios que ainda não dispõem deste instrumento. No polo turístico em questão, o Plano Diretor devidamente constituído existe nos seguintes municípios. Campo Grande, Sidrolândia e Terenos; em contratação em Ribas do Rio Pardo, de acordo com informações da Superintendência das Cidades.

A despeito dos planos existentes, apesar de relevantes os Planos Diretores existentes, não há Plano Diretor do Turismo em nenhum município da região. Entretanto, é importante ressaltar o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul – ZEE/MS de junho de 2008 – Primeira Aproximação, que foi elaborado com o objetivo central de promover a identificação dos fatores ecológicos e da intensidade da ocupação do solo em um processo de zoneamento visando a organização do espaço, indicando as áreas que deverão ser preservadas e aquelas que estarão liberadas (ainda que parcialmente) à exploração econômica, como efeito, possibilitando realizar maior eficiência produtiva obedecendo princípios e parâmetros de utilização dos recursos naturais.

Dentro deste estudo, o polo turístico Campo Grande e Região se enquadra em zonas distintas, nas quais o turismo foi identificado como alternativa econômica produtiva.

A - Zona de Proteção da Planície do Pantanal – ZPPP - Contém as sedes dos municípios de Coxim, **Rio Negro, Corguinho e Rochedo**.

Classificação - Zona de preservação ambiental e uso controlado, baseado nas Cartas de Vulnerabilidade Natural e Potencialidade Socioeconômica, com as seguintes atividades indutoras; silvicultura; fruticultura; culturas agrícolas permanentes; ecoturismo e turismo rural.

Recomendações: Implantação de empreendimentos e atividades relacionados com o ecoturismo e o turismo rural e Estruturação do corredor de transporte em binário viário com a rodovia federal BR163, interligando os municípios de Campo Grande, Rochedo, Corguinho, Rio Negro e Rio Verde, visando fomentar o incremento das atividades produtivas locais e regionais.

B- Zona das Monções – ZMÇ - Contém em sua área, as sedes dos municípios de **Jaraguari**, Bandeirantes, Figueirão, Camapuã, **Ribas do Rio Pardo**, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Brasilândia, Três Lagoas e **Campo Grande**, sendo essas duas últimas cidades, respectivamente, o maior polo industrial do Estado e a Capital política e econômica do Estado.

Classificação - Zona de expansão econômica, com base nas Cartas de Vulnerabilidade Natural e de Potencialidade Sócio Econômica, com as seguintes atividades indutoras: agropecuária consorciada com a silvicultura; indústria de agroenergia e indústria em geral.

Recomendações: Fortalecimento do município de Campo Grande como Destino Indutor de Turismo, em conformidade com o enquadramento feito pelo Ministério do Turismo.

4.4. INCENTIVOS PARA O INVESTIMENTO TURÍSTICO

Os Incentivos Fiscais fazem parte do conjunto de políticas econômicas. Facilitam o aporte de capitais em uma determinada área através da cobrança de menos impostos ou de sua não-cobrança, visando o aquecimento econômico do respectivo território principalmente com capitais exógenos.

O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar nº. 93, de 05 de novembro de 2001, alterada pela Lei Complementar Estadual nº. 103, de 19 de setembro de 2003, instituiu o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR). Tal programa prevê benefícios fiscais estaduais somente para a instalação de novos empreendimentos industriais, de forma que o setor de turismo não é contemplado com esses incentivos.

Neste sentido, cabe ao chefe do poder executivo municipal autorizar a doar e conceder direito real de uso com promessa de doação, e permutar terreno para a instalação ou ampliação das obras necessárias ao funcionamento do empreendimento; executar, diretamente ou por terceiros, os serviços de infraestrutura necessários à edificação das obras civis e vias de acesso; conceder redução no valor da Taxa de Aprovação do Projeto Arquitetônico; e conceder redução no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, incidente sobre o imóvel onde funcionar a empresa incentivada e o prazo.

O Estado de Mato Grosso do Sul dispõe de um plano de desenvolvimento do turismo, que aborda aspectos gerais e apresenta as potencialidades da região. No entanto, o mesmo não dispõe de uma política específica que consiga detalhar as reais necessidades de investimentos no setor para o desenvolvimento da estrutura turística, o que prejudica a elaboração de uma estratégia de divulgação das belezas naturais e dos seus principais atrativos turísticos.

Em nível local, na área turística Campo Grande e região, somente Campo Grande dispõe de uma política de atração de empresas, através do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Campo Grande (PRODES), que tem entre seus objetivos a concessão de benefícios e incentivos fiscais à instalação de empreendimentos de turismo, desde que a empresa beneficiária do programa atenda os requisitos e obrigações previstas.

Outro aspecto importante que impactou a região turística positivamente, foi a implantação da Lei de Incentivo ao Turismo Rural (dez/2008). Segundo a lei sul-mato-grossense, intitulada de Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural no MS, o fomento ao setor deve ser comprometido com o turismo ambientalmente sustentável, valorização da atividade rural, diversificação dos negócios, preservação das raízes, hábitos e costumes da cultura local.

As ações propostas pela política de incentivo serão norteadas por um Plano Estadual (em construção na FUNDTUR/MS) que reúne informações, diagnósticos e metas para estimular o turismo. A lei prevê um Sistema Estadual, com agentes que irão executar as políticas definidas e um Fundo Estadual, com recursos financeiros para reunir e canalizar investimentos para o turismo rural no Estado, financiando novos investimentos, reformas e ampliações de empreendimentos rurais que atuam na recepção e hospedagem de turistas.

Um indicador da expansão do Turismo nacional e de sua posição cada vez mais significativa na economia brasileira é o crescimento do volume de crédito destinado ao setor. De acordo com o Ministério do Turismo, tomando como referência os valores concedidos por instituições financeiras oficiais (Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, Banco do Brasil – BB, CAIXA, Banco da Amazônia – Basa e Banco do Nordeste – BNB), observa-se um crescimento da ordem de 400% desde 2003, ano da criação do Ministério do Turismo. Em 2009, o valor dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras federais chegou a R\$ 5,58 bilhões, um aumento de 55,5% se comparado ao ano anterior.

O acesso ao crédito sempre foi pré-condição para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Entretanto, entre os inúmeros motivos alegados pela rede bancária para não conceder o crédito aos pequenos empresários, estão a assimetria de informações, a deficiência de garantias reais, a falta de um histórico comportamental dos tomadores de crédito, dentre outros.

O financiamento ao consumidor final também constitui outro relevante insumo para o desenvolvimento do Turismo. Os bancos oficiais vêm desenvolvendo novos produtos e serviços financeiros em que o crédito é oferecido ao turista, de forma desburocratizada, com grande aceitação pelos consumidores e com impactos positivos na comercialização de produto no mercado interno, como é o caso do Cartão Turismo CAIXA.

A atividade turística é executada, fundamentalmente, pela iniciativa privada e envolve um amplo leque de oportunidades para o desenvolvimento da oferta de serviços. Assim, faz-se imprescindível a disponibilidade de crédito em quantidade e em condições adequadas aos micros, pequenos, médios e grandes negócios do turismo.

O quadro a seguir apresenta um resumo das principais linhas oficiais de financiamento destinadas às empresas que exercem atividades na cadeia produtiva do turismo, segundo a finalidade do crédito e que estão disponíveis para todo o país, excetuando-se as do Fundo

Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO que é limitado à Região Centro-Oeste, podendo ser acessadas pelos empreendimentos da área turística Campo Grande e Região.

Quadro 62 – Demonstrativo das principais linhas de financiamento.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	LINHA DE FINANCIAMENTO	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	PRAZOS	TAXAS DE JUROS
BANCO DO BRASIL/FCO	Desenvolvimento do Turismo Regional.	Implantação, Ampliação e Modernização de Empreendimentos Turísticos.	Meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos.	Investimento fixo: - até 12 anos; - até 20 anos p/ meios de hospedagem. Capital de Giro: até 3 anos.	De 6,75% a 10,0% ao ano, dependendo do porte do empreendimento.
BNDES	BNDES Finem – Capacidade Produtiva para o Turismo.	Apoiar a implantação, expansão e modernização do Complexo Turístico Nacional.	Empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental.	Investimento fixo: - até 8 anos p/ reforma, ampliação e modernização; - 10 anos p/ novos empreendimentos.	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada.
BNDES	ProCopa Turismo – Hotel Sustentável.	Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de Hotéis.	Hotéis que obtenham a Certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem.	- Construção de novos empreendimentos: até 18 anos. - Ampliação, reforma e modernização de empreendimentos: até 12 anos.	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração do Agente Financeiro.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	PROGER Turismo – Investimento.	Projetos de Investimento e Capital de Giro associado.	Micro ou Pequena Empresa do ramo turístico.	Até 5 anos incluído a carência.	* TJLP + 5,0% ao ano p/ operações de até 48 meses. * TJLP + 5,33% ao ano p/ operações acima de 48 meses. * IOF conforme legislação vigente.

Fonte: elaboração própria.

Para o desenvolvimento do setor de turismo existem alguns mecanismos facilitadores para a obtenção de financiamentos de forma direta. Um dos principais é o **Cartão BNDES**, cartão de crédito que tem por objetivo financiar investimentos de micro, pequenas e médias empresas, com faturamento anual de até R\$ 90 milhões. As compras podem ser realizadas diretamente pelo cliente na empresa fornecedora ou por meio da internet, bastando só informar ao fornecedor o número do seu cartão.

O Ministério do Turismo traz informações importantes sobre as condições de crédito.

[...] Tendo em vista os preparativos para a Copa do Mundo de Futebol FIFA™ 2014, e para incentivar a revitalização do parque hoteleiro, o setor obteve importantes conquistas na política de aplicação dos recursos do BNDES e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). A partir de 2010, as programações de financiamento dos Fundos já disponibilizam maior volume de recursos para o setor, além de ampliar o prazo de pagamento nas operações com meios de hospedagem, que passou a ser de até 20 anos, incluída a carência de até cinco anos. Em ação articulada com o BNDES, foi criada a linha de crédito Pró-Copa Turismo, destinada ao setor hoteleiro para reforma, ampliação e construção de novos hotéis. A linha oferece condições favoráveis em termos de taxa de juros, prazo de pagamento e limite financiável. O novo produto disponibilizado inova ao trabalhar os conceitos de Hotel Padrão, Hotel Eficiência Energética e Hotel Sustentável, estabelecendo regras diferenciadas para cada categoria. (DOCUMENTO REFERENCIAL TURISMO NO BRASIL 2011/2014)

Nesta questão de acesso ao crédito vale destacar a precariedade de profissionalização dos gestores privados, tanto no que se refere à apresentação dos projetos como na regularização da documentação demandada. A informalidade empresarial ainda é bastante evidente e, muitas vezes, interfere na prestação dos serviços turísticos e nos enquadramentos normativos e regulamentares dos diversos empreendimentos. Ações de incentivo à formalização e de qualificação na área de gestão podem contribuir para reduzir estas deficiências e potencializar o acesso ao crédito, com grande impacto no desenvolvimento da atividade.

Outros fatores que devem ser é a desoneração tributária do setor, particularmente de segmentos que apresentam fragilidades de competitividade e o reconhecimento do Turismo como uma atividade típica de exportação, o que garantirá um conjunto de facilidades com referência na legislação tributária vigente.

Como fechamento do Quadro da Análise Institucional da Região, pode-se concluir que o Sistema Turístico é mais complexo do que se supõe, não se constituindo, isoladamente, pelos atrativos da localidade, mas também pelas facilidades disponibilizadas, pela infraestrutura, pelo empreendimento turístico e pela superestrutura instalada. Tais subsistemas compõem, simultaneamente, o produto turístico, refletindo a capacidade e o grau de desenvolvimento do destino.

Na região, percebe-se os seguintes gargalos:

1. Ausência de estruturas formais de turismo com autonomia política e qualificação técnica;

2. Inexistência de um sistema de informação para subsidiar as políticas públicas do turismo e orientar o empresariado do setor quanto a crédito, a legislação vigente, ao mercado consumidor turístico, etc..
3. Fragilidade nas instâncias de governanças locais e regionais;
4. Concentração do trade turístico e de políticas de incentivos turísticos, somente em Campo Grande;
5. Inexistência de políticas municipais de turismo e não incorporação do documento Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul 2008 – 2020, REGIÃO CAMINHO DOS IPÊS, como documento referencial para o desenvolvimento da atividade na região.

Os itens acima demonstram a fragilidade da Superestrutura do Turismo no polo turístico Campo Grande e Região. A superestrutura do Turismo define-se como um conjunto de organismos, públicos e privados encarregados do ordenamento e da coordenação da atividade. (MTUR)

A OMT (2003, p, 192) admite que o poder público deva empreender ações que podem ser grupadas nas seguintes categorias: políticas, planejamento, desenvolvimento e regulamentação. Em cada uma destas áreas o poder público pode desempenhar um papel de facilitador ou de desestimulador da atividade turística.

Assim, a ausência de estruturas municipais de turismo na região, com força política e técnica é um grande entrave ao desenvolvimento da atividade, pois cabe ao poder público na condição de agente regulamentador e condutor das políticas de turismo, promover a melhoria da infraestrutura e acompanhar a evolução e as tendências do mercado, antecipando-se na adoção de medidas que visem à organização e ao direcionamento da atividade, de tal forma que possam estar aptos, a partir daí, a disputar novos mercados emissores.

O *trade* turístico da região concentra-se em Campo Grande, os demais municípios possuem empreendimentos de hospedagens e algumas agências de viagens de caráter emissor em Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti e Nova Alvorada do Sul. Tal fator dificulta sobremaneira a formulação de roteiros integrados ficando os empreendimentos abandonados por sua conta e risco no processo de promoção e comercialização de seus destinos. Mais uma vez a incipiência do setor público municipal no desenvolvimento turístico é evidenciada na ausência de uma política de roteirização, promoção e comercialização, derivada principalmente da falta de um Plano local de Desenvolvimento Turismo, integrado ao Plano Regional e Estadual.

A reestruturação da Superestrutura do Turismo da região é um processo factível e em andamento, visto a importância da atividade no contexto econômico, social e cultural da região e do Estado, processo este que poderá ser alavancado pelas estratégias e ações a serem implementadas por este PDTIS.

5. ANÁLISE DOS ASPECTOS SÓCIOAMBIENTAIS

A análise socioambiental do polo abrange as condições ambientais específicas da área compreendida por dez municípios, 14% do Estado, considerando os impactos ambientais existentes, sobretudo os decorrentes do setor turístico, incluindo a gestão ambiental pública, privada e destaca os instrumentos de planejamento e controle territorial existentes.

Para esta análise foram buscadas informações junto aos órgãos e representantes do setor e complementadas com a aplicação de um questionário (ANEXO 6) junto aos órgãos municipais responsáveis pelo turismo e pelo meio ambiente a fim de identificar as ações, planos, políticas e as interfaces entre o meio ambiente e o turismo no polo.

5.1. CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA ÁREA TURÍSTICA

O Polo Campo Grande e Região, por ter como segmento turístico consolidado o turismo de negócios e eventos, não utiliza diretamente os recursos naturais como atrativos turísticos. Outro fator importante, ao se trabalhar com as condições ambientais desta área turística, é que neste espaço territorial, o destaque é para o município de Campo Grande, quer pela sua posição de Capital do Estado, quer pela sua significativa infraestrutura e desenvolvimento urbano. Campo Grande, devido suas características de metrópole, exerce a função de polo irradiador, para os demais municípios, sendo esse, um dos motivos pelos quais é considerada pelo Ministério do Turismo como um dos “65 Destinos Indutores do Turismo” que, dentro da meta três do Plano Nacional de Turismo (2007-2010), pretende-se que obtenha padrão de qualidade internacional (TR – Polo Campo Grande e Região – PDITS).

Ao se levantar as condições ambientais desta área, deve-se ter em mente que o município de Campo Grande é o mais estruturado dos 10 (Dez) que compõem este polo. A Capital possui diversas normas, legislações, programas, projetos, ações e políticas voltadas às questões ambientais, turísticas e urbanas. Este município possui órgão específico para trabalhar a gestão ambiental, a gestão urbana, porém, não possui um específico para promover o desenvolvimento do turismo.

A avaliação das condições ambientais da região terá como principal enfoque os ecossistemas aquáticos, e o ambiente urbano (tendo em vista que neste polo cerca de 89% da população reside em área urbana e na cidade de Campo Grande esse percentual atinge os 99%), e os recursos bióticos (fauna e flora) associados a estes dois ambientes. Serão analisadas também informações a respeito das unidades de conservação existentes na região, o monitoramento da qualidade da água e o licenciamento ambiental, obtidas junto ao IMASUL/MS e Secretaria Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento Urbano - Semadur.

5.1.1. Características e Fragilidades Socioambientais mais Relevantes

Dentre as características e fragilidades socioambientais mais relevantes neste polo turístico pode-se considerar a manutenção qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos superficiais, e a conservação e/ou preservação das Unidades de Conservação - UC's e Parques Públicos Municipais, conservação e preservação de áreas de relevante interesse cultural (áreas urbanas históricas, museus), paisagístico (cachoeiras, cânions, corredeiras d'água), natural (recursos bióticos – fauna e flora –, recurso abióticos (algum curso ou espelho d'água de relevante interesse – por exemplo, para potabilidade).

Os recursos hídricos superficiais são fundamentais tanto para o aspecto natural (preservação e manutenção das espécies, manutenção do ciclo hidrológico), tanto para o aspecto antrópico e social (abastecimento humano, balneabilidade de uma determinada cachoeira ou corredeira, diluição de efluentes).

Em relação à fragilidade ambiental dos recursos hídricos superficiais salienta-se por exemplo, o município de Campo Grande, que atualmente tem como principal fonte de abastecimento de água (cerca de 50%) a captação Guariroba, que se localiza a aproximadamente 30Km do perímetro urbano deste município. Assim, fica caracterizado a fragilidade deste recurso à contaminação e ou poluição causada, principalmente, por despejos domésticos e industriais. Esta captação realizada a uma distância significativa se dá devido, principalmente, ao crescimento urbano de certa forma desordenado, o que pode ser evitado nas outras cidades do polo.

Em relação à qualidade da água dos recursos hídricos superficiais, de uma forma geral, os recursos hídricos superficiais das bacias que abrangem as áreas dos municípios do presente polo apresentam uma qualidade classificada de boa a ótima, de acordo com o índice de qualidade da água – IQA adaptado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo CETESB - IQA_{CETESB}. Vale ressaltar que os índices aqui apresentados se assemelham com os definidos no Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul - PERH-MS publicado no ano de 2010.

O IQA da *National Sanitation Foundation* (NSF-USA), adaptado pela CETESB e assim adotado pelo IMASUL/SEMAG, incorpora nove parâmetros para a avaliação da qualidade da água: coliformes fecais, pH, demanda bioquímica de oxigênio, nitrogênio total, fosfato total, temperatura, turbidez, resíduo total, oxigênio dissolvido. Para cada parâmetro é atribuído um peso, de acordo com a sua importância relativa no cálculo do IQA, e traçadas curvas médias de avaliação da qualidade das águas em função de sua concentração. O IQA final é calculado como um produto das notas individuais de cada parâmetro, elevadas aos respectivos pesos, obtendo-se um número entre zero e cem (0-100), com a respectiva qualificação, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 63 – Parâmetros, pesos e variações de qualidade água para IQA_{CETESB}

Parâmetros	Unidade	Peso	Varição
Oxigênio Dissolvido	mg de O ₂ . L ⁻¹	0,17	< 19 = PÉSSIMA
Coliformes Termotolerantes	NMP. (100 mL) ⁻¹	0,15	
pH	-	0,12	19 < IQA ≤ 36 = RUIM
DBO _{5,20 °C}	mg de O ₂ . L ⁻¹	0,10	36 < IQA ≤ 51 = REGULAR
Nitrogênio Total	mg de N. L ⁻¹	0,10	
Fósforo Total	mg de P. L ⁻¹	0,10	
Temperatura da Água	°C	0,10	51 < IQA ≤ 79 = BOA
Turbidez	NTU	0,08	79 < IQA ≤ 100 = ÓTIMA
Sólidos Totais	mg. L ⁻¹	0,08	

Fonte: Adaptado da CETESB (2005)

Outra forma de representação da qualidade estudado no Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul – PERH-MS – foi a apresentação de um índice baseado na concentração de Oxigênio Dissolvido – OD, classificado de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 64 – Parâmetros de qualidade da água com base no OD.

Qualidade	Varição de acordo com OD
PÉSSIMA	OD < 2
RUIM	OD ≥ 2
REGULAR	OD ≥ 4
BOA	OD ≥ 5
ÓTIMA	OD ≥ 6

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010f.

Embasado no Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul que abrange somente as sub-bacias da bacia do alto Paraguai (BAP) e algumas sub-bacias da bacia do rio Paraná: a Sub-bacia do rio Ivinhema e alguns cursos de água da Sub-

bacia do Rio Pardo têm-se os seguintes índices de qualidade da água para o polo em questão:

Quadro 65– Índice de qualidade da Água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região em 2008.

Bacia	Município	Curso d'água	IQA
Pardo	Campo Grande	Cor.Desbarrancado	Boa
Pardo	Campo Grande	Cor. Joaquim Portugues	Boa
Pardo	Campo Grande	Cor. Prosa	Boa
Ivinhema	Sidrolândia	Rio Vacaria	Boa
Miranda	Dois Irmãos do Buriti/Terenos	Cor.Canastrão	Boa
Miranda	Terenos	Rio Cachoeirão	Boa
Miranda	Rochedo/Corguinho	Rio Aquidauana	Boa/aceitável
Rio Negro	Rio Negro	Rio Negro	Boa a ótima

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2009b

Verifica-se que os dados acima, em função da área de abrangência do relatório supracitado, não contemplam cursos d'água de Nova Alvorada, Ribas do Rio Pardo e Jaraguari.assim complementando tem-se os seguintes dados do PERH/MS:

Quadro 66 – Índice de qualidade da Água na área de abrangência do Polo Campo Grande e Região de acordo com dados do PERH/MS.

UPG	IQA baseado em OD	IQACetesb
Pardo	Ótima	----
Verde	Ótima	----
Miranda	----	Boa
Ivinhema	----	Boa
Negro	----	Boa

UPG – Unidade de Planejamento e Gerenciamento. Unidade definida no PERH/MS que pode contemplar uma ou mais bacia de características similares.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010f.

Em relação às UPG`s da Bacia do Paraguai, enfatiza-se que na UPG do Pardo estão inseridas parte ou totalmente as áreas dos municípios de Campo Grande, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia. Na UPG do Ivinhema estão os municípios Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia. Na UPG do Verde encontra-se apenas parte da área do município de Ribas do Rio Pardo.

Em relação às UPG`s da Bacia do Paraná, na UPG Miranda estão inseridas parte ou totalmente as áreas dos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Rochedo, Terenos e Sidrolândia. Na UPG Negro estão Corguinho, Dois Irmãos do Buriti e Rio Negro.

Contudo, mesmo sabendo que a qualidade da água nas bacias do polo estudado varia de boa a ótima, há afluentes, ou trechos (parte) de determinados afluentes dos principais cursos d'água das 5 (cinco) bacias que abrangem o polo que possuem qualidade d'água comprometida. Um bom exemplo de córrego comprometido é o córrego Imbirussu localizado na cidade de Campo Grande. Este córrego tem sua qualidade diminuída desde sua nascente principalmente devido a lançamentos de esgotos clandestinos, contudo, é a partir dos lançamentos do polo industrial Indubrasil que esta qualidade fica bastante comprometida e acaba reduzindo, por vários quilômetros, a qualidade do rio Anhanduí (quadro e figura seguinte e mapa da Rede de Monitoramento de Qualidade de Água dos Córregos Urbanos de Campo Grande presente no ANEXO 5).

Quadro 67 – IQA_{CETESB} – Pontos de monitoramento no Córrego Imbirussu.

Bacia	Pto	Estação Ponto	IQA	Voto	Estação 2 Ponto	IQA	Voto
	INE1	-	-	-	2010	Ba	77
	INE2	8010	Ba	9	2010	Ba	6
	INE3	8010	Regr	40	2010	Rim	3
	INE4	-	-	-	2010	Ba	6
	INE5	8020	Ba	57	1010	Ba	54
Hirsu	INE6	8020	Regr	47	1010	Regr	49
	INE8	3030	Regr	48	-	-	-
	INE5	3030	Rim	32	-	-	-
	SE01	-	-	-	2010	Regr	48
	SE02	8030	Regr	51	2010	Regr	44
	SE03	8010	Regr	48	2010	Regr	49

FONTE: CAMPO GRANDE, 2010.

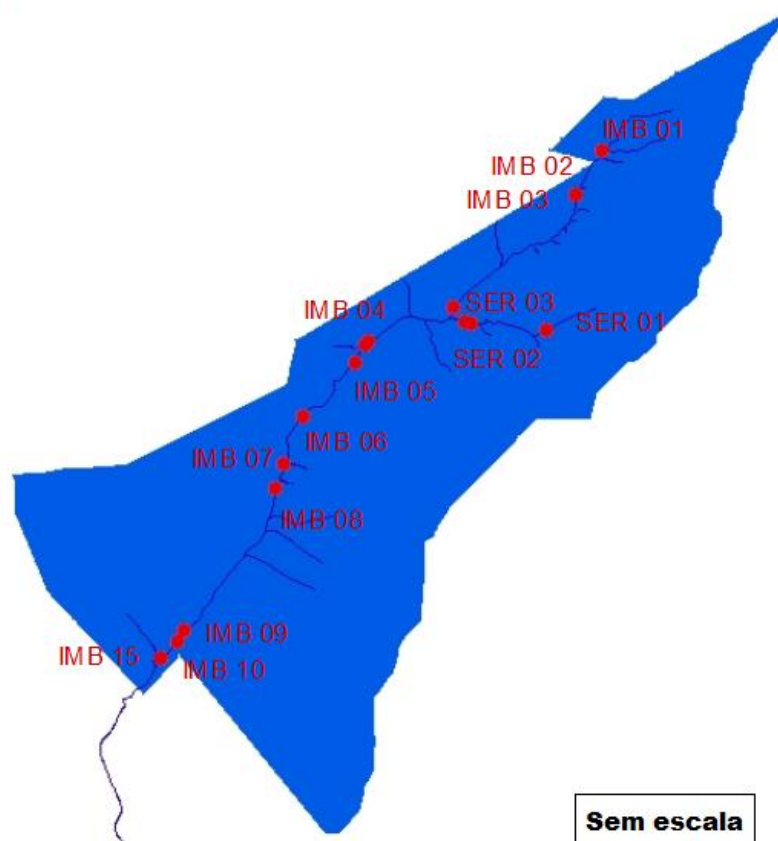


Figura 63 – Rede de Monitoramento na Bacia do Imbirussu

FONTE: CAMPO GRANDE, 2010.

Os pontos de monitoramento que nos interessa aqui discutir são os IMB 06 (jusante lançamento frigorífico Friboi localizado a montante do polo), IMB 09 (referente ao ponto de montante do lançamento do polo industrial), IMB 10 (jusante do ponto de lançamento do polo industrial e montante do lançamento do curtume Couro Azul) e IMB 15 (jusante do lançamento do curtume Couro Azul). Nota-se que a qualidade, mesmo não tendo dados do ponto de montante do Polo (IMB 09), tanto no córrego Imbirussu quanto no Rio Anhanduí fica efetivamente comprometida devido ao significativo lançamento de carga inorgânica proveniente de lançamentos de águas residuárias industriais do polo industrial mencionado. Vale ressaltar que dentre os parâmetros analisados pelo IQA_{CETESB} não está incluído, dentre

outros, o parâmetro Cromo, um indicador importante de ser avaliado devido às tipologias de empreendimentos presentes neste polo.

Segundo fazendeiros de propriedades localizadas a jusante do ponto de lançamento do polo Indubrasil (que recebe efluente de indústrias de curtimento, produção de óleo, fabricação de refrigerantes, dentre outras) e do presente curtume, diversas criações morreram ao beber água do leito do córrego Imbirussu e do rio Anhanduí, portanto, os mesmos não utilizam a água desses cursos d'água nem para dessedentação de seus animais, nem para irrigação, nem para balneabilidade, ficando aqui caracterizado um potencial conflito pelo uso d'água.

Estes ambientes são ambiental e socialmente frágeis e podem oferecer riscos à flora, fauna e população diretamente envolvida.

A partir desta abordagem, fica claro que ao se desenvolver/estimular uma determinada atividade turística, a depender do segmento, se faz necessário conhecer, por exemplo, as características dos recursos hídricos superficiais, principalmente, em termos qualitativos e quantitativos. Também se faz necessário, identificar quais os possíveis impactos a serem causados por essa atividade turística.

Caso a atividade turística a ser explorada numa determinada região for da segmentação do ecoturismo (balneabilidade em cachoeiras), deve-se saber, dentre outros requisitos, se este recurso natural é próprio para balneabilidade ou não, e caso não seja, quais são as possíveis causas de diminuição da qualidade da água.

Em relação às UC's, assunto que será mais aprofundado no item Gestão Pública, pode-se dizer que há 2 (duas) unidades de Proteção Integral e 17 (dezesete) de Desenvolvimento Sustentável.

Estas UC's são ambientes considerados como frágeis principalmente as de proteção integral, tendo em vista que devam sofrer menos interferências, pois geralmente são criadas com intuito de preservarem uma área de relevante interesse ambiental. Assim, estas UC's necessitam de um tratamento especial, seja ele realizado por meio de um Plano de Manejo e/ou outros instrumentos.

Em relação às 2 (duas) UC's de Proteção Integral, o Parque Estadual das Matas do Segredo é o que apresenta maior grau de vulnerabilidade ambiental, principalmente relacionado a perda de solo. Neste parque, por se encontrar numa área de solo predominantemente arenoso (Arenitos da Formação Caiuá), há um processo erosivo em avançado estágio que está contribuindo para o assoreamento do córrego Segredo e pondo em risco uma área significativa do Parque.

O Parque Estadual do Prosa está mais protegido e possui maior infraestrutura que o Parque Estadual das Matas do Segredo. Nele são desenvolvidos trabalhos de interpretação e educação ambiental em trilhas guiadas pelos guarda-parques. Junto ao parque, encontra-se o CRAS, que recebe animais atropelados, resgatados de incêndios e de outros acidentes, além de animais apreendidos com o tráfico. Tanto o Parque do Prosa como o CRAS recebem visitantes e pesquisadores, representando um importante meio de conscientizar as pessoas a respeito da conservação da natureza.

Dentre as características sociais envolvidas com as questões ambientais a que merece destaque é a falta de sensibilização de boa parte da sociedade em relação a conservação e preservação do meio ambiente. Observa-se que tanto no órgão estadual (IMASUL) e municipal (Semadur) de meio ambiente são adotadas ações de educação ambiental pontuais e sem planejamento estratégico, não havendo – inclusive – acompanhamento efetivo dessas ações.

A) Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos Turísticos do Polo Campo Grande e Região.

Uma relevante característica socioambiental a ser considerada na presente análise é o Licenciamento Ambiental dos empreendimentos turísticos no polo, sendo este estudado através dos dados fornecidos pelo IMASUL e SEMADUR identificando os empreendimentos licenciados, em processo de licenciamento e não licenciados, conforme abaixo:

Quadro 68 - Número de empreendimentos turísticos com licença ambiental em 2010.

Município	Atividade	Total LO	Licença de Operação	LO em Tramitação	Renovação de LO	RLO em Tramitação
Corguinho						
Dois Irmãos do Buriti						
Jaraguari						
Nova Alvorada do Sul						
Ribas do Rio Pardo	Balneário	1	1			
Rio Negro						
Rochedo						
Sidrolândia						
Terenos	Pesqueiro	3		3		
	Balneário	1	1			
	Lanchonete	1	1			
	Restaurante	1	1			
	Bares	27	15	6	4	2
Campo Grande	Restaurantes	10	8	2	-	-
	Hotéis	27	19	4	4	-
	Buffets	21	16	2	3	-
	Parque de Exposições	1	-	1	-	-
	Clubes	11	6	3	2	-
	Pesqueiros	11	5	6	-	-

Fonte: IMASUL, SEMADUR.

Mesmo sem haver um inventário atual e preciso do total de empreendimentos turísticos existentes em todos os municípios do presente polo em 2010, estima-se que a taxa de empreendimentos ambientalmente regularizados seja baixa, visto que a FUNDTUR indica a existência de atrativos como pesqueiros e balneários em Nova Alvorada do Sul e Rio Negro, aqui não licenciados, por exemplo. Da mesma maneira, há 61 meios de hospedagem em todo o polo, conforme dados da FUNDTUR apresentados no mercado turístico, dos quais somente 44,26% estão licenciados.

Vale ressaltar que o maior número de empreendimentos turísticos licenciados se localiza na Capital, demonstrando mais uma vez o nível de organização e de atuação mais numa escala mais local do órgão ambiental municipal, o que é normal, tendo em vista que o órgão estadual de meio ambiente, Imasul, por falta de recursos humanos e materiais, tem que priorizar o licenciamento das atividades que possuem o maior potencial poluidor e o maior grau de utilização de recursos naturais.

5.1.2. Principais riscos e salvaguardas a considerar nas etapas de planejamento e ordenamento da atividade turística

Os principais riscos a serem observados nas etapas de planejamento e ordenamento da atividade turística estão diretamente relacionados ao tipo de atividade, às características físicas e biológicas do local a ser implantado, bem como aos recursos financeiros e humanos envolvidos com a atividade.

Numa atividade turística onde se utilizará diretamente recursos naturais deverão ser observados, dentre outros requisitos a manutenção de Áreas de Preservação Permanente – APP; o respeito ao limites das unidades de conservação e suas respectivas áreas de *buffer*; áreas de solos vulneráveis, como por exemplo, solos arenosos, que possuem baixa resistência mecânica e alta susceptibilidade a processos erosivos; a manutenção da qualidade e quantidade da água; a capacidade suporte do ambiente, principalmente em áreas frágeis.

Em atividades turísticas que não utilizam diretamente recursos naturais, deverão ser observados outros riscos, tais como: risco de aumentar significativamente o tráfego numa determinada região devido ao turismo de eventos e negócios – devendo em muitos casos ser elaborados Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV; risco de aumentar problemas de ordem urbanística e ambiental, como por exemplo, o nível de intensidade sonora (aumentando e/ou provocando poluição sonora e em consequência transtorno à população diretamente envolvida).

Vale ressaltar que das 10 (dez) cidades presentes no Polo Campo Grande e Região, a de Campo Grande é a única que monitora e acompanha os níveis de decibéis provocados por atividade de concentração de público por meio da Lei complementar n. 008 de 1996. Em Campo Grande também é exigido para determinadas atividades, que se façam necessário, a elaboração de EIV, sendo este analisado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Campo Grande – Planurb.

Em relação às salvaguardas a serem observadas destacam-se a observação e cumprimento das normas e regulamentos ambientais e urbanísticos, bem como das exigências realizadas pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Também devem ser observados normas e regulamentos relacionados ao uso e ocupação do solo, principalmente, as inseridas dentro no Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo de cada cidade. Portanto, ao se desenvolver um determinado projeto deverão ser levantados todos os aspectos ambientais mais significativos do empreendimento a ser desenvolvido, bem como realizar uma consulta, junto ao órgão ambiental e órgão responsável pela gestão territorial competente, sobre os requisitos mínimos para minimizar os possíveis impactos ambientais e urbanísticos.

Um instrumento muito valioso na etapa de planejamento é a avaliação de impactos ambientais (AIA), principalmente, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), sendo estes dois exigidos de determinadas atividades, principalmente das atividades enumeradas na resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama n. 001/1986.

Cabe salientar que, fica a critério dos órgãos ambientais, dependendo do potencial poluidor e do porte da atividade, exigir EIA/ RIMA ou outro estudo de menor complexidade, mesmo que os empreendimentos não constem na resolução Conama n. 001/1986.

Outro fator importante é que o órgão responsável pela gestão turística, bem como qualquer outro órgão público envolvido com um determinado empreendimento, poderá solicitar uma cópia do RIMA para manifestação. Esta abertura que a resolução Conama n. 001/1986 possibilitou é importante, pois permite que estudos como o RIMA não sejam literalmente cópias de outros estudos já realizados. Com isso o órgão de turismo, por meio de representantes habilitados, poderá propor alterações ou sugerir que sejam realizados

levantamentos complementares nas audiências que são exigidas para atividades que necessitam de EIA/RIMA.

Outro instrumento importante é a construção da Agenda 21 local para os nove municípios do interior e a efetiva implantação da Agenda 21 de Campo Grande, lançada em junho de 2004. Vale ressaltar que a Agenda 21 de Campo Grande foi construída com a participação da sociedade civil, representantes de instituições de ensino, de diversos órgãos e entidades, e de representantes da iniciativa privada, sendo, portanto um importante instrumento democrático de gestão.

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, através do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB executou, em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente o Projeto intitulado Agenda 21: Campo Grande Nosso Lugar - Convênio MMA/FNMA n. 2002CVF000020. A Agenda 21 Local serve para alcançar os objetivos propostos na Agenda 21 Nacional, visando melhorar a qualidade de vida de toda a população, sem comprometer as gerações futuras, tornando os municípios localidades mais humanas e saudáveis. No Município de Campo Grande, o processo de construção da Agenda foi executado em 4 (quatro) etapas distintas: de Mobilização, de Construção, de Compromisso e de Prática.

5.1.3. Requisitos especiais a considerar nos estudos ambientais e sociais especificamente referentes às obras

Para a execução de obras, independente da magnitude de seu impacto, em seu planejamento deve ser contemplado a participação social, principalmente a comunidade diretamente afetada, bem como o desenvolvimento de um processo de educação socioambiental, desta forma a comunidade pode se tornar uma parceira na execução e posteriormente na conservação da infraestrutura realizada.

Qualquer obra causa alterações de ordem econômica, social e ambiental, negativas e positivas, de abrangência mais local ou mais regional, de baixa ou grande intensidade, reversível ou não. Desta maneira, alguns requisitos mínimos devem ser adotados para mitigar as consequências negativas desta interferência, sendo estes:

- Deve ser observada a real necessidade de ser executada uma determinada obra, devendo ser levantado seus benefícios econômicos e sociais;
- A comunidade deve ser ouvida, principalmente nas obras que necessitem de EIA e RIMA, ou seja, atividades com alto potencial poluidor e/ou alto grau de utilização (grande porte);
- Deve ser observado o melhor local/área a ser implantada uma determinada obra, devendo ser estudados aspectos abióticos, bióticos e antrópicos;
- Quando necessário, deverá dar entrada no processo de licenciamento ambiental da obra, observando – no mínimo – todas as exigências realizadas pelo órgão ambiental competente. Nesta etapa, deverão ser propostas todas as medidas compensadoras de impactos, de monitoramento ambiental e sistemas de controle ambientais – SCA a serem adotados;
- Devem ser utilizados, quando o custo econômico e os ganhos sociais e ambientais se justificarem, materiais recicláveis na implantação das obras;
- Deve buscar minimizar ao máximo o impacto relacionado à degradação de paisagens, principalmente as de relevante interesse paisagístico;
- Deve possuir um processo de acompanhamento da obra, por meio de um sistema de gestão ambiental visando minimizar a geração de resíduos gasosos, líquidos e

sólidos, minimizar os riscos com acidentes no trabalho e riscos ambientais ligados a poluição e contaminação;

- Na fase de implantação da obra, utilizar o máximo de mão de obra local;
- Aparelhos, equipamentos, máquinas e veículos deverão ser regulados com intuito de diminuir o consumo de energia e combustível, minimizando assim impactos até mesmo de ordem global, como o efeito estufa;
- A comunidade local deverá ser inserida no processo de treinamento para trabalhar nas atividades turísticas, principalmente aqueles que tiveram recursos públicos ou que foram beneficiadas diretamente por obras públicas.
- A comunidade deverá ser inserida no processo de planejamento e ser provida de educação, inclusive educação ambiental, para formação de massa crítica tomadora de decisão.

5.1.4. Indicadores socioambientais cujo desempenho será necessário melhorar ou implementar

Existem alguns indicadores socioambientais que necessitam de melhorias Polo Campo Grande e Região, considerando os dados encontrados em todos os municípios da região. Alguns destes indicadores refletem diretamente a qualidade ambiental da área em questão.

Apesar dos indicadores relacionados ao saneamento básico terem melhorado nos últimos anos na região e existirem planejamentos concretos de novos investimentos, sobretudo em esgotamento sanitário em alguns municípios do polo (vide item Infraestrutura básica, neste relatório), em decorrência do volume de efluentes e resíduos gerados no polo, especialmente na capital, ainda se observa que a cobertura de esgotamento sanitário necessita de uma melhora ampla.

Este necessário aumento da cobertura do esgotamento sanitário do polo demanda a ampliação do sistema nos municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo, além da implantação de sua nos oito demais municípios.

Os indicadores relacionados com a gestão de resíduos sólidos, desde a diminuição, separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final dos resíduos gerados, nos dez municípios em questão necessitam de melhorias.

Quanto aos indicadores de cobertura e efetividade da rede de drenagem urbana o município de Campo Grande é que o possui a situação mais crítica, necessitando de redução da atual taxa de impermeabilização do solo e ampliação no número de galerias pluviais e outras estruturas de drenagem que reduzam os índices de enchentes e inundações no município.

Existem outras ações necessárias para garantir um saneamento ambiental adequado nestes municípios e que podem ser mensurados pela melhoria de indicadores de saúde e qualidade da água: (1) o controle do lançamento de esgotos *in natura*; (2) programas de educação ambiental que sensibilize a população no sentido de não jogar lixo as margens ou dentro de córregos e rios que cortam áreas urbanas e; (3) o fortalecimento e ampliação das ações de recuperação de APP (Matas Ciliares), Reserva Legal, cercamento dos remanescentes situados em fundo de vale, bem como a recuperação de estradas vicinais, manejo de solo e capacitação e conscientização dos produtores rurais localizadas na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Guariroba.

A Deliberação nº03/97, do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA/MS que promove o enquadramento dos rios das bacias hidrográficas do Estado estabelecendo

classes de uso, deve ser atualizada conforme parâmetros indicados pela Resolução CONAMA N.º 20/86, recomendação está também encontrada no Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH-MS, como também a ampliação dos pontos de monitoramento nas sub-bacias do Polo, excetuando-se o município de Campo Grande em decorrência de seu projeto municipal de rede de monitoramento da qualidade da água (Córrego Limpo, Cidade Viva).

Quanto aos indicadores ambientais que devem ser melhorados no âmbito da gestão: (1) a melhoria nos índices de licenciamento ambiental dos empreendimentos requeridos pela legislação vigente, embora o foco deste trabalho seja o turismo, pelas análises procedidas outras atividades econômicas promovem impactos diretos e indiretos sob os recursos naturais que influem na capacidade de abastecimento de água e nas atividades de turismo de natureza, rural e agrotecnológico apontados como potencialidade de diversificação do portfólio de produtos do polo, anteriormente na análise de mercado; (2) o cumprimento dos índices necessários de áreas de APP e Reserva Legal, conforme legislação vigente; (3) cumprimento da adoção de medidas adequadas de conservação dos solos nas propriedades rurais na área da APA Guariroba a fim de minimizar erosões, assoreamentos e conseqüente comprometimento da disponibilidade água para o abastecimento do município de Campo Grande conforme orientação da SEMADUR e Ministério Público Estadual; (4) aumento no número de planos de manejos das Unidades de Conservação existentes no polo elaborados e implantados efetivamente.

Considerando que o turismo de negócios e eventos é pautado em empreendimentos como Hotéis, Bares e Restaurantes, Centro de Convenções e outros com expressivo potencial poluidor é pertinente o uso de indicadores para avaliar o desempenho ambiental que poderia ser medido com o resultado da relação entre os recursos financeiros obtidos (RFO) e conseqüentes perdas ambientais (PA). $\text{Desempenho} = \text{RFO/PA}$, dimensionado os efeitos sobre a economia, meio ambiente e sociedade.

Com os dados apresentados nos questionários encaminhados a todos as prefeituras do polo (QUADRO 70 com os resultados obtidos), ficou claro que um indicador que poderá ser desenvolvido é relacionar os dados sobre gestão ambiental e turística (municípios que possuem legislação ambiental e/ ou de turismo específica, município que possuem políticas efetivas de gestão ambiental e da área de turismo, município que possui plano diretor, município que possui sistema participativo de tomada de decisões, dentre outros) de uma determinada localidade com indicadores socioeconômicos (IDH, PIB, entre outros). Também, se podem buscar correlacionar os dados sobre gestão ambiental e turística com indicadores de qualidade ambiental (diminuição de poluição sonora, índice de qualidade de água, produção de resíduo sólido *versus* população).

Salienta-se que o Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC, está atualmente em fase de elaboração do Índice de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso Do Sul – IDS/MS. A elaboração do IDS/MS está prevista no Plano de Desenvolvimento Regional – PDR/MS 2030, onde estão contidas as diretrizes, estratégias e metas para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS/MS é uma ferramenta de gestão para desenvolver avaliações de impactos dos programas e projetos que buscam superar as desigualdades sociais e regionais, sem comprometer os recursos para o desenvolvimento das gerações futuras.

O IDS/MS incorporará os resultados do Índice de Responsabilidade Social – IRS/MS já elaborado, Índice Ambiental de Desenvolvimento – IAD/MS, Índice de Desenvolvimento Institucional – IDI/MS e Indicador de Segurança Pública, os quais estão em processo de elaboração, contemplando as respectivas dimensões previstas para o IDS/MS. Consiste de um grupo ordenado de indicadores capazes de caracterizar cada região do Estado, portanto

contempla o Polo Campo Grande e Região, revelando as fragilidades e potencialidades por elas apresentadas em relação ao desenvolvimento sustentável.

O IDS/MS adotará como referência no âmbito geográfico a Regionalização do Planejamento de Mato Grosso do Sul e também, será atualizado a cada dois anos, intercalado e posterior às atualizações do IRS/MS, abrangendo o mesmo período de análise.

Contemplará ainda o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul que apresenta dez Zonas, com suas respectivas diretrizes de uso e ocupação do solo, e potenciais corredores de biodiversidade.

Em termos gerais, os indicadores ambientais são medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões específicas do meio ambiente, bem como do desempenho das Políticas Públicas ambientais. Vistos em conjunto, devem refletir a situação ambiental de uma determinada região e servir para a avaliação da sua condição ambiental. A construção de um indicador ambiental é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada incidência ambiental, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados.

Serão contextualizados os aspectos ambientais referentes à Água Doce, Biodiversidade, Terra, Atmosfera e Saneamento de cada município do Mato Grosso do Sul, entre outras informações ambientais relevantes, servindo de ferramenta gerencial de Planejamento público para o Estado, Região, Municípios e toda a Sociedade Civil.

Estes indicadores servirão como instrumento de monitoramento, avaliação e fomento de Políticas Públicas Ambientais, contribuindo assim, para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Estado de Mato Grosso do Sul conforme ilustrado na figura seguinte:

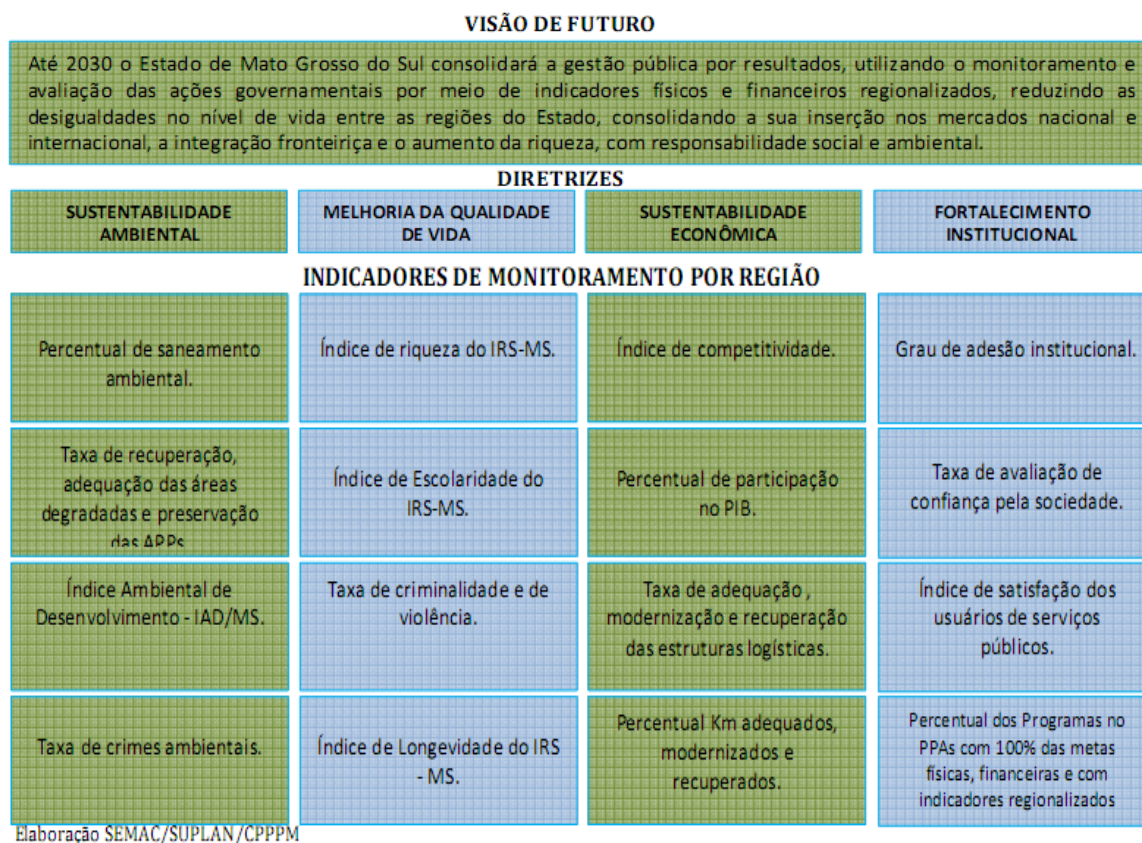


Figura 64 – Diretrizes dos indicadores de monitoramento em desenvolvimento pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

Fonte: PDR MS 2010 – 2030 (MATO GROSSO DO SUL, 2009d)

5.2. IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE QUE JÁ TENHAM SIDO CAUSADOS POR ATIVIDADES TURÍSTICAS

Atividades turísticas podem causar diversos impactos ambientais sendo elas planejadas ou não.

Por falta de gestão, gerenciamento e planejamento, uma atividade turística pode causar impactos negativos ao meio natural, social e econômico. Pode-se citar a cachoeira do Inferninho localizada em Campo Grande, onde devido a destinação incorreta dada a este recurso natural de grande valor paisagístico, de contemplação à natureza e para a promoção de esportes de aventura, o poder público deixa de arrecadar recursos financeiros e gerar empregos, o que se caracteriza com um impacto social negativo. Esta área e boa parte da região da APA Ceurola, é uma das regiões que possuem um alto potencial turístico em Campo Grande, seja ele de aventura (atividades de aventura em cachoeiras e córregos, relevo colinoso e vales) ou ecoturismo (contemplação/ utilização da natureza de forma sustentável).

Esta região ainda é uma das mais protegidas da cidade de Campo Grande, porém, necessita urgentemente de ser estabelecida sua destinação envolvendo os aspectos turístico e ambiental, para manutenção dos recursos naturais. Com essa destinação correta ocorrerão ganhos econômicos, sociais e ambientais.

Sem a devida destinação, acabam por ocorrer os seguintes impactos levantados pela Semadur: intervenção em APP, seja em APP em faixa marginal de cursos d'água, ao redor de nascentes, em faixa marginal a veredas, no topo de morros e montanhas, em encostas, escarpas; degradação do solo acarretando em processos erosivos e assoreamento de córregos.

Em relação ao uso e ocupação do solo vale ressaltar que Campo Grande tem um sistema de planejamento urbano e ambiental implantado e consolidado, porém, não consegue atender as demandas atuais, o que ocasiona diversos problemas, tais como: com erosões, assoreamentos, ocupação irregular de fundo de vale, problemas relacionados com enchentes por causa do adensamento populacional sem medidas efetivas para o controle, etc.

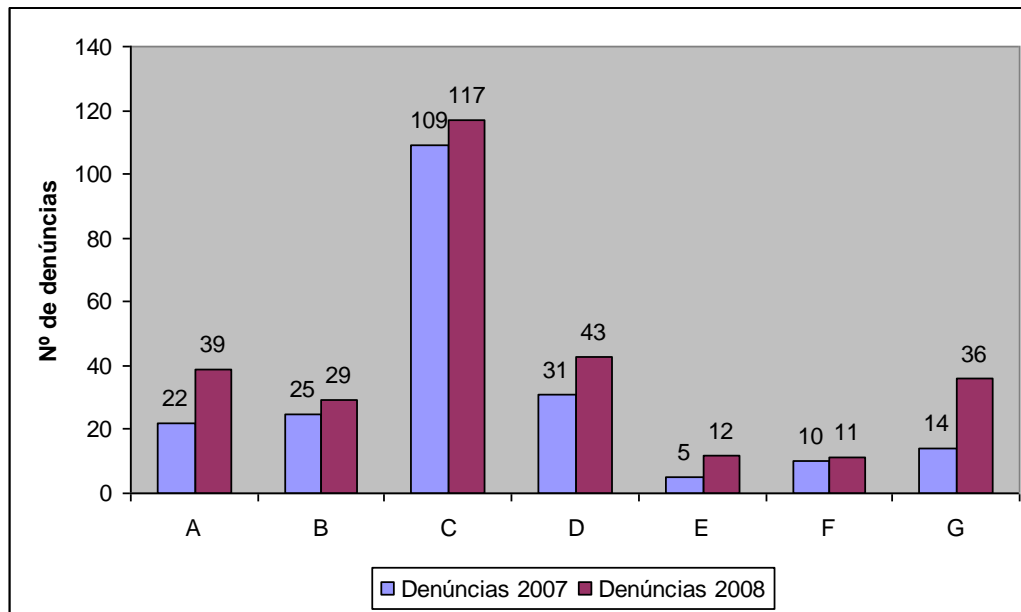
Outro grande problema local e global, e que na maioria dos casos não é levado em consideração é a poluição atmosférica. Hoje, em Campo Grande, quase não se exige tratamento para emissões atmosféricas para atividades e não se controla as emissões realizadas por veículos automotores.

Vale ressaltar que apenas grandes metrópoles como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro monitoram a qualidade do ar e exigem que empreendimentos possuam sistemas efetivos de tratamento de poluição atmosférica. A referência nacional sobre licenciamento, fiscalização e monitoramento de atividades potencialmente poluidoras, que geram impactos relacionados à poluição do ar, é a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB do estado de São Paulo.

Campo Grande ainda não tem indicativos que justifique o urgente gerenciamento de empreendimentos potencialmente poluidores ligados à poluição atmosférica. Faz-se necessário evidenciar que é mais significativo exigir a efetiva regularização dos sistemas de tratamentos de efluentes e monitoramento dos recursos hídricos superficiais, bem como um adequado gerenciamento dos resíduos sólidos industriais (não geração, tratamento e disposição final adequada), problemas hoje mais observados na Capital, bem como nas atividades industriais de todo polo estudado. Outra questão é que a concentração urbana da Capital ainda não é tão intensa, o que não torna urgente (prioridade) o monitoramento da qualidade do ar na mesma se comparado às metrópoles supracitadas.

Levando em consideração o aumento da atividade turística em eventos e negócios em Campo Grande nos últimos anos, os problemas apresentados foram potencializados, o que contribuiu para a diminuição da qualidade e até mesmo mudança no ciclo da água, a diminuição da qualidade do ar, o aumento de conflitos e a degradação do solo na região.

Outro impacto ambiental evidenciado em Campo Grande, principalmente na região central e próximo às atividades de concentração de público com música ao vivo e/ou mecânica, é a poluição sonora. De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES, dentre as denúncias atendidas em Campo Grande em 2007 e 2008, o maior incômodo é ocasionado por ruído e barulho, totalizando 50,5% e 41,5% respectivamente. (figura e gráficos seguintes)



Tipologia A - Água Servida, B – Odor, C – Poluição Sonora/Ruído, D – Poluição Atmosférica, E – Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, F – Entulho / Lixo, G – Outros

Figura 65 - Número total de Denúncias por tipologia em Campo Grande em 2007 e 2008.

Fonte: SEMADES – (CAMPO GRANDE, 2008).

Quadro 69 – Porcentagem de Denúncias por tipologia em Campo Grande em 2007 e 2008.

Tipologia	Porcentagem	Tipologia	Porcentagem
Poluição Sonora / Ruído	50,5	Poluição Sonora / Ruído	40,8
Poluição Atmosférica	14,3	Outros	12,5
Odor	11,6	Poluição Atmosférica	15,0
Água Servida	10,2	Odor	10,1
Outros	6,5	Água Servida	13,6
Entulho / Lixo	4,6	Entulho / Lixo	3,8
Intervenção em ÁPP	2,3	Intervenção em ÁPP	4,2
Total	100,0	Total	100,0
% Denúncias 2007		% Denúncias 2008	

Fonte: SEMADES – (CAMPO GRANDE, 2008).

Uma parte significativa desses impactos se dá em decorrência do turismo de eventos e negócios, pois uma parcela destes eventos e negócios acontecerem em áreas não licenciadas para tal fim, o que acaba por acarretar em problemas de ordem social, tais como a perturbação do sossego da população.

Este tipo de atividade deverá possuir, no caso de Campo Grande, licenciamento ambiental contemplando projetos de isolamento acústico ou justificativa técnica que dispense a adoção destes.

Outro impacto em decorrência de atividades de pesca (atividade turística) neste polo é a pesca predatória em alguns cursos de água naturais que acaba por prejudicar a procriação de algumas espécies. Na atividade de pescadores, diversos impactos podem ocorrer e ainda não foram estudados no polo, principalmente a degradação de APP's e diminuição da qualidade da água, ao se realizar limpeza indiscriminada de tanques de piscicultura.

Nos balneários localizados no município de Rio Negro verificam-se diversos impactos, tais como compactação do solo, degradação do leito dos rios, que foram evidenciados e estão sendo provocados por falta de estudos de determinação da capacidade suporte do recurso

natural, devendo ser analisado, dentre outros fatores, a quantidade permitida de acesso a pessoas. Outro instrumento importante e que não vem sendo adotado por este tipo e diversas outras atividades turísticas, é a elaboração de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA, o que propiciaria a redução, o acondicionamento, o tratamento, o transporte e o tratamento adequado (compostagem e coleta seletiva) de resíduos sólidos, bem como sua disposição final; o tratamento de efluentes líquidos e até mesmo seu reuso.

Na fase de execução de projetos de balneários, bem como pesqueiros, poderão ser adotadas medidas, tais como:

- Reduzir ao máximo a retirada de vegetação. O acesso ao rio deve ser pontual e por meio de *decks*, sem que haja o pisoteio direto no solo;
- Implantar ou complementar os sistemas de coleta e tratamento de esgotos. Na área rural os sistemas individuais de tratamento deverão ser instalados a uma distância segura de cursos da água.

5.3. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

No estado de Mato Grosso do Sul, o poder público tem uma série de projetos e programas em andamento que atuam/interferem diretamente nos municípios do polo em questão. Para solucionar o uso desordenado do solo, foi elaborado o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado, tendo sido apresentado à população através da realização de audiências públicas. Este Zoneamento tem a capacidade de regulamentar o uso e a ocupação do solo no estado, através de diretrizes específicas para cada região.

Para solucionar o problema do saneamento básico, em especial o esgotamento sanitário e o abastecimento de água, existem diversas obras do Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, no Estado, entretanto estes não solucionarão os problemas, por atuarem basicamente em cidades com mais de 200 mil habitantes, o que não condiz com a realidade da maioria dos nossos municípios, mas amenizará de forma considerável o problema, uma vez que o dano ambiental é potencializado quando se tem grande concentração populacional, pela carga poluente despejada.

A aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos também possibilita uma ação efetiva no combate a estes problemas, uma vez que o mesmo possui projetos e programas voltados aos mesmos. O Plano Estadual de Recursos Hídricos apresenta-se como um avanço na gestão de recursos hídricos, especialmente por ser um plano de governo que, para garantir a preservação dos recursos hídricos, atuará também em outras áreas que afetam os mesmos.

Já a sociedade civil tem uma atuação mais modesta, principalmente ocorrendo através de Organizações Não Governamentais - ONGs de educação ambiental, as quais, entretanto não possuem uma atuação muito efetiva a médio e longo prazo no estado. Notou-se, porém uma grande participação popular em audiências e encontros públicos realizados para se discutir questões voltadas à temática ambiental.

O Licenciamento Ambiental, um dos instrumentos mais importantes da gestão ambiental definido pela Lei 6.938/1981 – lei que define a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA e da outras disposições –, tem por objetivo: preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigíveis (Lei federal nº 6.938/1981 e resolução CONAMA 237/1997).

Em Mato Grosso do Sul a lei que definiu as alterações do meio ambiente e estabeleceu normas de proteção ambiental foi a Lei 090/1980.

Em relação ao Licenciamento Ambiental em Mato Grosso do Sul, a partir de junho de 1988, por meio do decreto Nº 4.625, passou a Secretaria Estadual de Meio Ambiente a ter competência para estabelecer as diretrizes para o licenciamento de atividades poluidoras, visando o controle preventivo de poluição dos componentes ambientais hídricos, do solo, atmosférico e sonoros.

O Licenciamento Ambiental dos empreendimentos turísticos no estado de Mato Grosso do Sul é regulamentado pela Resolução conjunta SEMA/IMAP nº 004/2004, por meio de manual de licenciamento ambiental.

Por possuir seu próprio órgão de gestão ambiental, órgão de atuação mais local, em Campo Grande o acompanhamento das atividades potencialmente poluidoras se dá de uma forma mais próxima, permitindo que alguns instrumentos de gestão ambiental (fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental) sejam mais efetivamente implantados.

Um fator importante a ser observado é que o órgão responsável por executar estes instrumentos em Campo Grande, a Semadur, licencia atividades que não são licenciadas pelo órgão estadual de meio ambiente, IMASUL. Isto se dá pelo fato do órgão estadual ter que atuar nas atividades que possui maior potencial poluidor, ou seja, aquelas que podem causar impactos ambientais de maior abrangência (alcance) e magnitude (intensidade). Oficinas mecânicas, serralherias, atividades de concentração de público (bar, igrejas, lanchonetes, boates) com música mecânica e/ou ao vivo são exemplos de atividades licenciadas pelo município e não licenciadas pelo IMASUL.

Em Campo Grande, todas as obras de infraestrutura (pavimentação, drenagem, esgotamento sanitário, etc.) são licenciadas, fiscalizadas e monitoradas pela Semadur, buscando-se mitigar os impactos a serem provocados por estas atividades, já nos demais municípios do Polo Campo Grande e região este feito é realizado pelo IMASUL.

Algumas atividades não podem ser licenciadas pela Semadur, assim como foi definido pelo Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IMASUL e a Prefeitura Municipal de Campo Grande (representante legal da Semadur). Como exemplo de atividades que não são licenciadas pela Semadur, pode-se citar as voltadas para recursos florestais (averbação de reserva legal, desmatamento, carvoejamento). Algumas atividades Industriais, caracterizadas pelo órgão estadual de meio ambiente, como de abrangência maior (ou seja, que os impactos acabam ultrapassando os limites físicos do município), acabam sendo licenciadas pelo IMASUL, as demais são licenciadas pela Semadur.

Outros instrumentos, devido a políticas e legislações específicas, não podem ser executados pela Semadur, como por exemplo, a outorga e a cobrança pelo uso da água, instrumento este conferido aos órgãos estaduais e federais de gestão ambiental/recursos hídricos.

Estes dois órgãos (IMASUL e Semadur), a Polícia Militar Ambiental, e supletivamente o Ibama, são os órgãos responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental dos 10 (dez) municípios do Polo Campo Grande e Região, atuando, principalmente, na educação, fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental dos recursos naturais e antrópicos.

Vale ressaltar que mais localmente, em Campo Grande, a cidade possui um processo de gestão territorial muita além da realidade de diversas cidades brasileiras e das outras cidades presentes no polo. Campo Grande possui um bom sistema de planejamento urbano, realizado em conjunto pelo PLANURB e pela Semadur. O pilar desse sistema de gestão está na boa e atual base cartográfica existente no município, no controle do uso e ocupação do solo que ocorre por meio de diversas ferramentas que têm como base a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar n. 74 de 2005.

Em Campo Grande-MS, tem-se uma boa base de dados georreferenciados denominada Geomorena. Nesta base, elaborada a partir de cartas topográficas da década de 80 e atualizada (última atualização) com fotografias aéreas de 2007 (com precisão espacial de 1m), é possível trabalhar com informações digitalizadas de curvas de nível, cursos d'água, dados imobiliários (dados cadastrais), limites de Bairros – Região urbana – loteamentos – bacias hidrográficas, mapa geotécnico (carta expedita, ou seja, geral), unidades de conservação, zonas de interesse social e cultural, dentre outros. Outra política pública importante para a gestão desses problemas foi a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande no ano de 1999, que como possui uma atuação mais local, acaba por gerenciar maior número de conflitos nesta região.

No âmbito do município de Campo Grande a atuação da sociedade civil é bem presente e se dá pelos conselhos regionais. Em relação à gestão democrática, Campo Grande tem implantado, desde 1996, um projeto pioneiro no Brasil, baseado no processo descentralizado e participativo de planejamento da cidade. Em 1996, foi sancionado o Decreto nº 7.361, de 13 de dezembro de 1996, que regulamenta o Plano Diretor de Campo Grande, Lei nº 005 de 22 de novembro de 1995, no que tange a criação dos conselhos regionais de Campo Grande. É importante enfatizar que o Plano Diretor de Campo Grande foi reformulado nos moldes do Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) pela Lei Municipal Complementar nº 094, de 06 de outubro de 2006. A regulamentação do decreto tem como objetivo propiciar condições favoráveis à participação da comunidade local na gestão democrática e o fortalecimento do sistema municipal de planejamento. Os conselhos regionais, divididos de acordo com as 7 (sete) regiões urbanas do Município (Região Urbana do Centro, Prosa, Lagoa, Bandeira, Segredo, Anhanduizinho e Imbirussu), têm caráter consultivo e competência para acompanhar, no âmbito da respectiva região urbana, a aplicação das diretrizes do plano diretor e leis específicas, sugerindo modificações e prioridades, inclusive no que se refere a obras e serviços. Sobre este aspecto, fica evidente que a participação destes conselhos nas decisões sobre os rumos do turismo em Campo Grande e região (algumas cidades do polo) se faz importante.

Na Capital há alguns instrumentos que podem auxiliar a Gestão dos Recursos Hídricos, como o Plano de Drenagem (elaborado em 2008 e concretizado em 2009), que busca auxiliar na solução dos problemas relacionados com a drenagem urbana.

Dois dos instrumentos de comando-controle mais utilizados em Campo Grande são o de fiscalização e o de licenciamento ambiental. Ambos foram regulamentados pela Lei n. 3.612/1999 e pelo Decreto Municipal n. 7.884/1999. Esses dois instrumentos servem para coibir e buscar regularizar atividades/ empreendimentos com significativos aspectos ambientais, bem como danos provocados por alguma ação antrópica.

A Prefeitura Municipal de Campo Grande nos últimos 15 anos intensificou significativamente suas ações voltadas para a sustentabilidade ambiental da cidade adotando diversas ações e programas, tais como: criação de parques municipais (Parque do Sóter, Parque do Anhandui), programa de revitalização de fundos de vales (Projeto Parque linear do Sóter, Projeto Sóter, Projeto Imbirussu- em fase de conclusão-, Projeto Parque Linear do Segredo - em fase de implantação), criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, revitalização de áreas degradadas dentre outros.

Em março do ano de 2009 foi lançado no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande, o programa pró-natureza, que engloba diversos outros programas, tais como: córrego limpo (monitoramento e divulgação da qualidade da água de todos os córregos urbanos, e busca de soluções para possíveis causas de diminuição da qualidade), projetos de educação ambiental formal e informal, programa de coleta seletiva (reformulado, pois foi lançado em agosto de 2006), entre outros.

O programa Córrego Limpo baseia-se monitoramento da qualidade de água dos córregos urbanos com o objetivo de avaliar a evolução da qualidade da água auxiliando na tomada de decisões do órgão gestor, promover a melhoria da qualidade de vida mediante a preservação dos recursos hídricos, propiciando sua despoluição. Este Programa foi lançado em março de 2009, especificamente no dia 16 de março de 2009 em comemoração à semana da água no município de Campo Grande – MS. É uma iniciativa da prefeitura municipal que conta com a colaboração de outros parceiros, tais como a companhia de Saneamento Águas Guariroba S.A. e a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, e que necessitará da participação ativa da comunidade campo-grandense para que os indicadores de avaliação do programa possam dar resultados positivos.

O Programa de Coleta Seletiva do Resíduo sólido tem como objetivo construir, de forma participativa, a coleta seletiva de resíduo domiciliar na cidade de Campo Grande, tendo como base a separação prévia de materiais recicláveis pelos munícipes e o recebimento destes materiais pelas empresas de comercialização e processamento de recicláveis. Segundo dados deste, Campo Grande – que hoje comercializa 17,5% dos resíduos sólidos produzidos no município, já ultrapassou a meta estadual de recuperar, reutilizar e reciclar de 15%, estipulada para o Estado de Mato Grosso do Sul para os próximos quatro anos, incorporando tais resíduos à produção industrial pela reciclagem, bem como pela recuperação e reutilização de alguns materiais, permitindo um ingresso econômico considerável.

A meta do município é de atingir um índice de coleta seletiva de 25 a 30%, ou seja, aumentar a coleta dos resíduos recicláveis com boa comercialização e alavancar os que, atualmente, não possuem comercialização, tais como o vidro.

Este programa obterá pleno sucesso desde que sejam respeitados os requisitos nele estabelecidos: Articulação com os sucateiros, Articulação com as empresas de reciclagem, Participação efetiva de outras Secretarias do município - tais como a de saúde, a de obras públicas, a de educação, a de assistência social, além da Secretaria de desenvolvimento econômico e do Instituto de Planejamento Urbano, Articulação com os meios de comunicação; e Campanha publicitária. Contudo se fará necessário também o estabelecimento das cinco linhas de ação essenciais: Diagnóstico e Normatizações; Equipamentos públicos de suporte à Coleta Seletiva; Educação Ambiental; Alternativa de renda aos catadores; Coleta Seletiva Porta-a-porta.

Outro carro chefe da Semadur é a gestão de suas Unidades de Conservação - UC`s. A prefeitura de Campo Grande priorizou a gestão, principalmente devido ao critério de abastecimento humano, na seguinte ordem: APA do Guariroba (cerca de 50% do abastecimento); APA do Lajeado (cerca de 12% do abastecimento); APA do Ceroula (elevado grau de importância voltado ao turismo e conservação ambiental).

A APA do Guariroba foi instituída pelo Decreto 7.183, de 21 de setembro de 1995, com as seguintes finalidades de recuperação e conservação dos mananciais de abastecimento público formados pela bacia do Córrego Guariroba, de modo a assegurar a sustentabilidade com quantidade e qualidade dos recursos hídricos; proteger o ecossistema, as espécies raras e ameaçadas de extinção da região, as várzeas e os fundos de vale; Promover o constante monitoramento da qualidade ambiental do manancial e a implementação de projetos específicos que possam contribuir com a sua conservação.

A sub-bacia do córrego Guariroba encontra-se localizada na Sudoeste da APA do Guariroba, distante aproximadamente 48 Km do perímetro urbano, destes 20 Km são de estradas vicinais sem pavimento. Possui área de 7,6 ha, composta por 14 propriedades rurais, sendo que a pecuária constitui-se na principal atividade desenvolvida na bacia hidrográfica.

A fragilidade do sistema ecológico encontrado na APA do Guariroba e conseqüentemente, na sub-bacia do córrego Guariroba associado ao histórico de uso e ocupação da área, sem a incorporação de técnicas adequadas de manejo do solo, resultaram em inúmeros processos erosivos dentro da bacia, contribuindo para o comprometimento do abastecimento público de água potável da cidade de Campo Grande.

Esta é a única das três APA's sobre o gerenciamento da Prefeitura de Campo Grande (PMCG) que possui plano de manejo aprovado e em fase de implantação dos programas/metastas de ação, por meio de parceria realizada entre a PMCG e a Agencia Nacional de Águas – ANA. Dos esforços conjuntos foram obtidos R\$ 800.000,00 da ANA e 88.000,00 da Prefeitura de Campo Grande, somando R\$ 888.000,00 e demais contrapartidas dos produtores, destinados as ações de recuperação de APP (Matas Ciliares), Reserva Legal, cercamento dos remanescentes situados em fundo de vale, bem como a recuperação de estradas vicinais, manejo de solo e capacitação e conscientização.

Ainda, destaca-se a atuação e efetividade do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul, que vem exigindo soluções, bem como auxiliando na tomada destas, para que sejam conservas as três APA's do município de Campo Grande.

Para recuperar toda área a Semadur está contatando os órgãos, instituições e demais parceiros da iniciativa privada estão se mobilizando para viabilizar um montante suficiente para todas as intervenções necessária a adequação ambiental da bacia do Guariroba, que possui 36,19 ha, sendo composta por mais quatro sub-bacia definidas pelo Grupo de Trabalho: Bacias Hidrográficas do Saltinho, Tocos, Rondinha e Reservatório.

Outro instrumento importante é a construção da Agenda 21 local para os 9 (nove) municípios do interior e a efetiva implantação da Agenda 21 de Campo Grande, lançada em junho de 2004. Vale ressaltar que a Agenda 21 de Campo Grande foi construída com a participação da sociedade civil, representantes de instituições de ensino, de diversos órgãos e entidades, e de representantes da iniciativa privada, sendo, portanto um importante instrumento democrático de gestão.

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, através do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente - PLANURB executou, em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente o Projeto intitulado Agenda 21: Campo Grande Nosso Lugar - Convênio MMA/FNMA n. 2002CVF000020. A Agenda 21 Local serve para alcançar os objetivos propostos na Agenda 21 Nacional, visando melhorar a qualidade de vida de toda a população, sem comprometer as gerações futuras, tornando os municípios localidades mais humanas e saudáveis. No Município de Campo Grande, o processo de construção da Agenda foi executado em 4 (quatro) etapas distintas: de Mobilização, de Construção, de Compromisso e de Prática.

Para coletar dados mais precisos sobre a gestão ambiental pública foi aplicado um questionário semi-estruturado para os órgãos responsáveis pela gestão ambiental e turística junto à prefeitura de cada Município (QUADRO 70). Vale ressaltar que devido a grande disponibilidade de dados seja em web site, seja em manuais, anais e outras publicações, foi possível apresentar aqui dados consolidados da cidade de Campo Grande.

Com base nos questionários aplicados aos municípios (QUADRO 70), com exceção da Capital, apenas o município de Sidrolândia, tem plenas condições (capacidade institucional) para lher dar com a gestão ambiental e de questões turísticas, pois neste município há instalado e melhor estruturado um órgão específico para tratar da gestão ambiental e outro

para tratar das questões turísticas. Este município tem termo de cooperação firmado com o órgão ambiental do estado para poder licenciar, fiscalizar e monitorar as atividades potencialmente poluidoras. Sidrolândia possui Legislações e políticas públicas na área ambiental e de turismo, bem como possui um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

Essa organização pode ter sido alavancada devido a proximidade desta cidade com a Capital (64 Km) e por interligar um dos mais importantes polos turísticos de Mato Grosso do Sul (Bonito) à cidade de Campo Grande. A Organização (Gestão) ambiental, urbanística e na área de turismo da cidade de Sidrolândia pode ser percebida por meio de alguns indicadores socioeconômicos, sendo que esta cidade possui o 2º maior PIB, 2º maior IDH e a 2º maior Taxa de Alfabetização do polo estudado, perdendo apenas para a Capital. Sidrolândia também é um dos maiores acumuladores de riquezas no presente polo.

O que se pode perceber é que está havendo acúmulo de riquezas e ganhos sociais, somados a um processo de gestão pública (ambiental, territorial e na área de turismo). Sidrolândia possui ainda planos, programas e/ou projetos de outro setor de interface com o turismo (referentes à gestão ambiental e ao desenvolvimento social), bem como desenvolve estratégia de *marketing* local, desenvolvendo calendários de eventos tradicionais do município, material institucional dos atrativos turísticos locais, sendo a estratégia de marketing realizada pelo setor da comunicação do município.

De acordo com as informações prestadas pelos nove municípios, todos eles possuem Diretoria ou Departamento específico da área de Turismo, e específico da de meio ambiente apenas o município de Nova Alvorada do Sul não possui. Vale ressaltar que dentre os órgãos que tratando da questão ambiental e turística neste municípios há um mix de organização, podendo ir desde um departamento, uma diretoria de turismo e/ou de meio ambiente, ou a até mesmo Secretaria Específica de Meio Ambiente, ou Secretaria Específica de Turismo, ou Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Dentre os projetos, programas e ações mais citados da área de meio ambiente por estes destacam-se: projeto de coleta seletiva, consórcio intermunicipal de resíduos sólidos, implantação de aterro sanitário e educação ambiental.

Em Jaraguari há dois projetos ambientais que se destacam, de acordo com a prefeitura municipal, projeto Corredor Ecológico Rio Jatobá e Marimbondo, e projeto unidade móvel educação ambiental.

Em Dois Irmãos do Buriti o principal projeto é o de coleta seletiva “recicle sua atitude, separe seu lixo”.

Em Terenos, os principais projetos são implantação e gestão de unidades de conservação e implantação da usina de processamento de lixo.

Sidrolândia tem como principais projetos coleta seletiva, projeto de educação ambiental e implantação e gerenciamento de viveiro de Mudanças.

Em Rochedo os principais projetos são projeto de arborização urbana (em convenio com a ENERSUL) e campanhas educativas para separação dos resíduos sólidos nas escolas.

Em Ribas do Rio Pardo os principais projetos são: limpeza anual do rio Pardo, educação ambiental nas escolas, plantio de árvores, aulas programadas como: preservação do solo, da água e plantas, onde são realizadas aulas expositivas, pesquisas bibliográficas, atividades em grupo, identificação de problemas ambientais.

Os demais municípios não detalharam se há projetos específicos na área de meio ambiente.

Dentre os projetos, programas e ações mais citados da área de turismo por estes destacam-se: implantação de centro de informação turística (em especial em Dois Irmãos do Buriti – D.I. Buriti), Parque Ecológico Vale da Vacaria (em especial em Sidrolândia), Recuperação

da Orla Urbana do Rio Aquidauana e Revitalização da Praça Central (Rochedo) e o Plano de Turismo do município de Ribas do Rio Pardo.

Quadro 70 – Resultados dos questionários aplicados referentes à Gestão Ambiental, Turística Pública e Planejamento Territorial no Polo Campo Grande e Região em 2010.

Levantamento	Campo Grande	Corguinho	D.I. Buriti	Jaraguari	N.A. Do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos
1 Há norma e/ou regulamento específicos do setor de turismo	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N
2 Há políticas públicas definidas no setor de turismo	S	N	S	N	N	N	N	N	S	N
3 Há norma e/ou regulamento específicos do setor de gestão ambiental	S	N	N	(-)	?	N	N	N	S	N
4 Há políticas públicas definidas no setor de gestão ambiental	S	N	N	N	N	S	(-)	N	S	S
5 Há Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	S	N	N	N	N	N	(-)	N	S	N
6 Algum Consórcio Intermunicipal atua no turismo no Município	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N
7 Algum Consórcio Intermunicipal atua em gestão ambiental no Município	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N
8 Possui Plano Diretor	S	N	N	N	S	N	(-)	(+)	S	S
9 Possui outro instrumento de gestão territorial	S	N	(-)	S	S	S	S	S	N	S

Legenda: S – sim, N – não, (-) – dado inconsistente, ? – não respondeu (+) – em formulação

Na falta de órgãos específicos para gerenciar questões relacionadas ao turismo e meio ambiente, os municípios do Polo de Campo Grande e região poderão recorrer a outras entidades e organizações. Dentre essas entidades pode-se citar os consórcios intermunicipais e os comitês de bacias hidrográficas. Dentre os consórcios municipais que abrangem o polo, pode-se citar o Consórcio Intermunicipal Integrado das Bacias do Rios Miranda e APA - CIDEMA, uma organização dedicada ao processo de desenvolvimento regional sustentável. Esse conselho é importante, pois envolve 7 (sete) dos 10 (dez) municípios presentes no Polo estudado (quadro seguinte). Dentre as áreas de atuação deste consorcio destacam-se: recursos hídricos e meio ambiente, turismo regional integrado, saneamento ambiental, biodiversidade – áreas protegidas – assuntos indígenas. Vale ressaltar que atualmente que, segundo questionários fechados aplicados aos municípios do polo e informações de mídia, este consorcio, atualmente, não se mostra muito atuante na região.

Quadro 71 – Municípios que fazem parte do CIDEMA no Polo Campo Grande e Região.

Município	Área Física (Km ²)	População 2000 IBGE	Participação nas Bacias (%)	
			Miranda	APA
Campo Grande	8.118,4	662.534	15,00	--
Corguinho	2.648,5	3.566	100,00	--
Dois Irmãos do Buriti	2.351,2	9.323	100,00	--
Jaraguari	2.921,3	5.530	37,75	--
Rochedo	1.565,1	4.345	100,00	--
Sidrolândia	5.300,9	23.182	30,00	--
Terenos	2.849,3	11.586	28,24	--
Total no Polo	25.754,7	720.066	–	--

Fonte: adaptado de SEMACT – IBGE - CIDEMA

Em relação aos comitês de bacias, no polo há apenas um Comitê Estadual de Bacia Hidrográfica, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda (CBH-Miranda), aprovado pela Resolução CERH nº 002/2005. Sua área de atuação abrange a bacia hidrográfica do rio Miranda, rio de domínio do Estado, correspondendo à área física dos municípios de Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Bonito, Bodoquena, Campo Grande, Corguinho, Corumbá, Dois Irmão do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jaraguari, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rochedo, Rio Negro, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Terenos com área de drenagem de 43.787 Km².

Ressalta-se ainda a instituição dos Grupos de Trabalhos para a implantação do Comitê das Bacias Hidrográficas do rio Ivinhema e do rio Pardo, das quais suas UPG's (Unidades de Planejamento e Gestão – assim definidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS) abrangem respectivamente os municípios – Ivinhema (Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia) e Pardo (Campo Grande, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia).

Outro instrumento importante para auxiliar nas ações, programas e projetos da área turística é a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE. Este instrumento será elaborado por meio de um convênio entre o Ministério do Turismo e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – Imasul, com interveniência do Estado de Mato Grosso do Sul e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – Seprotur. A AAE assegurará a integração dos aspectos biofísicos, econômicos, sociais, políticos, aos processos públicos de planejamento e de tomada de decisão. Com isso, poderá haver um maior sincronismo entre órgãos de diversas áreas, inclusive entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a de Turismo, poderão ser melhorados os orçamentos estaduais, as políticas setoriais e globais, o planejamento físico do uso do solo, planejamento dos recursos hídricos, dentre outros.

Questões como aspectos restritivos de instrumentos legais de conservação da natureza, uso do ambiente e suas conseqüências estão no centro dos conflitos evidenciados entre o desenvolvimento de atividades turísticas, população e o local de desenvolvimento destas atividades. Outros aspectos importantes decorrentes dessas conseqüências são as relações entre as condições de vida das comunidades locais e as formas organizacionais pelas quais se pretende conservar a biodiversidade local, bem como a compatibilização dos objetivos de implantação de atividades turísticas. Outro problema é que a falta de informação e orientação, e por sua vez a falta consideração sobre a percepção dos atores locais durante seu cotidiano enuncia a qualidade das políticas públicas formuladas e executadas.

Há diversos conflitos evidenciados entre atividades turísticas e o arcabouço legal de meio ambiente em Mato Grosso do Sul, como por exemplo, o conflito de atividades de concentração de público (parques de exposição, bares e boates como música ao vivo) que na maioria das vezes não conseguem se regularizar em relação à emissão de ruídos, pois a legislação que tange sobre este tema é muito restritiva. O que pode ser feito é definição de lugares específicos para estes empreendimentos (a criação de um centro de atividades de entretenimento e lazer), com definição clara das regras de funcionamento dos mesmos. Um exemplo claro deste tipo de problema é evidenciado nos altos da Avenida Afonso Pena localizada em Campo Grande, região esta dominada por bares, restaurantes e boates.

Nesta região, torna-se praticamente impossível se respeitar os limites estabelecidos pela legislação municipal que tange sobre a emissão de ruídos e fica clara a necessidade de transformar esta região num polo deste tipo de atividade, dando características peculiares em relação aos limites de emissão sonora estabelecidos pela legislação.

Outros conflitos são os existentes entre atividades turísticas que se utilizam diretamente de recursos naturais, como por exemplo, balneários. Sabe-se que qualquer intervenção em Área de Preservação Ambiental - APP, de acordo com a resolução Conama nº 369, de 28 de março de 2006, só poderá ser realizada em três casos: I- Utilidade pública; II- Interesse social; III- Intervenções ou supressão vegetal eventual e de baixo impacto. No caso deste tipo de atividade (balneário), fica faltando por parte do órgão ambiental estadual (Imasul) e do conselho estadual de meio ambiente (CECA) a definição clara de que esta atividade, em determinadas condições (respeitando a estabilidade do solo, encostas e margens dos corpos de água, a qualidade da água, a manutenção da biota, e a regeneração e a manutenção da vegetação nativa, é considerada como de baixo impacto. Assim, este tipo de atividade não mais estaria infringindo a legislação.

Vale ressaltar que algumas intervenções, como a implantação de trilhas para desenvolvimento de ecoturismo, a própria resolução Conama nº 369/2006 define como sendo de baixo impacto.

Em relação à eficiência das unidades de conservação existentes no presente Polo, pode-se afirmar que as UC`s localizadas no município de Campo Grande são as que possuem maior atuação por parte do gestor público, seja ele o órgão estadual que atua em conjunto com a Prefeitura de Campo Grande na gestão dos dois Parques Estaduais no Município (Parque Estadual do Prosa e Parque Estadual do Segredo), seja ele apenas o órgão municipal de meio ambiente (Semadur) atuando na gestão, principalmente, de suas três UC`s de Uso Sustentável (APA do Guariroba, APA do Lajeado e APA do Ceroula).

A gestão nas outras UC`s do presente polo (quadro seguinte) mostra-se deficitária, dentre outros motivos, devido a maioria dessas UC`s serem de Uso Sustentável, não sendo tão rigorosas a exigências em termos de gerenciamento e de conservação de recursos naturais.

Quadro 72 - Unidades de Conservação cadastradas no Cadastro Estadual em Julho de 2009

Unidade	UC	localização
Federal	RPPN Fazenda Lageado	Dois Irmãos do Buriti
Estadual	Parque Estadual das Matas do Segredo	Campo Grande
	Parque Estadual do Prosa	Campo Grande
	Área de Proteção Ambiental - APA Estrada Parque-Piraputanga	entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti
	RPPN UFMS	Campo Grande
	RPPN Gavião de Penacho	Corguinho
	RPPN Vale do Bugio	Corguinho
	RPPN Laudelino Flores de Barcellos	Terenos
	RPPN Faz. Nova Querência	Terenos
Municipal	APA Lageado	Campo Grande
	APA Guariroba	Campo Grande
	APA Ceroula	Campo Grande
	APA do Rio Aquidauana/Rochedo	Rochedo
	APA do Rio Aquidauana/Corguinho	Corguinho
	APA do Rio Anhanduí	Nova Alvorada do Sul
	APA do Rio Vacaria	Nova Alvorada do Sul
	APA Ceroula/Piraputanga	Terenos
	APA Cachoeirão	Terenos
	Monumento Natural Serra de Terenos	Terenos

Fonte: IMASUL, Gerência de Unidade de Conservação apud SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2009b)

Não se obteve informações junto ao órgão ambiental estadual e prefeituras municipais (seja via *home page* ou consulta direta aos órgãos) da situação das seguintes unidades de conservação: APA Municipal do Rio Aquidauana/Rochedo, APA Municipal do Rio Aquidauana/Corguinho, APA Municipal Ceroula/Piraputanga, APA Municipal Cachoeirão, APA Municipal Rio Aquidauana, APA Municipal Vacaria, Monumento Municipal Serra do Maracaju, Monumento Municipal Serra do Bomfim, Monumento Municipal Campo Alegre.

Deve-se observar que muitas Unidades de Conservação, principalmente UC`s municipais, são criadas meramente com o intuito dos entes federados (leia-se municípios) receberem o ICMS ecológico, ICMS aos municípios com base em critérios de natureza ambiental, social e até mesmo educacional e sequer são cadastradas junto ao órgão estadual de Gerência de Unidades de Conservação – GUC Imasul.

Com relação a APA Estadual Estrada Parque - Piraputanga não se tem informação de que seja realizado algum trabalho de manejo desta unidade. Esta Unidade de Conservação – UC compreende um trecho de 42,5 quilômetros contínuos de estrada entre Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. De beleza cênica singular, seus 10.108 hectares de cerrados e serras servem como habitat de inúmeras espécies de animais. De acordo com IMASUL esta UC foi criada em 2000 para proteger esse conjunto ecológico e histórico-cultural com o intuito de compatibilizar a preservação com o uso racional de recursos ambientais e ocupação ordenada do solo. Dessa forma, ganha também a comunidade do entorno, que tem maior de qualidade de vida com um meio ambiente equilibrado.

As demais UC`s deste polo se restringe a RPPN`s – Reservas Particulares do Patrimônio Natural com características diversas uma das outras.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são unidades de conservação (UCs) previstas na Lei Federal nº9985/2000, conhecida como Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Embora estejam incluídas na Categoria de Uso Sustentável,

possuem perfil de Unidades de Conservação de Proteção Integral. A RPPN é criada a partir da vontade do proprietário, que assume o compromisso de conservar a natureza, garantindo que a área seja protegida em caráter perpétuo.

Além de preservar belezas cênicas e ambientes históricos, as RPPNs assumem, cada vez mais, objetivos de atuar na proteção dos recursos hídricos, manejo de recursos naturais, manutenção de equilíbrios climáticos, entre outros serviços ambientais. Desde que sejam autorizadas pelo órgão ambiental, são permitidas atividades em pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico.

Segundo dados da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN), as RPPNs somam cerca de 600 mil hectares, distribuídos em 746 reservas espalhadas pelo país. Em Mato Grosso do Sul, as 35 RPPNs existentes protegem aproximadamente 114 mil hectares.

Em pesquisa realizada junto a Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul (REPAMS), pode-se constatar que nesta região há 3 (três) RPPN's, sendo elas: Gavião de Penacho, Nova Querência e UFMS. (REPAMS,2010)

- **Gavião de Penacho:** Proprietário: Irmãos Rezende e Cia. Nome da Fazenda: Fazenda Araçatuba. Área Total da Propriedade: 463 ha. Área de RPPN: 77,ha. Documento de Criação: Resolução SEMA nº 047 de 21 de agosto de 2006. Publicado no Diário Oficial no dia 23 de agosto de 2006. Nº do processo de criação da RPPN: 23/100.622/2006. Bioma: Cerrado. Objetivos: Segundo os proprietários, os objetivos com a criação da RPPN são a preservação, o ecoturismo e a pesquisa científica. "A intenção é construir, no futuro, uma trilha, para oferecer atividades de ecoturismo já que o local tem potencial para isso", explica Elessandra, que aguarda o resultado do 2º edital do Programa em que encaminhou proposta para efetivar as melhorias na RPPN. Segundo a proprietária também está em negociação uma possível parceria com a Universidade Católica Dom Bosco para a realização de pesquisas na área.

Sobre a RPPN: Com 77 hectares, a reserva, localiza-se na Fazenda Araçatuba, no município de Corguinho/MS, e formará, em conjunto com reservas contíguas, a proteção das nascentes da Bacia do Rio Negro. Atividades e Serviços: A principal atividade da reserva é a pecuária.

- **Nova Querência:** Proprietário: Fernando Barcellos. Nome da RPPN: Nova Querência. Área Total da Propriedade: 4.121 ha. Área de RPPN: 50,0198 ha. Documento de Criação: Deliberação CECA nº 003 / 2003 , publicada no Diário Oficial do Estado de 29 de agosto de 2003, página 04. Bioma: Cerrado. Bacia Hidrográfica: Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai e Sub-bacia do Miranda. Objetivos: Conservação, pesquisa.

Sobre a RPPN: A RPPN foi criada para conservação, sendo composta por Cerrado e grandes furnas que servem como refúgio de fauna para diversos animais. Dentro da RPPN são encontradas algumas espécies de mamíferos tais como onças pintada e parda, tamanduá bandeira, gato do mato, queixada, paca, anta, bugio e sagüi. São encontradas na RPPN muitas cobras sursoris, cascavéis, entre outras. A flora nas furnas é composta de resquícios de Mata Atlântica ainda bem preservadas. Ipês e aroeiras são as principais madeiras de lei que ainda são encontradas em grande quantidade. Orquídeas e bromélias de diversas famílias também são encontradas.

A RPPN possui ainda algumas cachoeiras sem impacto de uso humano significativo e que poderá transformar-se em importante atrativo turístico devido à proximidade da capital Campo Grande.

Constantemente são encontrados registros da Guerra do Paraguai, tais como balas de canhões, mosquetões, espadas, provando que ali foram travadas batalhas da referida guerra.

Acessos à RPPN: Durante o período de chuvas, os 10 quilômetros até a sede só são feitos com veículo traçado. São 20 quilômetros de Campo Grande na Rodovia para Sidrolândia, Km 07 da BR-060, à direita. Da Rodovia até a sede são mais 10 quilômetros de estrada terra.

Atividades e Serviços: Pesquisa.

- **UFMS**: Área Total da Propriedade: 166 hectares. Área urbana. Documento de Criação: Deliberação CECA nº 005 / 2003, publicada no Diário Oficial do Estado de 25 de julho de 2003, página 10. Biomas: Cerrado. Bacia Hidrográfica: Bacia Hidrográfica do rio Paraná (Córrego Bandeira); Sub-bacia do Anhanduí ; Microbacia do Córrego Bandeira. Objetivos: São realizadas atividades de pesquisas e projetos universitários na área.

5.4. GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PRIVADAS

No que se refere a gestão e o gerenciamento em empresas privadas primeiramente, é necessário ressaltar que as empresas privadas, mesmo as que necessitam de licenciamento ambiental, não são obrigadas a prestarem informações se possuem ou não SGA, certificação ambiental, ou outras informações sobre o seu gerenciamento. O que o órgão ambiental obriga e cumprir todas as exigências legais cabíveis e respeitar os princípios do direito ambiental, quais sejam: precaução, prevenção, entre outros.

O ato de uma empresa ou indústria possuir um SGA ou uma certificação ambiental - reconhecida por uma instituição credenciada para tal fim - é voluntário, ficando difícil a coleta de dados fidedignos sobre tais assuntos.

O que se pretende com o levantamento apresentado aqui é salientar a que a maioria das empresas que possuem SGA e certificação ambiental (esta última com maior expressividade) somente procura implantá-los por questões mercadológicas, principalmente do mercado internacional.

No polo de Campo Grande e região, o maior número de empresas que possui certificação ambiental e sistema de gestão ambiental implantados está localizado na cidade de Campo Grande, o que se justifica por Campo Grande possuir um maior polo industrial, bem como comercial que as outras cidades.

Pode-se citar como exemplo, algumas empresas que possuem SGA implantado: concessionária do serviço de águas e esgoto Águas Guariroba S.A., frigorífico JBS – Friboi, indústria de bebidas Coca-Cola FEMSA, Hotel IBIS, sendo que estas duas últimas apresentam certificação ISO 14001.

O que tem que ser ressaltado é que há uma falsa interpretação que as empresas que possuem certificação ambiental, poluem menos o meio ambiente. O que realmente acontece quando uma empresa recebe a certificação é que ela cumpriu os requisitos das normas da série ISO 14.000, sendo um deles a exigência que a empresa possua Processo de licenciamento ambiental, processo pelo qual se busca minimizar e monitorar os impactos ambientais de uma determinada atividade.

Outro fator interessante é que no Estado de Mato Grosso do Sul vigorou por muitos anos uma legislação que obrigava as empresas de determinados ramos (curtumes, frigoríficos, siderúrgicas, agroindústrias, entre outras) a realizarem auditorias ambientais periódicas (no

máximo de 3 anos), Lei 1.600/1995, revogada pela Lei 3.839/2009 que institui o programa de gestão territorial de Mato Grosso do Sul e aprova a primeira aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse requisito não era observado durante os processos de licenciamento ambiental no Estado, o que mostrava a ineficácia deste regulamento. Na realidade auditorias ambientais, segundo boa parte da literatura sobre esse assunto, devem ser de caráter voluntário, seja essa auditoria para implantar SGA, seja para verificação de certificação ambiental, seja auditoria pontual.

Outra iniciativa voluntária interessante de ser destacada é a adoção de tecnologias de Produção mais Limpa (P+L) que vem crescendo no Estado e que pode ser observada em alguns empreendimentos do polo, tais como: LabSenai Meio Ambiente sediado na FatecSenai Campo Grande, curtume BMZ Couros sediado em Campo Grande (que implantou um sistema de tratamento baseado no reuso, não mais lançando efluentes, esta preste a implantar um sistema de recuperação de raspa de couro e de cromo). Esta iniciativa é uma das mais vantajosas, inclusive, para o setor de turismo. Um determinado empreendimento turístico a ser implantado numa região de significativo interesse ambiental, por exemplo, um hotel, poderia utilizar de P+L adotando técnicas de reuso de efluente, de acondicionamento correto, segregação e compostagem de resíduos, de educação ambiental, de redução de consumo de água e energia, utilização de materiais certificados (madeiras de reflorestamento, etc.), dentre outras.

Vale ressaltar que não foi possível levantar se há alguma atividade turística certificada no Polo Campo Grande e Região, pois este tipo de informação somente poderia ser fidedignamente levantada junto a empresas certificadoras reconhecidas nacional e internacionalmente como tal.

Igualmente, o empreendimento turístico que queira obter reconhecimento nacional e internacional de seu produto, serviço, instalações pode utilizar-se dos sistemas de certificação, certificando uma determinada instalação e seus sistemas de controle ambiental implantando um SGA voltado para as normas ISO 14.001; certificando o serviço de Turismo Sustentável, por meio da NBR 15.401 (meios de hospedagem – sistema de gestão de sustentabilidade); buscar ser reconhecido por entidades nacionais e internacionais como a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA; licenciar ambientalmente a atividade; adotar uma visão pró-ativa e não reativa aos problemas de ordem ambiental.

Além do reconhecimento nacional e internacional a certificação do turismo sustentável propicia a caracterização e identificação de componentes da atividade turística ou de seus produtos que sejam ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos. A certificação do turismo gera benefícios ambientais, econômicos e sociais. Ambientalmente, ela contribui para a conservação da biodiversidade, auxilia na manutenção da qualidade ambiental dos atrativos turísticos e na proteção de espécies ameaçadas. Economicamente, viabiliza as áreas protegidas utilizadas pelo turismo, proporciona um diferencial de marketing, gerando vantagens competitivas para os empreendimentos e facilita o acesso a novos mercados, principalmente o internacional. Socialmente, legaliza a atividade do turismo, assegura boas condições de trabalho e promove o respeito aos direitos dos trabalhadores, povos indígenas e comunidades locais.

Atualmente existem dois programas, bem estruturados, voltados para certificação de empreendimentos turísticos: certificação de meios de hospedagem em turismo sustentável no Brasil e certificação de turismo de aventura.

Através do Programa de Certificação em Turismo Sustentável - PCTS, coordenado pelo Instituto de Hospitalidade e apoiado por BID, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX-Brasil, Sebrae e Mtur, foram criados todos os fundamentos para a certificação de meios de hospedagem em turismo sustentável no Brasil.

a) foi estabelecida a norma de referência, hoje a ABNT NBR 15.401. Acrescente-se que essa norma é uma das poucas no mundo que atendem aos recentemente anunciados

“*Global Sustainable Tourism Criteria*”, fruto de um estudo realizado pela *Rainforest Alliance* em parceria com a *United Nations Environment Programme* - UNEP e OMT. Essa norma está disponível ao público na página do Ministério do Turismo, resultado de uma parceria entre a ABNT e o MTur;

b) foi estabelecido o sistema Sistema de Certificação, que inclui a Acreditação dos organismos de certificação pelo Inmetro, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade.

c) formados auditores que atendam aos requisitos do Inmetro, para serem utilizados pelos organismos de certificação acreditados;

d) no PCTS e depois no Programa Bem Receber foram feitas ações de capacitação em 27 destinos abrangendo cerca de 400 meios de hospedagem;

e) foi construído um acervo de conhecimento (Manuais e Guias de Boas Práticas);

f) programa de promoção internacional *Brazil for Travelers* ajudou fortalecer imagem do Brasil como destino de turismo sustentável e apoiou as empresas em promoção dirigida;

O Programa Aventura Segura iniciado em 2005 e coordenado pela Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA com forte apoio do Ministério do Turismo e SEBRAE Nacional, também é muito importante no cenário brasileiro de certificação de turismo.

O seu foco é a operação responsável e segura de turismo de aventura e os resultados mostram como ações estruturadas neste segmento podem transformar destinos. O programa teve como sua base o desenvolvimento de um conjunto estruturado de normas para o turismo de aventura. O status em Setembro 2009 era:

a) criação de 31 normas para turismo de aventura;

b) 10 manuais de boas práticas e 34 cursos de qualificação;

d) existem organismos certificadores em processo de acreditação e algumas empresas estão prontas para receber auditoria;

e) atendimento mais profissional com maior segurança;

f) melhor organização dos destinos;

g) conscientização do mercado consumidor com respeito a segurança desenvolvimento sustentável;

h) pioneiro e referencia internacional com países como Peru, Argentina e Paraguai interessados em adotar programas semelhantes;

i) primeiras Empresas Certificadas (Alaya Expedições e Kango Jango);

j) Grupo de Trabalho (TC228) no ISO .

5.5. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE TERRITORIAL

Dos municípios pertencentes ao Polo Campo Grande e região, apenas os de Campo Grande e o de Sidrolândia pode-se considerar como municípios bem planejados e que possuem um bom sistema de controle territorial. Os outros municípios são municípios

pequenos possuindo, em sua maioria, população inferior a 20.000 habitantes, dependendo na maioria das vezes de recursos e ações, projetos e programas do Governo do Estado.

No Município de Campo Grande há legislação pertinente ao ordenamento e uso e ocupação do solo (Lei Complementar n. 94/2006, que define o Plano Diretor da Cidade; Lei Complementar n. 74/2005, que define o Ordenamento e o Uso e Ocupação do Solo). Há ainda uma legislação muito importante para coibir os crimes ambientais de caráter local (O Código de Posturas do Município – Decreto 2.909/1992, e a lei que criou o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental – Lei 3.612/1999 e o Decreto Municipal 7.884/1999 que regulamenta a Lei 3.612/1999).

Outro instrumento muito utilizado em Campo Grande é o Zoneamento Ambiental de algumas unidades de conservação, definido por seus respectivos Planos de Manejo. A exemplo disso, tem-se o Plano de Manejo da APA de Guariroba que abriga a maior captação de água de Campo Grande.

O referido Plano de Manejo restringiu a ocupação do solo com embasamento legal na lei federal n. 4.771/65, Resolução CONAMA 302 e 303 de 2002, onde tratam das Áreas de Preservação Permanente – APP. Fora da APP as restrições ficam por conta do art. 10 do Código Florestal, que estabelece a proibição de supressão de florestas em áreas com inclinação das encostas entre 25° e 45°, salvo exploração racional dos recursos florestais, e do art. 4º do Decreto Municipal n. 7.186/95 que estabelece como zona de vida silvestre a vegetação natural remanescente, considerando-a como Área de Preservação Permanente, em consonância com o Plano de Manejo, que proibiu expressamente a supressão da cobertura vegetal remanescente.

Por ocasião do Zoneamento Ambiental foram definidas zonas de proteção e conservação, recuperação e de uso controlado, que são: I – Zona de Proteção Integral e Equilíbrio Hidrológico – ZPI, englobando todas as áreas ou formações úmidas mapeadas na APA do Guariroba, caso específico das veredas, buritizais, campos úmidos e planícies fluviais. Os usos permitidos restringem-se aos previstos no art. 11º da Resolução CONAMA 369/2006, que dispõe sobre a intervenção ou supressão eventual e de baixo impacto ambiental de vegetação em APP. II – Zona de Recuperação e Conservação Dirigida – ZRC, abrangendo os espaços situados ao longo das margens de cursos d'água e das veredas, com largura de 30 metros ao longo das margens dos córregos e de 50 metros ao longo de formações úmidas como as veredas e campos úmidos. Os usos permitidos restringem-se aos previstos no art. 11º da Resolução CONAMA 369/2006. III – Zona de Conservação Especial – ZCE, que compreende espaços ocupados por remanescentes de formações nativas fora de APP, como o Cerrado *Strictu Sensu*, o Cerrado Denso e o Cerradão.

O uso relaciona-se à proibição de supressão da vegetação remanescente, limitando-se à exploração de produtos florestais, desde que condicionada à implementação de técnicas de manejo sustentável com Plano de Manejo aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campo Grande e autorizado pelo Conselho Gestor da Apa. IV – Zona de Uso Controlado I – ZUC – 1, compreende basicamente os setores situados nos topos dos terrenos de colinas amplas que predominam na APA do Guariroba, com declividade de até 5%. São permitidas atividades agrossilvopastoris em conformidade com práticas de manejo do solo e controle rígido do uso de agrotóxicos, sendo vedada a aplicação aérea, e a utilização de produtos enquadrados na classe toxicológica I e II nesta e nas outras Zonas de Uso Controlado, conforme Decreto Federal n. 4.074/2002.

São proibidos usos e atividades industriais, suinocultura comercial, loteamentos, obras de terraplenagem e atividades minerárias. V – Zona de Uso Controlado II – ZUC – 2, abrange setores da APA ocupados por pastagens cultivadas e que apresentam condicionantes ambientais idênticos aos observados na ZUC – 1.

São consideradas áreas prioritárias para implantação de projetos de silvicultura (que podem servir como corredores para alguns grupos faunísticos) e de averbação de Reservas Legais. O uso e as restrições pertinentes à ocupação do solo são os mesmos observados para a ZUC – 1. VI – Zona de Uso Controlado III – ZUC – 3, engloba setores da APA dotados de declividade média, que alcançam até 10%, com rampas significativas, de grande contribuição ao escoamento superficial, o que potencializa a ocorrência de processos erosivos, sobretudo em áreas formadas por Neossolo Quartzarênico ocupadas por pastagens.

De modo análogo à ZUC – 2, apresenta efetivo potencial de conectividade entre remanescentes de vegetação nativa e formações úmidas que, reconhecidamente, funcionam como corredores ecológicos.

Assim, são também áreas estratégicas para a averbação de Reservas Legais e mesmo para implantação de projetos de silvicultura. Em razão da suscetibilidade à erosão, o desenvolvimento da agricultura e pecuária é condicionado à implementação de práticas conservacionistas do solo, como por exemplo, os terraços, camalhões, plantio em nível, implantação de cordões de vegetação permanente ou mesmo de caixas de retenção.

Dos municípios do interior que responderam ao questionário estruturado (QUADRO 70 com os resultados obtidos), apenas dois (Nova Alvorada do Sul, Terenos e Sidrolândia) possuem Planos Diretores; apenas seis (Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Terenos, Rochedo e Jaraguari) informaram possuir outros instrumentos de gestão territorial (Códigos Municipais de Posturas), e apenas Rochedo e de Jaraguari apresentaram os números desta normas, sendo – respectivamente – Lei Municipal 252/1985 e 516/2001.

Destes municípios apenas dois informaram possuir regulamentação referente ao Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (Nova Alvorada do Sul e Ribas do Rio Pardo) e um referente ao Código de Postura (Terenos), que são importantes instrumentos complementares ao Plano Diretor.

Dentre os setores de interfase com o turismo no Polo Campo Grande e Região, destaca-se o setor de agricultura familiar, dada sua relevância à gestão ambiental e principalmente, ao desenvolvimento social. Especificamente na região em questão, têm-se um número expressivo de assentamentos rurais implantados e outros em processo, além de comunidades negras (quilombolas) e aldeias indígenas.

Os programas e projetos deste setor, em especial projetos como o Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), a Feira de Orgânicos, o Projeto de Orgânicos e o Projeto de Economia Solidária, convergem com o turismo sustentável, sendo parte de sua atual comercialização em atrativos turísticos como praças e feiras.

No aspecto ambiental, a adoção de sistemas agroecológicos em assentamentos rurais é um considerável mecanismo para reduzir a geração de resíduos no processo de produção, a contaminação de solos e de recursos hídricos, além de promover melhorias na saúde por estimular o consumo de frutas e verduras nestas comunidades.

No aspecto socioeconômico, os estigmas da irregularidade de entrega e da falta de padrão dos hortifrutis produzidos no Estado ainda têm de serem transpostos por estas comunidades, aproximando-as de empreendimentos como bares, restaurantes e hotéis.

Esta inserção do produtor local como fornecedor na cadeia de turismo do polo ainda é incipiente e pouco significativa, podendo se ampliada, fomentar o desenvolvimento local e melhor posicionar os empreendimentos turísticos com uma imagem atualmente valorizada por oferecer ao turista, produtos que refletem a cultura da comunidade, privilegia a produção local, fortalecem a agricultura familiar ou são oriundos de sistemas de produção com baixo impacto ambiental.

Desde 2008, o governo do Estado, por meio do Imasul, vem desenvolvendo mais incisivamente ações para combater o desmatamento bem como a regularização da porcentagem de reserva legal que propriedades rurais devem ter, em conformidade com o Código Florestal.

O Código Florestal permite o desmatamento legal para uso do solo. Porém, para desmatar, o Imasul exige que a propriedade tenha os 20% da reserva legal aprovados e averbados em conformidade com o Sistema de Reserva Legal de Mato Grosso do Sul - SISREL. Em Mato Grosso do Sul, nos últimos três anos e meio foram aprovados e averbados 762 mil hectares de reserva legal. Segundo Imasul estes dados possuem alto grau de confiança e precisão georreferenciada.

Em 2008, o Instituto de Meio Ambiente, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC, realizou uma reformulação no SISREL. A reserva legal valoriza a manutenção da mata em pé. Existe um dispositivo na legislação que criou o Título de Cota de Reserva Legal. Quem tem mais área de vegetação nativa além da Reserva Legal pode obter um título de cota e arrendar este excedente para os proprietários que não têm reserva legal em sua propriedade, compensando a falta de reserva legal e se tornando uma fonte de renda para os proprietários que possuem esses remanescentes de vegetação nativa. Cada hectare do título de cota é comercializado no mercado. Este título é obtido no Imasul.

Também para diminuir a supressão de carvão vegetal da mata nativa, o governo do Estado sobrepôs a Taxa de Movimentação Florestal - TMF encarecendo o carvão vegetal. Com a criação da TMF, está sendo cobrado cerca de 20% a mais do valor do carvão vegetal oriundo de mata nativa. Esta taxa visa às siderurgias optarem pelo carvão vegetal de florestas plantadas. Além disso, se as grandes siderúrgicas investirem em florestas plantadas no Estado poderão reduzir em até 80% o valor da TMF do carvão vegetal das florestas nativas.

5.6. GRAU DE PARTICIPAÇÃO

Pode-se notar com o questionário aplicado aos municípios do polo (QUADRO 70 com os resultados obtidos) que as formas de participação de diferentes grupos na área de turismo bem como na ambiental na maioria dos municípios do interior, é insignificante, pois nem atuações tidas como básicas, tais como Conselhos Municipais de Meio Ambiente, COMTUR Consórcios Intermunicipais, ONG`s se mostram presentes nos mesmos.

O que se tem são ações isoladas de algumas ONG`s tais como a ONG Apremarine - Associação de Preservação do Rio Negro atuando no município de Rio Negro e do CIDEMA, o qual esta em parceria com a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti elaborando o Projeto de coleta seletiva, intitulado como "recicle sua atitude, separe seu lixo".

Na cidade de Campo Grande há COMTUR, Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, bem como Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, assim como a participação da comunidade de cada região urbana por meio dos conselhos regionais, divididos de acordo com as 7 (sete) regiões urbanas do Município (Região Urbana do Centro, Prosa, Lagoa, Bandeira, Segredo, Anhanduizinho e Imbirussu).

Em Campo Grande há atuação de diversas ONG`s que são bastante articuladas entre elas, podendo destacar a ONG ECOA. Outra atuação expressiva no município é formada por associações, tais como Associação do Córrego Balsamo.

Um aspecto que deve ser observado em relação ao grau de participação é o aspecto social, devendo levar em consideração para a tomada de decisão os diferentes grupos de interesse no desenvolvimento turístico. Para tanto, deve ser levado em conta, por exemplo, a existência de comunidades tradicionais, tais como população indígena e quilombolas e suas

terras, sendo as comunidades existentes (quadros a seguir). Vale ressaltar que não há informações se estas comunidades estão sendo inseridas no processo de planejamento e gerenciamento de atividades turísticas.

Quadro 73 – Populações Indígenas em terras tradicionais do Polo Campo Grande e Região.

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
Água Limpa	Terena	Rochedo
Buriti	Terena	Dois Irmão do Buriti e Sidrolândia
Buritinho	Guarani Kaiwa	Sidrolândia

Fonte: ZEE- MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010e)

Quadro 74– Comunidades Quilombolas do Polo Campo Grande e Região.

Nome da Comunidade	Município	Total de Famílias
Comunidade Quilombola Furnas de Dionísio	Jaraguari	92
Comunidade Quilombola da Boa Sorte	Corguinho	49
Comunidade Quilombola Ouroândia, Família Santos*	Rio Negro	15
Comunidade Quilombola Família os Pretos*	Terenos	15
Comunidade Quilombola Chácara Buriti*	Campo Grande	11

* Comunidades quilombolas em processo de reconhecimento

Fonte: ZEE- MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010e)

6. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Para que o processo de formulação estratégica e a conseqüente elaboração do plano de ações estejam bem ajustados às necessidades de transformação da realidade sócio-econômica do polo e aos objetivos do PDITS, é importante que se analise e se consolidem as informações apresentadas anteriormente.

Com essa perspectiva, a análise e o resgate do diagnóstico apresentado deve ser a primeira etapa do processo de planejamento que, por sua vez, deve estabelecer os parâmetros para direcionar uma organização, comunidade ou governo rumo ao futuro desejado. Dessa forma, ao se realizar um processo de planejamento, como o da atividade turística do Polo Campo Grande e Região, os líderes e atores sociais envolvidos são municiados com uma série de informações necessárias para a tomada de decisões que nortearão seu desenvolvimento.

O propósito do diagnóstico estratégico aqui utilizado é balizar o processo de formulação estratégica e de elaboração de ações do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região com o objetivo de proporcionar uma melhor inserção competitiva no mercado turístico nacional e internacional e, assim, criar as bases para o desenvolvimento sustentável da região.

No âmbito empresarial, o diagnóstico estratégico deve apresentar a situação atual e real de uma dada organização em relação ao seu ambiente competitivo. Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região o diagnóstico estratégico deve apresentar a situação atual da região em termos do mercado turístico, quais são seus produtos consolidados e potenciais, quais os gargalos existentes e as possibilidades de sua superação e, por fim, buscar definir seu posicionamento competitivo, ou seja, como a região deseja ser percebida no mercado turístico e quais os produtos que a diferenciam no mercado.

Uma vez que os mercados são voláteis e bastante competitivos, suas mudanças podem influenciar positiva ou negativamente a consolidação e exploração dos produtos turísticos do Polo Campo Grande e Região. Para tanto, é fundamental a formulação estratégica para melhor posicionar a região e seus produtos no mercado turístico nacional e internacional. Esse processo inicia-se com a elaboração do diagnóstico estratégico.

De acordo com Oliveira (2002: 87), o diagnóstico é uma análise estratégica que deve obedecer às seguintes premissas:

- Considerar o ambiente e suas variáveis relevantes;
- Identificar oportunidades que deverão ser aproveitadas e ameaças que deverão ser evitadas;
- Identificar os pontos fortes e os pontos fracos da região;
- Analisar o ambiente de forma integrada, contínua e sistêmica.

Andion e Fava (2002) afirmam que o diagnóstico é o primeiro passo para o planejamento estratégico e, com base nele, é que as organizações irão se preparar para agir em seus ambientes competitivos.

Para Bateman e Snell (1998: 122), o diagnóstico é chamado de análise situacional e afirmam que “dentro de suas limitações de tempo e de recursos, os planejadores devem colher, interpretar e sintetizar todas as informações relevantes para a questão do planejamento em foco”. Para a elaboração do PDITS Campo Grande e região foram coletados dados e informações sobre o mercado turístico, infraestrutura urbana, ambiente político-institucional e questões socioambientais.

Ainda segundo os mesmos autores, a análise situacional deve levar em consideração eventos passados, examinar a situação atual e buscar prospectar cenários futuros. Além disso, a análise deve avaliar o ambiente interno e ambiente externo de uma organização. Como resultado, a análise deverá identificar hipóteses, questões e problemas que deverão ser objeto do planejamento.

Segundo Bethlem (2004), o processo de formulação estratégica refere-se a como elaborar e desenvolver um plano e “inclui as atividades, utilizadas para formar o grupo de pessoas, que vai elaborar o plano estratégico e as atividades utilizadas para desenvolver o conteúdo do plano”. Ainda segundo o autor, tais atividades podem ser “seminários, palestras, debates, reuniões e atividades de monitoração interna e externa, tais como cenários, projetos, estudos, levantamentos. O processo também deve incluir as formas como serão organizadas as pessoas, se em grupos, comissões, etc., para a consecução das tarefas”.

Na elaboração do PDITS Campo Grande os atores envolvidos no processo de planejamento são pertencentes ao *trade* turístico e, principalmente, dos órgãos públicos municipais e estaduais responsáveis pela formulação e execução das políticas de desenvolvimento do turismo estadual. Eles têm sido reunidos sob a forma do Fórum Regional de Turismo Caminho dos Ipês, que é uma instância de governança da sociedade civil. A dificuldade que essa forma de composição do Fórum Regional de Turismo apresenta é que, em geral, as prefeituras do interior do estado de Mato Grosso do Sul tem um problema quase que crônico de dificuldades financeiras. Isso acarreta em dificuldades adicionais no processo de mobilização das equipes locais, pois as prefeituras acabam priorizando os gastos e as ações relacionadas ao turismo são colocadas em segundo plano.

Isto posto, deve-se ressaltar que para a formulação estratégica do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região é importante fazer uma análise diagnóstica para que permita identificar elementos que possam apontar os rumos do posicionamento estratégico da região no mercado turístico.

O posicionamento estratégico, segundo o conceito de Affonso Neto e Silva (2002), tem sido utilizado desde os anos de 1950 para explicar o sucesso ou fracasso de produtos e marcas em se fixar na mente dos consumidores. E, basicamente, esse conceito está relacionado com o que uma organização faz para entrar na mente de um cliente potencial ou, o que a organização representa na mente do consumidor.

Ou seja: quais são os diferenciais competitivos da região de Campo Grande? De que forma a região turística deseja ser lembrada pelos turistas? Quais deverão ser seus atrativos? Quais deverão ser os atributos e especificações de seus produtos para que o turista perceba seu valor e faça a escolha de seus passeios para a região em detrimento de outras? De que forma serão mobilizados recursos para se atingir a situação desejada?

Essas são as questões básicas que deverão nortear o processo de formulação estratégica e elaboração do plano de ação. Neste sentido, o diagnóstico estratégico elaborado para o Polo Campo Grande e Região foi construído tomando-se por base uma análise do macroambiente, captada por indicadores de desempenho e fatos recentes do ambiente macroeconômico nacional e internacional, e uma análise do microambiente, realizada por meio do levantamento de informações sobre a área turística realizada neste estudo.

6.1. ANÁLISE DO MACROAMBIENTE

Parte-se do princípio de que nenhuma empresa, entidade, associação, organização ou governo realiza suas ações sem interagir com o seu meio ambiente externo. Essas organizações, de uma forma geral, não são auto-suficientes e dependem de recursos humanos, materiais, financeiros e outros insumos que deverão ser obtidos no meio

ambiente externo. Além disso, ações de outras organizações, empresas e governos também influenciam o seu desenvolvimento. Um das formas de se avaliar o impacto dessa interação é pela análise da concorrência.

No caso do mercado turístico em análise, significa dizer que o Polo Campo Grande e Região enfrenta a concorrência de outros destinos turísticos e, por consequência, deve competir para atrair turistas para a região. O segmento turístico principal do polo é o de negócios e eventos programados que, como pode se analisar enfrenta a concorrência de outras capitais e cidades que tenham as mesmas ou melhores condições de oferta de produtos turísticos relacionados. A limitação que se impõe ao polo e, em especial ao município de Campo Grande, é que só podem ser captados eventos de portes pequeno e médio. Por essa razão, é necessário que se busque identificar os seus produtos consolidados e potenciais, analisar a demanda de mercado e seu potencial de expansão para que se possam definir quais os caminhos para diferenciar a região das demais e torná-la competitiva internacionalmente.

A análise da ambiência externa ou macroambiente considera que podem existir variáveis que afetam a atividade turística do Polo Campo Grande e Região direta ou indiretamente. Cita-se, por exemplo, a estabilidade econômica, pois permite que as empresas e pessoas possam se planejar e fazer uma melhor alocação de seus recursos para realização de seus desejos.

No entanto, vale alertar para o fato de que são muitas as variáveis que podem afetar o desenvolvimento da atividade turística, cada uma a seu ritmo e intensidade. Dessa forma, essa análise deve ser feita cuidadosamente, pois nem sempre os choques econômicos adversos mostram de imediato como seus efeitos chegarão a uma organização, empresa ou região. A crise no mercado financeiro norte-americano ocorrida no ano de 2008, por exemplo, chegou ao Brasil por meio de uma restrição ao crédito e aumento da percepção de risco, o que aumentou a incerteza sobre as condições econômicas do país e manutenção da estabilidade. Outro exemplo são os investimentos no setor da construção civil que agem favorecendo indiretamente a atividade turística em função da chegada de construtoras de outras cidades e estados, trazendo sua equipe técnica e estimulando a vinda de outros trabalhadores.

Num ambiente de incerteza provocado por uma crise financeira, os consumidores preferem a segurança e buscam posições de maior liquidez, o que se traduz em evitar gastos e preservar seus recursos. Prioriza-se, portanto, as despesas essenciais como alimentação e saúde. Outros, como as viagens de turismo são colocadas em segundo plano. Mesmo que o evento tenha ocorrido em outros países ou regiões é necessário de fazer uma avaliação sobre seus efeitos e de que forma eles chegarão a impactar no seu mercado e na demanda pelo seu produto.

Ao mesmo tempo, a crise financeira norte-americana pode se constituir numa oportunidade para se expandir o mercado turístico do Polo Campo Grande e Região, pois as viagens internacionais podem se comprometer mais que os destinos turísticos nacionais. Além disso, se pode aproveitar a oportunidade para se promover a demanda local pelo turismo. Entretanto, para que se tenha uma boa percepção sobre o que está ocorrendo e sobre a intensidade do seu impacto é fundamental que a região tenha uma estratégia de atuação mercadológica, caso contrário, responderá de forma passiva aos movimentos dos mercados.

Com os devidos alertas realizados, é importante destacar que a conjuntura econômica tem sido bastante favorável à promoção da atividade turística em função dos números e fatos que indicam um bom desempenho recente da economia brasileira. Além disso, a perspectiva de médio e longo prazo também é animadora, pois o país receberá dois grandes eventos esportivos mundiais: a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016.

No campo econômico, o país caminhou para a consolidação das políticas de estabilização, em especial, preservou os fundamentos fiscais e monetários que, em associação com um regime de câmbio flutuante, permitiu ao país lograr o *investment grade*¹¹ de três agências de *rating*. Um dos pontos positivos dessa nova conjuntura foi a eliminação da ameaça do que se convencionava chamar de vulnerabilidade externa, o que confere aos países maior credibilidade de suas políticas e cria um novo ambiente para a realização de investimentos.

No plano internacional, o processo de abertura de mercados associado com as conquistas de estabilização econômica nos países emergentes permitiu que as crises financeiras que ocorreram na segunda metade dos anos 1990 reduzissem sua frequência. A crise de 2008 abalou os mercados financeiros, mas muitas economias já mostram sinais de recuperação, em especial, a economia brasileira.

Domesticamente, o Brasil conseguiu manter o processo de estabilização monetária iniciado em 1994. A inflação manteve-se em patamares baixos, compatíveis com as dos países desenvolvidos, o governo vem aprimorando os marcos regulatórios e buscando manter seus fundamentos fiscais, e a taxa de câmbio flutuante permitiu ao país reduzir os riscos dos choques adversos.

A combinação desses fatores foi importante e influenciou vários aspectos da nossa economia. Um deles foi o fato de que num ambiente de estabilidade se pode utilizar adequadamente ferramentas de planejamento, pois o horizonte de planificação se alongou e as projeções tornaram-se mais confiáveis. O risco de inflação tornou-se menor. A volatilidade dos nossos indicadores de desempenho se reduziu, permitindo assim, uma melhor formulação de expectativas.

No campo da tecnologia de informação e comunicação há que se registrar importantes avanços, em especial, na forma de se realizar transações econômicas. Os avanços na área mostram que houve redução de distâncias e custos, novos produtos e serviços. O Polo Campo Grande e Região pode se apresentar ao mundo por meio da internet, por meio dos aparelhos de telefonia celular, pelo GPS, dentre outras ferramentas tecnológicas. O consumidor pode montar seu pacote de viagem acessando a internet, pode perguntar sobre uma determinada região em sites de relacionamento, pode visualizar lugares por meio de programas conectados em tempo real com satélites de imagens e inúmeras outras formas.

O atual ambiente de negócios também apresentou mudanças em relação ao tratamento de questões ambientais: é crescente o nível de preocupação com a sustentabilidade do processo de desenvolvimento. Não se pode mais conceber políticas de desenvolvimento que não tratem da preservação do meio ambiente natural. Os mecanismos tradicionais de funcionamento de mercado podem causar externalidades, ou seja, os objetivos dos produtores e vendedores podem ser satisfeitos, mas também podem causar efeitos colaterais ao meio ambiente como a poluição, uso intensivo e esgotamento dos recursos naturais, degradação ambiental, dentre outros.

As tecnologias ambientais avançaram bastante para minimizar a ocorrência de externalidades das atividades produtivas. Citam-se como exemplo a coleta seletiva de lixo, reciclagem de materiais, o uso de borracha de pneus na pavimentação asfáltica e na construção civil, o uso da matéria orgânica presente nos resíduos sólidos em fertilizantes e as pesquisas de biocombustíveis. Na mesma linha de evolução dessas tecnologias também vem aumentando a importância que os consumidores têm das práticas de produção ecologicamente corretas. Nesse sentido, empresas, produtos e serviços que não são ambientalmente sustentáveis vêm perdendo mercado, o que acaba sendo uma oportunidade de diferenciação.

¹¹ Investment grade é uma classificação de risco dos países feitas por agências de *rating* ou de classificação de risco. Em linhas gerais, ela indica o grau de confiança em um país cumprir com seus compromissos financeiros.

Como se pode observar, a economia brasileira vem se modificando ao longo dos últimos anos para um cenário que apresenta taxas de juros em declínio, expansão do volume de crédito, aumento da renda *per capita*, estabilidade da taxa cambial, manutenção do padrão de consumo da classe C, entrada de capital estrangeiro na área de serviços, dentre outros fatores que, somados, criam um ambiente favorável aos negócios.

Vale ainda, destacar algumas tendências significativas que se apresentam para a economia brasileira, que devem impactar no crescimento do mercado turístico: (MARTINS; MARTINS, 2008)

- Melhora no padrão de consumo como resultado do maior dinamismo da economia: pode-se aproveitar essa tendência explorando atrativos potenciais existentes na região;
- Redução do número de pessoas nas famílias (domicílios com uma ou duas pessoas, no máximo): criação de novos segmentos de mercado para esse público ou novos produtos;
- Expansão do mercado para o público GLS: é um público que vem crescendo gradativamente e mostrando que tem um grande potencial de consumo, especialmente, para produtos de luxo e alto valor agregado;
- Concentração de mercado, por meio de fusões e aquisições: é uma tendência que pode impactar o mercado de meios de hospedagem;
- Crescimento demográfico com elevação da taxa de urbanização
- Aumento dos domicílios unipessoais
- Envelhecimento da população
- Elevação das rendas
- Aumento da preocupação com a saúde e bem-estar
- Preocupação com a preservação do meio ambiente natural: cria-se a necessidade de pensar produtos turísticos que sejam ambientalmente sustentáveis;
- Maior preocupação com a espiritualidade: é uma oportunidade para se explorar mais um segmento de mercado;
- Uso intensivo da tecnologia
- Elevação do sentimento de regionalismo
- Maior participação da mulher no mercado de trabalho
- Aumento do número de empresas
- Intensificação do processo de industrialização estadual

Cada um desses fatores (e outros que se possam emergir) pode ser analisado detalhadamente no sentido de se avaliar como poderiam afetar o desenvolvimento da atividade turística no Polo Campo Grande e Região. Alguns fatores deverão balizar a formulação de políticas públicas e, outros, poderão orientar o setor privado e contribuir para o processo de decisão sobre ampliação dos negócios existentes ou criação de novos.

Martins e Martins (2008) procuram resumir as principais tendências para o consumo citando um estudo da *Trendwatching*. Tais tendências são as seguintes:

- “Existe uma busca por status e o consumo de alguns bens oferece isso: as pessoas querem ser identificadas através dos bens que consomem;
- Há um aumento no consumo de produtos *premium*, que tem características de qualidade especial;
- Surge a cultura por produtos que possam ser consumidos de forma instantânea, com ênfase no fracionamento;
- O comércio eletrônico está em voga e cada vez mais produtos e serviços serão vendidos via internet;
- Terão cada vez mais sucesso os produtos que, além de garantirem perfil ecológico pela preservação, tenham excelente design e eficiência no seu uso;
- Serão propagados os serviços adicionais oferecidos pelos produtores para seus clientes como forma de fidelizá-los;

- As pessoas passarão a produzir cada vez mais seus filmes, suas fotos e tudo que puderem fazer eles mesmos, facilitados pelos avanços do mundo digital;
- Haverá tendência de que as pessoas participem mais, colaborando na construção de novos produtos.”

A análise dessas tendências deve permitir uma melhor avaliação dos produtos turísticos ofertados no Polo Campo Grande e Região para se ter uma melhor indicação do seu nível de competitividade no mercado turístico.

Um dos objetivos da análise de tendências é permitir uma melhor organização e sistematização dos fatos relevantes que impactam num determinado negócio. Dessa forma, se pode minimizar o nível de incertezas existentes, avaliando as possibilidades de ocorrência de mudanças e a sua direção. Por essa razão, essa análise de tendências é fundamental para o processo de formulação estratégica, pois traz uma série de informações e hipóteses plausíveis sobre a ocorrência de eventos endógenos e exógenos ao mercado turístico e que podem afetá-lo, positiva ou negativamente.

A identificação prévia desses eventos permite também reconhecer quais são os agentes de mercado e atores sociais envolvidos nas mudanças. Podem ser indivíduos, grupos de pessoas, instituições, movimentos sociais, movimentos políticos, dentre outros. Um exemplo é o movimento pela inclusão (digital, social, de portadores de necessidades especiais, etc.), que pode indicar oportunidades de melhora dos negócios ou mesmo a criação de produtos e serviços que atendam essa necessidade.

Ao reconhecer as mudanças, sua direção e os agentes econômicos e atores sociais envolvidos, pode-se formular ou ajustar as estratégias organizacionais.

Algumas das tendências apresentadas podem apontar para a exploração de novos produtos turísticos ou redefinição dos negócios já existentes no Polo Campo Grande e Região.

O estudo de Martins e Martins (2008) traz ainda uma relação de negócios potenciais para as diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. O estudo apresentado identifica em cada uma das regiões de Mato Grosso do Sul as oportunidades de negócios para micro e pequenas empresas.

O estudo mostra ainda quais os negócios potenciais para a região Campo Grande, onde se localiza as cidades do polo. As atividades consideradas no estudo com sendo de alto potencial de negócios são: loja de produtos reciclados, curso de português, curso para concursos, agência de viagens, portão/cerca elétrica, pousada para retiro, fábrica de brinquedos, lavanderia, curso de informática, manutenção de micros, conserto de eletrônicos, recarga de cartuchos, *pet shop*, adestramento de cães, jardinagem, *cyber/lan house*, manutenção residencial e loja de celulares.

Essa identificação permite ao setor empresarial avaliar tais oportunidades e alocar seus recursos, contribuindo assim, para aumentar o dinamismo econômico da região. Do ponto de vista da atividade turística, o estudo mostra alguns segmentos que se relacionam diretamente: agência de viagens, pousada para retiro, jardinagem e *cyber/lan house*. As demais atividades mostram mercados em expansão e que, com o aumento da atividade turística, podem ser explorados economicamente.

Com base nessas informações sobre negócios potenciais, os empresários, os trabalhadores, as entidades de classe e os órgãos públicos podem avaliar se reúnem capacidades e competências para fomentar tais negócios no polo.

O quadro abaixo apresenta os principais negócios mapeados. Apenas como exemplo, as agências de viagens figuram em quarto lugar no *ranking* de atividades potenciais para o Estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro 75 - Índices de Potencialidades de Demanda para Produtos e Serviços com levantamento de interesse pelo uso.

BENS & SERVIÇOS	Pantanal	Sudoeste	Norte	Campo Grande	Bolsão	Grande Dourados	Leste	Conesul	Sul Fronteira	MS
Loja de Produtos Reciclados	70,09%	58,09%	79,66%	42,81%	53,55%	64,09%	75,19%	87,72%	66,70%	60,86%
Curso de português	67,83%	56,03%	72,01%	51,16%	49,51%	69,19%	64,16%	77,78%	62,86%	60,65%
Cursos para concursos	62,80%	63,90%	63,45%	46,38%	45,88%	64,93%	54,07%	74,61%	52,18%	55,93%
Agência de viagens	53,72%	45,37%	68,28%	52,98%	45,06%	64,16%	54,41%	78,19%	53,24%	55,70%
Portão/cerca elétrica	59,34%	27,48%	58,01%	55,48%	52,66%	66,64%	55,56%	74,90%	51,24%	53,81%
Pousada para retiro	53,42%	37,10%	56,19%	46,96%	46,15%	59,87%	58,86%	74,49%	53,12%	52,28%
Fábrica de brinquedos	54,49%	44,25%	70,90%	36,60%	46,99%	60,37%	66,30%	73,16%	56,52%	52,21%
Lavanderia	51,29%	32,91%	42,73%	37,84%	40,10%	55,92%	41,11%	62,13%	35,49%	42,10%
Curso de Informática	40,84%	52,50%	46,50%	38,20%	36,95%	52,52%	32,96%	43,22%	36,53%	42,08%
Manutenção de micros	43,93%	20,45%	46,21%	34,47%	39,36%	48,71%	31,11%	49,80%	35,57%	38,56%
Conserto de eletrônicos	43,39%	40,89%	41,94%	32,95%	35,35%	38,28%	31,71%	35,30%	34,16%	38,36%
Recarga de cartuchos	43,60%	22,12%	43,10%	34,08%	36,93%	49,13%	37,04%	49,80%	34,96%	38,11%
Manutenção Residencial	48,26%	26,20%	31,16%	32,47%	33,87%	46,92%	31,85%	43,62%	31,43%	37,11%
PetShop	37,66%	23,64%	44,75%	25,49%	30,72%	50,41%	32,22%	45,63%	34,61%	34,81%
Adestramento de cães	29,10%	17,25%	41,03%	27,77%	29,21%	54,34%	28,52%	43,21%	37,23%	34,02%
Loja de celulares	35,81%	34,73%	33,32%	32,62%	34,26%	36,80%	26,30%	35,89%	26,49%	33,18%
Jardinagem	36,76%	23,32%	39,31%	26,71%	31,03%	44,12%	35,24%	49,39%	21,31%	32,16%
Cyber/Lan house	30,43%	23,32%	35,86%	26,04%	31,56%	39,32%	34,83%	31,97%	33,60%	31,49%
Minimercado virtual	34,01%	25,28%	27,24%	18,44%	23,61%	42,18%	21,83%	48,15%	22,62%	27,04%
Minimercado	25,49%	23,64%	25,90%	17,59%	28,93%	23,60%	22,25%	35,80%	18,74%	24,75%
Computas e geléias	26,98%	26,07%	24,21%	20,98%	21,86%	24,48%	18,26%	27,20%	26,16%	23,55%
Comida congelada	24,14%	19,43%	23,46%	18,10%	16,65%	21,46%	25,63%	32,68%	25,18%	21,38%
Água mineral	19,75%	18,70%	25,36%	19,21%	16,64%	24,80%	22,00%	51,21%	14,74%	21,18%
Rapadurinha	11,51%	16,91%	17,91%	17,65%	20,41%	22,72%	24,57%	35,01%	15,82%	19,10%
Polpa de frutas	21,16%	18,55%	16,34%	17,25%	11,00%	26,67%	12,19%	24,81%	17,90%	18,23%
Xerox e encadernação	20,05%	17,34%	17,31%	17,07%	21,20%	17,60%	13,39%	20,57%	17,03%	18,02%
Sanduíches prontos	19,31%	16,03%	13,65%	15,53%	12,64%	23,42%	18,31%	14,08%	11,99%	16,22%
Carne Seca	11,19%	10,99%	15,08%	11,59%	13,44%	26,51%	15,67%	19,23%	17,62%	14,88%
Alimentos individuais	13,96%	12,92%	9,96%	8,48%	15,17%	26,39%	8,41%	17,73%	9,97%	13,64%
Salgadinhos	7,36%	8,40%	7,03%	7,30%	8,31%	24,85%	8,49%	5,33%	7,01%	10,54%
Erva de tererê	7,49%	7,43%	6,48%	6,67%	9,51%	15,69%	6,57%	8,52%	6,48%	9,70%
Farofa pronta	10,87%	7,04%	7,35%	6,02%	6,52%	19,80%	5,87%	4,53%	6,77%	9,00%
Queijos	7,36%	6,96%	11,04%	5,26%	8,16%	18,72%	4,23%	5,74%	5,74%	8,31%

Fonte: Martins e Martins (2008)

Legenda: Alto Potencial Médio Potencial Baixo Potencial

Analisa-se a seguir, a partir das informações das seções anteriores, de que formas o Polo Campo Grande e Região poderá se inserir nesse novo cenário com as atuais condições em que se apresenta.

6.2. ANÁLISE DO MICROAMBIENTE

O Polo Campo Grande e Região assume uma importância decisiva no planejamento da atividade turística estadual por se constituir na principal porta de entrada dos turistas que visitam as regiões turísticas do Estado.

O desafio que se coloca é permitir que o fluxo de turistas possa gerar efeitos dinamizadores nas economias dos municípios vizinhos a Campo Grande. Um dos caminhos para que isso ocorra é a promoção de segmentos potenciais ou emergentes que possam ofertar produtos com elevado grau de comercialização e que criem roteiros entre si, aumentando a permanência do turista na região.

Na análise realizada neste diagnóstico pode-se perceber que segmentos e produtos potenciais são amplos. Ainda há muito da natureza a ser explorada, novos circuitos de aventura, novos eventos podem ser promovidos, dentre outros.

Para que isso ocorra é necessário que se considere como isso poderá ocorrer e quais os elementos que podem facilitar ou dificultar as ações que irão convergir nessa direção. Quando mapeamos as entidades que se relacionam com o turismo identificamos, pelo menos, órgãos governamentais das três esferas do poder executivo, órgãos do legislativo, órgãos do poder judiciário (como os Ministérios Públicos), empresas privadas pertencentes ao *trade* turístico, entidades de classe, sindicatos patronais e de trabalhadores, universidades e instituições de pesquisa, dentre outras.

Como se pode observar a gama de entidades é ampla e o desafio que se impõe é promover a articulação entre elas objetivando a realização das ações voltadas para o turismo. Quando analisadas isoladamente descobre-se que cada uma possui um conjunto de habilidades e competências que podem ser mobilizadas no processo de planejamento e na execução das ações.

No entanto, nem sempre os interesses são convergentes. Os governos têm interesse em implantar e executar políticas públicas, os empresários também, entretanto, o grau de interação entre os dois setores possui ruídos diversos que não permitem a criação imediata de sinergias.

As universidades e instituições de pesquisa possuem corpo técnico capaz de pensar os problemas do setor, no entanto, são autônomas e não necessariamente estão sensíveis à realização de estudos e pesquisas aplicadas.

As empresas privadas possuem experiência de sua atuação no mercado, conhecem o seu negócio, mas se envolvem pouco nos processos decisórios públicos e participativos.

O que se quer dizer com essas observações é que as instituições relacionadas com a atividade turística possuem capacidades, *know-how*, *expertise*, relacionamentos e habilidades. No entanto, precisam desenvolver maior capacidade de articulação.

A literatura recente que trata dos processos de desenvolvimento local enfatizam que para que estes ocorram são necessários a promoção do capital humano, do capital social e o estímulo ao protagonismo local. É um processo que consiste na adoção de uma estratégia e de uma vontade dos atores e das pessoas do polo que, partir de seus ativos, de suas potencialidades e vocações, possam construir um projeto de desenvolvimento com mais participação social, mais equidade e sustentabilidade.

Quando se analisa as possibilidades de interação entre as instituições relacionadas a atividade turística busca-se vislumbrar a construção do novo paradigma do desenvolvimento focado no desenvolvimento das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas. Adotando-se esse novo paradigma como estratégia de desenvolvimento objetiva-se atingir a melhoria da qualidade de vida das pessoas, maior participação popular nas decisões de poder, autonomia e independência, preservação do meio ambiente, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e a construção de novos paradigmas éticos, que apontem para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, que contribuam para o desenvolvimento do local.

A adoção dessa estratégia exigirá mudança de mentalidades e de atitudes por parte dos atores sociais, implicará numa nova postura em relação ao papel do Estado evitando-se o assistencialismo e, exigirá maior participação nas ações pró-desenvolvimento.

A articulação a ser feita no setor turístico deve focar as atividades que promovem a expansão dos recursos intangíveis do desenvolvimento, tais como os centros de tecnologia e inovação, universidades, instituições de pesquisa, faculdades, incubadoras de empresas, centros de formação de recursos humanos, instâncias de pactuação público-privadas, dentre outras.

O que se busca com a articulação das ações das entidades do setor de turismo é a promoção da capacidade de aprendizagem e de resposta local. Por essa razão, são importantes as iniciativas de formação de redes de cooperação entre as entidades e o desenvolvimento do capital humano por meio do fomento à capacitação, qualificação profissional e aproveitamento de talentos naturais ou construídos.

Para o desenvolvimento do turismo no polo é imprescindível a construção e promoção do capital social, a diversificação da base econômica local com foco nas ações das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar, além do fortalecimento da governança local. Entende-se como governança o processo de tomada de decisões que resulta da participação dos atores sociais existentes no setor de turismo do polo e a sua capacidade de resolver conflitos e estabelecer consensos.

Pelo levantamento de informações e pela análise realizada no presente diagnóstico o polo possui instituições que reúnem habilidades e competências que, se bem articuladas, podem gerar benefícios duradouros para a atividade turística. Apenas para citar alguns exemplos:

- SEBRAE: possui projetos voltados para a atividade do turismo e do artesanato;
- SENAC: também possui projetos para o desenvolvimento, escola de gastronomia e outros cursos de formação profissional voltada ao turismo;
- FUNDTUR: órgão que trata das ações de governo para o desenvolvimento do turismo;
- Entidades empresariais (ABRASEL, ABIH, etc): reúnem empresas, sindicatos, empresários, e se constituem em parte do capital social existente no polo.

O desafio que se impõe no processo de elaboração do PDITS para o polo é a realização de ações que permitam a convergência de interesses e objetivos comuns entre estes atores sociais.

6.3. LINHAS DE PRODUTOS

A análise do mercado turístico realizada mostra que o município de Campo Grande possui um segmento de turismo muito próximo de se consolidar: o de negócios, eventos programados e congêneres. O município apresenta ainda oportunidades para o desenvolvimento de outros segmentos, tais como: estudos e pesquisas, histórico-cultural,

esporte tradicional, lazer e entretenimento e, ecoturismo associado ao turismo rural no seu entorno.

A consolidação de Campo Grande como principal destino do polo no segmento de negócios e eventos é explicada pelo fato do município ser a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, é o centro de decisões político-administrativas do Estado (possui sede dos órgãos públicos estaduais, diversas unidades de órgãos federais, além da sede da maior prefeitura do Estado), centros de pesquisas, órgãos de ciência e tecnologia (EMBRAPA, universidades, centros universitários e faculdades), centro do comércio estadual, possui centros de saúde e é o centro de realização de importantes congressos, seminários, fóruns, *workshops* e visitas técnicas.

Conforme apresentado na análise de mercado, Campo Grande enfrenta uma concorrência muito forte de outras capitais e cidades pelo país, em especial, de São Paulo e Rio de Janeiro, que têm ofertado uma série de eventos de porte nacional e internacional. Os eventos internacionais são um nicho a ser explorado, pois os gastos dos turistas de negócios e eventos chegam a ser o dobro (ou mais) que os gastos que são feitos quando o motivo da viagem é lazer e entretenimento. No entanto, alguns gargalos existentes na oferta de infraestrutura precisam ser explorados para que esse nicho pode ser explorado com resultados positivos para o setor. Cita-se como exemplo a necessidade de espaço físico com sistemas de tradução simultânea de línguas estrangeiras.

As informações sobre o fluxo de turistas no polo são limitados e, por essa razão, adotou-se a evolução do número de hóspedes na cidade de Campo Grande para se estimar a evolução daquele fluxo. Essa análise mostra que houve um crescimento médio anual de aproximadamente 18%. Uma vez que não se tem uma base de dados com preços dos atrativos visitados, pode-se inferir que tal crescimento também pode expressar a valoração da linha de produtos relacionados ao segmento de negócios e eventos programados.

Para ilustrar o comportamento do fluxo de turistas para Campo Grande, segue em anexo o Calendário de Eventos do Pavilhão Albano Franco para o ano de 2010. O Pavilhão é um dos locais mais utilizados para realização de eventos na cidade de Campo Grande e é tomado aqui como referência para análise do comportamento do fluxo de turistas. A análise do referido calendário mostra que o local está com eventos programados para o ano todo. No total, são aproximadamente 91 eventos.

No entanto, quando se analisa o comportamento da atividade turística dos demais municípios pertencentes ao polo, observa-se que a grande maioria não possui atrativos estruturados e, dessa forma, não possuem produtos a serem comercializados, o que impede uma avaliação sobre sua valoração.

Os municípios possuem vários segmentos com potencial de exploração: ecoturismo, aventura, místico, visitas técnicas, pesca esportiva, contemplativo, turismo em espaço rural, piscinas naturais (balneários), étnico.

Dadas as suas características de pequenos municípios é necessário estabelecer projetos turísticos que promovam sua integração com a cidade de Campo Grande, permitindo que o turista que visita a cidade em razão de algum evento possa se deslocar a outro município do polo para outra atividade turística.

As principais características dos municípios da região possibilitam o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas aos segmentos de eventos, turismo no espaço rural, lazer e natureza.

Há um segmento no polo que possui um potencial de promover a integração dos municípios. É o caso do segmento de visitas técnicas, empreendimentos rurais localizados no entorno de Campo Grande e dos municípios de Terenos, Sidrolândia, Rio Negro, Rochedo, Nova

Alvorada do Sul, Corguinho, Ribas do Rio Pardo, Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti. Tais municípios que vem se destacando no trabalho de pesquisas como, aprimoramento genético bovino, transferência de embriões, implementação da pecuária com tecnologia que permite o cruzamento industrial e confinamento em conjunto com a agricultura, manipulação de ervas naturais e produção de biocombustível.

A análise da linha dos produtos realizada até aqui tem por objetivo avaliar se há um alinhamento entre os produtos turísticos oferecidos na região, as tendências para o mercado e o posicionamento competitivo desejado.

A análise de mercado realizada mostra que Campo Grande é o município mais importante da região e se caracteriza pela oferta do segmento de turismo de negócios e eventos programados. Os demais municípios apresentam atividades potenciais, porém, não consolidadas. O desafio estratégico é promover segmentos turísticos que possam convergir para promover a competitividade da região. O segmento turístico do tipo técnico-científico pode ser um eixo potencial a ser explorado para integrar a atividade na região.

Em linhas gerais, os segmentos mais importantes, ou seja, aqueles que têm dinamizado a região são o turismo de negócios e eventos programados. No entanto, as atividades desse segmento não ocorrem por uma ação deliberada de uma política de desenvolvimento do turismo, mas sim, de ações isoladas de indivíduos, empresas, organizações, igrejas, universidades e outros. Portanto, há necessidade de se promover o alinhamento entre o *mix* de produtos e o foco estratégico de mercado para a região. São muitos os atrativos que a região possui, desde os históricos, passando pelos naturais e chegando até o místico, por essa razão, as atividades potenciais são inúmeras, mas deve-se ter o cuidado de se criar sinergias entre elas para que possam favorecer o desenvolvimento do turismo na região como um todo.

A análise do perfil da demanda para o Polo Campo Grande e Região revela que, em média, 68,2% dos turistas que visitaram a região no período 2007-2009 foram motivados pelos negócios e eventos. Locomoveram-se por avião ou carro próprio e eram brasileiros em sua quase totalidade. Em média, 26% são do próprio Estado de Mato Grosso do Sul e, aproximadamente, 28% de São Paulo. Vale destacar que o município de Campo Grande é um ponto de parada dos visitantes do Estado. Ao mesmo tempo em que a cidade recebe visitantes que nela permanecem, também recebe os que passam pela cidade em direção a outros destinos. De qualquer forma, o desafio que se coloca é fazer com que o turista possa, em sua permanência, ter oportunidade de conhecer e usufruir dos atrativos existentes nos municípios que compõem o polo.

Na pesquisa sobre demanda potencial do Ministério do Turismo, revelou-se que as mulheres representam a maioria dos clientes potenciais para o turismo doméstico. A maior frequência etária é entre os 25 e 34 anos e com renda variando entre 1 e 5 salários mínimos. E há um equilíbrio entre as classes sociais A/B e D.

Outro desafio que se impõe ao Polo Campo Grande e Região é a superação da concorrência com outros destinos que focam o turismo de negócios e ventos programados. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e outras capitais tornam-se concorrentes quase que naturais na oferta de produtos nesse segmento. Dessa forma, deve-se avaliar se a região buscará desenvolver esse segmento para atrativos com apelo internacional, nacional ou regional. Dependendo da escolha, deve-se avaliar melhor as condições de infraestrutura econômica e urbana, os impactos socioambientais, dentre outros fatores. Essa escolha também deverá nortear a organização político-administrativa que oferecerá suporte ao desenvolvimento do turismo no polo. Os municípios possuem órgãos que tratam do turismo, mas ainda carecem de uma melhor estruturação, recursos materiais, humanos e financeiros, e políticas específicas de orientação da atividade turística.

Um dos ajustes que precisa ser feito é no mercado de trabalho. As instituições de ensino superior criaram o curso superior de turismo e formaram profissionais. No entanto, a demanda pelos profissionais não acompanhou o mesmo ritmo. Isso tem acarretado um subaproveitamento dos turismólogos no mercado e tem feito com que os mesmos busquem outras colocações diferentes de suas competências e habilidades adquiridas.

Esse fator pode ser visto com, pelo menos, dois olhares: no primeiro, significa dizer que há espaço para uma maior promoção do desenvolvimento da atividade turística em função da existência de pessoal qualificado; um segundo olhar pode questionar se o mercado deseja turismólogos ou outros profissionais de nível médio para atuarem no setor. Essa definição permitirá às universidades e escolas de qualificação profissional uma melhor avaliação do que o mercado deseja e, portanto, balizará a organização de suas atividades.

A Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul realizou um trabalho de definição de estratégias de desenvolvimento do turismo para o período 2008-2020 nas dez regiões turísticas do Estado. O quadro abaixo apresenta os principais segmentos turísticos da região, suas potencialidades de oferta e diferenciais competitivos. Os municípios do Polo Campo Grande e Região coincidem com os definidos pela regionalização feita pela FUNDTUR para a região Caminho dos Ipês.

Como se pode avaliar, o documento da FUNDTUR revelou que são sete os segmentos potenciais que podem ser explorados no polo. Do ponto de vista estratégico é importante que se faça uma avaliação muito criteriosa sobre quais destes segmentos serão efetivamente explorados e desenvolvidos, pois dessa definição é que se pode estabelecer um melhor posicionamento estratégico. Ou seja, promover o ecoturismo em conjunto com o turismo de saúde apresenta um leque muito amplo de ações. Por essa razão, é necessária também uma definição do governo estadual sobre a priorização da atividade turística no polo. Se houver uma definição clara das políticas de promoção do turismo que permita desenvolver todos os segmentos potenciais elencados pela FUNDTUR, caminha-se na direção de se estabelecer estratégias para cada segmento. No entanto, se não há priorização e os recursos públicos continuarão sendo disputados por outras ações e projetos públicos, então, deve-se refletir com a sociedade e com os agentes da governança do turismo qual será o segmento que dinamizará a atividade.

Quadro 76 - Segmentos de turismo potenciais do Polo Campo Grande e Região.

SEGMENTAÇÃO	POTENCIALIDADE DA OFERTA	DIFERENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO
<p><u>ECOTURISMO</u> É um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.</p>	Parques Públicos Municipais, Unidades de Conservação Estaduais, Cachoeiras, Rochas, Fauna e Flora, relevo escarpado, talhado por cânions e vales que originaram belas corredeiras e cachoeiras, com quedas d'água de até 100 metros de altura.	As Unidades de Conservação e os Cânions.
<p><u>TURISMO CULTURAL</u> Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens culturais materiais e imateriais.</p>	Feiras, Artesanato, a Cultura Indígena, Inscrições Rupestres, Tradições e Costumes dos Imigrantes Japoneses, Sírios, Libaneses, Museus, Teatros, Cinema, visita a Igrejas, Ufologia e Comunidade Quilombola.	Museus e a Tradição e Costumes dos Imigrantes em Campo Grande-MS e Projeto Portal.
<p><u>TURISMO DE ESTUDOS E INTERCÂMBIO</u> Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.</p>	As Universidade e Faculdades de Campo Grande com seus cursos de graduação, mestrado e doutorado.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<p><u>TURISMO DE AVENTURA</u> Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo</p>	Cachoeiras e córregos, relevo colinoso, cânions, relevo escarpado, e vales que originaram belas corredeiras e cachoeiras, com quedas d'água de até 100 metros de altura.	Formação Geológica (cânions e escarpas de Rio Negro).
<p><u>TURISMO DE SAÚDE</u> Constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.</p>	Hospitais especializados em tratamentos de doenças específicas em Campo Grande.	Hospital do Pênfigo (Fogo Selvagem) e São Julião (Hanseníase)

SEGMENTAÇÃO	POTENCIALIDADE DA OFERTA	DIFERENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO
<p><u>TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS</u> Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.</p>	<p>Diversos auditórios, Parques de Exposições, Centro de Convenções com capacidade para mais de 1000 pessoas, diversos eventos consolidados como Festa e Exposições Agropecuárias, de Flores, Comercial e Industrial, encontro de Clubes de Motociclista, dentre outros.</p>	<p>Equipamentos para eventos de Campo Grande e região.</p>
<p><u>TURISMO RURAL</u> É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.</p>	<p>Fazendas de chácaras, Gastronomia, Tradição do Campo, dentre outros.</p>	<p>Circuito de Turismo Rural de Campo Grande e dos municípios do polo..</p>

Fonte: FUNDTUR. Estratégias de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul 2008-2020: Região Caminho dos Ipês. (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

6.4. ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO

O propósito deste item é avaliar se há obstáculos que possam minar os esforços de criação e desenvolvimento de produtos turísticos que consolidem o Polo Campo Grande e Região no mercado turístico nacional e internacional.

Um dos desafios que se coloca para a definição estratégica é a definição do segmento que se constituirá no motor do crescimento da atividade turística no polo. São muitos segmentos potenciais e atrativos turísticos relacionados.

Há uma indicação dos dados estatísticos de que o segmento de negócios e eventos programados é o que tem atraído visitantes e dinamizado as economias locais. No entanto, esse setor concentra-se em Campo Grande e os demais municípios do polo ficam à margem desse dinamismo. Dessa forma, deve-se refletir sobre quais segmentos podem produzir sinergias com o de negócios e eventos programados.

A infraestrutura econômica, social e urbana necessária para a atividade turística atualmente existente começa a apresentar gargalos. Já se ressaltou aqui que os eventos e negócios são realizados de acordo com os interesses de seus programadores e de forma isolada. Já aconteceu da cidade não comportar dois grandes eventos e os visitantes buscarem hospedagem em municípios vizinhos. Dessa forma, se esse segmento se constituir no eixo dinâmico, então deve-se avaliar a necessidade de ampliação e melhoria da rede de meios de hospedagem, dentre outros serviços.

Entretanto, já existem iniciativas para superar tais gargalos e englobam a construção de novos meios de hospedagem, que possibilitará a ampliação da capacidade de hospedagem do município de Campo Grande; novo centro de eventos, novos atrativos como o Aquário do Pantanal. Além disso, a cidade também está melhorando sua estrutura urbana por meio da ampliação e revitalização das vias públicas, melhora das praças, parques e equipamentos que induzem a melhoria da qualidade de vida.

Deve-se ressaltar que, se os demais segmentos forem promovidos simultaneamente, haverá a necessidade de se avaliar a infraestrutura integralmente, pois novas demandas de serviços turísticos surgirão. Ou seja, há avanços na infraestrutura para atender o segmento de negócios e eventos e, no caso de desenvolvimento de novos segmentos potenciais, haverá a necessidade de se reavaliar as condições existentes.

Como os segmentos apontados no planejamento da FUNDTUR são potenciais e podem promover o desenvolvimento do turismo de forma integrada na região, há necessidade de se ampliar as ações governamentais que promovam a atividade. Um dos gargalos existentes é o insuficiente quadro de pessoal que atua na área. Como foi analisado aqui, as universidades têm formado profissionais para atuação na área e os mesmos não estão sendo absorvidos no mercado e, ao mesmo tempo, as prefeituras apresentam falta de pessoal que possa colaborar com o desenvolvimento dos órgãos de promoção do turismo.

E não somente as universidades, mas a atuação de instituições como o SENAC e o SEBRAE indicam que há a ambiência necessária para superação dos gargalos existentes nessa área. Isso ajudaria a superar outro obstáculo que é a baixa qualificação da mão-de-obra existente nos municípios que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema.

Ainda assim, há um problema adicional a ser enfrentado: é preciso conciliar as necessidades de capacitação e qualificação profissional exigida pelo mercado e o que as instituições têm oferecido. Dessa forma, é necessário fazer uma avaliação precisa de quais são as reais necessidades do mercado e de que forma serão atendidas. Esse

desalinhamento de interesses acarreta desperdício de recursos materiais, humanos e financeiros, além de não apresentar os resultados desejados para o setor como um todo.

Um problema comum para o desenvolvimento tanto dos segmentos consolidados como para a exploração dos segmentos potenciais é a organização político-institucional da atividade turística. Nos municípios do Polo Campo Grande e Região as prefeituras possuem estruturas próprias de apoio ao turismo, no entanto, a articulação dessas instâncias e as demais relacionadas ainda é falha. Nem todos os órgãos e instâncias de governança existentes possuem o mesmo nível de estruturação, ao contrário, são muito desiguais.

Essa desigualdade não permite uma articulação eficaz entre os municípios e se manifesta na existência de um quadro reduzido de pessoal de apoio, não há setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, os recursos orçamentários são insuficientes face às necessidades de promoção da atividade turística e, não há uma sensibilização plena dos órgãos do poder executivo e também do legislativo sobre a importância do turismo enquanto atividade econômica capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

Outro aspecto da gestão pública que deve ser relatado e que representa um gargalo a ser superado é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico. Independentemente do segmento a ser promovido, a questão ambiental é um imperativo, até mesmo para se buscar diferenciais em relação aos concorrentes da região. Afinal, é uma tendência de mercado, em especial, para os consumidores, buscarem adquirir produtos de empresas que adotam práticas ambientalmente sustentáveis. Dessa forma, é importante que se crie no Polo Campo Grande e Região uma ambiência capaz de promover a oferta e gestão sustentável dos atrativos turísticos. Isso contribuirá decisivamente com a busca de diferenciais competitivos.

Por fim, a ausência de um sistema de informações gerenciais que permita uma melhor gestão do turismo é outro gargalo crítico. Não há como se fazer um bom planejamento e nem uma boa gestão da atividade turística sem um adequado sistema de informações gerenciais, ou seja, sem dados e informações precisas sobre o mercado turístico, sobre o perfil da demanda, sobre os gastos dos turistas durante sua estada, sobre suas preferências, sobre o produto interno bruto do setor turístico, dentre inúmeras outras informações.

Na moderna gestão de organizações tem se disseminado uma premissa que afirma que sem instrumentos de medição, não há como se avaliar um negócio. Por essa razão, um sistema de informações turísticas auxiliaria no processo de tomada de decisões, evitando formulações estratégicas equivocadas que podem comprometer todo um esforço de pessoas, empresas, entidades e órgãos públicos. Sem esse sistema o risco é grande de se produzir e executar ações não convergentes.

6.5. POSIÇÃO ATUAL NO MERCADO TURÍSTICO VERSUS POSICIONAMENTO POTENCIAL

Não há um posicionamento definido para o polo. O que se pode inferir sobre o posicionamento do polo baseia-se nas características do município de Campo Grande, marcado pela predominância do segmento de negócios e eventos programados. Esse segmento enfrenta a concorrência acirrada de outros destinos, em especial, São Paulo, que realiza eventos como Fórmula 1, Parada Gay, São Paulo Fashion Week, eventos acadêmicos e outros. Além disso, São Paulo é o Estado com o maior PIB do Brasil e, portanto, concentra a maioria dos negócios realizados no país.

A promoção do segmento negócios fica, portanto, condicionada pelo dinamismo econômico do Estado e da região. Outras capitais e destinos também são bastante competitivos e se colocam na disputa com o Polo Campo Grande e Região.

Os demais segmentos potenciais (ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de aventura, turismo de saúde e turismo rural) devem se alinhar aos produtos consolidados no segmento de negócios e eventos. Essa não é uma tarefa fácil de se realizar, mesmo porque, deve-se avaliar até que ponto, por exemplo, o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura compete ou cria sinergias com os produtos do polo Serra da Bodoquena e Pantanal.

Portanto, explorar esses segmentos potenciais deve levar em consideração a necessidade de integração entre os segmentos e seus respectivos produtos.

Portanto, o município de Campo Grande é considerado o destino indutor pelo Ministério do Turismo e sua vocação é para o segmento de negócios e eventos programados. O posicionamento do polo deve ser buscado levando isso em consideração. Além disso, é necessários explorar os segmentos potenciais existentes nos demais municípios do polo para que se promova a integração entre os municípios, seus principais segmentos turísticos e seus respectivos produtos.

PARECER FINAL

Uma breve comparação entre os objetivos principais e específicos discutidos e formulados numa etapa anterior de elaboração do PDITS Polo Campo Grande e Região e a formulação estratégica realizada pela Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul revela que há uma proximidade muito grande entre os dois momentos distintos de planejamento. Eles focam o fortalecimento da governança e a melhoria na infraestrutura.

Eles focam o fortalecimento da governança e a melhoria na infraestrutura. Isso ficou explicitado na realização da primeira oficina participativa de planejamento, quando foram definidos os objetivos gerais e específicos com o uso da técnica da árvore de problemas. Nesse momento, os próprios participantes entenderam que temas como infraestrutura, apesar de importante, estavam desgastados e não expressavam os pontos centrais da organização da atividade turística que eram: o baixo envolvimento da comunidade (observado na pesquisa feita pela consultoria), a pouca participação dos agentes do trade nas instâncias de governança e as dificuldades das equipes de gestão pública (número reduzido de pessoal, falta de equipamentos e recursos, dentre outros).

Isso foi um ganho em relação às experiências anteriores, pois permitiu direcionar mais objetivamente as estratégias e as ações.

Definidos os segmentos que se constituirão como eixos estratégicos de desenvolvimento do turismo no Polo Campo Grande e Região, as ações devem focar a estruturação desses eixos e superação dos gargalos apontados.

Os objetivos principais e secundários (ou específicos) que nasceram do atual processo de readequação são resgatados e apresentados a seguir:

Quadro 77 - Objetivos principais e específicos do PDITS Polo Campo Grande e Região.

Objetivos principais	Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas públicas voltadas para o turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilizar a classe política sobre a importância do turismo ▪ Eliminar as descontinuidades das políticas públicas voltadas para o turismo ▪ Criar um sistema de dados e informações sobre o turismo ▪ Incrementar as políticas públicas para promoção do desenvolvimento do turismo ▪ Aumentar os recursos para o desenvolvimento do turismo ▪ Promover o envolvimento da iniciativa privada ▪ Mobilizar o <i>trade</i> e fortalecer a governança ▪ Evitar a perda de potencialidades de um local para outros fins ▪ Evitar a redução do mercado de trabalho para os profissionais do turismo ▪ Promover o melhor aproveitamento do pessoal qualificado na área ▪ Sensibilizar a sociedade, mercado e governos para ver o turismo como atividade econômica ▪ Despertar o interesse de investidores ▪ Promover a alocação de recursos para investimentos no turismo ▪ Sensibilizar e envolver a sociedade local ▪ Evitar a degradação e subutilização dos recursos ambientais¹² (cultura, natureza, socioculturais, biológicas e econômicas)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura existente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver produtos turísticos na região ▪ Incentivar investimentos no setor ▪ Melhorar a articulação política para captação de recursos ▪ Aumentar a disponibilidade de recursos ▪ Promover a melhor articulação entre as esferas governamentais no desenvolvimento de ações ▪ Incentivar agentes de comercialização de produtos ▪ Desenvolver uma formatação comercial de produtos e roteiros turísticos ▪ Motivar investimentos empresariais

¹² O entendimento dos participantes da Oficina de Marco Lógico sobre os recursos ambientais é que estes envolvem todos os recursos existentes e que podem ser mobilizados para a consecução das ações do turismo, por isso a inclusão de recursos socioculturais, econômicos, dentre outros.

Objetivos principais	Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a articulação da iniciativa privada entre si e o poder público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a organização da cadeia produtiva e eliminar conflitos entre seus agentes ▪ Fortalecer a governança ▪ Melhorar a oferta de projetos de média e longa maturação ▪ Promover práticas associativas ▪ Tornar a rentabilidade do setor mais atrativa ▪ Minimizar a descontinuidade de ações ▪ Aprimorar a regulação do setor ▪ Motivar os agentes da cadeia produtiva ▪ Promover o empreendedorismo ▪ Melhorar a qualidade dos serviços turísticos ▪ Satisfazer o turista ▪ Aproveitar adequadamente as potencialidades turísticas ▪ Utilizar eficaz e eficientemente os recursos ambientais ¹³(cultura, natureza, socioculturais, biológicas e econômicas) ▪ Formatar e consolidar produtos e roteiros turísticos ▪ Melhorar o sistema de concorrência

¹³ O entendimento dos participantes da Oficina de Marco Lógico sobre os recursos ambientais é que estes envolvem todos os recursos existentes e que podem ser mobilizados para a consecução das ações do turismo, por isso a inclusão de recursos socioculturais, econômicos, dentre outros.

Já os objetivos estratégicos formulados pela FUNDTUR podem ser visualizados no quadro 56 da Análise do Quadro Institucional.

Esses elementos deverão nortear a etapa seguinte relacionada à elaboração das estratégias de desenvolvimento e o plano de ação. Importante ressaltar como premissa o aproveitamento de todas as experiências anteriores de diagnose e formulação estratégica e o seu alinhamento no novo produto que será gerado desse processo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFONSO Neto, Annibal.; SILVA, Neli Terezinha da. Análise da estratégia de entrada e posicionamento mercadológico dos bancos espanhóis no Brasil. In: COSTA, Benny Kramer.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. *Estratégia: perspectiva e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2002.
- ALMEIDA, M. *Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras*. Tese de doutorado Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007
- ANDION, Maria Carolina.; FAVA, Rubens. Planejamento estratégico. In: *Coleção Gestão empresarial*, Volume II, FAE Centro Universitário e Editora Gazeta do Povo, 2002.
- BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Organizador). Estudo de competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Campo Grande. Brasília: Ministério do Turismo.
- BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Organizador). Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – relatório Brasil. 2ª Ed. Revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. (versão digitalizada)
- BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.
- BENINI, R. M. de. *Cenários de ocupação urbana e seus impactos no ciclo hidrológico na Bacia do Córrego Mineirinho*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.
- BETHLEM, Agrícola. *Estratégia empresarial: conceito, processo e administração estratégica*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo. *Plano aquarela - Marketing turístico internacional do Brasil - 2007-2010*. Brasília;DF, 2005. Disponível em < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2007_a_2010.pdf >. Acesso 24 mai. 2010.
- BRASIL. Serviço Geológico do Brasil. CPRM. *Geologia e Recursos Minerais do Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: 2006.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Em 2006, As Atividades Características do Turismo Respondiam por 3,6% da Economia Brasileira*. IBGE, Brasília, DF. 2006. Disponível em:<http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1379&id_pagina=1> Acesso em: 31 Ago. 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo – 2007/2010 – Uma viagem de inclusão*. MTur Brasília: DF. 2007.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. *Geografia do Brasil - Região Centro Oeste*. Fundação Rio de Janeiro: IBGE, Brasília, DF. 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo. *Estudos e Pesquisas*. Disponível em: < http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/home/ >. Acesso em 25 mai. 2010a.

BRASIL. Ministério do Turismo. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. *Relatório Campo Grande*. Brasília, DF. 2009b. 44p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Empresa Brasileira de Turismo. *Pesquisa do Impacto Econômico Dos Eventos Internacionais Realizados no Brasil 2007-2008*. Fundação Getúlio Vargas – FGV. Brasília-DF, 2009c. Disponível em: <http://200.143.12.93/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/Eventos/Download_eventos/Relatxrio_Final_-_Estudo_do_Impacto_Econxmico__Eventos_Internacionais_realizados_no_Brasil.pdf> Acesso em: 31 Ago. 2010.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. *Condição das rodovias, MS*. 06-01-2010. Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/ms.htm>>. Acesso em 27 mai. 2010b.

BRASIL. Controladoria Geral da União. *Convênios por Orgão Cedente – Ministério do Turismo, MS*. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/ConveniosListaMunicipios.asp?UF=MS&Estado=MATO+GROSSO+DO+SUL&CodOrgao=54000&Orgao=MINISTERIO+DO+TURISMO&TipoConsulta=1&Periodo=>>> Acesso em 31 mai 2010c.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo*. Cadastur disponível: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/PesquisarEmpresas.action>>. Acesso em 07/06/2010d.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades – Campo Grande- estimativa populacional em 2009*. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 05 jul 2010e.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais - 2009*. Disponível em:< <http://www.rais.gov.br/>>. Acesso em 14 jul 2010f.

BRASIL. Ministério do Turismo do Brasil. *Brasil é o 7º país no ranking mundial de eventos internacionais*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100513-4.html>. Acesso em 02 Set. 2010g.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes. *Distância entre cidades*. Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp>>.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009*. MTur. Brasília: DF. 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/13.11.09_Pesquisa_Hxbitos_2009.pdf>. Acesso em 20 mai. 2010h.

CAMPO GRANDE. Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana do município de Campo Grande. Programa Comunidade Viva. Programa Viva Campo. *Relatório Avaliação Ambiental*. Campo Grande, MS. Setembro, 2007. 208p. Disponível em:< <http://www.prefeituradecampogrande.com.br/planurb/downloads?categoria=36>>. Acesso 24 jun. 2010.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Relatório de Atividade Desenvolvidas pelo DCQA/SEMADES – 2008*. Semades - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 2008.

CAMPO GRANDE. *Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Grande / MS 2008 – 2030*. AGUAS GUARIROBA. Campo Grande: MS, Maio 2008. 348p.

CAMPO GRANDE. Projeto Córrego Limpo: Cidade Viva. Site: <http://www.capital.ms.gov.br/pronatureza/canaisTexto?id_can=3062> Acessado em 02/06/2010b.

CASTROGIOVANNI, C. Turismo e ordenação do espaço urbano. In: Turismo Urbano. São Paulo: Contexto, 2000.

CETESB. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. *Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo 2004*. São Paulo: CETESB, 307p. 2005.

COELHO, Margarida. Distribuição espacial da ocupação no setor de turismo Brasil e Regiões. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/td_1320.pdf> Acesso em 31. Ago. 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. A competitividade nos setores de comércio, de serviços e do turismo no Brasil: perspectivas até 2015 – cenários econômicos. Brasília: CNC: SEBRAE, 2008.

Durward K. Sobek and Art Smalley, Understanding A3 Thinking – A Critical component of Toyota's PDCA Management System, 2008.

ELLIOTT (1997), citado por Brito, Marcilio de Medeiros e; Araújo, Maria Arlete Duarte na Revista de Administração Pública Print version ISSN 0034-7612 Rev. Adm. Pública vol.40 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006 doi: [10.1590/S0034-76122006000200005](https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200005) Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do estado de Sergipe.

EMSAMPA. Distância Aérea Entre São Paulo e Cidades Estrangeiras. Disponível em: < <http://www.emsampa.com.br/page26.htm> >. Acesso em 21 jul. 2010.

FALCÃO, José Augusto Guedes (Coordenador Geral). Documento Referencial Turismo no Brasil 2011/2014 – Brasília: Ministério do Turismo. 2010.

FALCÃO, José Augusto Guedes (Coordenador Geral). Plano Nacional do Turismo 2007-2010 – Brasília: Ministério do Turismo. 2007

FARIA, Nivaldo Maranhão. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0034-7612200600020000500008&pid=S0034-76122006000200005&lng=en> Introdução à administração: perspectiva organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

FERREIRA, 2008, citado por Carvalho Francisco Dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias http://www.blogdofranciscofernando.com/referencial_teorico.php, 11/08/2010

FREY (1997, p. 216), citado por Carvalho Francisco Dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias http://www.blogdofranciscofernando.com/referencial_teorico.php, 11/08/2010

GAURESCHI et al., 2004, p, 180, citado por Carvalho Francisco dos Santos e Leite, Carlos Fernando Farias http://www.blogdofranciscofernando.com/referencial_teorico.php, 11/08/2010

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020. Região Caminho dos Ipês: Diagnóstico Competitivo. Campo Grande: FUNDTUR, 2009. (versão digitalizada)

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2008. Campo Grande: SEMAC, 2008. (versão digitalizada)

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. PIB Municipal/MS. Produto Interno Bruto 2002-2006. Campo Grande: SEMAC. (versão digitalizada)

HALL, C. M. *Planejamento turístico – políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

HOFFMANN, R. *Estatística para economistas*. São Paulo: 4ª Ed. Thomson, 2006. 446p.

HOWITT, A. citado por Sagi, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do turismo: definição de indicadores e análise com base no estudo de caso de Santa Catarina. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano VI, n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Emprego no Turismo*. IPEA. Brasília: DF, Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33> Acesso em 30 Ago. 2010.

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION. ICCA publishes country and city rankings 2009. Disponível em: <<http://www.iccaworld.com/npps/story.cfm?nppage=>> Acesso em: 31 Ago. 2010.

IGNARRA (2002:125) citado por Brito, Marcilio de Medeiros e; Araújo, Maria Arlete Duarte na Revista de Administração Pública Print version ISSN 0034-7612 Rev. Adm. Pública vol.40 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006 doi: [10.1590/S0034-76122006000200005](https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200005) Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do estado de Sergipe.

LAGE, B. H.; MILONE, P.C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARIANI, M. A. P.; DOMINGOS, A. A. A.; BEKER, J. D. Plano de ação para o turismo em Mato Grosso do Sul: uma análise. In: *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*. Três Lagoas – MS, v.1, n.5, ano 4, maio/2007.

MARTINS, Gabriela I. V.; MARTINS, Cid Isidoro D. Grandes oportunidades para pequenos negócios em Mato Grosso do Sul: estudo de tendências, produção e potencial de consumo. Campo Grande: Editora Visão: SEBRAE/MS, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Macrozoneamento Geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul: SEPLAN/MS, IBGE-DIGEO/GO, 227p. Campo Grande/MS, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. SEPLAN-MS. Atlas Multirreferencial - Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: SEPLAN-MS. 1990

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020. Região Caminho dos Ipês: Diagnóstico Competitivo. Campo Grande: FUNDTUR, 2009a. (versão digitalizada).

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul/IMASUL. Diretoria de Desenvolvimento. *Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, MS, 2008*. Campo Grande, MS, 240p. 2009b.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Plano De Desenvolvimento Institucional da Gestão Estadual do Turismo Mato Grosso do Sul - Plano de Fortalecimento Institucional – Produto 2, 3 e 4. Campo Grande: FUNDTUR, 2009c. (versão digitalizada)

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia Mato Grosso do Sul. Plano de Desenvolvimento Regional PDR-MS 2030 (Documento Síntese) Campo Grande: SEMAC, 2009d. (versão digitalizada)

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Mato Grosso do Sul: Regiões Turísticas*. Material promocional. Campo Grande, MS, 2009e.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Dados Estatístico de Mato Grosso do Sul - 2009*. Campo Grande, MS. Dezembro de 2009f. 101p. Disponível em:<<http://www.semac.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=52984>>. Acesso em 02 jul 2010.

MATO GROSSO DO SUL, Fundação do Turismo do Mato Grosso do Sul. Sistema de Informações e Estatísticas. *Indicadores básicos do Turismo*. Informações recebidas via digital em 01 jun. 2010a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Banco de Dados do Estado. Campo Grande, MS, <<http://www1.semac.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2010b.

MATO GROSSO DO SUL, Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Situação das ETEs. Informações recebidas via digital em 14 jun. 2010c.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. *Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul – PERH-MS*. Editora UEMS, 2010d.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. *Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul – ZEE-MS*. Disponível em: <<http://www.semac.ms.gov.br/zeems/>>. Acesso em 15 jul. 2010e.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS, 2010f.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS, 2010. Disponível em <<http://www.semac.ms.gov.br/ZEE/MS/index.php?inside=1&tp=3&show=2259>>. Acesso em 26 fev. 2010g.

MESQUITA, C. Turismo e planejamento regional. *In: Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador – BA, ano III, n.4, julho/2001.

MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Informações Complementares*. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, MG, 39p. Março 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 17ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 23ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, M. C. B et al. Bacia hidrográfica do rio Miranda: estado da arte / Campo Grande : UCDB, 2004. 177 p. Disponível em <http://assets.wfbr.panda.org/downloads/estado_da_arte_miranda_completo_1.pdf> Acesso em 02 abr 2010.

PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. *Microeconomia*, 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM – Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Jardim. Janeiro. 2009.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO - Módulo operacional 6 - Sistema de informações turísticas do programa – Ministério do Turismo, pg 19, Brasília 2007

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO módulo operacional 3 - Institucionalização da Instância de governança Regional - Ministério do Turismo 2007

PROJETO PORTAL. Disponível em <<http://www.projetoportal.org.br/>>. Acesso em 14 abr. 2010.

RAINFOREST ALLIANCE, *Buenas Prácticas para Turismo sostenible*. 131p. 2008. Disponível em:< http://www.rainforest-alliance.org/tourism/documents/tourism_practices_guide_spanish.pdf >. Acesso em 27 abr. 2010.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Website do Lean Enterprise Institute, www.lean.org

Wikipédia, a enciclopédia livre. Metodologia da Análise SWOT.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. 11.ed.Campinas: Papirus, 1997.199

SAGI, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do Turismo: definição de indicadores e análise com Base no estudo de caso de Santa Catarina. *In: Revista Hospitalidade São Paulo*, ano VI,n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO DO SUL; FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA; FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON. *Proposta de Elaboração de Estudo da Cadeia Produtiva do Turismo em Mato Grosso do Sul*. Relatório Final. Campo Grande, MS.. 124p. Novembro de 2006.

SILVA Jorge Antonio Santos, Universidade Salvador – UNIFACS - <http://www.eumed.net/eve/resum/07-07/jass.htm> 11/08/2010

SKOCPOL, T. citado por Sagi, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do turismo: definição de indicadores e análise com base no estudo de caso de Santa Catarina. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano VI, n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009

VALLS, J.F. *Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis*. 1ª Edição. FGV Editora. Rio de Janeiro – RJ 232p. 2006

VICTÓRIO, Ico. Ações emergenciais tentarão minimizar apagão no aeroporto. *Jornal Correio do Estado*, Mato Grosso do Sul, p. 13A, 21 set. 2010.

VICTÓRIO, Ico. Campo Grande enfrenta apagão aéreo. *Jornal Correio do Estado*, Mato Grosso do Sul, p. 14A, 20 de set. 2010.

VICTÓRIO, Ico. Reformas estão previstas para 2011. *Jornal Correio do Estado*, Mato Grosso do Sul, p. 14A, 20 de set. 2010.

VICTÓRIO, Ico Táxi é a única opção de transporte. *Jornal Correio do Estado*, Mato Grosso do Sul, p. 14A, 20 de set. 2010.

TADA, Silvia. Prefeitura da Capital cercará aterros para “expulsar” catadores. *Jornal Correio do Estado*, Mato Grosso do Sul, p 11A, 21 set. 2010.

8. ANEXOS

Anexo 1 - Pesquisa aplicada junto aos empreendimentos da cadeia turística

A pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 23 de setembro de 2010. Para tanto foram entrevistados onze hotéis, representando 70,9% dos apartamentos de Campo Grande, quatorze agências de viagens, representando 41,2% das agências de viagens filiadas a Associação das Agências de Viagens de Mato Grosso do Sul (ABAV) e por fim, seis restaurantes, representando 54,5% dos restaurantes cadastrados no guia quatro rodas.

As entrevistas foram feitas com proprietários ou responsáveis pelo empreendimento por pesquisadores treinados e via telefone. Foi utilizado o critério de não probabilística de amostragem intencional, no qual foram pesquisados os empreendimentos mais representativos de cada segmento.

Não foram feitos os cruzamentos em relação a localização e a temporalidade de funcionamento em decorrência de que os empreendimentos são provenientes todos de Campo Grande – MS (município concentrador dos espaços de eventos e equipamentos turísticos) e todos os empreendimentos funcionarem de maneira uniforme ao longo do ano (sem período de alta e baixa temporada).

As análise dos dados foi feitas através de cruzamento de tabelas e representações gráficas e em tabelas.

Gráfico 1: Quantidade e percentual dos empreendimentos entrevistados

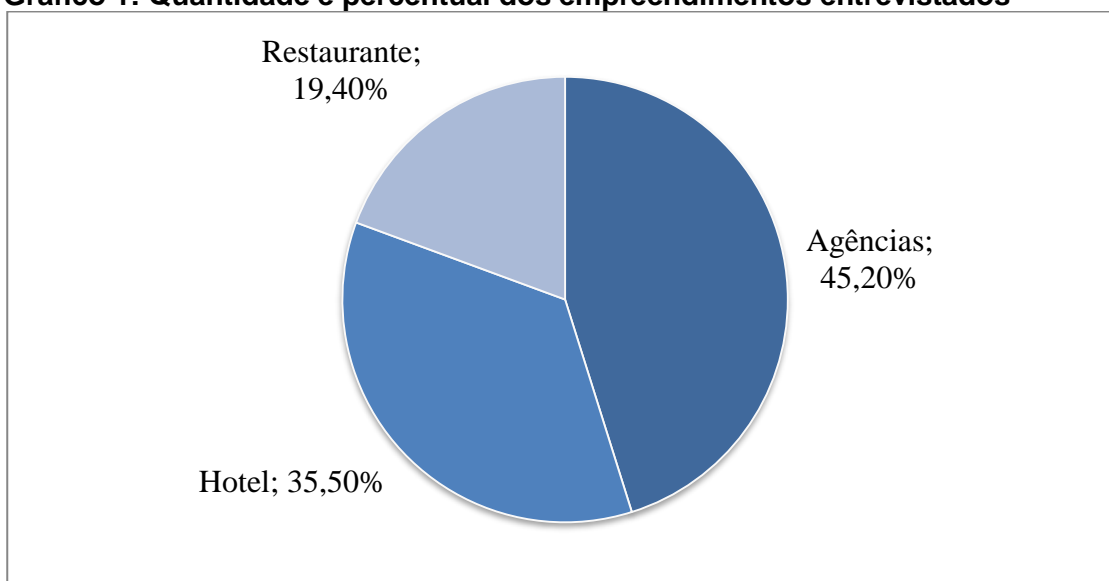
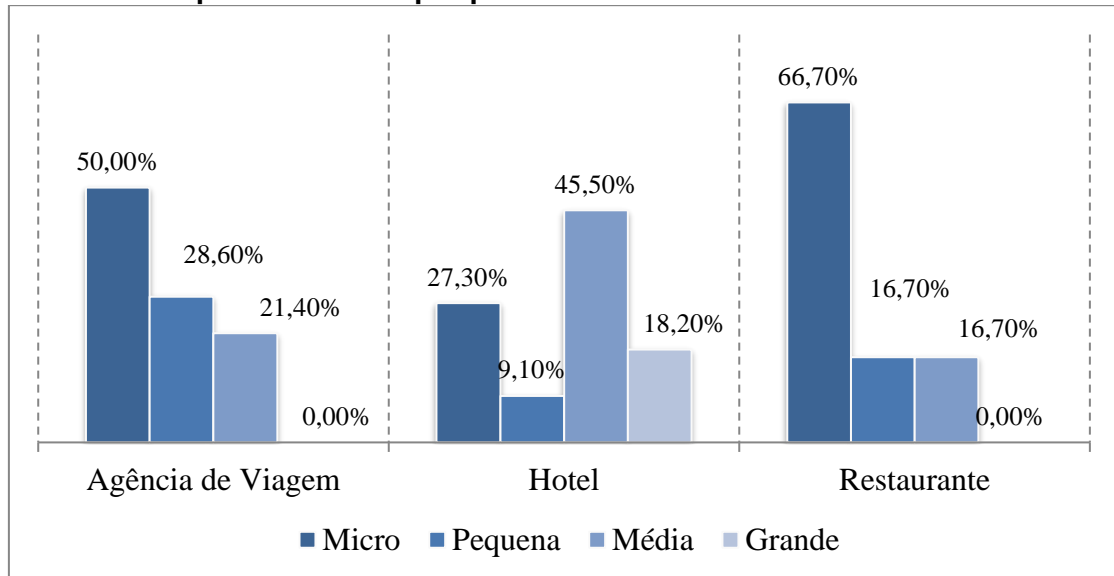
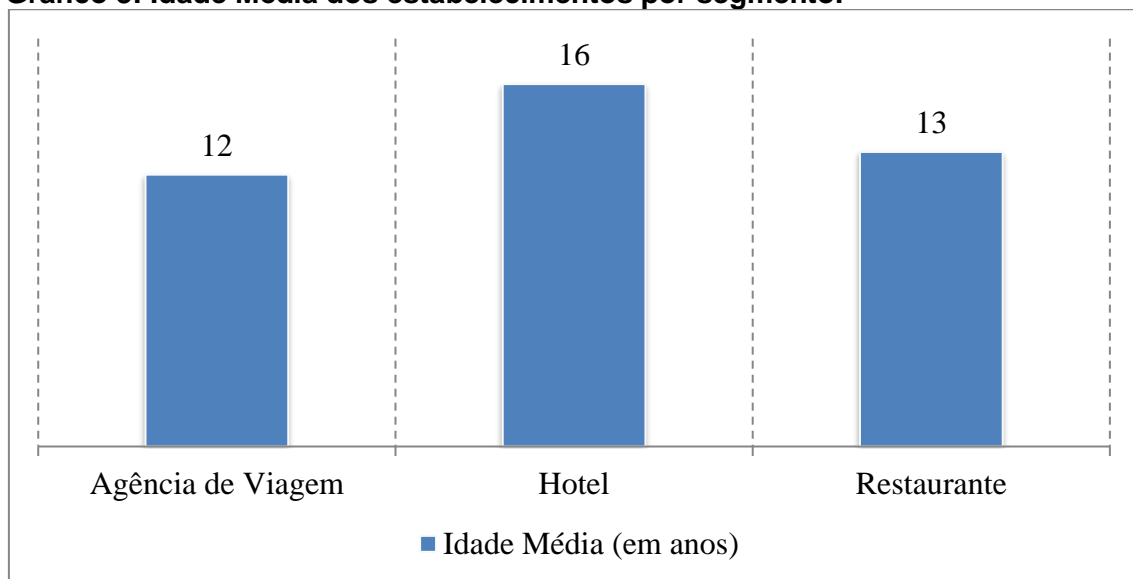


Gráfico 2: Empreendimentos por porte.**Gráfico 3: Idade Média dos estabelecimentos por segmento.****Tabela 1: Origem do Empreendimento por segmento.**

Origem	Viagem	Hotel	Restaurante
Estrangeiro	0,0%	18,2%	0,0%
Local	64,3%	72,7%	66,7%
Nacional	21,4%	9,1%	0,0%
Regional	14,3%	0,0%	33,3%

Tabela 2: Nº médio de funcionários por segmento

Segmento	Nº de Funcionários
Agência de Viagem	6,6
Hotel	43,9
Restaurante	22,5

Gráfico 4: Número médio de funcionários por porte do empreendimento.

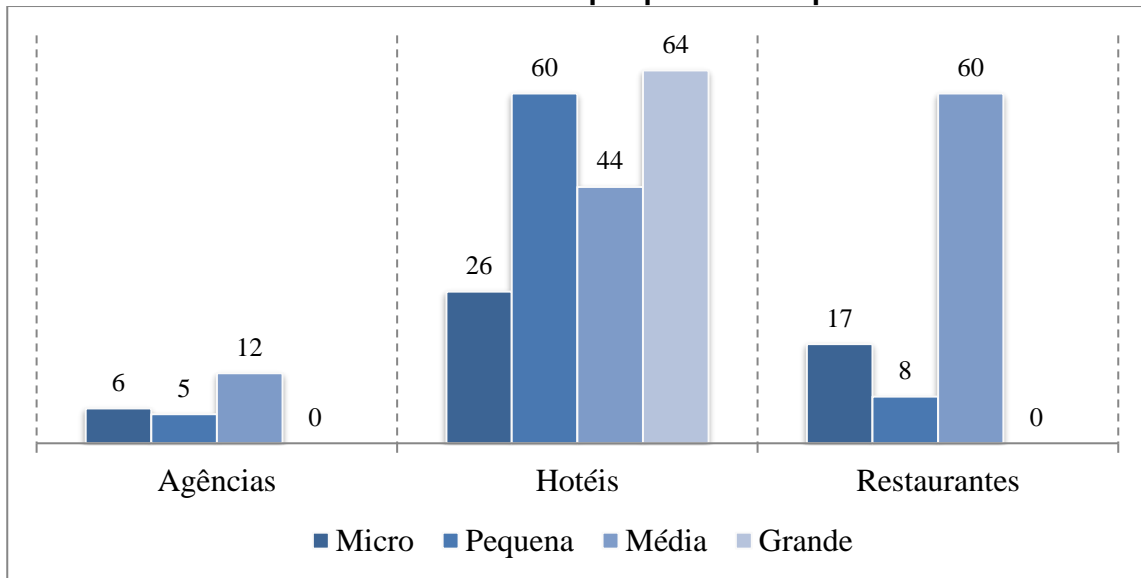


Gráfico 5: Número médio de funcionários por idade do empreendimento.

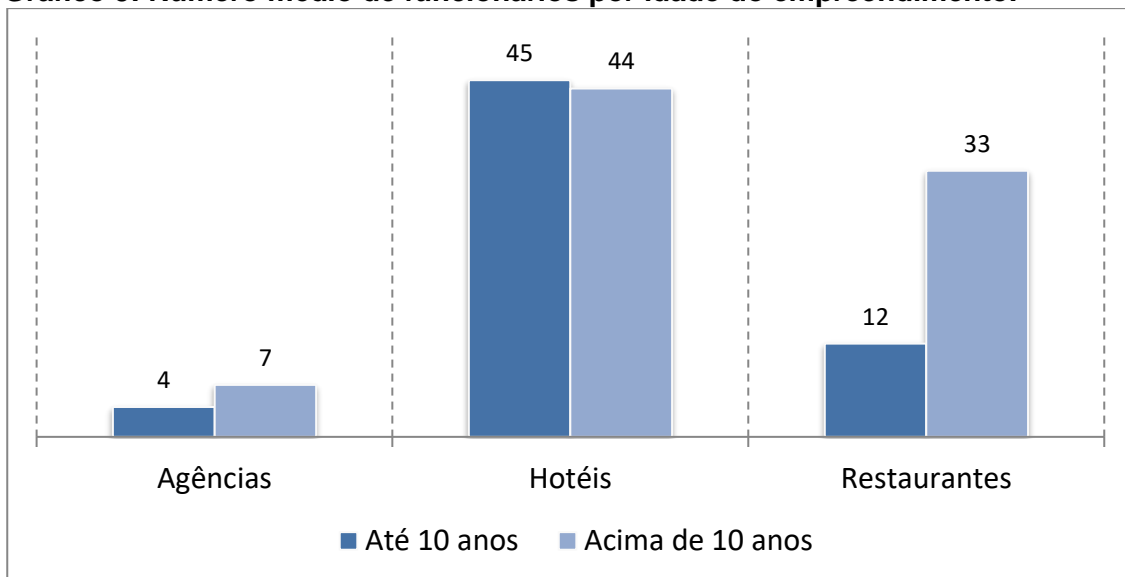


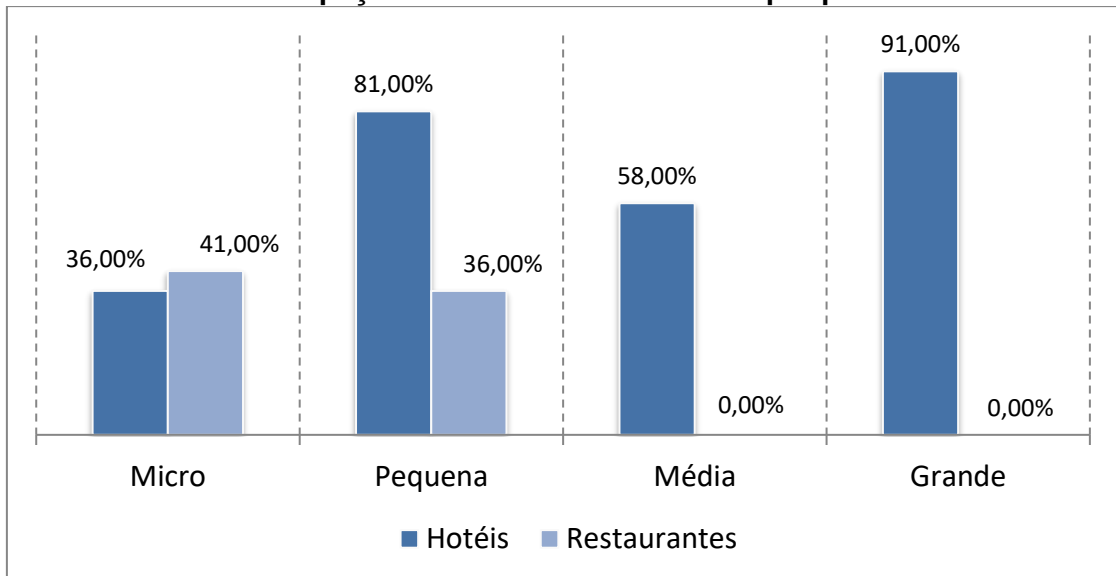
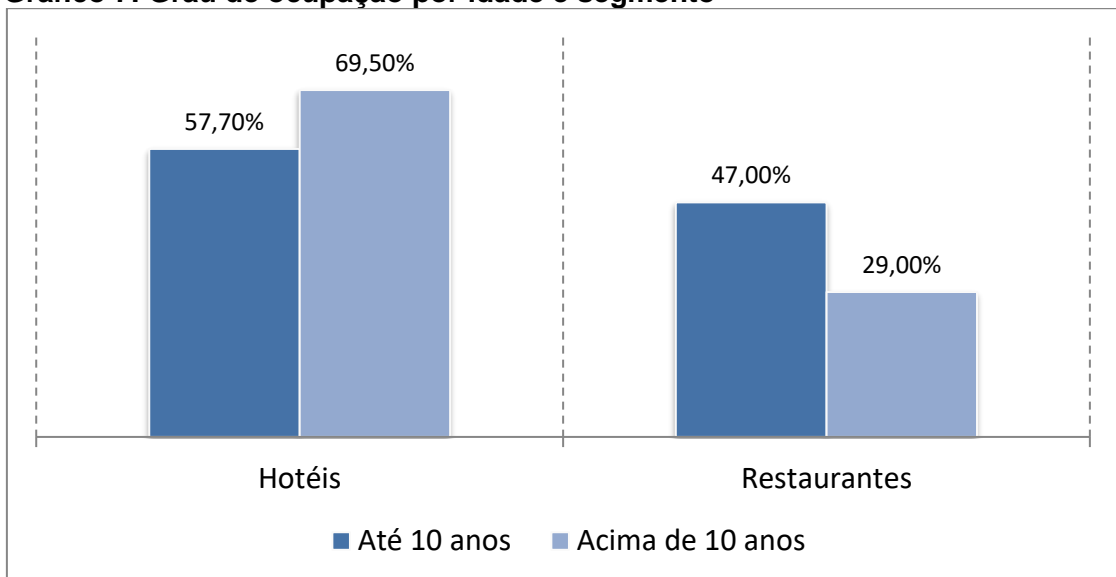
Gráfico 6: Grau de ocupação em hotéis e restaurantes por porte**Gráfico 7: Grau de ocupação por idade e segmento**

Tabela 3 Níveis de Investimentos (média) por segmento entre 2000 e 2015*.

Investimento	Ano			
	2000	2005	2010	2015*
Agência de Viagem	R\$ 35.000	R\$ 25.000	R\$ 33.500	R\$ 38.333
Hotel	R\$ 0,00	R\$ 50.000	R\$ 290.000	R\$ 3.050.000
Restaurante	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 90.000	R\$ 100.000

* Previsão feita pelos empreendimentos entrevistados

Tabela 4: Investimentos em 2010 por porte e segmento (em R\$)

Segmento	Porte	Investimento (R\$)
Hotéis	Micro	50.000
	Média	266.667
	Grande	600.000
Agências	Micro	14.833
	Pequena	65.000
	Média	30.000
Restaurantes	Micro	53.333
	Pequena	200.000

Tabela 5: Investimentos em 2010 por idade e segmento (em R\$)

Segmento	Idade	Investimento (R\$)
Hotéis	Até 10 anos	175.000
	Acima de 10 anos	366.667
Agências	Até 10 anos	18.167
	Acima de 10 anos	26.667
Restaurantes	Até 10 anos	70.000
	Acima de 10 anos	110.000

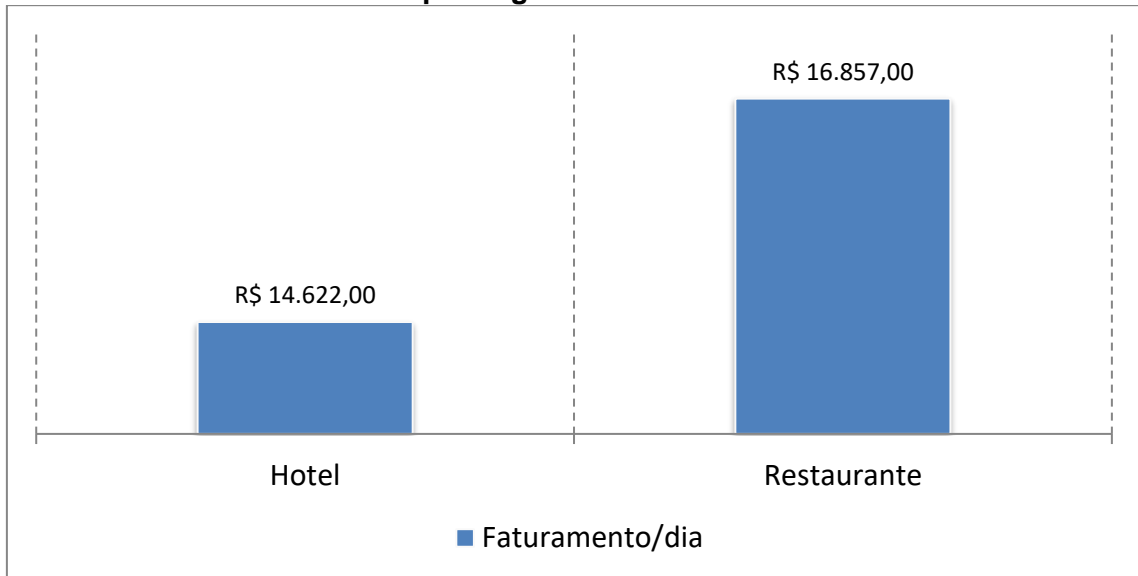
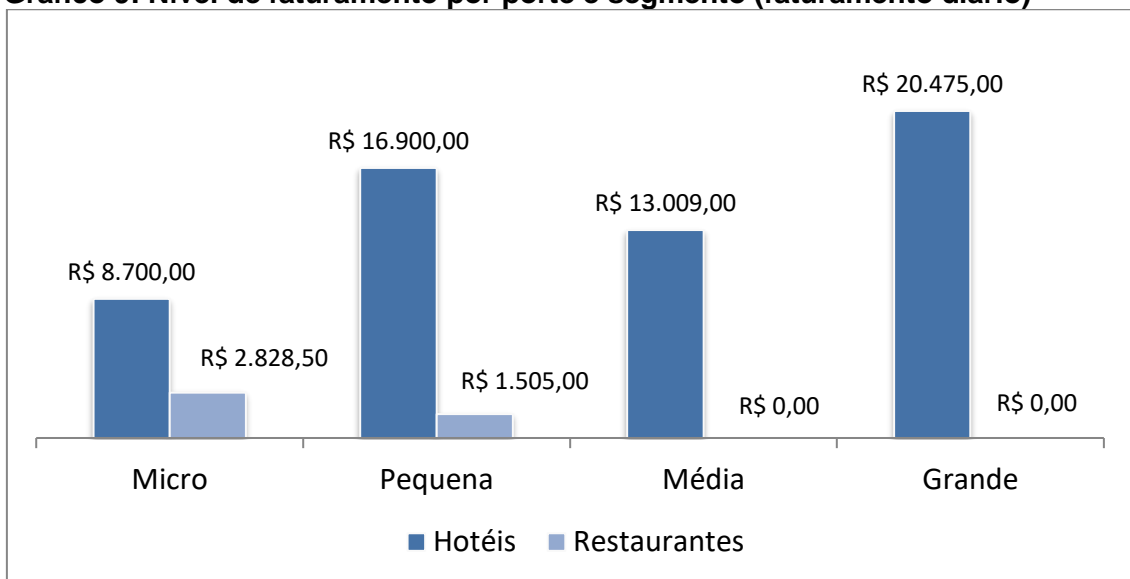
Gráfico 8: Faturamento diário por segmento**Gráfico 9: Nível de faturamento por porte e segmento (faturamento diário)**

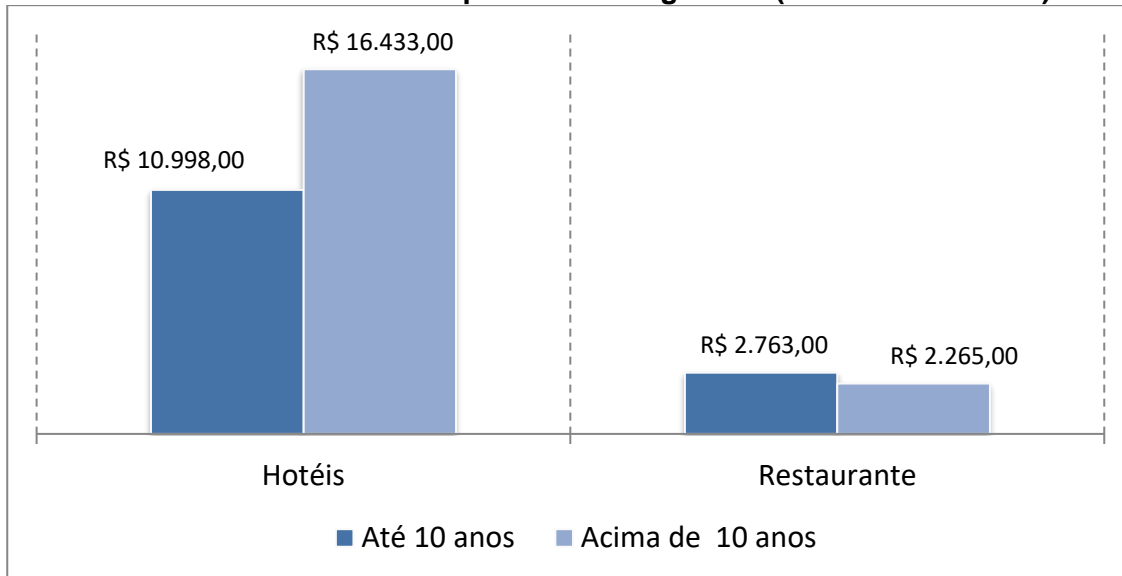
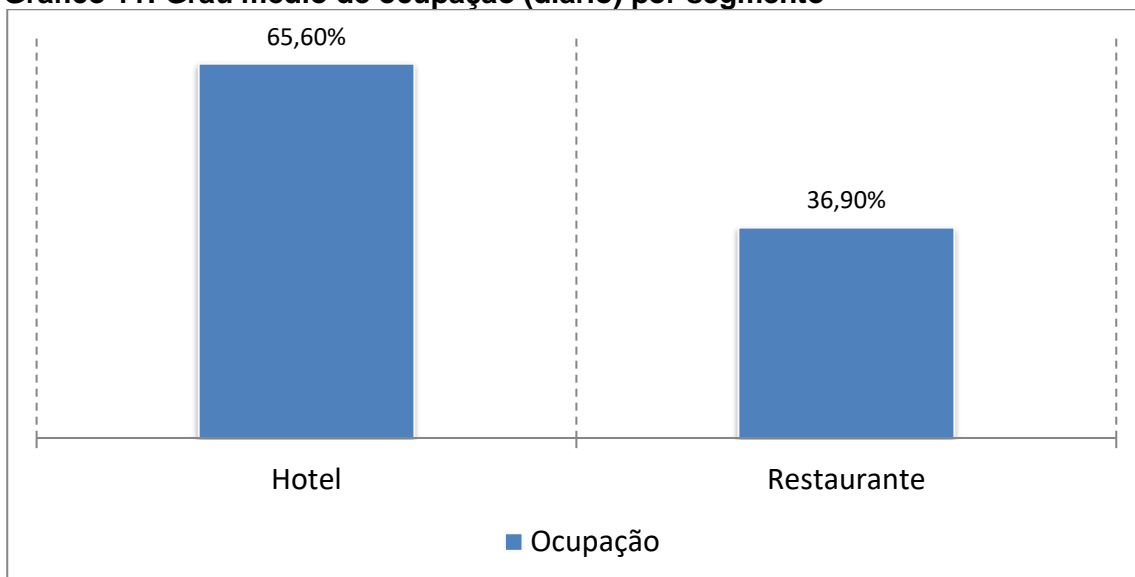
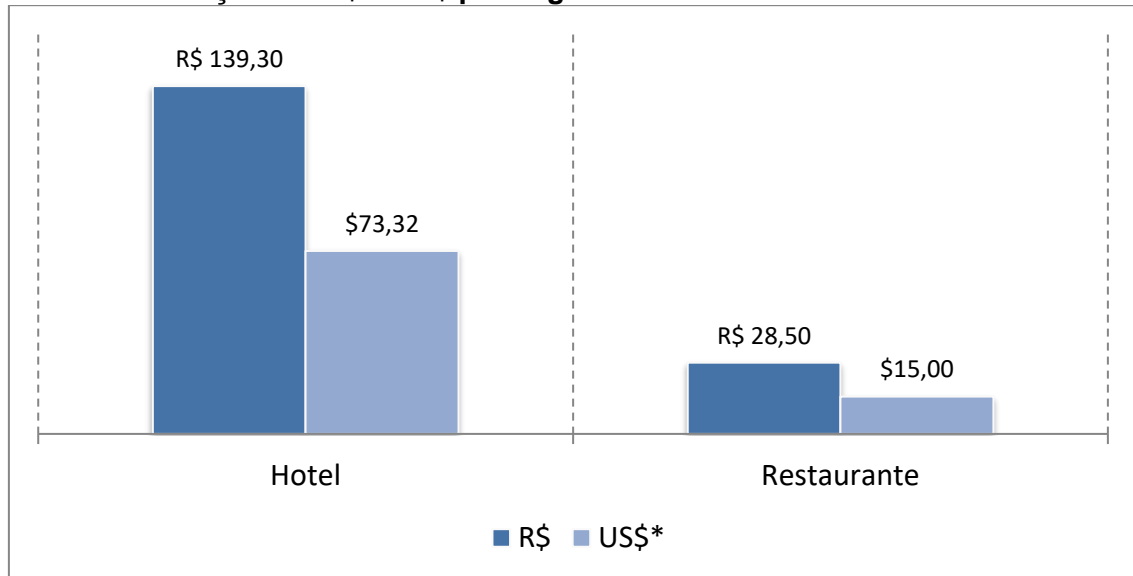
Gráfico 10: Nível de faturamento por idade e segmento (faturamento diário)**Gráfico 11: Grau médio de ocupação (diário) por segmento**

Gráfico 12: Preços em R\$ e US\$ por segmento.

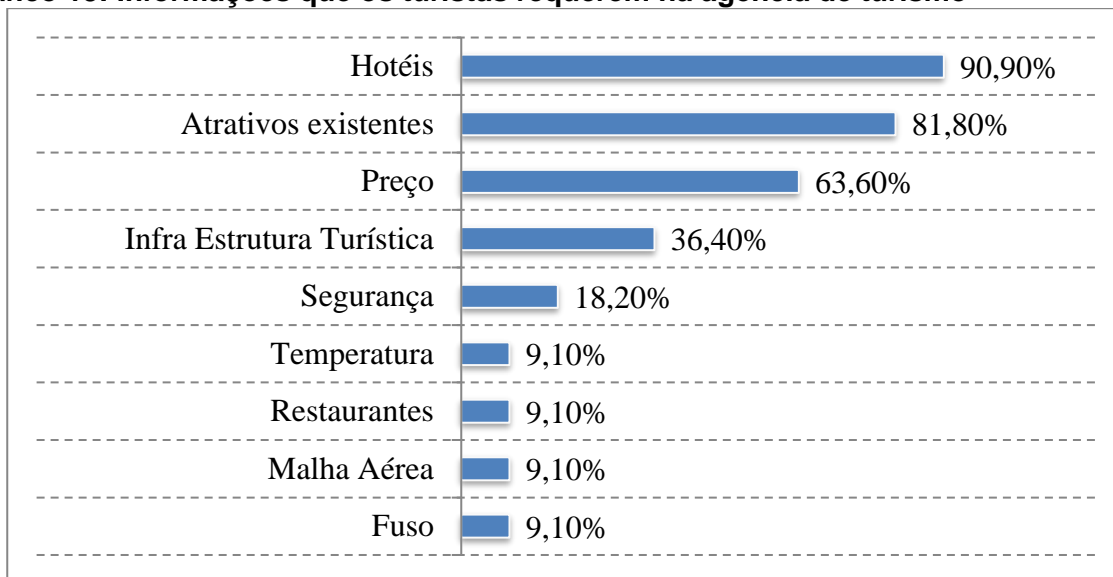
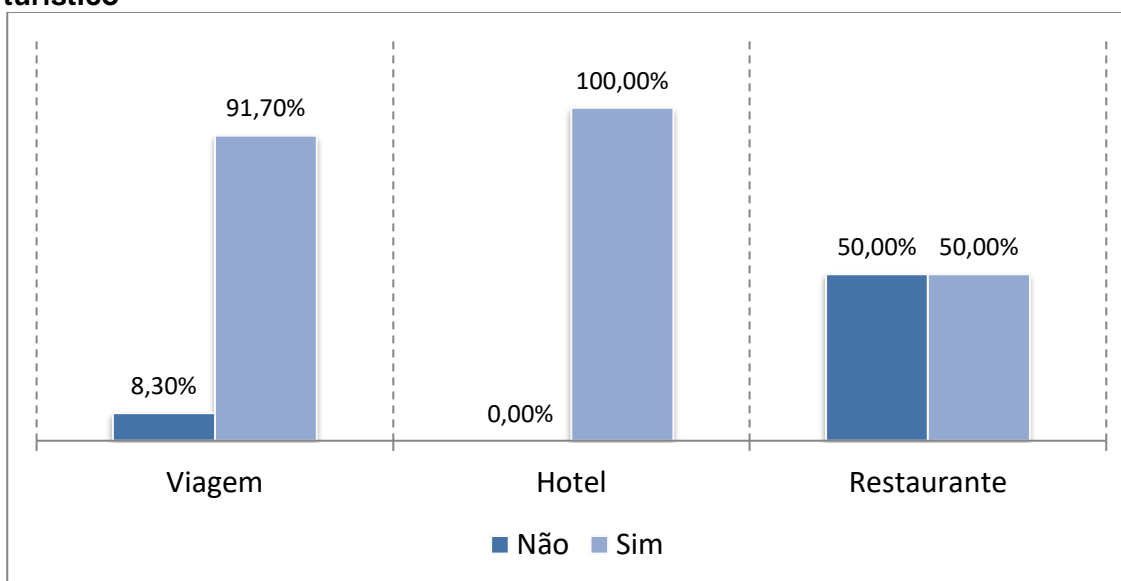
* Cotação com base na média do câmbio de dólar turismo a R\$/US\$ = 1,90 em 2010.
Disponível em: www.ipeadata.gov.br

Tabela 6: Preços em R\$ e US\$ por porte do empreendimento.

Porte	Hotéis		Restaurantes	
	R\$	\$	R\$	\$
Micro	R\$ 124,50	\$ 65,53	R\$ 26,50	\$ 13,95
Pequena	R\$ 130,00	\$ 68,42	R\$ 35,00	\$ 18,42
Média	R\$ 140,80	\$ 74,11	R\$ 30,00	\$ 15,79
Grande	R\$ 155,00	\$ 81,58		

Tabela 7: Preços em R\$ e US\$ por porte do empreendimento.

Idade	Hotéis		Restaurantes	
	R\$	\$	R\$	\$
Até 10 anos	R\$ 129,67	\$ 68,25	R\$ 23,33	\$ 12,28
Acima de 10 anos	R\$ 143,43	\$ 75,49	R\$ 33,67	\$ 17,72

Gráfico 13: Informações que os turistas requerem na agência de turismo**Gráfico 14: Se o empreendimento opera de maneira integrada com algum elo turístico****Tabela 8: Conflito em relação ao elo da cadeia turística por segmento.**

Conflito	Segmento		
	Agência de Viagem	Hotel	Restaurante
Linhas Aéreas	14,3%	9,1%	16,7%
Operadores Turísticos	14,3%	0,0%	16,7%
Hotéis	7,1%	0,0%	0,0%
Agentes de Viagens	28,6%	0,0%	0,0%
Operadoras de Cartões	14,3%	9,1%	50,0%
Atrativos	14,3%	9,1%	0,0%

Tabela 9: Grau de dificuldade dos hotéis em relação aos quesitos

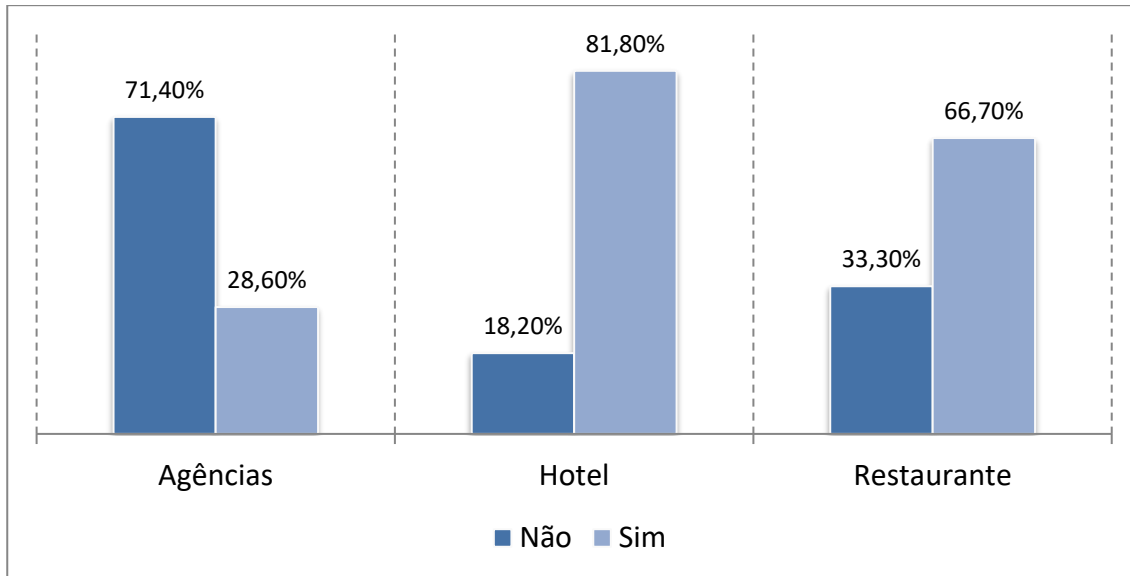
Quesitos Hotéis	Alta	Média	Baixa
MDO QUALIFICADA	36,4%	18,2%	45,5%
Custo da MDO	18,2%	27,3%	54,5%
Infra Estrutura	18,2%	36,4%	45,5%
Divulgação	27,3%	18,2%	54,5%
Concorrência	9,1%	27,3%	63,6%
Custo Capital de Giro	0,0%	27,3%	72,7%
Pagamento de Juros	18,2%	9,1%	72,7%
Apoio Instituições	30,0%	10,0%	60,0%
Impostos	45,5%	27,3%	27,3%
Integração	18,2%	9,1%	72,7%

Tabela 10: Grau de dificuldade das agências em relação aos quesitos.

Quesitos Agências	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	35,7%	28,6%	35,7%
Custo da MDO	14,3%	35,7%	50,0%
Infra Estrutura	14,3%	21,4%	64,3%
Divulgação	21,4%	14,3%	64,3%
Concorrência	28,6%	42,9%	28,6%
Custo Capital de Giro	21,4%	28,6%	50,0%
Pagamento de Juros	21,4%	14,3%	64,3%
Apoio Instituições	28,6%	35,7%	35,7%
Impostos	28,6%	28,6%	42,9%
Integração	14,3%	21,4%	64,3%

Tabela 11: Grau de dificuldade dos restaurantes em relação aos quesitos.

Restaurantes	Alta	Média	Baixa
Mão de obra qualificada	83,3%	16,7%	0,0%
Custo da MDO	16,7%	50,0%	33,3%
Infra Estrutura	0,0%	50,0%	50,0%
Divulgação	16,7%	50,0%	33,3%
Concorrência	16,7%	66,7%	16,7%
Custo Capital de Giro	16,7%	83,3%	0,0%
Pagamento de Juros	33,3%	16,7%	50,0%
Apoio Instituições	16,7%	33,3%	50,0%
Impostos	83,3%	16,7%	0,0%
Integração	16,7%	33,3%	50,0%

Gráfico 15: Necessidade de treinamento de mão de obra**Tabela 12: Cursos mais demandados pelos segmentos.**

Segmento	Curso	Percentual
Agência de Viagem	Atendimento ao cliente	14,3%
Hotel	Atendimento ao cliente	27,3%
Hotel	Camareira	27,3%
Hotel	Recepcionista	18,2%
Restaurante	Atendimento ao cliente	33,3%

Tabela 13: Origem do turista em 2005 por segmento.

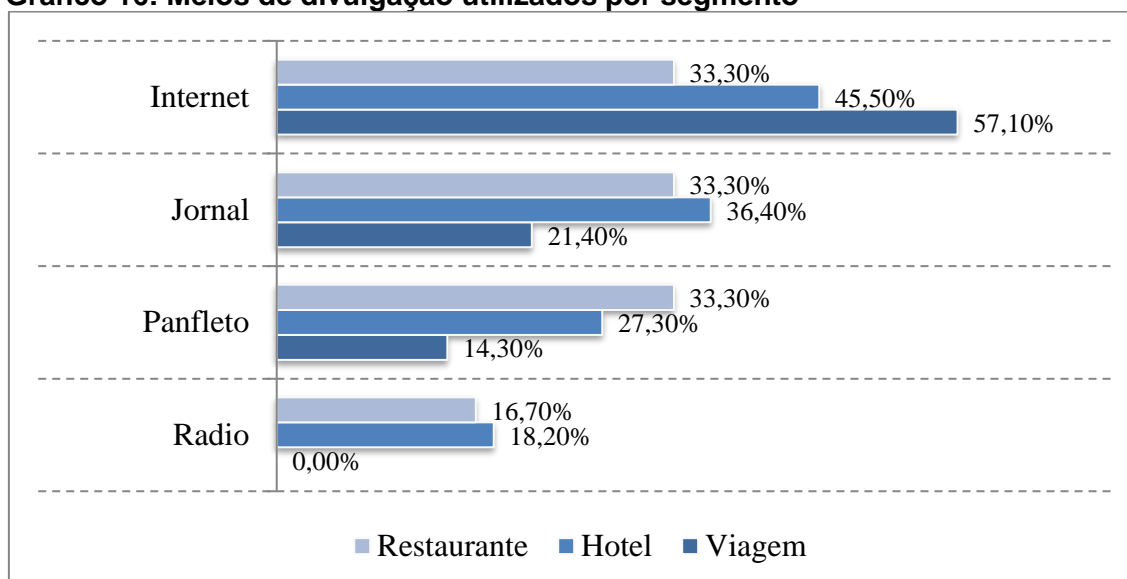
Origem	Agências	Hotel	Restaurante
Municípios Próximos	0,00%	3,00%	20,00%
Campo Grande	90,80%	31,00%	76,70%
Interior do Estado	8,80%	23,50%	0,00%
Outros Estados	9,60%	60,00%	50,00%

Tabela 14: Origem do turista em 2010 por segmento.

Origem	Agências	Hotel	Restaurante
Municípios Próximos	2,00%	14,70%	15,50%
Campo Grande	74,20%	14,40%	73,30%
Interior do Estado	13,60%	17,10%	11,00%
Outros Estados	22,50%	61,00%	23,30%
Outros Países	1,00%	7,80%	5,00%

Tabela 15: Vantagens em relação aos quesitos por segmento.

Vantagem	Agência de Viagem	Hotel	Restaurante
Disponibilidade de MDO	57,1%	63,6%	16,7%
Baixo custo da MDO	57,1%	63,6%	33,3%
Proximidade atrativos	64,3%	81,8%	33,3%
Proximidade clientes	100,0%	100,0%	83,3%
Infra Estrutura	78,6%	63,6%	83,3%
Proximidade equipamentos	64,3%	63,6%	66,7%
Proximidade Serviços	50,0%	54,5%	83,3%
Existência de Programas	42,9%	63,6%	66,7%
Proximidade Universidade	85,7%	81,8%	83,3%
Aspectos Naturais	85,7%	72,7%	100,0%
Aspectos Históricos	78,6%	72,7%	50,0%
Segurança	64,3%	54,5%	66,7%
Marketing	64,3%	54,5%	16,7%

Gráfico 16: Meios de divulgação utilizados por segmento

- **Anexo 2 – Número de estabelecimentos e número de funcionários nos setores de alimentação e hospedagem coletados na RAIS**

Quantidade de estabelecimentos em Campo Grande, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Campo Grande - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	4	29	38	17	13	2	0	0	0	0	103
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	60	247	137	77	35	4	0	0	0	0	560
Total		64	276	175	94	48	6	0	0	0	0	663

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Campo Grande, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Campo Grande - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	69	246	225	399	124	0	0	0	0	1063
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	545	896	1041	992	304	0	0	0	0	3778
Total		0	614	1142	1266	1391	428	0	0	0	0	4841

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Ribas do Rio Pardo, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Ribas do Rio Pardo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	2	6	2	1	0	0	0	0	0	0	11
Total		2	11	2	1	0	0	0	0	0	0	16

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Ribas do Rio Pardo, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Ribas do Rio Pardo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	11
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	12	15	13	0	0	0	0	0	0	40
Total		0	23	15	13	0	0	0	0	0	0	51

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Jaraguari, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Jaraguari - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Total		0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Jaraguari, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Jaraguari - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	5	0	12	0	0	0	0	0	0	17
Total		0	5	0	12	0	0	0	0	0	0	17

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Rochedo, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Rochedo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Rochedo, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Rochedo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total		0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Rio Negro, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Rochedo - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Rio Negro, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Rio Negro - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		0	1	6	0	0	0	0	0	0	0	7

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Terenos, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Terenos - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Total		0	6	1	0	0	0	0	0	0	0	7

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Terenos, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Terenos - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	9	9	0	0	0	0	0	0	0	18
Total		0	10	9	0	0	0	0	0	0	0	19

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Nova Alvorada do Sul, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Nova Alvorada do Sul - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	2	2	1	0	0	0	0	0	0	5
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	7	2	0	3	0	0	0	0	0	12
Total		0	9	4	1	3	0	0	0	0	0	17

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Nova Alvorada do Sul, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Nova Alvorada do Sul - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	4	10	11	0	0	0	0	0	0	25
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	20	12	0	101	0	0	0	0	0	133
Total		0	24	22	11	101	0	0	0	0	0	158

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Dois Irmãos do Buriti, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Dois Irmãos do Buriti - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Dois Irmãos do Buriti, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Dois Irmãos do Buriti - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	30
Total		0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	30

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Corguinho, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Corguinho - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total		0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Corguinho, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Corguinho 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Total		0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de estabelecimentos em Sidrolândia, 2008

Estabelecimentos de Alimentação e Hospedagem - Sidrolândia - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	4
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	3	7	3	1	0	0	0	0	0	0	14
Total		4	8	5	1	0	0	0	0	0	0	18

*Excluída a categoria ignorados

Quantidade de funcionários em Sidrolândia, 2008

Funcionários Setor de Alimentação e Hospedagem - Sidrolândia - 2008*												
Classe	Especificação	Nenhum vínculo ativo	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total
55108	Hotéis e similares	0	3	12	0	0	0	0	0	0	0	15
56112	Restaurantes e outros estabelecimentos de alimentação e bebidas	0	17	20	11	0	0	0	0	0	0	48
Total		0	20	32	11	0	0	0	0	0	0	63

*Excluída a categoria ignorados

- **ANEXO 3 – Mapas de infraestrutura básica e serviços gerais**

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- A1 – Cobertura de água em Campo Grande

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

- E1 – Cobertura de esgoto Rio Negro
- E2 – Cobertura do esgoto Terenos
- E3 – Cobertura de esgoto Dois Irmãos do Buriti
- E 4 – Cobertura de esgoto Nova Alvorada do Sul
- E5 – Cobertura de esgoto Sidrolândia
- E6 – Cobertura de esgoto Ribas do Rio Pardo
- E 7 – Cobertura de esgoto em Campo Grande

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL

- D1 – Drenagem em Campo Grande
- D2 – Drenagem em Sidrolândia

- **Anexo 4 – Legislação turista e ambiental**

Legislação Turística

- **Âmbito Federal**

<p>Lei n.º 8.078, de 11 de Setembro de 1990 Dispõe sobre a proteção e a defesa do consumidor, ou da coletividade equiparada, nas relações de consumo. A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento às necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e a harmonia das relações de consumo.</p>
<p>Lei n.º 8.181/91, de 28 de Março de 1991 A Lei altera a denominação da Embratur de Empresa Brasileira de Turismo para Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. O Instituto tem por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo. São transferidos para a Embratur o acervo documental, as atribuições e as competências do extinto Conselho Nacional de Turismo (CNTur).</p>
<p>Deliberação Normativa n.º 5.135/93, de 20 de Abril de 1993 A Diretoria da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) regula a apuração da liquidez e a da Dívida Ativa da Autarquia. As importâncias devidas ao Instituto não pagas nos estabelecidos, serão atualizadas na data do efetivo pagamento de acordo com o índice da Taxa Referencial Diária (TRD).</p>
<p>Instrução Normativa SNT, nº1, de 15 de Janeiro de 1997 A Instrução Normativa disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências.</p>
<p>Deliberação Normativa n.º 392/98, de 06 de Agosto de 1998 A Deliberação estabelece que seja obrigatória a formalização de contrato escrito dos prestadores de serviços turísticos entre si e fornecedores, inclusive transportadoras, regulares ou não. Para assegurar o ressarcimento do consumidor em caso de eventuais prejuízos, assim como das empresas, em contratos de venda de pacotes turísticos, deverá ser celebrado seguro de responsabilidade para cobertura do dano.</p>
<p>Deliberação Normativa n.º 419/01, de 15 de Março de 2001 Considerando a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos para apoio a projetos de empreendimentos, obras e serviços de finalidade ou interesse turístico, para serem beneficiados com recursos do Orçamento Geral da União, a diretoria da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) cria o Programa Nacional de Infraestrutura Turística (PROINTUR).</p>
<p>Deliberação Normativa n.º 424/01, de 25 de Setembro de 2001 A diretoria da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) altera o Parágrafo 4º do Art. 5º do Capítulo IV e Art. 6º e 7º do Capítulo V, do regulamento do Programa Nacional de Infraestrutura Turística (PROINTUR). Os artigos descrevem sobre ações que favoreçam os municípios incluídos nos Bolsões de pobreza, e seleção dos beneficiários dos recursos orçamentários.</p>
<p>Deliberação Normativa n.º 425/01, de 04 de Outubro de 2001 A Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) determina que os interessados devam pagar um valor em dinheiro para a realização dos serviços de credenciamento, cadastro, classificação, habilitação à obtenção de estímulos financeiros e demais serviços relacionados. As empresas localizadas em municípios que se exija pagamento de diária para o deslocamento do servidor possuem pagamento diferenciado, presente no anexo desta Deliberação.</p>
<p>Deliberação Normativa n.º 430/02, de 31 de Julho de 2002 A Deliberação cria o Comitê Gestor do Programa Polos de Ecoturismo do Brasil com o objetivo de gerir e apoiar o desenvolvimento destes polos, selecionados pela Embratur</p>

(Instituto Brasileiro de Turismo) e pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB). O Comitê será composto por três câmaras, que representem o setor público federal, as Organizações Não Governamentais e os Polos de Ecoturismo implantados.
Decreto n.º 4.898, de 26 de Novembro de 2003 O Decreto define que foram transferidas da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) para o Ministério do Turismo as competências relacionadas ao cadastramento de empresas turísticas. Além disso, ficam transferidas as obrigações e os acervos técnico e patrimonial utilizados no desempenho das atividades.
Portaria Interministerial n.º 33, de 03 de Março de 2005 A Portaria ressalta que os lucros financeiros obtidos por empresas que trabalham com parques temáticos, prestação de serviços de hotelaria ou organização de feiras e eventos ficam sujeitos ao regime de incidência cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). É importante lembrar que as disposições aplicam-se somente às pessoas jurídicas previamente cadastradas no Ministério do Turismo.
Portaria n.º. 57, de 25 de Maio de 2005 Estabelece os procedimentos e requisitos necessários para o cadastramento das sociedades empresárias, das sociedades simples e dos empresários individuais no Ministério do Turismo.
Resolução n.º 3.568, de 29 de Maio de 2008 Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, que compreende as operações de compra e venda de moeda estrangeira e as operações com ouro-instrumento cambial, realizadas com instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar no mercado de câmbio, bem como as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no País e residentes, domiciliados ou com sede no exterior.
LEI n.º. - 11.771, de 17 de Setembro de 2008 Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico; revoga a Lei n.º. 6.505, de 13 de dezembro de 1977, sobre atividades e serviços turísticos, e condições para o seu funcionamento e fiscalização; o Decreto-Lei n.º. 2.294, de 21 de novembro de 1986, relacionado ao exercício e à exploração de atividades e serviços turísticos; e dispositivos da Lei n.º. 8.181, de 28 de março de 1991, que renomeia a Embratur e dá outras providências.
Decreto n.º 6.761, de 05 de Fevereiro de 2009 Dispõe sobre a aplicação da redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior. Para que a liquidação ocorra, é necessário que as operações sejam comprovadamente caracterizadas como necessárias, usuais e normais, inclusive quanto ao seu valor, para a realização da cobertura dos riscos e das despesas delas decorrentes.

- **Âmbito Estadual**¹⁴

Decreto Nº.Lei Nº. 02, de 01 de Janeiro de 1979- Dispõe sobre a organização da administração pública do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.
Decreto de Lei Nº. 009, de 01 de Janeiro de 1979 - Dispõe sobre o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico, autoriza a criação das entidades que menciona e dá outras providências. Art. 2 – Os seguintes órgãos e entidades integram o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico: III – Entidades vinculadas e supervisionadas h) Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – TURISUL
Decreto Nº. 11, de 01 de Janeiro de 1979- Estabelece a competência, aprova a estrutura

¹⁴ FONTE: - Arquivos Fundação de Turismo/MS/Consulta Secretaria de Estado de Gestão Pública/Pesquisa Site oficial do Governo do Estado MS - Legislação Estadual - www.ms.gov.br

básica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.
Decreto Nº. 132 , de 28 de Maio de 1979. Cria a Empresa de Turismo de MS - TURISUL e dá outras providências.
Decreto Nº. 203 , de 17 de Agosto de 1979. Altera os Estatutos da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Decreto Nº. 271, de 08 de Outubro de 1979. Aprova o Orçamento da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul - TURISUL - para o exercício de 1979.
Decreto Nº. 418, de 02 de Janeiro de 1980 - Substitui a sigla da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul, de TURISUL para MSTUR.
Lei Nº. 218 de 06 de Maio de 1981. CAPITULO I ... DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Extingue o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico e o Sistema Estadual de Comunicação Social. Art.3º - I - Sistema Executivo para o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo, sendo o seu órgão central a Secretaria de Indústria e Comércio; CAPITULO II ... DOS OBJETIVOS E ESTRUTURA DOS SISTEMAS Seção I Sistema Executivo para Indústria, Comércio e Turismo. Art.6º- III – Entidades vinculadas e supervisionadas C) Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – MSTUR
Lei Nº. 218, de 06 de Maio de 1981 - Altera os Estatutos da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Decreto Nº. 1.045, de 28 de Maio de 1981. Altera o Orçamento da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (MS/TUR), para o exercício de 1981.
27 de Setembro de 1981.Criação do Parque Nacional do Pantanal e criação da Reserva Mundial da Biosfera.
Decreto N º 1.774, de 13 Setembro de 1982., de 13 de Setembro de 1982. Autoriza o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral a praticar os atos de transformação da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – MS TUR e dá outras providências. Art. 2º - A Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul Vinculada a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, em conformidade com a Lei nº 218, de 06 de Maio de 1981, terá forma jurídica de sociedade de economia mista e será regida pela Lei das Sociedades Anônimas e Legislação Complementar, reservado ao Estado a detenção de, no mínimo, 51% as Ações com direito a voto.
Lei Nº. 390, de 17 de Outubro de 1983. Autoriza o Poder Executivo a alienar a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul S/A, o imóvel que menciona. (terreno onde se localiza o “Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo”).
Decreto Nº. 5439, de 06 de Abril de 1990. Dispõe sobre a dissolução de Empresas Públicas (CODESUL e MS TUR).
Decreto Nº. 5.542, de 29 de Junho de 1990. Reorganiza a estrutura básica da Secretaria de Indústria e Comércio. Art. 4, Inciso III, Diretoria Geral do Fomento ao Turismo.
Decreto 1.140, de 07 de Maio de 1991. Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do poder executivo de Mato Grosso do Sul.
Decreto nº 5.927, de 05 de Junho de 1991. Dispõe sobre a estrutura básica e funcionamento da Secretaria de Indústria e Comércio e dá outras providências. CAPITULO I ... DA COMPETÊNCIA E ESTRUTURA BÁSICA . Art. 2º - A Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio disporão da seguinte estrutura básica.
Decreto Nº. 6.394, de 17 de Março de 1992. <i>Cria a Comissão Especial para definição do programa de utilização e implementação da Estrada-Parque e dá outras providência*</i>
Decreto Nº. 6.543 de 09 de Junho de 1992. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento da Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio. <i>(Extingue a Diretoria Geral de Fomento ao Turismo)</i>

Decreto Nº. 6.544., de 10 de Junho de 1992. Aprova o Estatuto da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul - CODEMS e dá outras providências. <i>(Entidade da Administração indireta vinculada ou supervisionada pela Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio)</i>
Decreto Nº. 6.690, de 10 de Setembro de 1992. Abre a Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio o crédito suplementar no valor de Cr\$ 260.000,000.00.
Decreto Nº. 7.059, de 12 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre o Sistema de Informações Turísticas de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Considera a importância das informações sobre o Turismo para o planejamento do setor em Mato Grosso do Sul.
Decreto Nº. 7.122, de 17 de Março de 1993. <i>Consideram Estradas Parques, trechos de rodovias estaduais da região do Pantanal e dá outras providências*</i>
Decreto Nº. 7.251, de 16 de Junho de 1993. <i>Dispõe sobre a Instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural e dá outras providências*</i>
Decreto Nº. 7.511, de 23 de Novembro de 1993. <i>Institui a Autorização Ambiental de pesca no Estado e dá outras providências*</i>
Decreto Nº. 7.784, de 13 de Maio de 1994. Denomina “ PALÁCIO POPULAR DA CULTURA ” o Centro de Convenções localizado no Parque dos Poderes, em Campo Grande.
Decreto Nº. 7.804, de 24 de Maio de 1994. Cria o Centro de Convenções de Mato Grosso do Sul, como unidade da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul - CODEMS.
Decreto Lei 1.654, de 15 de Janeiro de 1996. Altera a organização da estrutura básica do Poder Executivo de Mato Grosso do Sul, de que trata a Lei Nº. 1.140, de 07.05.1991, em conformidade com o Art. 94 da Constituição Estadual.
Lei Nº. 1.793, de 09 de Dezembro de 1997. Cria o Museu da Imagem e do Som, no âmbito da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. (§ 1º de Art. 1º, “O Museu ocupará espaço, que lhe será especialmente destinado no Palácio Popular da Cultura”).
Lei Nº. 1.940, de 01 de Janeiro de 1999. Altera dispositivo da Lei 1.140, de 07 de maio 1991, que dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Art. 18 Compete à Secretaria de Estado da Produção e do Desenvolvimento Sustentável: XVI A coordenação, supervisão e fomento de desenvolvimento dos recursos turísticos do Estado notadamente ao que se refere ao ecoturismo;
Decreto Nº. 9.333, de 12 de Janeiro de 1999. Dispõe sobre estrutura administrativa e a composição de cargos e funções da Secretaria de Estado da Produção e de Desenvolvimento Sustentável.
Decreto Nº. 442, de 15 de Abril de 1999. Institui o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável - PDTUR e dá outras providências.
Decreto Nº. 9.478, de 14 de Maio de 1999. Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul - CODEMS a pagar as despesas de custeio da Superintendência de Turismo.
Diário Oficial Nº. 5.045, de 24 de Junho de 1999. Aprovação do regime interno do Fórum Gestor do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul - PDTUR.
Decreto Nº. 9.938, de 05 de Junho de 2000. <i>Institui o Comitê Gestor da Área Especial de Interesse Turístico, denominada Estrada Parque Pantanal e dá outras providências*</i>
Decreto Nº 9.941, de 05 de Junho de 2000. <i>Cria o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro e dá outras providências*</i>
Lei Nº 2.135, de 14 de Agosto de 2000. Institui a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências
Decreto Federal Nº. 84.017, de 21 de Setembro de 2000. <i>Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**</i>
Decreto Nº. 10.097, de 26 de Outubro de 2000. Dispõe sobre a vinculação de entidades da

administração indireta às secretarias de estado e a incorporação das funções, do pessoal, do patrimônio, dos direitos e obrigações dos órgãos e entidades transformados, fusionados, extintos ou em liquidação e da estrutura do poder executivo e dá outras providências.
Lei Nº. 2.191, de 14 de Dezembro de 2000. Dá nova denominação ao Centro de Convenções / MS – Palácio Popular da Cultura. (Passa a denominar-se “Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo”).
29 de Dezembro de 2000. <i>O Pantanal é reconhecido como Patrimônio de Reserva Natural da Humanidade, pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**</i>
2001, Janeiro 04, Decreto Nº. 10.999, de 04 de Janeiro de 2001. Dispõe sobre a competência e aprova a estrutura básica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo e dá outras providências. Da Estrutura Básica: Art. 2º - Item II - Letra “b”. Superintendências de Políticas de Turismo.
Decreto Nº 2.223, de 11 de Abril de 2001. <i>Responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano pela poluição hídrica dos rios-cênicos e dá outras providências*</i>
Decreto Nº. 10.394, de 11 de Junho de 2001. <i>Institui o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul*</i>
Decreto 10.437, de 25 de Julho de 2001. Institui a Unidade Coordenadora Estadual do Programa Pantanal, âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, e dá outras Providências.
Decreto Lei Nº. 2.268, de 31 de Julho de 2001. Altera o Dispositivo da lei Nº. 2.152, de 26.10.2000, que dispõe sobre a reorganização da estrutura do Poder Executivo do Estado de MS.
Lei Nº. 2.307, de 09 de Outubro de 2001 . Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Decreto Nº. 10.545, de 123 de Novembro de 2001. Dispõe sobre o cadastro e o certificado de habilitação e dá outras providências.
Decreto Nº. 10.552, de 14 de Novembro de 2001. Institui a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul a estatuto e dá outras providências.
Decreto Nº. 10.567, de 28 de Novembro de 2001. Altera a redação do art.1º do Decreto nº. 10.518 de 19 de Outubro de 2001, que transformam cargo em comissão em âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo.
Decreto Nº. 10.663, de 20 de Janeiro de 2002. Altera dispositivos nº. 10.199, de 04 de Janeiro de 2002 e aprova a estrutura básica da Secretaria.
Decreto Nº. 10.644, de 05 de Fevereiro de 2002. Altera a redação do art. 5º do Decreto nº. 10.545, de 12 de Novembro de 2001, que dispõe sobre o Cadastro de Habilitação para “vans” de Turismo.
Decreto Nº. 10.680, de 04 de Março de 2002. Cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região sul de Mato Grosso do Sul -PRODETUR/SUL, estabelece esse gerenciamento e dá outras providências.
Decreto Nº. 10.752, de 29 de Abril de 2002. Dispõe a estrutura básica, a competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, consolida quadro de cargos em comissão e dá outras providências.
Portaria IMAP Nº 13, de 16 de Agosto de 2002. <i>Estabelece os procedimentos para concessão da Autorização ambiental de pesquisa nas Unidades de Conservação Estaduais*</i>
Decreto Nº. 10.906, de 29 de Agosto de 2002. Cria, no âmbito de Estado de Mato Grosso do Sul, a área de proteção especial denominada Parque Natural Regional do Pantanal.
Decreto Nº. 11.036, de 26 de Dezembro de 2002. Altera dispositivos do Decreto Nº. 10.707, de 22 de Março de 2002 que institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado de Mato Grosso do Sul.
Resolução. SEGES Nº. 337/2003, de 13 de Janeiro de 2003. Fixa as siglas e os códigos numéricos de identificação dos órgãos da administração direta e das entidades da

administração indireta do Poder Executivo, e dá outras providências. (Sigla FUNDTUR).
Decreto Nº. 11.113, de 14 de Fevereiro de 2003. Cria o Conselho de Turismo da Serra do Bodoquena, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul PRODETUR/SUL e dá outras providências
Decreto Nº. 11.215, de 14 de Maio de 2003. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº. 10.680, de 4 de Março de 2003, que cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região do Estado de Mato Grosso do Sul- PRODETUR/SUL.
Decreto 11.221, de 22 de Maio de 2003. Dá nova redação ao Estatuto da Fundação de Turismo, aprovado pelo decreto Nº. 10.552, de 14 de Novembro e dá outras providências.
Plano de ação, de 12 de Junho de 2003 . Elaboração e lançamento do Plano de Ação 2003 – 2006, para o Desenvolvimento do Turismo no Estado.
Lei Nº. 2.643, de 04 de Julho de 2003. Dá denominação à sala de Convívio do Centro de Convenções –MS. Palácio Popular da Cultura, Arquiteto Rubens Gil de Camillo.
Lei 2.652, de 17 de Julho de 2003. O Governo de MS sanciona a lei que institui o Fundo para Desenvolvimento do Turismo no Estado, o qual tem como finalidade apoiar as ações da Fundação de Turismo.
Decreto Nº. 11.340, de 14 de Agosto de 2003. Regulamenta a Lei Nº. 2.652, de 17 de Julho de 2003, que cria o Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul.
Decreto Nº. 11.374, de 03 de Setembro de 2003. Cria as Delegacias Especializadas de Repressão aos Crimes contra as Relações de Consumo e de Repressão aos crimes Ambientais e de Proteção ao Turista, na estrutura básica da Diretoria-Geral da Polícia Civil.
Decreto Nº. 11.417, de 26 de Setembro de 2003. Institui o “Prêmio Tuiuiú” de turismo, a ser conferido às pessoas físicas que contribuíram para o desenvolvimento do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul.
Decreto Nº. 11.436, de 10 de Outubro de 2003. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº. 10.680, de 4 de Março de 2002, que cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo da região do Estado de Mato Grosso do Sul-PRODETUR/SUL.
Decreto Nº. 11.460, de 23 de Outubro de 2003. Constitui Grupo de Trabalho para o detalhamento da implantação do Projeto Trem do Pantanal.
Lei Nº. 2.794, de 09 de Janeiro de 2004. Institui o projeto Turismo Educativo e dá outras providências.
Decreto Nº. 11.536, de 12 de Janeiro de 2004. Disciplina a distribuição da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
Decreto Nº. 11.607, de 12 de Maio de 2004.Cria a Central de Reservas de Passagens e estabelece procedimentos para contratação dos serviços de fornecimento de passagens a órgãos e entidades do Poder Executivo e dá outras providências.
Decreto Nº. 11.680, de 31 de Agosto de 2004.Transfere competência da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo para a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário.
Decreto Nº. 11.690, de 27 de Setembro de 2004. <i>Amplia os limites do Monumento Natural do Rio Formoso e dá outras providências*</i>
2004, Novembro 03. Decreto Nº. 11.717, de 03 de Novembro de 2004. Dá nova redação ao Estatuto da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul- FUNDTUR, aprovado pelo Decreto nº. 10.552, de 14 de Novembro de 2001 e dá outras providências.
Lei Nº. 2.964, de 23 de Dezembro de 2004. Cria a carreira Gestão de Ações de Desenvolvimento Socioeconômico.
Lei Nº 3.005, de 09 de junho de 2005. Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Brasil S/A, nas condições que menciona, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do turismo no Sul do Brasil – Prodetur Sul, com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.
Decreto Nº. 11.898, de 11 de Julho de 2005. Organiza a carreira Gestão de Ações de Desenvolvimento Socioeconômico e define a composição do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo e da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

Decreto Nº. 11.97, de 17 de Novembro de 2005. Cria a Comissão Interetorial de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e estabelece a sua composição e competências.
Decreto Nº. 12.223, de 01 de Janeiro de 2007. Estabelece a estrutura e a organização do Conselho Extraordinário de Relações Nacionais e Internacionais do Estado de Mato Grosso do Sul – CONEX/MS e dá outras providências.
Lei Nº. 3.375 , de 17 de Março de 2007. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Guias de Turismo de Bonito, com sede e foro no Município de Bonito - MS.
Decreto Nº 12.346, de 15 de Junho de 2007. Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região do Estado de Mato Grosso do Sul (Prodetur / Sul – MS) e dá outras providências.
Lei Nº. 3.391, de 09 de Julho de 2007 . Cria o Selo de Qualidade Artesanal e dá outras providências.
Lei Nº. 3.402, de 25 de Julho de 2007. Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências.
Lei Nº. 3.403, de 30 de Julho de 2007 . Institui o “Selo Qualidade Turismo”, no âmbito de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Decreto Nº 12.395, de 15 de Agosto de 2007 . Dá nova denominação ao Selo Turismo e altera o Decreto 7.121 de 17 de março de 1993 e o Decreto 10.719 de 2 de Abril de 2002.
Decreto Nº. 12.568, de 17 de Junho de 2008 . Prorroga o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para os cargos na Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências
* Ações de Governo que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística sustentável no Estado, devido a sua vocação eminente ao ecoturismo. ** Ações do Governo Federal, com o mesmo intuito, na criação de Reservas Naturais e Parques Nacionais. *** Ações do IPHAN no Estado, além do Tombamento da Gruta do Lago Azul, em Bonito, através de registro Nº 74, folha 19, do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 01 de Novembro de 1978.
<i>Gerência de Programas e Políticas de Desenvolvimento do Turismo Gestão do Sistema de Informações e Estatística / Última atualização em 11/07/2008.</i>

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NACIONAL E ESTADUAL**a) Âmbito Federal¹⁵****LEIS**

Lei Nº. 4771/1965- "Institui o novo Código Florestal" - Data da legislação: 15/09/1965 - Publicação DOU, de 28/09/1965

Lei Nº. 5106/1966- "Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais." - Data da legislação: 02/09/1966 - Publicação DOU, de 05/09/1966

Lei Nº. 5197/1967- "Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências" - Data da legislação: 03/01/1967 - Publicação DOU, de 05/01/1967

Lei Nº. 5868/1972 - "Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências." - Data da legislação: 12/12/1972 - Publicação DOU, de 14/12/1972

Lei Nº. 5870/1973 - "Acrescenta alínea ao artigo 26 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro 1965, que institui o novo Código Florestal." - Data da legislação: 26/03/1973 - Publicação DOU, de 28/03/1973

Lei Nº. 6766/1979 - "Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências." - Data da legislação: 19/12/1979 - Publicação DOU, de 20/12/1979

Lei Nº. 6938/1981 - "Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências" - Data da legislação: 31/08/1981 - Publicação DOU, de 02/09/1981

Lei nº. 7.347/1985 - disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.

Lei Nº. 7551/1986 - "Altera dispositivos da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal." - Data da legislação: 07/07/1986 - Publicação DOU, de 08/07/1986

Lei Nº. 7661/1988 - "Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências" - Data da legislação: 16/05/1988 - Publicação DOU, de 18/05/1988

Lei Nº. 7653/1988 - "Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº. 5197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências" - Data da legislação: 12/02/1988

Lei Nº. 7803/1989 - "Altera a redação da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986." - Data da legislação: 18/07/1989 - Publicação DOU, de 20/07/1989

Lei nº. 7.804/1989 - altera a Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº. 6.803, de 02 de junho de 1980, a Lei nº. 6.902, de 21 de abril de 1981, e dá outras providências.

Lei Nº. 7802/1989 - "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e

¹⁵ <http://www.mma.gov.br/port/conama/>

afins, e dá outras providências" - Data da legislação: 11/07/1989 - Publicação DOU, de 12/07/1989

Lei Nº. 7754/1989 - "Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências." - Data da legislação: 14/04/1989 - Publicação DOU, de 18/04/1989

Lei Nº. 8112/1990 - "Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais" - Data da legislação: 11/12/1990 - Publicação DOU, de 12/12/1990

Lei Nº. 8005/1990 - "Dispõe sobre a cobrança e a atualização dos créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e dá outras providências" - Data da legislação: 22/03/1990 - Publicação DOU, de 23/03/1990

Lei Nº. 8666/1993 - "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências" - Data da legislação: 21/06/1993 - Publicação DOU, de 06/07/1994

Lei Nº. 8974/1995 - "Regulamenta os incisos II e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biosegurança, e dá outras providências" - Data da legislação: 05/01/1995 - Publicação DOU, de 06/01/1995

Lei Nº. 9433/1997 - "Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989." - Data da legislação: 08/01/1997 - Publicação DOU, de 09/01/1997

Lei Nº. 9605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais - "Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências" - Data da legislação: 12/02/1998 - Publicação DOU, de 17/02/1998

Lei Nº. 9795/1999 - Lei de Educação Ambiental - "Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências" - Data da legislação: 27/04/1999 - Publicação DOU, de 28/04/1999

Lei Nº. 9985/2000 - "Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências" - Data da legislação: 18/07/2000 - Publicação DOU, de 19/07/2000

Lei Nº. 9984/2000 - "Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências." - Data da legislação: 17/07/2000 - Publicação DOU, de 18/07/2000

Lei Nº. 9966/2000 - "Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências." - Data da legislação: 28/04/2000 - Publicação DOU, de 29/04/2000

Lei Nº. 10165/2000 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - "Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e

mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências." - Data da legislação: 27/12/2000 - Publicação DOU, de 09/01/2001

Lei Nº. 10410/2002 - Artigo 4º - "Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente" - Data da legislação: 11/01/2002 - Publicação DOU, de 14/01/2002

Lei Nº. 10650/2003 - "Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama." - Data da legislação: 16/04/2003 - Publicação DOU, de 17/04/2003

Lei Nº. 11428/2006 - "Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências" - Data da legislação: 22/12/2006 - Publicação DOU, de 26/12/2006

Lei Nº. 11284/2006 - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. - Data da legislação: 02/03/2006 - Publicação DOU, de 03/03/2006

DECRETOS

Decreto-Lei Nº. 221/1967 - "Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências" - Data da legislação: 28/02/1967 - Publicação DOU, de 28/02/1967

Decreto Nº. 97507/1989 - "Dispõe sobre licenciamento de atividade mineral, o uso do mercúrio metálico e do cianeto em áreas de extração de ouro, e dá outras providências.(antiga Resolução CONAMA Nº. 08/1988)" - Data da legislação: 13/02/1989 - Publicação DOU, de 14/02/1989

Decreto Nº. 99274/1990 - "Regulamenta a Lei nº. 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências" - Data da legislação: 06/06/1990 - Publicação DOU, de 07/06/1990

Decreto Nº. 750/1993 - "Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências." - Data da legislação: 10/02/1993 - Publicação DOU, de 11/02/1993

Decreto Nº. 1298/1994 - "Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências." - Data da legislação: 27/10/1994 - Publicação DOU, de 31/10/1994

Decreto Nº. 1922/1996 - "Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências." - Data da legislação: 05/06/1996 - Publicação DOU, de 07/06/1996

Decreto Nº. 2661/1998 - "Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências." - Data da legislação: 08/07/1998 - Publicação DOU, de 09/07/1998

Decreto Nº. 3179/1999 - "Regulamenta a Lei nº. 9605/98 (Crimes Ambientais) - Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências" - Data da legislação: 21/09/1999 - Publicação DOU, de 22/09/1999

Decreto Nº. 3942/2001 - "Dá nova redação aos arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 10 e 11 do Decreto Nº. 99274, de 6 de junho de 1990." - Data da legislação: 27/09/2001 - Publicação DOU, de 28/09/2001

Decreto Nº. 4024/2001 - "Estabelece critérios e procedimentos para implantação ou financiamento de obras de infra-estrutura hídrica com recursos financeiros da União e dá outras providências." - Data da legislação: 21/11/2001 - Publicação DOU, de 22/11/2001.

Decreto nº. 3.834/2001 – regulamenta o art.55 da lei 9.985/2000 e delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática do ato que menciona.

Decreto Nº. 4074/2002 - "Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências" - Data da legislação: 04/01/2002 - Publicação DOU, de 08/01/2002

Decreto Nº. 4382/2002 - "Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR." - Data da legislação: 19/09/2002 - Publicação DOU, de 20/09/2002

Decreto Nº. 4340/2002 - "Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências." - Data da legislação: 22/08/2002 - Publicação DOU, de 23/08/2002

Decreto Nº. 4339/2002 - "Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade" - Data da legislação: 22/08/2002 - Publicação DOU, de 23/08/2002

Decreto Nº. 4136/2002 - "Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências." - Data da legislação: 20/02/2002 - Publicação DOU, de 21/02/2002.

Decreto Nº. 4.281/2002 – regulamenta a lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Decreto Nº. 4613/2003 - "Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências." - Data da legislação: 11/03/2003 - Publicação DOU, de 12/03/2003.

Decreto Não numerado/2003 - "Institui o Dia Nacional do Cerrado, e dá outras providências." - Data da legislação: 20/08/2003 - Publicação DOU, de 21/08/2003

Decreto Não numerado/2003 - "Institui o Dia Nacional da Caatinga, e dá outras providências." - Data da legislação: 20/08/2003 - Publicação DOU, de 21/08/2003

Decreto Nº. 5300/2004 - "Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências." - Data da legislação: 07/12/2004 - Publicação DOU, de 08/12/2004.

Decreto Nº. 5975/2006 - "Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei no 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos

Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências." - Data da legislação: 30/11/2006 - Publicação DOU, de 01/12/2006

Decreto Nº. 5940/2006 - "Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências" - Data da legislação: 25/10/2006 - Publicação DOU, de 26/10/2006

Decreto Nº. 5875/2006 - "Adota a Recomendação no 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA." - Data da legislação: 15/08/2006 - Publicação DOU, de 16/08/2006

Decreto Não numerado/2008 - "Institui a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável - CGPAS." - Data da legislação: 30/05/2008 - Publicação DOU nº. 103, de 02/06/2008, págs. 3-4

Decreto Nº. 6686/2008 - "Altera e acresce dispositivos ao Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações." - Data da legislação: 10/12/2008 - Publicação DOU nº. 241, de 11/12/2008, págs. 10-12

Decreto Nº. 6514/2008 - "Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências." - Data da legislação: 22/07/2008 - Publicação DOU, de 23/07/2008

Decreto Nº. 6469/2008 - "Adota a Recomendação no 007, de 28 de maio de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA." - Data da legislação: 30/05/2008 - Publicação DOU nº. 103, de 02/06/2008, pág. 3

Decreto Nº. 6792/2009 - "Altera e acresce dispositivos ao Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA." - Data da legislação: 10/03/2009 - Publicação DOU nº. 47, de 11/03/2009, pág. 3

RESOLUÇÕES

Resolução nº. 001 de 23 de janeiro de 1986 – dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente.

Resolução nº. 006, de 24 de janeiro de 1986 - aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento de quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão, e aprova os novos modelos para publicação de licenças.

Resolução nº. 20 de 18 de junho de 1986 - estabelece critérios para a classificação das águas segundo seus usos preponderantes.

Resolução nº. 013, de 06 de dezembro de 1990 – dispõe sobre a área circundante, num raio de 10 (dez) quilômetros, das Unidades de Conservação.

Resolução nº. 002 de 18 de abril de 1996 – Dispõe sobre a implantação de uma unidade de conservação para fazer face à reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas;

Resolução nº. 237 de 19 de dezembro de 1997 – dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, e respectivos instrumentos de gestão ambiental.

Resolução nº. 303, de 20 de março de 2002 - dispõe sobre parâmetros, definições e

limites de Áreas de Preservação Permanente.

Resolução nº. 307, de 5 de julho de 2002 - estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

b) Âmbito Estadual¹⁶

LEIS

LEI Nº. 90, de 02 de junho de 1980. Dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelece normas de proteção ambiental e dá outras providências.

LEI Nº. 334, de 02 de abril de 1981. Dispõe sobre o Zoneamento Industrial em Mato Grosso do Sul.

LEI Nº. 328, de 25 de fevereiro de 1982. Dispõe sobre a Proteção e Preservação Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

LEI Nº. 7.679, de 23 de novembro de 1988. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências

LEI COMPLEMENTAR Nº. 057, de 04 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Regulamentação do artigo 153, parágrafo único II, da Constituição do Estado.

LEI 1.238, de 18 de dezembro de 1991. Estabelece normas sobre uso, produção, consumo, comércio e armazenamento de agrotóxicos.

LEI Nº. 1.232, de 10 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal e dá outras providências.

LEI Nº. 1.293, de 21 setembro de 1992. Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.458, de 14 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 077, de 07 de dezembro de 1994. Altera a redação de dispositivo da Lei Complementar nº. 57, de 4 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.488, de 03 de maio de 1994. Concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento.

LEI Nº. 1.721, de 18 de dezembro de 1996. Institui o Fundo de Defesa e de Reparação de

¹⁶ Fonte: www.semac.ms.gov.br

Interesses Difusos Lesados, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.653, de 10 de janeiro de 1996. Define e disciplina a piscicultura no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

LEI Nº. 1.787, de 25 de novembro de 1997. Dispõe sobre a pesca em Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI Nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989

LEI Nº. 1.910, de 01 de dezembro de 1998. Disciplina a comercialização de iscas vivas para a pesca profissional e amadora no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.909, de 01 de dezembro de 1998. Estabelece a forma de reparação de danos ecológicos que ocasionem a mortandade de peixes nos rios do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.826, de 12 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a exploração de recursos pesqueiros e estabelece medidas de proteção e controle da ictiofauna e dá outras providências.

LEI Nº. 2.055, de 23 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o controle de Organismos Geneticamente Modificados no Estado de Mato Grosso do Sul, institui Comissão Técnica Estadual de Biossegurança, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.043, de 7 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a apresentação de projetos de manejo e conservação de solos e dá outras providências.

Alterada pela Lei 3.052 de 2 de agosto de 2005. LEI Nº. 2.177, de 7 de dezembro de 2000. Dispõe sobre as medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança do sistema de armazenamento subterrâneo de líquidos combustíveis - SASC, de uso automotivo, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.080, de 13 de janeiro de 2000. Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso do Sul visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.193, de 18 de dezembro de 2000. Dispõe sobre o ICMS ECOLÓGICO, na forma do art. 1º, III, alínea "f" da Lei Complementar Nº. 57, de 04 de Janeiro de 1991, com redação dada pela lei complementar Nº. 77, de 07 DE dezembro de 1994, e dá outras providências.

Lei Nº. 2.259, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre o rateio do índice de 5% (cinco por cento) previsto no artigo 1º, III, "f", da Lei Complementar Nº. 057, de 4 de Janeiro de 1991, com redação dada pela Lei Complementar Nº. 077, de 07 de dezembro de 1994, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.257, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre as diretrizes do licenciamento ambiental estadual, estabelece os prazos para a emissão de Licenças e Autorizações Ambientais, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.256, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Controle Ambiental, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.223, de 11 de abril de 2001. Responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano, pela poluição hídrica dos rios-cênicos, e da outras providências.

LEI Nº. 2.406, de 29 de janeiro de 2002. Publicada no Diário Oficial nº. 5.907, de 30 de dezembro de 2002. Institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e dá outras providências.

LEI Nº. 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

LEI Nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007. Institui os Cadastros Técnico-Ambiental Estadual, cria a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Estadual (TFAE) e a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), inclui dispositivos ao Anexo único da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

LEI Nº. 3.608, de 19 de dezembro de 2008. Acrescenta o art. 17-A e parágrafo único à Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007, que institui os Cadastros Técnico-Ambiental Estadual, cria a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Estadual (TFAE) e a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF).

DECRETOS

DECRETO Nº. 1.229, de 18 de setembro de 1981. Cria a Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 1.581, de 25 de março de 1982. Regulamenta a Lei Nº. 328, de 25 de março de 1982, que dispõe sobre a proteção e preservação do Pantanal Sul-Mato-Grossense e dá outras providências.

DECRETO Nº. 4.625, de 07 de junho de 1988. Regulamenta a Lei Nº. 90, de 02 de junho de 1980 e dá outras providências.

DECRETO Nº. 5.005, de 02 de março de 1989. Disciplina as atividades de extração mineral do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 5.646, de 28 de setembro de 1990. Dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul, seus afins e mecanismos de controle e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.119, de 17 de março de 1993. Cria o Jardim Botânico de Campo Grande, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.122, de 17 de março de 1993. Considera Estradas Parque trechos de rodovias estaduais da região do pantanal, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.251, de 16 de junho de 1993. Dispõe sobre a Instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural e dá outras providências

DECRETO Nº. 7.362, de 18 de agosto de 1993. Altera dispositivos do Decreto nº 5646, de 28 de setembro de 1990, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.508, de 23 de novembro de 1993 1 e 2

Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental de Atividade Florestal, e dá outras providências

DECRETO Nº. 7.509, de 23 de novembro de 1993.
Dispõe sobre a instalação de Acampamentos de Lazer (camping) no Estado de Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 7.511, de 23 de novembro de 1993.
Institui a Autorização Ambiental de Pesca no Estado, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.808, de 25 de maio de 1994.
Regulamenta a Lei Nº. 1.458, de 14 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 8.056, de 12 de dezembro de 1994.
Proíbe a pesca com fim comercial em Mato Grosso do Sul e, dá outras providências.

DECRETO Nº. 8.311, de 26 de julho de 1995.
Altera e Acrescenta Dispositivos ao Decreto Nº. 5.646, de 28 de setembro de 1990

DECRETO Nº. 9.186, de 19 de agosto de 1998
Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados.

DECRETO Nº. 9.278, de 17 de dezembro de 1998.
CRIA O PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 9.627, de 10 de setembro de 1999.
Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Pesca do Estado de Mato Grosso do Sul – CONPESCA/MS.

DECRETO Nº. 9.662 de 09 de outubro de 1999.
Cria o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 9.765, de 10 de janeiro de 2000.
Cria o Conselho de Parques Regionais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

DECRETO Nº. 9.768, de 13 de janeiro de 2000.
Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 5.646, de 28 de setembro de 1990, que dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul, seus afins e mecanismos e, dá outras providências

DECRETO Nº 9.934, de 5 de junho de 2000.
Cria a Área de Proteção Ambiental denominada Rio Cênico Rotas Monçoeiras, e dá outras providências

DECRETO Nº 9.937, de 5 de junho de 2000.
Cria a Área de Proteção Ambiental denominada Estrada-Parque de Piraputanga, e dá outras providências.

DECRETO Nº 9.938, de 05 de junho de 2000.
Institui o Comitê Gestor da Área Especial de Interesse Turístico, denominada Estrada Parque Pantanal e dá outras providências.

DECRETO Nº 9.941 de 5 de junho de 2000.
Cria o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro e dá outras providências.

DECRETO Nº. 9.935, de 5 de junho de 2000.

Cria o Parque Estadual Matas do Segredo dá outras providências.

DECRETO Nº. 10.008, de 01 de agosto de 2000.
Altera dispositivos do Decreto nº 7.511, de 23 de novembro de 1993, que institui a Autorização Ambiental de Pesca no Estado, e dá outras providências

DECRETO Nº 10.249, de 15 de fevereiro de 2001.
Altera o dispositivo do Decreto Nº 9.938, de 05 de junho de 2000 e dá outras Nº providências.

DECRETO Nº 10.394, de 11 de junho de 2001.
Institui o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.

DECRETO Nº10.478, de 31 de agosto de 2001.
Estabelece métodos para o rateio da parcela de receita de ICMS pertencente aos Municípios, prevista no art. 1º, III, “F” da Lei Complementar Nº. 57, de 4 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei complementar Nº. 77, de 7 de dezembro de 1994, e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.513, de 8 de outubro de 2001.
Cria o Parque Estadual da Serra de Sonora, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 10.599, de 19 de dezembro de 2001.
Regulamenta a Lei nº 2.256, de 9 de julho de 2001 que dispõe sobre o Conselho Estadual de Controle Ambiental, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 10.633, de 24 de janeiro de 2002.
Estabelece regime especial para pesca e navegação no Rio Salobra e no Córrego Azul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 10.634, de 24 de janeiro de 2002.
Suspende a emissão de Autorização Ambiental para Pesca Comercial; dispõe sobre o limite de captura e transporte de pescado proveniente da pesca amadora, e dá outras providências

DECRETO Nº. 10.707, de 22 de março de 2002.
Institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado do Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 10.783, de 21 de maio de 2002.
Cria o Parque Estadual do Prosa e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.032, de 19 de dezembro de 2002.
Proíbe a pesca no Rio Apa, nos trechos que especifica, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.407, de 23 de setembro de 2003.
Institui o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta como instrumento de gestão ambiental no controle e recuperação do meio ambiente.

DECRETO Nº. 11.408, de 23 de setembro de 2003.
Disciplina o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizados nas áreas de preservação permanente, e dá outras providências

DECRETO Nº. 11.409, de 23 de setembro de 2003.
Altera dispositivos do Decreto nº 1.581, de 25 de março de 1982, que regulamentou a Lei Nº. 328, de 25 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre a proteção e preservação do

Pantanal Sul-Mato-Grossense.

DECRETO Nº. 11.410, de 23 de setembro de 2003.
Altera dispositivos ao Decreto Nº. 5.646, de 28 de setembro de 1990, que dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº. 11.453, de 23 de outubro de 2003.
Cria o Monumento Natural do Rio Formoso e dá outras providências

DECRETO Nº. 11.548, de 9 de fevereiro de 2004.
Altera dispositivo do Decreto nº 10.634, de 24 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o limite da captura e transporte de pescado proveniente da pesca amadora, e dá outras providências.

DECRETO 11.621, de 1º de junho de 2004.
Regulamenta o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos instituído pela Lei nº 2.406, de 20 de janeiro de 2002.

DECRETO Nº. 11.622, de 1º de junho de 2004.
Suspende a atividade de aquicultura em tanques-rede em águas territoriais da Bacia do Alto Rio Paraguai no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.642, de 28 de junho de 2004.
Altera a redação de dispositivos do Decreto Nº. 10.634, de 24 de janeiro de 2002, que suspende a emissão de autorização para a Pesca Comercial, e dispõe sobre o limite de captura e transporte de pescado proveniente da pesca amadora.

DECRETO Nº. 11.647, de 6 de julho de 2004.
Altera a redação de dispositivos do Decreto Nº. 11.621, de 1º de junho de 2001, que regulamentou o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos.

DECRETO Nº. 11.700, de 8 de outubro de 2004.
Institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado do Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº 11.708, de 27 de outubro de 2004.
Disciplina o procedimento para a exigência de reparação ou indenização ambiental e a conversão de multa administrativa ambiental em processo de auto de infração.

DECRETO Nº. 11.724, de 5 de novembro de 2004.
Dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul, seus fins e mecanismos de controle e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.808, de 3 de março de 2005.
Cria Força-Tarefa para a execução das atividades que menciona, relativas à exploração de recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 11.816, de 17 de março de 2005.
Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA

DECRETO Nº. 11.963, de 3 de novembro de 2005.
Institui o cadastramento dos pescadores profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul e divulga os resultados dos trabalhos relativos à exploração de recursos pesqueiros realizados pela Força-Tarefa instituída pelo Decreto nº 11.808, de 3 de março de 2005

DECRETO Nº. 11.964, de 3 de novembro de 2005.
Proíbe a pesca no Rio Nioaque, nos termos que especifica.

DECRETO Nº. 11.977 de 22 de novembro de 2005.

Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.987, de 28 de novembro de 2005.
Institui o limite de captura e transporte de pescado para o exercício da pesca com fins comerciais.

DECRETO Nº. 12.039, de 8 de fevereiro de 2006.
Altera dispositivo do Decreto nº 11.724, de 5 de novembro de 2004, que dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 12.134, de 9 de agosto de 2006.
Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 9.662, de 9 de outubro de 1999, que cria o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari.

DECRETO Nº 12.141, de 21 de agosto de 2006.
Dispõe sobre a criação e instalação da Coordenadoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CJUR/SEMA.

DECRETO Nº. 12.339, de 11 de junho de 2007.
Dispõe sobre o exercício de competência do licenciamento ambiental no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 12.367, de 5 de julho de 2007
Reorganiza o Conselho Estadual de Controle Ambiental de que trata a Lei nº 2.256, de 9 de julho de 2001, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 12.528, de 27 de março de 2008
Institui o Sistema de Reserva Legal (SISREL) no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 12.550, de 9 de maio de 2008. (Consolidado)
Dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei Nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

DECRETO Nº. 12.571, de 20 de junho de 2008.
Dá nova redação a dispositivos do Decreto Nº. 12.550, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei Nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

DECRETO Nº. 6.514, de 22 de julho de 2008. (Presidência da República)
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 12.672, de 8 de dezembro de 2008
Regulamenta a ocupação, o uso do solo e da água da Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro.

DECRETO Nº. 12.673, de 8 de dezembro de 2008
Cria a Zona de Amortecimento e ordena o uso do solo e da água no entorno do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema-MS.

DECRETO Nº. 12.697, de 06 de Janeiro de 2009.
Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 12.550, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei nº 3.480, de 20 de dezembro de 2007, e dá outras providências

DECRETO Nº. 12.729, DE 24 DE Março DE 2009.
Reduz, por tempo determinado, o valor da Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

DECRETO Nº 12.735, de 1º de abril de 2009
Altera a redação do caput do art. 2º do Decreto Nº. 12.697, de 6 de janeiro de 2009.

DECRETO Nº. 12.766, de 05 de junho de 2009.
Altera dispositivo do Decreto 12.061, de 17 de março de 2.006, que institui o Conselho Consultivo do Parque Estadual Matas do Segredo

DECRETO Nº. 12.767, de 05 de junho de 2009.
Cria a Zona de Amortecimento do Parque Estadual Matas do Segredo, regulamenta a sua ocupação e o uso do seu solo e das suas águas.

DECRETO Nº. 12.909, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.
Regulamenta a Lei Estadual nº. 3.709, de 16 de julho de 2009, que fixa a obrigatoriedade de compensação ambiental para empreendimentos e atividades geradoras de impacto ambiental negativo não mitigável, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 12.921, DE 12 DE JANEIRO DE 2010.
Altera dispositivo do Decreto nº. 12.550, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

DECRETO Nº. 12.925 DE 29 DE JANEIRO DE 2010.
Altera os coeficientes utilizados no cálculo da Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), constantes do Anexo II da Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 26 de janeiro de 1989. Disciplina o Serviço Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 04, de 18 de julho de 1989.
Disciplina a realização de Audiências Públicas no processo de Licenciamento de Atividades Poluidoras.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 04, de 22 de maio de 1991.
Dispõe sobre a pesca.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 04, de 19 de agosto de 1993.
Disciplina o licenciamento ambiental dos empreendimentos imobiliários.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 07, de 23 de janeiro de 1994.
Dispõe sobre o Cadastro e Autorização Ambiental de pesca estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 09, de 19 de abril de 1994.
Disciplina o licenciamento ambiental de atividade florestal

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 10, de 01 de junho de 1994.
Aprova modelo de termo de cessão, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 11, de 27 de setembro de 1994.

Disciplina os procedimentos para a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 01 de fevereiro de 1995.
Disciplina disposições do Decreto Nº. 8.056, de 12 de dezembro de 1994.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 04, de 26 de julho de 1995.
Altera o anexo II da Resolução SEMA/Nº. 008 DE 23/01/1994, Alterado pela RESOLUÇÃO SEMA/Nº. 014, de 31/10/1994.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 302, de 20 de junho de 1997.
Altera Anexos da Resolução SEMA Nº. 001, de 26 de janeiro de 1989, da Resolução SEMA Nº. 009, de 19 de abril de 1994 e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 313, de 27 de outubro de 1997.
Estabelece o período de proteção à reprodução ictícola para a temporada de 1997/1998, bem como as Reservas de Recursos Pesqueiros e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 324, de 18 de fevereiro de 1998.
Disciplina o licenciamento ambiental da Atividade Suinícola e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 331, de 1º de abril de 1998.
Dispõe sobre o licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 345, de 23 de outubro de 1998.
Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 1998/1999, as Reservas de Recursos Pesqueiros e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 09 de agosto de 1999.
Disciplina o Licenciamento Ambiental de Prestadores de Serviços na aplicação de agrotóxicos em ecossistemas não agrícolas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 20 de outubro de 1999.
Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 1999/2000, as Reservas de Recursos Pesqueiros e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 12 de janeiro de 2000.
Prorroga o período de proteção à reprodução ictiológica e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 06, de 18 de agosto de 2000.
Altera a Resolução SEMA Nº. 007, de 23 de janeiro de 1994.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 10, de 31 de agosto de 2001.
I - Estabelecer os índices ambientais provisórios por Unidades de Conservação, de acordo com os cálculos efetuados pelo Instituto de Meio Ambiente Pantanal - IMAP.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 11, de 9 de outubro de 2001.
I - Estabelecer os índices ambientais definitivos por Unidades de Conservação, de acordo com os cálculos efetuados pelo Instituto de Meio Ambiente Pantanal - IMAP.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMACT/IMAP Nº. 01, de 25 de janeiro de 2002.
Antecipa a abertura do exercício da pesca nos rios de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 02, de 31 de janeiro 2002.
Altera dispositivo da Resolução SEMACT/IMAP Nº. 001, de 25 de janeiro de 2002 que antecipa a abertura do exercício da pesca nos rios de domínio do Estado de Mato Grosso do

Sul, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 05, de 11 de junho de 2002.

I - Estabelecer os índices ambientais provisórios por Unidades de Conservação para o exercício fiscal de 2003.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 11, de 31 de outubro de 2002.

Art. 1º Fixar os índices ambientais definitivos por Unidade de Conservação, conforme Anexo I, para compor o coeficiente de conservação de biodiversidade e proporcionar o conseqüente crédito aos municípios para o exercício fiscal de 2003.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 15, de 16 de janeiro de 2003.

Art. 1º Fixar os índices ambientais provisórios por Unidade de Conservação, conforme Anexo I, para compor o coeficiente de conservação de biodiversidade e proporcionar o conseqüente crédito aos municípios para o exercício fiscal de 2004.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 01, de 30 de abril de 2003.

Dispõe sobre procedimentos de análise dos processos de licenciamento ambiental, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 23, de 01 de setembro de 2003.

ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 04, de 05 de setembro de 2003.

Implanta o Manual de Licenciamento Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do Instituto de Meio Ambiente Pantanal.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 03, de 08 de setembro de 2003.

Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica (piracema) para a temporada de 2003/2004, nas águas territoriais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 04, de 17 de outubro de 2003.

Altera dispositivos da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 03, de 08 de setembro de 2003 que "Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica (piracema) para a temporada de 2003/2004, nas águas territoriais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências."

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 01, de 19 de fevereiro de 2004.

Antecipa a abertura do exercício da pesca relativa a temporada de 2003/2004, nos trechos que especifica.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IBAMA Nº. 01, de 30 de outubro de 2003.

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de poços de dragas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 26, de 08 de março de 2004.

Altera dispositivos da Resolução SEMA Nº. 006, de 18 de agosto de 2000.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 03, de 05 de maio de 2004.

Disciplina o licenciamento ambiental do ginseng brasileiro (*Pfaffia glomerata*)

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 04, de 13 de maio de 2004.

Dispõe sobre o Manual dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito do Instituto de Meio Ambiente - Pantanal.

Resolução SEMA Nº. 028 , de 1º de junho de 2004.

Institui o cadastramento das organizações civis de recursos hídricos e de representantes de usuários dos recursos hídricos para composição do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 29, de 28 de junho 2004.
O SECRETÁRIO DE ESTADO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e em cumprimento com o disposto na Lei Complementar Nº. 57, de 04 de janeiro de 1991 com redação dada pela Lei Complementar Nº. 077, de 07 de dezembro de 1994

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 30, de 1º de julho de 2004.
Constitui Grupo Técnico de Trabalho de apoio à Implantação da Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda e dá outras providências

Resolução SEMA Nº. 31, de 12 de julho de 2004.
Altera dispositivos da Resolução SEMA Nº. 028, de 1º de junho de 2004 que institui o cadastramento das organizações civis de recursos hídricos e de representantes de usuários dos recursos hídricos para composição do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 32, de 27 de setembro de 2004.
Disciplina o licenciamento ambiental das aviculturas, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 33, de 29 de setembro de 2004.
ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 06, de 26 de janeiro de 2005.
Disciplina os procedimentos da reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 08, de 26 de abril de 2005.
Institui, no âmbito do Instituto de Meio Ambiente - Pantanal a Câmara de Compensação Ambiental, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMA-CERH Nº. 02, de 25 de maio de 2005.
Torna público a relação dos representantes dos órgãos da administração pública indicados pelos titulares dos respectivos órgãos, conforme listagem abaixo:

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 09, de 04 de julho de 2005.
Disciplina os procedimentos para o licenciamento ambiental das atividades de carvoejamento, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 38, de 06 de julho de 2005.
ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 40, de 17 de agosto de 2005.
Constitui Grupo de Trabalho de estudos para implantação do Parque Zoobotânico no Parque Estadual Matas do Segredo, no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 39, de 13 de setembro de 2005.
Altera dispositivos da Resolução SEMA Nº. 30, de 1º de julho de 2004 e dá outras providências

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 10, de 04 de outubro 2005.
Altera e acrescenta dispositivos que menciona na RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 09, de 04 de julho de 2005

Resolução CERH Nº. 01, de 25 de outubro de 2005.
Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 41, de 11 de novembro de 2005.

ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 42, de 25 de janeiro de 2006.
Altera o limite de captura e transporte de pescado, por pescador amador, para o ano de 2006.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 44, de 26 de maio de 2006.
Disciplina a instituição de Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 11, de 07 de junho de 2006.
Prorroga o prazo de cadastramento das atividades de carvoejamento previsto na RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 09, de 04 de julho de 2005

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 46, de 20 de julho de 2006.
Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, denominada "Xodó do Vô Ruy".

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 47, de 21 de agosto de 2006.
Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural "Gavião de Penacho"

RESOLUÇÃO CERH Nº. 03, de 19 de outubro de 2006.
Aprova o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 49, de 1º de novembro de 2006.
Nomeia os representantes das instituições abaixo relacionadas para compor o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 48, de 1º de novembro de 2006.
Nomeia os representantes das instituições abaixo relacionadas para compor o Conselho Consultivo do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 52, de 01 de dezembro de 2006.
ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 16, de 23 de agosto de 2007.
Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental para a atividade de Pavimentação Urbana.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 05, de 15 de fevereiro de 2007.
Altera as alíneas "c" e "d" do anexo II da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 004 de 13 de maio de 2004

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 04, de 15 de fevereiro de 2007.
Altera o limite de captura e transporte de pescado, por pescador amador, para o ano de 2007.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 06, de 08 de março de 2007.
Estabelece parâmetros para a utilização de anzol de galho e bóia fixa para pescadores profissionais

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 07, de 11 de abril de 2007.
Designa os representantes para compor a Comissão instituída pelo Decreto Estadual Nº. 12.274 de 02 de março de 2007

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 09, de 17 de maio de 2007.
Disciplina sobre o procedimento de licenciamento da co-geração de energia nas Usinas de Processamento de Cana-de-açúcar e dá providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 10, de 19 de junho de 2007.

Disciplina sobre o procedimento de licenciamento da co-geração de energia nas atividades de produção de combustíveis não derivados de petróleo

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 11, de 22 de junho de 2007. (consolidada)
Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental de empreendimentos e serviços.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 12, de 25 de junho de 2007.
Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades de manutenção, restauração e conservação de rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica e telefonia.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 17, de 20 de setembro de 2007.
Dispensa do licenciamento ambiental as atividades de plantio e condução das espécies florestais que menciona e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 18, de 19 de outubro de 2007.
Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 2007/2008, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 20, de 25 de outubro de 2007.
Disciplina o procedimento de licenciamento de usina de processamento de cana-de-açúcar e dá providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 21, de 28 de novembro de 2007. (consolidada)
Cria o Cadastro Eletrônico de Pessoas Físicas e Jurídicas que Desempenham Atividade Florestal e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 23, de 10 de dezembro de 2007.
Regulamenta os procedimentos referentes à queima controlada de restos florestais e agropastoris, exceto a queima da cana-de-açúcar

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 24, de 11 de dezembro de 2007.
Fixar os Índices Ambientais Definitivos por Unidade de Conservação / Terras Indígenas

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 25, de 11 de dezembro de 2007.
Altera dispositivos da RESOLUÇÃO CONJUNTASEMA/IMAP Nº. 08, de 26 de abril de 2005, que dispõe sobre a estrutura da Câmara de Compensação Ambiental.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 26, de 17 de dezembro de 2007.(consolidada)
Altera os anexos da Resolução SEMA 051 de 10 de novembro de 2006.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 02, de 21 de fevereiro de 2008.
Prorroga o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 2007/2008

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 03, de 26 de fevereiro de 2008.
Estabelece o limite de captura e transporte de pescado, por pescador amador.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 04, de 29 de fevereiro de 2008.
Altera dispositivo da Resolução SEMAC Nº. 21, de 28 de novembro de 2007 que cria o Cadastro Eletrônico de Pessoas Físicas e Jurídicas que Desempenham Atividades Florestais.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 05, de 14 de março de 2008. (Consolidada)
Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental para produção de carvão vegetal

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 07, de 15 de abril de 2008.

Aprova a Norma Técnica de Georreferenciamento de Áreas de Interesse Ambiental e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 08, de 15 abril de 2008. (Consolidada)
Disciplina os procedimentos relativos ao Sistema de Reserva Legal - SISREL, instituído no Estado do Mato Grosso do Sul pelo Decreto Estadual Nº. 12.528, de 27 de março de 2008 e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 09, de 20 de maio de 2008.
Regulamenta os critérios para definição do quantitativo volumétrico a ser concedido na aprovação do Crédito de Reposição Florestal no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 11, de 24 de junho de 2008.
Altera dispositivos da Resolução SEMAC Nº. 05, de 14 de março de 2008

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 12, de 26 de junho de 2008.
Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental para implantação e operação de instalações que menciona, ligadas aos complexos de saneamento básico, ambientalmente licenciados.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 15, de 11 de julho de 2008.
Dispõe sobre o controle ambiental das Indústrias Siderúrgicas Não Integradas de produção de ferro gusa no Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 16, de 24 de julho de 2008.
Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental para Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 17, de 28 de julho de 2008.
Disciplina os procedimentos de licenciamento ambiental para projetos de irrigação.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 18, de 05 de agosto de 2008.
Regulamenta os procedimentos referentes à supressão vegetal, limpeza e substituição de pastagens nas áreas do pantanal de Mato Grosso do Sul e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 21, de 14 de agosto de 2008.
Altera dispositivos da Resolução SEMAC Nº. 05, de 14 de março de 2008

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 22, de 19 de agosto de 2008.
Disciplina os procedimentos facultados ao novo pedido de Licença Ambiental de que trata o § 2º do art. 8º da Lei Nº. 2.257, de 09 de julho de 2001

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 23, de 11 de setembro de 2008.(Consolidada)
Dispõe sobre a dispensa de apresentação de autorização de passagem quando do licenciamento ambiental ou renovação de licenças ambientais de obras lineares a exemplo de rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica e telefonia.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAC/SEFAZ Nº. 02, de 29 de setembro de 2008. (Consolidada)
Disciplina os procedimentos para concessão da redução dos valores devidos a título de cobrança da Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF)

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 024, de 29 de outubro de 2008.
Dispõe sobre a isenção de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental no licenciamento ambiental nas situações que menciona e dá outras

providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 25, de 10 de novembro de 2008.
Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SEMAC Nº. 08, de 15 de abril de 2.008 que disciplina o Sistema de Reserva Legal instituído pelo o Decreto Nº. 12.528, de 27 de março de 2008, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC/MS n. 027 de 19 de dezembro de 2008.
Disciplina as atividades relativas aos Projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas – PRADE e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 27, de 19 de dezembro de 2008.
Disciplina as atividades relativas aos Projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas - PRADE e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 01, de 20 de janeiro de 2009.
Prorroga o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 2008/2009.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAC/SEFAZ Nº. 03, de 20 de janeiro de 2009.
Altera e acrescenta dispositivos à RESOLUÇÃO CONJUNTASEMAC/SEFAZ Nº. 2, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 03, de 12 de fevereiro de 2009.
Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental para implantação e operação de instalações que menciona e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 08, de 06 de julho de 2009.(consolidada)
Dispõe sobre o licenciamento ambiental de poços tubulares para captação de água e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 07, de 06 de julho de 2009.
Dispõe sobre o licenciamento ambiental para avicultura e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC N. 011 DE 11 DE AGOSTO DE 2009
Institui mecanismo para regularização dos cultivos agrícolas em áreas de várzea, sistematizada ou não, implantados antes da edição da Resolução CONAMA 302, de 12 de maio de 2002 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC n. 0014, de 22 de outubro de 2009.
Disciplina sobre a proibição da pesca durante o período de reprodução anual dos peixes de piracema para a temporada de 2009/2010 em águas territoriais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC nº. 15, de 04 de novembro de 2009.(consolidada)
Dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades de apoio à execução de obras rodoviárias em locais sem restrições ambientais.

RESOLUÇÃO SEMAC n. 12, de 23 de julho de 2010
Dispõe sobre o licenciamento ambiental para desdobramento e beneficiamento de madeira para uso próprio e dá outras providências.

Resolução SEMAC n. 13, de 23 de julho de 2010.
Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental de atividades de extração e utilização de cascalho nas situações que especifica.

Resolução SEMAC nº 14 de 23 de julho de 2010

Regulamenta dispositivos da Lei n. 3.886, de 28 de abril de 2010 relativo ao registro dos pescadores profissionais e da emissão de Autorizações Ambientais para Pesca Comercial no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO SEMAC/MS n. 15 de 23 de julho de 2010.
Acrescenta dispositivo à Resolução SEMAC/MS n. 27, de 19 de dezembro de 2008 que disciplina as atividades relativas aos Projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas – PRADE.

RESOLUÇÃO SEMAC/MS nº16, de 23 de julho de 2010.
Disciplina o procedimento de licenciamento integrado de atividades e empreendimentos afins e dá providências.

RESOLUÇÃO SEMAC N. 002 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010
Dispõe sobre a tramitação interna dos processos de licenciamento e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC n. 003 de 29 de março de 2010
Dispõe sobre o cadastramento e o licenciamento ambiental simplificado para a atividade de transporte de carvão nas condições que especifica e inclui dispositivo ao Anexo único da Resolução Nº. 21, de 28 de novembro de 2007.

RESOLUÇÃO SEMAC n. 07 de 22 de abril de 2010
Dispõe sobre os projetos oficiais da SEMAC que revertam em favor da conservação da biodiversidade a se refere o art. 12, § 2º, inciso I da Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAC-IBAMA/MS N. 01, de 06 de julho de 2.010. Proíbe a queima controlada.

- **Anexo 5 – Mapa “Corrego Limpo”**

• **Anexo 6 – Questionários Socioambientais**

Questionário a ser aplicado nos Municípios do Polo Campo Grande e Região

Município _____
 Responsável pelo preenchimento _____ Função _____
 Órgão/entidade _____ Data _____

Gestão Ambiental Pública e Grau de Participação da Sociedade

1. Há alguma norma e/ou legislação específica sobre turismo? Sim Não
 Se sim, apresente um resumo sobre estas.

2. Há políticas definidas voltadas para área de turismo? Sim Não
 Se sim, quais são essas Políticas?

3. Há alguma norma e/ou legislação específica sobre gestão ambiental? Sim Não
 Se sim, apresente um resumo sobre estas.

4. Há políticas definidas voltadas para área de gestão ambiental? Sim Não Se sim, quais são essas Políticas?

5. Há Conselho Municipal de Turismo (Comtur)? Sim Não

6. Há outra forma de participação da sociedade na questão do turismo?
 Sim Não. Se sim, apresente uma descrição de como se dá esta participação _____

7. Algum consórcio Intermunicipal atua na área de turismo neste município? Sim Não Há outra entidade/ instituição atuante (inclusive ONG`s)? Sim Não Se sim Quais?

8. Algum consórcio Intermunicipal atua na área de gestão ambiental neste município?

Sim Não Há outra entidade/ instituição atuante (inclusive ONG`s)? Sim Não Se sim Quais?

9. Há alguma Secretaria, Departamento, Divisão, ou outro órgão responsável por atuar na área de turismo? (para responder sim, é necessário que seja institucionalizado) Sim Não.

Se sim quais os principais projetos, programas e ações?

10. Há alguma Secretaria, Departamento, Divisão, ou outro órgão responsável por atuar na área de meio ambiente? (para responder sim, é necessário que seja institucionalizado) Sim Não. Sim Não.

Se sim quais os principais projetos, programas e ações?

Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial e outros Instrumentos

11. O município possui Plano Diretor? Sim Não. Se Não, a alguma ação para construção de um Plano Diretor?

Se Sim, este Plano Diretor é um instrumento amplo, que integre o desenvolvimento urbano e rural, observando os limites para uso e ocupação do solo pelas diferentes aptidões econômicas locais, a definição de espaços especialmente protegidos (sítios naturais, culturais e históricos), e até especificando a limitação de estruturas dos equipamentos turísticos e de lazer, tais como definição de altura de edificações, áreas verdes, padrões arquitetônicos (...). Apresentar resumo das evidências

12. Há algum outro instrumento de planejamento e controle territorial?

Sim Não. Se Sim, Quais: Plano de Drenagem Zoneamento de uso e ocupação do solo Outros. Resumo das evidências

13. Há algum plano, programa ou projeto de outro setor de interface com o turismo (referentes à gestão ambiental e ao desenvolvimento social)? Sim Não. Se Sim, apresentar resumo das evidências

14. Há algum planejamento/ estratégia de marketing local e/ou regional de turismo? Sim Não. Se Sim, apresentar resumo das evidências (por exemplo: há calendário de

promoção de eventos dentro da perspectiva da sazonalidade do turismo? Há estratégia de divulgação dos principais pontos turísticos feita pelo poder público? Etc.)

Elaboração do Questionário: Agricon Consultoria Ltda

Informações sobre Licenciamento Ambiental do Município de Campo Grande

Órgão: Semadur

Responsável pelo preenchimento: _____ Data: _____

Função: _____ Setor (Dep./Divisão/Gerência): _____

1. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras licenciadas em Campo Grande por município?

Município de Campo Grande nº de atividades _____

2. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras versus a fase do licenciamento ambiental em que se encontram:

Nº de atividades _____ Licenças Prévias não expedidas (apenas formalizou o Processo)

Nº de atividades _____ Licenças Prévias expedidas

Nº de atividades _____ Licenças de Instalação expedidas

Nº de atividades _____ Licenças de Operação expedidas

3. Atividades de Aterro Sanitários (AS) , Unidade de Processamento de Lixo – UPL, Estações de Tratamento de Água – ETA e Estações de Tratamento de Esgoto – ETE em processo de licenciamento? Informar a quantidade, a fase do licenciamento e observações.

Exemplo de preenchimento: Município de Campo Grande: AS (1), LI – expedida, UPL (1), LP – expedida, ETE – (2) – LO – expedida. Obs.: Todas as ETE's do municípios possuem LO. O preenchimento significa que em Campo Grande há 1 (um) aterro sanitário que se encontra na fase de Licença de Operação, pois teve LI expedida, 2 (duas) ETE's operando com Licença de Operação e que atualmente o município possui apenas duas ETE's em operação. E que há uma UPL na fase de LI.

Município de Campo Grande

Informações sobre Licenciamento Ambiental do Polo Campo Grande e Região

Órgão: IMASUL

Responsável pelo preenchimento: _____ Data: _____

Função: _____ Setor (Dep./Divisão/Gerência): _____

1. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras licenciadas no Polo Campo Grande e Região por município?

Município de Campo Grande nº de atividades _____

Município de Corguinho nº de atividades _____

Município de Dois Irmãos do Buriti nº de atividades _____

Município de Jaraguari nº de atividades _____

Município de Nova Alvorada do Sul nº de atividades _____

Município de Rio Negro nº de atividades _____

Município de Rochedo nº de atividades _____

Município de Sidrolândia nº de atividades _____

Município de Terenos nº de atividades _____

2. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras *versus* a fase do licenciamento ambiental em que se encontram (todos municípios do Polo Campo Grande e Região):

Nº de atividades _____ Licenças Prévias não expedidas (apenas formalizou o Processo)

Nº de atividades _____ Licenças Prévias expedidas

Nº de atividades _____ Licenças de Instalação expedidas

Nº de atividades _____ Licenças de Operação expedidas

3. Quantidade de atividades potencialmente poluidoras licenciadas na Área de Turismo *versus* fase em que se encontram:

Nº de Licenças Prévias não expedidas (apenas formalizou o Processo) _____

Nº de Licenças Prévias expedidas _____

Nº de Licenças de Instalação expedidas _____

Nº de Licenças de Operação expedidas _____

4. Quais dos municípios do Polo Campo Grande e Região apresentam as atividades de Aterro Sanitários (AS) , Unidade de Processamento de Lixo – UPL, Estações de Tratamento de Água – ETA e Estações de Tratamento de Esgoto – ETE em processo de licenciamento? Informar a quantidade, a fase do licenciamento e observações.

Exemplo de preenchimento: Município de Campo Grande: AS (1), LI – expedida, UPL (1), LP – expedida, ETE – (2) – LO – expedida. Obs.: Todas as ETE's do municípios possuem LO. O preenchimento significa que em Campo Grande há 1 (um) aterro sanitário que se encontra na fase de Licença de Operação, pois teve LI expedida, 2 (duas) ETE's operando com Licença de Operação e que atualmente o município possui apenas duas ETE's em operação. E que há uma UPL na fase de LI.

Município de Campo Grande

Dados a serem coletados junto ao órgão ambiental municipal (Semadur)

Município de Corguinho

Município de Dois Irmãos do Buriti

Município de Jaraguari

Município de Nova Alvorada do Sul

Município de Rio Negro

Município de Rochedo

Município de Sidrolândia
